O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)

Segunda-feira 3 de ABRIL de 2023 • R$ 6,00 • Ano 144 • Nº 47284
estadão.com.br

INÊS249

REBECA REIS/AG. PAULISTÃO

Água Santa supera favoritismo palmeirense e sai na frente em final

Com dois gols de Bruno Mezenga (no centro, após abrir o placar), time de Diadema venceu primeiro jogo na decisão do Paulistão por 2 a 1, em Barueri. Duelo final será domingo no Allianz Parque, 4 dias após Palmeiras estrear na Libertadores, em La Paz. __A17

E&N Cenário adverso __B1 e B2

Crédito para empresas seca e renegociação de dívida dispara

__ No primeiro bimestre, 195 empresas pediram recuperação judicial

Diante de um cenário de juro alto, desaceleração econômica, dificuldades no mercado internacional e crise da Lojas Americanas, o crédito corporativo no Brasil secou. Endividadas, empresas têm recorrido à renegociação de débitos, além da recuperação judicial e extrajudicial, para tentar sobreviver. A tendência, segundo analistas, é de que as condições de crédito continuem duras ao menos até o fim do ano, dificultando a operação das companhias brasileiras. Apenas no primeiro bimestre deste ano, 195 empresas pediram proteção na Justiça, aumento de 60% na comparação com o mesmo período de 2022. É o número mais alto desde 2017, quando foram feitos 197 pedidos nos dois primeiros meses do ano, segundo a Serasa Experian.

R$ 166 bilhões
foram concedidos em fevereiro, 8,6% menos que em janeiro

Jovens 'fogem' da Bolsa em momento de juro alto

Levantamento feito pela B3 mostra que a idade média dos investidores na Bolsa recuou de 2016 a 2021, mas voltou a subir no ano passado. __B2

Saúde mental __A13

Professores relatam medo e impotência após ataque a escola em SP

Docentes da rede estadual passaram a mapear alunos agressivos, mas dizem que soluções são lentas. Eles pedem maior capacitação.

"O professor virou psicólogo, psiquiatra, conselheiro tutelar"
André Sapanos
coordenador de escola

C2 Entrevista __C2

'Adolescente está perdido e é presa de extremismo na web'

RICARDO KRAUSE
Psiquiatra

Para especialista, ataques a escolas têm causas que se associam e interagem.

Orçamento __A6

Congresso dribla Lula para tirar verba ministerial e inflar emendas Pix

Manobra que põe o dinheiro direto no caixa das prefeituras pode tirar verba de assistência social e pesquisa.

Carlos Pereira __A7
Lula e suas coalizões incongruentes

Robson Morelli __A18
Ancelotti tem de saber verdade sobre a seleção

Henrique Meirelles __B5
A ajuda do Banco Central ao Brasil

Música __C1

Álbum mostra show de João Gilberto de 1998

Exibição no Sesc Vila Mariana com 36 músicas, uma delas inédita, foi parte de turnê para marcar 40 anos da Bossa Nova

EDUARDO NICOLAU/ESTADÃO-24/4/2003

A Guerra de Putin __A10
Explosão na Rússia mata blogueiro defensor de invasão

Inflação em Cuba __A12
Alta de preços após reforma monetária assusta cubanos

Semana Santa __A16
Recuperado, papa celebra missa de Domingo de Ramos

A Fundo __C6 e C7

Direitos autorais vão resistir à inteligência artificial?

THE ECONOMIST

Toneladas de dados já foram extraídos em toda parte pelos bots. E os processos judiciais começam a aparecer.

Notas e Informações __A3

A política põe um freio em Lira

Formação de bloco partidário mostra que presidente da Câmara não controla tudo.

Diversificação energética é inadiável

Tempo em SP
15° Mín. 27° Máx.

ISSN - 1516-293-1

MARIANA CARNEIRO
COM JULIA LINDNER e GUSTAVO CÔRTES
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/MARIANA-CARNEIRO

Coluna do Estadão

PT se divide sobre candidaturas nas eleições municipais

Integrantes do PT acreditam que o partido vai perder força nas eleições de 2026 caso abra mão de lançar candidatos próprios nas principais cidades do País no ano que vem. São Paulo, Rio e Recife são exemplos de capitais onde o partido deve apoiar aliados de outras siglas. Secretário de Comunicação da sigla, o deputado federal Jilmar Tatto (PT-SP) é um dos que contestam a ideia. "O PL vai focar em eleger bolsonaristas. Vai ser um erro estratégico se não tivermos candidatos nossos também", diz o parlamentar. De acordo com petistas, o grupo de trabalho eleitoral da legenda deve privilegiar candidaturas próprias em municípios onde avaliarem que o pleito será marcado por temas nacionais.

● **ESTRATÉGIA.** Outros petistas defendem usar as eleições municipais para reforçar a base de sustentação do governo no Congresso. No Rio, além do apoio a Eduardo Paes, do PSD, na capital, a tendência é que ajudem o União Brasil na Baixada Fluminense. Os dois partidos cobram mais espaços dentro da gestão de Lula.

● **VISÃO.** "Bolsonaro é oposição, tem que eleger prefeitos dele mesmo. Nós somos governo, temos que ampliar nossa base, compondo com os nossos aliados", diz o deputado Washington Quaquá (PT-RJ).

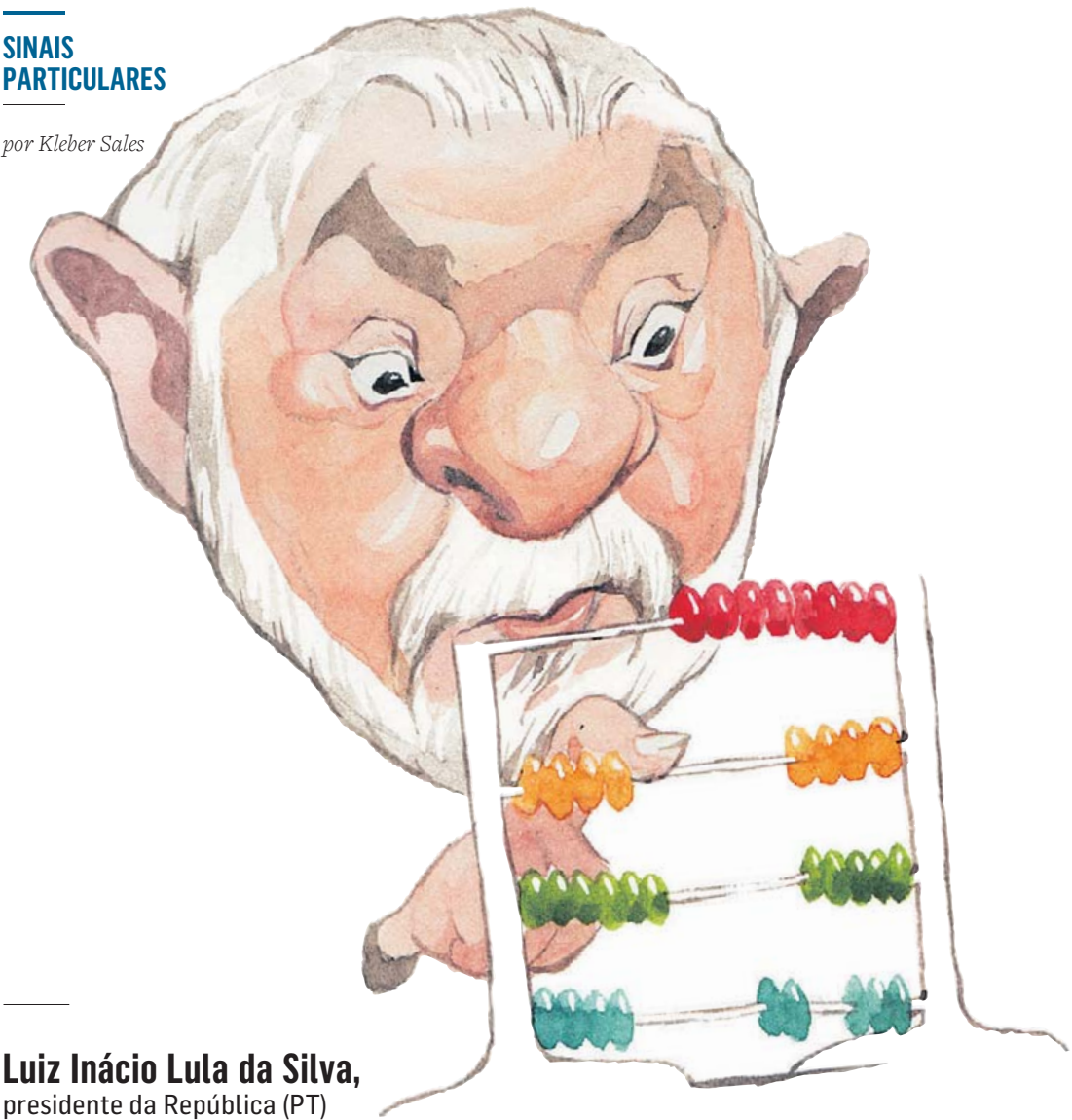
● **E EU?.** A bancada de deputados federais do Rio pediu e deve ser atendida para incluir um representante do Estado no Grupo de Trabalho da Reforma Tributária da Câmara. Não há nenhum parlamentar fluminense no GT. A expectativa é que o coordenador Reginaldo Lopes (PT-MG) atenda ao pleito após o feriado de Páscoa.

● **DATA.** O plenário do TCU julga na próxima quarta (5) se a VTC Log, que foi alvo das investigações da CPI da Covid, deve ser declarada inidônea por ter recebido pagamentos suspeitos de superfaturamento do Ministério da Saúde em 2021.

● **GANCHO 1.** Relator do caso, o ministro Benjamin Zymler recomendou a sanção à empresa. Caso o plenário concorde, a VTC Log não poderá mais firmar contratos com o governo.

● **GANCHO 2.** Zymler sugeriu que dois servidores da pasta durante a gestão de Bolsonaro - o ex-secretário Roberto Dias e o ex-coordenador Alex Lial - sejam impedidos de ocupar cargos na públicos pelo período de cinco a oito anos. Defendeu ainda aplicação de multa a todos os envolvidos por terem participado de uma contratação com pagamento 18 vezes superior ao recomendado.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales

Luiz Inácio Lula da Silva,
presidente da República (PT)

● **TRÉGUA 1.** O ex-chanceler Carlos França está prestes a se tornar o embaixador do governo Lula no Canadá. A indicação foi feita mesmo após ele ter testemunhado a favor de Jair Bolsonaro em ação no TSE que acusa o ex-presidente de abuso de poder na eleição.

● **TRÉGUA 2.** Antecessor de França, Ernesto Araújo também não pode reclamar. Em dezembro, disse em suas redes que o País iria "mergulhar no caos" com Lula e não recebeu advertência. Diplomatas esperavam que ele fosse alvo de um processo administrativo.

PRONTO, FALEI!

Carlos Zarattini
Deputado federal (PT-SP)

"Quando as propostas do governo acontecerem e o novo bolsa família repercutir, esse número tende a melhorar", disse, sobre resultado do Datafolha.

CLICK

INSTAGRAM/@MARCIOFRANCASP - 01/04/2023

Márcio França
Ministro de Portos e Aeroportos

Inaugurou centro de tratamento com remédios à base de canabidiol com o ministro Alexandre Padilha e o deputado estadual Caio França (PSB-SP).

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

NOTAS E INFORMAÇÕES

A política põe um freio em Lira

Formação de bloco partidário fora do radar do governo e de Arthur Lira mostra que o presidente da Câmara não controla tudo e indica a viabilidade de alternativas ao PT e ao Centrão

Apesar das pretensões megalomaníacas do presidente da Câmara, Arthur Lira, ele não controla tudo o que acontece na Casa – e isso é uma excelente notícia para o País. No dia 28 de março, foi oficializada a formação de um superbloco de cinco legendas (MDB, PSD, Republicanos, Podemos e PSC), com 142 deputados ao todo. É maior do que a bancada do PL, a legenda com mais cadeiras na Câmara (99), e a soma de todos os partidos de esquerda. Juntos, PT, PCdoB, PV, PDT, PSB, PSOL, Rede e Solidariedade têm 131 deputados.

A composição do novo bloco pegou de surpresa tanto o presidente da Câmara como o governo federal. Tal articulação revela um ponto fundamental do regime democrático. Os partidos não podem ser submissos às estruturas do poder estatal. Só se tiverem vida própria estarão aptos a exercer o papel que lhes cabe, que é defender suas causas e representar seus eleitores. Certamente, as chefias do Legislativo e do Executivo não apreciam essa independência, mas é justamente essa autonomia que assegura o funcionamento saudável do regime democrático. Efeito imediato do novo bloco partidário é, por exemplo, a diminuição do poder de Arthur Lira nas indicações para as comissões mistas destinadas a analisar as medidas provisórias.

Outro aspecto positivo suscitado pelo novo grupo é a redução da fragmentação partidária. Agora, entre federações, blocos e partidos, há 13 bancadas na Câmara. Mesmo sendo ainda um número grande, trata-se de avanço significativo em relação ao que ocorria anos atrás, quando mais de 30 legendas operavam individualmente na Casa. Não se sabe o que de fato vai ocorrer, mas há hoje espaço para maior racionalidade e maior conteúdo programático nas negociações políticas. Mais do que apenas aplaudir o fenômeno, trata-se de exigir que essa oportunidade seja efetivamente aproveitada.

Mas talvez o principal ponto a ser destacado na formação da maior bancada da Câmara é que, ao contrário do que muitos poderiam pensar, a política continua sendo o caminho mais efetivo para que a sociedade não fique refém do poder estatal.

Sempre presente no imaginário coletivo nacional, o sentimento antipolítica intensificou-se em 2013 e, de forma especial, com o bolsonarismo a partir de 2018. Para muitos, o caminho da oposição deveria ser pavimentado necessária e exclusivamente pelo confronto com as instituições. Esse foi o discurso de muitos parlamentares eleitos em 2018 e em 2022. Por exemplo, na visão de alguns senadores bolsonaristas, a tarefa mais importante do Senado é instaurar processos de impeachment contra ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) como meio de pressionar o Judiciário e inflamar seguidores. Apesar de fazer muito barulho nas redes sociais, esse tipo de política – na verdade, é a negação da política – nada constrói e ainda deixa a pista livre para o governo atuar como bem entender. Não faz real oposição ao exercício do poder.

Eis o fato incontestável. Os parlamentares que apenas gritam não geram nenhum temor entre as lideranças do Congresso e no Palácio do Planalto. O que causa apreensão em Arthur Lira e no governo federal é a efetiva capacidade de articulação política, como a que se viu na formação do superbloco no dia 28 de março. São as lideranças políticas articuladoras da bancada com 142 deputados que podem oferecer algum óbice aos planos do PT e aos do Centrão. Não é demais lembrar que foi Gilberto Kassab quem, com a criação do Partido Social Democrático (PSD) em 2011, surpreendeu Lula e alterou a dinâmica de forças no Congresso de então.

Há quem se iluda pensando que o bolsonarismo poderá constituir algum tipo de oposição ao governo Lula no Congresso. Mesmo quando Jair Bolsonaro era presidente da República, sua turma foi incapaz de se organizar e de articular politicamente no Legislativo. Brincaram de ser a nova direita no País, mas foram tão somente a antítese da civilidade e da República. Agora, são capacho de Arthur Lira, o que não é nenhuma novidade. A novidade é que tem gente adulta na Câmara fazendo política.●

UE dá urgência à diversificação energética

Decisão da UE de acabar com a produção de carros a gasolina e diesel até 2035 mostra que a janela dos combustíveis fósseis está se fechando e que a diversificação energética é inadiável

Há dois séculos os combustíveis fósseis são o sangue negro que corre nas veias da indústria, impulsionando uma revolução social e tecnológica sem precedentes. Mas é consenso que o dióxido de carbono aquece o planeta, degrada a natureza e ameaça, a longo prazo, a prosperidade humana. O dilema é que, se são letais para o futuro, os combustíveis fósseis ainda são vitais para o presente.

As distorções de um mau equacionamento desse dilema têm impactos. Para a indústria dos fósseis – no caso do Brasil, particularmente a do petróleo – é evidente que mais dos mesmos negócios de sempre é, a longo prazo, uma rota suicida. Segundo a Agência Internacional de Energia (AIE), a demanda por petróleo começará a declinar até 2030. Estratégias caras e com retorno a longo prazo, como as que o governo vem sinalizando ao interromper a venda de refinarias e investir em novas ou explorar bacias distantes e incertas, exigem prudência. A União Europeia (UE) acaba de anunciar o fim da produção de carros a gasolina e diesel até 2035. É um sinal de que a janela está fechando e é preciso atentar às portas que estão abrindo.

Os ambientalistas, por sua vez, costumam resumir o desafio energético à eliminação dos fósseis. Mas, mesmo no cenário de "carbono zero", a AIE estima que em 2050 a demanda mundial de petróleo ainda será de 20 milhões de barris por dia. E hoje os royalties são fonte crucial de recursos para o Brasil enfrentar desafios como a pobreza.

Se é óbvio que uma "transição" energética sustentável não pode ser entendida como "ampliação" das fontes fósseis, tampouco pode ser sua pura "redução". Em certa medida ela é ambas: ampliação a curto prazo e redução a longo prazo. A ampliação de hoje viabilizará investimentos nas tecnologias que garantirão a redução amanhã. A chave do problema é a diversificação das fontes energéticas. Mas, nesse quesito, seja o Estado brasileiro, seja sua petrolífera, estão defasados.

O País tem imensas vantagens comparativas. Sua matriz energética já é uma das mais limpas do mundo e está longe das pressões ambientais que países desenvolvidos enfrentam. Mas, antes de aproveitar esse bônus para galvanizar a diversificação, o Brasil o tem usado para justificar uma certa acomodação.

O setor de petróleo e gás continua a gozar de vultosos subsídios para, supostamente, estimular o desenvolvimento social no curto prazo. Mas, além de beneficiarem mais as indústrias do que famílias pobres – que seriam mais bem servidas com esses recursos por transferências de renda ou serviços públicos –, os subsídios desencorajam a eficiência e a diversificação energética.

Consequentemente, ainda que o Plano Estratégico da Petrobras e seu presidente, Jean Paul Prates, falem com entusiasmo da expansão rumo aos renováveis, na prática a estratégia da empresa para o futuro continua aferrada aos fósseis. No ano passado, por exemplo, ela teve lucro recorde, o que é excelente. Mas cerca de 80% dos investimentos seguem canalizados para a exploração de petróleo e gás. Seus principais investimentos em descarbonização continuam a ser em tecnologias para reduzir emissões das fontes fósseis. A ironia é que multinacionais movidas exclusivamente pelo lucro têm investido muito mais em energia limpa do que a Petrobras, que, tendo como maior acionista a União, deveria combinar o lucro com interesses nacionais.

O foco excessivo e imediatista no petróleo não é bom para o meio ambiente e, a longo prazo, não é bom para a empresa e nem para o Brasil. Táticas baseadas no petróleo ainda fazem sentido no curto prazo. Mas essa fonte de energia está com os dias contados. Alicerçar nela a estratégia de desenvolvimento sustentável nacional é como confiar na luz de estrelas mortas. O astro mais próximo, maior, mais quente e mais luminoso das energias renováveis já despontou no horizonte. O Brasil e sua principal empresa de energia têm todas as condições naturais e técnicas de aproveitar a aurora dessa nova fonte de luz e força para traçar uma rota vantajosa para a sociedade e o meio ambiente.●

ESPAÇO ABERTO

Sinfonia do desrespeito ao interesse público

Roberto Livianu

> *Do questionamento dos acordos de leniência ao que se passa no Congresso Nacional, algumas notas desta melancólica sinfonia*

Os acordos de leniência firmados entre o Ministério Público Federal e as construtoras do chamado *clube das empreiteiras*, num importe de R$ 8,1 bilhões, referentes a casos gravíssimos de corrupção, dos quais apenas reduzida parcela de R$ 1 bilhão foi quitada, estão sendo ora questionados judicialmente. Três partidos políticos apoiadores do governo federal afirmam que a Operação Lava Jato teria "quebrado a economia do País".

A postulação é totalmente descabida aos olhos da lei, assim como a ideia de se pretender que as empreiteiras paguem o que devem por meio de obras sem a realização de prévias licitações. Em primeiro lugar, vale lembrar que os acordos em questão foram todos devidamente submetidos e homologados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) – última instância de nosso sistema judicial.

É uma daquelas situações que consideramos criadoras de lei entre as partes. Existe um elemento pactuado, consensual, por um lado. E, por outro, ao ser revestido pelo manto da homologação jurisdicional da Suprema Corte, deixa de ser passível de questionamento o acordo, adquirindo total validade e absoluta blindagem conferida pela segurança jurídica.

Em segundo lugar, as empresas estavam devidamente representadas pelas melhores bancas de advocacia do País, o que confere elevado e inquestionável grau de legitimidade aos acordos, firmados por quem de direito, devidamente orientados e assessorados, o que reafirma a validade de cada um dos acordos assinados.

Em terceiro, nos termos expressos do artigo 5 da convenção da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), da qual o Brasil é signatário, crava-se de forma categórica e inequívoca a inadmissibilidade da não punição da corrupção sob a despicienda alegação de dano à cadeia econômica produtiva. Ou seja, o suposto prejuízo à economia não representa justificativa cabível para não punir o crime de corrupção.

O presidente da Câmara dos Deputados, por sua vez, demonstra empenho na disputa daquilo que parece um cabo de guerra contra o presidente do Senado no tema das composições das comissões mistas para tramitação parlamentar das medidas provisórias. Sua intenção demonstra ser a busca por mais poder, pretendendo romper o histórico equilíbrio numérico entre deputados federais e senadores, desprezando o fato de que a paridade constitucional e regimental sempre imperou, nos termos expressos do artigo 21 do Regimento Comum das Casas e por força da própria essência do bicameralismo parlamentar brasileiro.

Há não muito tempo, a Câmara pretendeu subjugar o STF nas hipóteses de decisões não unânimes da Corte, como se inexistisse o princípio secular da separação dos Poderes, pedra angular da nossa Constituição federal e até mesmo de nosso constitucionalismo. O então vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça chegou a pronunciar-se publicamente no sentido de considerar tal aberração ideia positiva.

A mesma Câmara também tentou impor a escolha do corregedor nacional do Ministério Público pelo Congresso, além de querer indicar a maior fatia dos nomes do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em iniciativa que visava à intervenção política naquele organismo. Chegou-se a cogitar interferir em investigações de promotorias e procuradorias. Sem quórum, rejeitou-se a PEC da vingança.

Por mais que o presidente da Câmara agora vocifere em relação ao tema da paridade, pois sempre foram 12 deputados e 12 senadores, a representatividade política no Senado não guarda relação proporcional ao número populacional (como a da Câmara). Estão no Senado as 27 unidades federativas representadas, cada qual por três senadores.

É lamentável que não se enxergue viabilidade política para adotar medida que seria infinitamente mais efetiva, de reduzir pura e simplesmente, talvez em 30%, o número de deputados federais (hoje de 513), como fez a Itália, após referendo popular. Considerando a consequente diminuição de cargos de confiança, teríamos sensível minoração de gastos públicos, que traria positivo impacto orçamentário. Consulte-se o povo, para saber o que pensa a respeito.

Talvez, com número menor de deputados federais, fosse possível conseguir reconstruir a liturgia democrática esgarçada, enaltecendo qualidade em detrimento de quantidade. Instituindo a necessidade imprescindível de ouvir sempre com atenção a sociedade civil antes de decidir. Recuperando a maturação do debate e deixando de lado a prática canhestra do expediente hoje banalizado e vulgarizado da chamada "urgência de votação", que alguns mencionam como aprovação "de boiada".

Depois das nomeações sequenciais das mulheres de governadores para serem conselheiras de Tribunais de Contas no Piauí, em Alagoas e no Pará e fiscalizarem a administração estadual dos próprios maridos, o pretendido sucateamento da Lei das Estatais quer eliminar quarentenas – as vacinas republicanas.

O projeto que regula o lobby, por sua vez, teve aprovada na Câmara versão que permite convites a agentes públicos para participação legalizada em eventos nababescos, e isso convive com a manutenção da versão reciclada do orçamento secreto e com os diamantes secretos bilionários da Arábia Saudita.

São notas da melancólica sinfonia do desrespeito à prevalência do interesse público. ●

PROCURADOR DE JUSTIÇA NO MPSP, DOUTOR EM DIREITO PELA USP, ESCRITOR, PROFESSOR, PALESTRANTE, É IDEALIZADOR E PRESIDENTE DO INSTITUTO 'NÃO ACEITO CORRUPÇÃO'

FÓRUM DOS LEITORES

O **Estado** reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas.
Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada ● **E-mail:** forum@estadao.com

Questão fundiária

Grilagem digital

A manchete do **Estadão** de 1.º de abril, *Avanço da grilagem de terras na Amazônia agora é digital*, é de estarrecer. Se o Cadastro Ambiental Rural (CAR), criado na gestão Dilma Rousseff, tinha como objetivo centralizar informações ambientais das propriedades e posses rurais, tornou-se campo livre para que grileiros falsificassem documentos e tomassem terras indígenas e da União. A aprovação desta lei sem amarras para evitar a apropriação irregular de terras não pode ser chamada de ato ingênuo. Tem cheiro de conivência proposital a fim de facilitar o crime. O CAR, que é administrado pelo Serviço Florestal Brasileiro, no governo Bolsonaro foi lamentavelmente transferido do Ministério do Meio Ambiente para o da Agricultura, o que gerou contundentes críticas de ambientalistas. Negligência total do Planalto. Um trabalho de fôlego do jornalismo do **Estadão** identificou que de 2014 a 2023 foram registradas de forma vil 325 fazendas na floresta. A boiada da megagrilagem passou, sem ser incomodada. Que o atual governo urgentemente interrompa a ação destes criminosos.

Paulo Panossian
paulopanossian@hotmail.com
São Carlos

Contas públicas

Além do teto e do piso

No momento em que as atenções se concentram na questão da nova âncora fiscal, Fernando Gabeira propõe oportuna e necessária reflexão: *Por uma visão de longo alcance* (**Estado**, 31/3, A6). Com seu texto crítico, Gabeira contribui para que o debate nacional adquira maior amplitude, racionalidade e profundidade, podendo assim prevenir ingenuidades, falsas expectativas e reais frustrações. Em meio ao palavrório sobre piso e teto, parece-me que está faltando uma discussão séria e profunda sobre os alicerces e as colunas de sustentação do edifício chamado Brasil. Faltam projetos, conjunto de ideias, rumo, direção e caminhos. Discutimos mais sobre atividades-meio – condições para – do que atividades-fim. Confusos e desbussolados, esquecemos de fazer as perguntas essenciais sobre quem somos, o que queremos, de onde viemos, para onde vamos, que rotas e caminhos nos conduzem ao destino, ao porto seguro. Projeto de país e autocrítica coletiva da sociedade civil e da sociedade política podem nos ajudar a discernir a importância e a desimportância das coisas, tirar as escamas de nossos olhos e curar a nossa miopia.

João Pedro da Fonseca
fonsecaj@usp.br
São Paulo

Canoa pesada

A corrente da âncora fiscal petista é feita de elos de gastos. Resta saber se a canoa Brasil suportará tanto peso extra.

A. Fernandes
standyball@hotmail.com
São Paulo

Confiança

Lula já afirmou diversas vezes que o teto de gastos é uma estupidez, já disse que os livros de Economia estão superados e que "a gente não cuida dos pobres se ficar olhando a política fiscal". Já o ministro Fernando Haddad, no lançamento da nova âncora fiscal, foi enfático ao dizer que o novo plano do governo contempla o desejo do presidente Lula de cuidar do social, mas com responsabilidade fiscal. Essa contradição mostra de forma irrefutável que não dá para confiar nem em Lula nem no PT.

Deri Lemos Maia
derimaia@yahoo.com.br
Araçatuba

Donald Trump

A politização do caso

Sobre o artigo de Henry Olsen, colunista do *The Washington Post* (**Estado**, 31/3), a história acontece como tragédia e se repete como farsa. Em fevereiro de 1939 ocorreu o histórico encontro da Federação Germano-Americana no Madison Square Garden, em Nova York. Diante dessa iminente ameaça nazista nos EUA, houve uma investigação feita pelo promotor Thomas Dewey – a pedido do prefeito Fiorello La Guardia – contra Fritz Julius Kuhn, líder daquela organização. Após a análise das contas da Federação Germano-Americana, constatou-se o desvio de US$ 14 mil para gastos pessoais e com uma amante. Eram despesas que não tinham sido contabilizadas e que levaram à prisão de Fritz Kuhn. Em 2016, Donald Trump, então candidato à presidência dos EUA, não contabilizou como gastos de campanha US$ 130 mil referentes a um acordo para silenciar uma atriz pornô. Em ambas as situações ocorreu empenho do Judiciário estadual no indiciamento de ambas as figuras políticas controvertidas, em vez de levar ambos os casos para a esfera federal a fim de evitar a politização dos processos.

Luiz Roberto da Costa Jr.
lrcostajr@uol.com.br
Campinas

ESPAÇO ABERTO

Recuperações judiciais – juízes na berlinda

Carlos Alberto Di Franco

Há duas semanas, neste espaço opinativo, tratei de desvios do Judiciário. Volto ao tema, infelizmente. Minha atenção, mais uma vez, foi despertada por outra excelente matéria assinada por Luiz Vassallo, repórter do jornal **O Estado de S. Paulo**.

A reportagem investigativa teve, merecidamente, chamada de capa: *Investigação atinge magistrados de megarrecuperações judiciais. Entre os alvos estão responsáveis pelos casos Oi e Americanas*.

Relembro e contextualizo aqui, amigo leitor, as principais informações de Vassallo. As boas matérias jornalísticas são substantivas. Os adjetivos, frequentemente, são as muletas das narrativas inconsistentes. O texto apresenta fatos. Daí sua força e seu mérito.

A relação de juízes responsáveis por conduzir insolvências bilionárias com advogados e administradores entrou na mira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Ministério Público (MP). O **Estadão** teve acesso a seis apurações sobre magistrados de Varas de Falência e Recuperação Judicial. Pelas mãos deles passam atualmente processos cujas cifras ultrapassam R$ 90 bilhões. Não é nenhuma brincadeira.

Em ao menos três casos, relatórios do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) apontaram operações suspeitas. Na verdade, nos processos de recuperação judicial e de falência, magistrados nomeiam administradores judiciais, síndicos e mediadores – agentes de confiança destacados para garantir o pagamento das dívidas e a retomada da saúde financeira das empresas. Estes agentes ganham honorários com base no valor das causas, fixados pelos juízes. E é aí que o desvio começa. É a partir da relação entre magistrado e agente privado que tem sido suscitada uma série de apurações criminais e disciplinares.

Cito aqui, como exemplo, um caso emblemático mencionado na matéria do **Estadão**. A Procuradoria-Geral de Justiça do Rio de Janeiro abriu investigações criminais sobre a conduta de três juízes. Os inquéritos foram destinados a apurar ligações suspeitas deles com administradores judiciais e peritos.

Paulo Assed Estefan, da 4.ª Vara Empresarial, entrou no radar do MP do Rio em razão de suposta relação de sua família com o administrador judicial Marcello Macedo, nomeado por ele em processos. A investigação mostrou que a mulher de Macedo foi sócia do filho do magistrado em um restaurante. A cantina italiana, chamada

> ***O noticiário, infelizmente, não tem trazido boas notícias para uma população que vê nos magistrados sua derradeira esperança***

D'Amici, fica no bairro do Leme há mais de 20 anos. Advogados e juízes frequentam o local. De acordo com o relatório do Coaf, o administrador judicial movimentou R$ 12 milhões entre 2018 e 2019, o que, segundo o MP, está acima de seus rendimentos declarados.

Além disso, segundo o MP do Rio, o escritório de Macedo movimentou R$ 34 milhões, valor acima dos rendimentos declarados da banca.

O relator do processo, desembargador Marcos Alcino de Azevedo Torres, arquivou o caso de ofício, sem ouvir o MP. Ele recuou da decisão em julgamento do Tribunal de Justiça do Rio que decidiu restabelecer a investigação. No recurso apresentado ao desembargador, a Procuradoria-Geral apontou como inexplicável "a relação empresarial ligando membros da família do magistrado e familiares do administrador judicial em atuação perante a Vara Empresarial em que o noticiado (*Estefan*) é titular". O juiz é responsável por analisar a recuperação judicial da Americanas, que acumula dívidas de R$ 40 bilhões. Responsável pela recuperação da Oi, de R$ 43,7 bilhões, o juiz da 7.ª Vara Empresarial do Rio, Fernando Viana, também está na mira do MP-RJ. Pois é.

O noticiário, infelizmente, não tem trazido boas notícias para uma população que vê nos juízes sua derradeira esperança. Na verdade, quando o assunto é corrupção, o Brasil está em queda livre. Desanima? Certamente. Otimista por natureza, embora duramente testado nos últimos tempos, ainda acredito na capacidade de reação da sociedade.

O mal não tem a última palavra. Os brasileiros ficaram trancados em casa por causa da pandemia, mas ela, de algum modo, está sob controle. E, então, senhores representantes do Poder Judiciário e autoridades, apertem os cintos e revisitem as imagens das imensas passeatas da cidadania que sacudiram o País. Não eram iniciativas convocadas por partidos políticos. Eram famílias, gente normal, honrada e pacífica, mas cansada do sequestro do seu presente e da condenação do seu futuro.

O combate à corrupção e aos desvios criminosos é uma das demandas mais fortes da sociedade. A corrupção aprisiona a sociedade. A corrupção desvia para o ralo da bandidagem política e togada recursos que podiam ser investidos em saúde, educação, segurança pública, etc. A corrupção empurra crianças famintas para a catástrofe da prostituição infantil. O Brasil não vai mais contemporizar.

Cabe a nós, jornalistas e formadores de opinião, assumir o papel de memória da cidadania. Não podemos deixar cair a peteca. Revisitaremos cada escândalo e lançaremos luz naquilo que querem esconder e ocultar.

A radiografia da participação de magistrados em casos de corrupção é um dever. Os bons magistrados merecem o respeito de todos. Mas aqueles que mancham a sua toga receberão o tratamento que merecem. O jornalismo é sempre um contraponto ético. ●

JORNALISTA E CONSULTOR DE EMPRESAS DE COMUNICAÇÃO. E-MAIL: DIFRANCO@ISE.ORG.BR

TEMA DO DIA

KEVIN DURANT NBA - AP PHOTO-MATT YORK

Basquete

NBA pode liberar o uso de maconha em novo acordo com jogadores da liga

Detalhes do acordo não foram esclarecidos, mas, conforme o jornal 'Marca', o uso de maconha será permitido e nenhum jogador será sancionado pelo uso da substância durante a liga de basquete americana. ●

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● **"Em 100 anos, a maconha vai ser como o whisky é hoje, uma bebida normal. Um movimento natural da humanidade."**
EVERTON HENDGES

● **"O esporte subvertendo tudo."**
GILMAR DE SÁ

● **"E no Brasil segue sendo crime e enchendo as cadeias. Além de dar oportunidade para a corrupção da polícia nas comunidades."**
EDUARDO JUNQUEIRA NEPOMUCENO

● **"Tudo que te tira da tua consciência plena é prejudicial à saúde!"**
RENAN CARUSO

NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão.
www.estadao.com.br/e/linkdabio

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

PLAY9/DIVULGAÇÃO

Sucesso na rede social

'Minha vida deu um giro', diz 'professora' do TikTok. ●
https://bit.ly/3Koze1W

Blog Sneakerverso

Como Nike e Jordan mudaram a indústria dos tênis. ●
https://bit.ly/3K24zpL

Podcast

Estadão Notícias: análises do Brasil e do mundo. ●
https://spoti.fi/3Nz5oXX

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02598-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 6,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 6,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 8,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo).**BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 10,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo).● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cia@estadao.com

Orçamento

Congresso dribla Lula para tirar verba de ministérios e inflar emendas Pix

Manobra que põe o dinheiro direto no caixa das prefeituras pode chegar a R$ 10 bilhões só neste ano e reduzir recursos da assistência social e de bolsas de pesquisa em universidades

DANIEL WETERMAN
BRASÍLIA

O Congresso deflagrou uma manobra para driblar o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, aumentar as chamadas emendas Pix e diminuir o orçamento dos ministérios. A operação põe o dinheiro direto no caixa das prefeituras, sem interferência dos ministros, e pode chegar a R$ 10 bilhões somente neste ano.

Com a emenda Pix, o prefeito recebe os repasses antes mesmo de qualquer compromisso e faz o que quer com o montante. Na prática, são os gestores municipais que pressionam os congressistas a direcionar cada vez mais verba a essa modalidade, nebulosa para quem fiscaliza os recursos públicos.

> **“Os prefeitos, coitados, estão quase que rejeitando as verbas (se não forem emendas PIX) porque demoram e eles não conseguem executar as obras.”**
> **Hercílio Coelho Diniz (MDB-MG)**
> Deputado federal

> **“Quando há menos transparência, há uma possibilidade maior de que o ilícito seja praticado.”**
> **Vítor Sandes**
> Cientista político

O município não é obrigado a informar em que vai aplicar os valores nem para onde foram os recursos depois de gastos. É diferente do que ocorre com outros tipos de emendas, só enviadas quando as obras são efetivamente entregues. Além disso, passam por exigência de programas, atestados técnicos, licenças ambientais e pente-fino dos órgãos de controle.

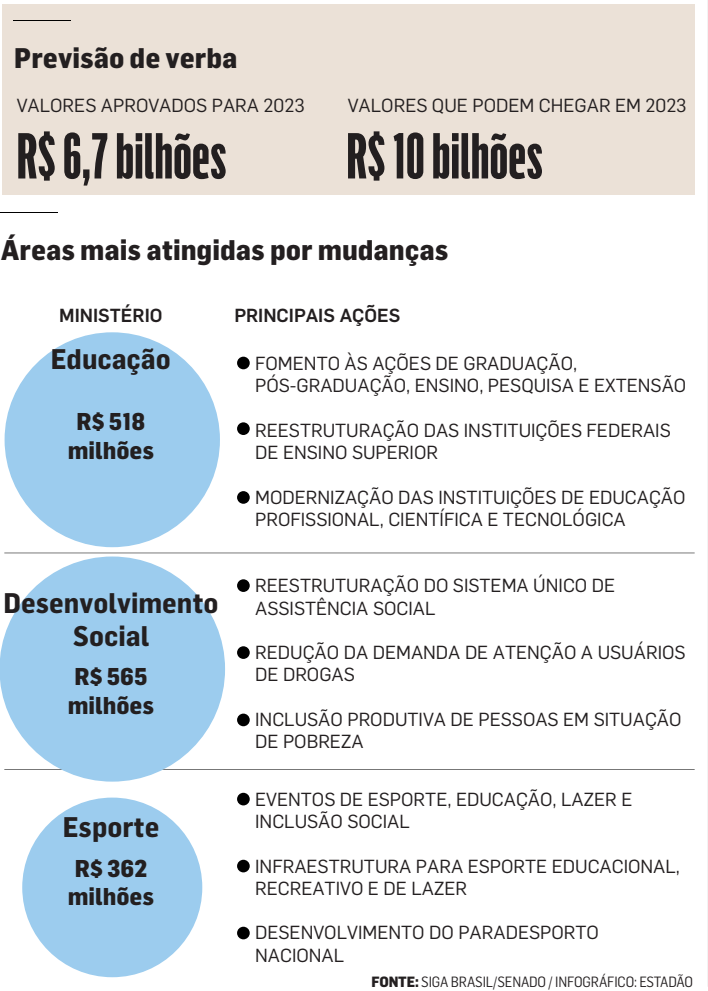
A articulação do Congresso pode retirar dinheiro da assistência social, do combate às drogas, do tapa-buraco de rodovias e de bolsas de pesquisa em universidades, por exemplo. São recursos que já foram indicados pelos parlamentares e estavam na programação dos ministérios. De acordo com levantamento do **Estadão**, as áreas passíveis de perder mais verba para as emendas Pix são assistência social e educação, com R$ 565 milhões e R$ 518 milhões sob risco, respectivamente.

Na semana passada, cerca de 3 mil mandatários municipais estiveram em Brasília para participar da Marcha dos Prefeitos e aproveitaram a estadia para fazer um périplo pelos gabinetes de deputados e senadores, em busca de dinheiro. Pediram prioridade às emendas Pix, pois, com esse sistema, o recurso chega mais rápido e não há obstáculos em órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU), que fiscaliza as transferências federais, e nem na Caixa, que cobra taxas pelo monitoramento das obras.

“Os prefeitos, coitados, estão quase que rejeitando as verbas (*se não forem emendas Pix*) porque demoram e eles não conseguem executar as obras”, afirmou o deputado Hercílio Coelho Diniz (MDB-MG), que indicou R$ 8 milhões na modalidade direta para municípios de Minas Gerais.

Prefeitos e congressistas defendem o uso da emenda Pix porque o repasse é mais rápido e sem burocracia, mas especialistas apontam falta de transparência e de fiscalização, o que abre margem para desvios. Como mostrou o **Estadão**, o dinheiro já foi usado para bancar shows de artistas sertanejos em cidades que não ofereciam nem mesmo serviços básicos para a população. A verba também irrigou a realização de festas no carnaval deste ano.

Com a emenda, o recurso fica desvinculado de qualquer política pública, como a erradicação da pobreza e a alfabetização de crianças, metas vinculadas a programas do governo. “Se você abre mão dos principais instrumentos de planejamento estratégico, você passa a pensar política pública de forma desarticulada. Não parece isonômico nem democrático”, disse o cientista político Vítor Sandes, professor da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

TURBINADO. A emenda Pix foi criada em 2019 e passou a ser paga no ano seguinte. Em quatro anos, caiu nas graças de deputados e senadores. Tecnicamente, o repasse é chamado de “transferência especial”. Em 2020, esse tipo de emenda somou R$ 621 milhões e atendeu 137 parlamentares. Para 2023, o valor aprovado pelo Congresso saltou para R$ 6,7 bilhões, turbinado pela Proposta de Emenda à Constituição da Transição. Neste ano, 507 congressistas (85% do total) já indicaram repasses nessa modalidade.

Em troca da PEC da Transição, o governo Lula e o Legislativo negociaram o aumento das verbas de maior interesse. As emendas Pix pularam de R$ 3,8 bilhões para R$ 6,7 bilhões. Agora, podem subir ainda mais. O governo abriu um prazo, até o próximo dia 13, para que deputados e senadores alterem as emendas que serão repassadas neste ano. Eles podem tirar o dinheiro vinculado aos ministérios e repassá-lo para a modalidade especial. Só não podem mexer nos valores destinados à Saúde.

Há cobrança para que o governo Lula desembolse os valores rapidamente. O Planalto já se comprometeu a pagar R$ 1,7 bilhão em emenda Pix que virou “dívida” do ex-presidente Jair Bolsonaro, mas ainda não apresentou um cronograma das indicações de 2023.

Em busca de um novo arcabouço fiscal e de mais espaço para investimentos, o governo expõe preocupações com a emenda Pix, que tira do Executivo o poder de escolher para onde enviar o dinheiro. Ao **Estadão**, a Secretaria de Relações Institucionais informou que vai incentivar a apresentação de projetos para uso dos recursos, mesmo que a emenda não tenha finalidade definida.

Sob comando do ministro Alexandre Padilha, a SRI editou uma portaria determinando que o município informe a política pública na qual o dinheiro será gasto e prometeu “ampla transparência”. A regra, no entanto, não muda a essência desse tipo de transferência, ou seja, algo totalmente fora do controle do governo.

“O uso desses recursos ocorrerá de maneira republicana, transparente e de acordo com as prioridades da população brasileira – o fim da pobreza, a melhora dos serviços públicos e a retomada do emprego e do crescimento econômico”, diz trecho de nota enviada pela SRI. Os ministérios que podem perder dinheiro para a emenda Pix não responderam ao **Estadão**.

Quem está à espera da verba não esconde a relação direta entre o pagamento e o apoio político ao governo Lula, que ainda não conseguiu formar uma base aliada no Congresso com garantia de votos para aprovar projetos de interesse do Planalto.

“Quando ele (*governo*) se compromete a pagar, é positivo para os prefeitos e uma sinalização de que as coisas começam a acontecer”, afirmou o deputado Cleber Verde (Republicanos-MA), que indicou R$ 13,9 milhões em emendas Pix neste ano para o Maranhão.

FISCALIZAÇÃO. Na última semana, o TCU julgou um processo sobre as emendas Pix e decidiu que a fiscalização dos recursos na ponta caberá aos tribunais estaduais e municipais. Havia uma dúvida sobre quem deveria fazer o pente-fino.

Nos Estados e municípios, os tribunais são compostos por parentes e amigos de governadores, parlamentares e prefeitos. O TCU, por sua vez, vai exigir que as prefeituras digam o que pretendem fazer com os valores e como cumprir os requisitos da Constituição para esse tipo de emenda, ou seja, destinar 70% dos recursos para investimentos e não usar a quantia para pagar funcionários e dívidas do município.

Na avaliação de especialistas, as prefeituras podem facilmente descumprir os requisitos, pois o dinheiro é repassado antes da entrega de qualquer obra e, ao não ter “carimbo”, se mistura a outras quantias no caixa.

“Quando há menos transparência, há uma possibilidade maior de que o ilícito seja praticado”, disse Vítor Sandes. “Quando a emenda é mais amarrada, é possível rastrear o recurso”, completou ele. ●

RECURSOS

Por meio das 'emendas Pix', dinheiro é destinado para municípios e pode ser gasto em qualquer área, sem transparência nem fiscalização

Previsão de verba

VALORES APROVADOS PARA 2023	VALORES QUE PODEM CHEGAR EM 2023
R$ 6,7 bilhões	R$ 10 bilhões

Áreas mais atingidas por mudanças

MINISTÉRIO	PRINCIPAIS AÇÕES
Educação – R$ 518 milhões	FOMENTO ÀS AÇÕES DE GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO REESTRUTURAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA
Desenvolvimento Social – R$ 565 milhões	REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL REDUÇÃO DA DEMANDA DE ATENÇÃO A USUÁRIOS DE DROGAS INCLUSÃO PRODUTIVA DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA
Esporte – R$ 362 milhões	EVENTOS DE ESPORTE, EDUCAÇÃO, LAZER E INCLUSÃO SOCIAL INFRAESTRUTURA PARA ESPORTE EDUCACIONAL, RECREATIVO E DE LAZER DESENVOLVIMENTO DO PARADESPORTO NACIONAL

FONTE: SIGA BRASIL/SENADO / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Carlos Pereira carlos.pereira@fgv.br

Lula e suas coalizões incongruentes

A interpretação dominante das relações executivo-legislativo em sistemas presidencialistas é a de que o número de cadeiras ocupadas pelo partido do presidente no Congresso é o fator mais importante para explicar seu sucesso no legislativo.

Entretanto, em ambientes multipartidários, como o brasileiro, mesmo presidentes majoritários podem enfrentar maiores dificuldades para aprovar a sua agenda.

Por que a maioria numérica de cadeiras no legislativo ocupadas pelos partidos que fazem parte da coalizão presidencial não é condição suficiente para que o presidente governe de forma bem-sucedida?

No artigo *Congruent we Govern*, escrito em parceria com Frederico Bertholini e Marcus Melo, mostro que a variável chave para explicar o sucesso legislativo de presidentes em ambientes multipartidários não é o tamanho da maioria, mas a congruência de preferências ideológicas entre a coalizão e o plenário do Congresso.

Coalizões que espelham a preferência mediana do Congresso geram mais sucesso legislativo ao presidente a baixo custo. Por outro lado, quando as preferências da coalizão e do plenário são incongruentes, o presidente tende a enfrentar mais derrotas e o custo de gerenciar essa coalizão aumenta.

A partir de nove rodadas de *surveys* com os parlamentares de 1990 a 2021 (Zucco e Power),

> ***Ignorar preferências do Congresso gera mais derrotas e maior custo governativo***

identifiquei que existe uma grande variação na composição ideológica das coalizões presidenciais desde Sarney até Lula 3.

Algumas coalizões são mais congruentes com o plenário, como a do governo FHC 1. Por outro lado, as coalizões dos governos Bolsonaro e Lula 3 apresentaram o nível de incongruência com o plenário muito parecido, variando apenas o sinal do polo, que é invertido. Enquanto a coalizão de Bolsonaro foi mais à direita da preferência da Câmara, a de Lula 3 é mais à esquerda.

Embora a coalizão de Lula 3 seja menos incongruente com o plenário do que a de seus governos anteriores, o que sugere aprendizado, ela, a despeito de possuir um maior número de partidos (14), só gera maioria simples, é ideologicamente mais heterogênea e não aloca de forma proporcional poderes e recursos levando em consideração o peso político dos parceiros.

Talvez não seja por acaso que o governo Lula 3 tenha decidido ter nada menos do que 37 ministérios e reproduzir o orçamento secreto criado por Bolsonaro ao centralizar no Ministério das Relações Institucionais a execução de recursos discricionários na ordem de R$ 25 bilhões como RP2. Ainda é cedo, entretanto, para saber se essa estratégia vai proporcionar sucesso legislativo.●

CIENTISTA POLÍTICO E PROFESSOR TITULAR DA ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS (FGV EBAPE)

SEG. Carlos Pereira e Felipe Moura Brasil (quinzenalmente) ● **TER.** Eliane Cantanhêde ● **QUA.** Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● **QUI.** William Waack ● **SEX.** Eliane Cantanhêde ● **SÁB.** João Gabriel de Lima ● **DOM.** Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Plenário virtual

STF julga se militar e policial podem criticar superior

O Supremo Tribunal Federal (STF) começou a julgar uma norma do Código Penal Militar que proíbe críticas de policiais e militares a superiores hierárquicos. A ação foi movida pelo então PSL (atual União Brasil), em 2017. A sigla alega que a regra fere o direito à liberdade de expressão.

O Código Penal Militar foi editado em conjunto pelos ministros da Marinha, Exército e Aeronáutica em outubro de 1969, auge da ditadura.

O julgamento foi iniciado na última sexta-feira, no plenário virtual. O relator da ação é o ministro Dias Toffoli.

O ministro abriu os votos e defendeu que o direito à liberdade de manifestação não é absoluto e, no caso, precisa ser equilibrado com as "especificidades" do regime disciplinar das carreiras militares.

O prazo para votação fica aberto até 12 de abril. ●

Transparência

Países menos corruptos abrem dados até de IR dos cidadãos

É o caso de Noruega e Finlândia; Brasil, que adota práticas como orçamento secreto, aparece em 94º lugar em ranking

FELIPE FRAZÃO
BRASÍLIA

Enquanto no Brasil uma parte do orçamento público virou secreto no governo Jair Bolsonaro, e pode seguir driblando a regra da transparência durante o mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, nos países com menor índice de corrupção do mundo até o salário de cada pessoa se torna público. É o que ocorre, por exemplo, na Noruega e na Finlândia, onde anualmente os ganhos de todos os cidadãos, não importa se agentes públicos ou funcionários do mercado privado, são publicados por determinação legal, com base nas declarações de imposto de renda.

A partir da edição da Lei de Acesso à Informação, que entrou em vigor no País em maio de 2012, salários de servidores públicos são divulgados no Portal da Transparência. Mas a publicidade precisou ser chancelada pelo Supremo Tribunal Federal por causa da reação de parte do funcionalismo. A LAI brasileira segue princípios de transparência internacional, mas, na prática, setores do governo usam brechas para impor sigilo a determinadas informações.

Já na Noruega e na Finlândia, além dos também nórdicos Dinamarca e Suécia, as leis de acesso à informação estão consolidadas e os países constam entre os cinco primeiros em rankings de transparência. O Índice de Percepção da Corrupção, produzido pela Transparência Internacional, coloca os quatro nórdicos entre os seis com melhor integridade, onde constam também Nova Zelândia e Cingapura. O Brasil está na 94.ª posição, conforme o relatório de 2022, o mais recente.

'LISTA DE IMPOSTOS'. Anualmente, a Finlândia divulga em novembro a lista com imposto de renda dos cidadãos, com dados acessíveis por qualquer pessoa. A documentação inclui fontes de renda sujeitas à tributação, o montante de impostos pago, além do nome da pessoa, data de nascimento e cidade em que vive. É possível ainda saber quanto a pessoa deve ou se vai receber reembolso na declaração anual do imposto de renda.

A prática de publicar as "listas de impostos" está arraigada na sociedade norueguesa. Esse hábito é visto como uma forma de gerar confiança no sistema tributário, conforme a embaixada da Noruega. "Você pode saber quanto ganha o seu vizinho. Não são só os políticos e celebridades", diz o embaixador Odd Magne Rudd, segundo quem já não se pode mais "bisbilhotar" o salário de um amigo, parente ou vizinho de forma anônima. ●

RANKING

Níveis de percepção da corrupção no setor público de 180 países/territórios em todo o mundo

O ÍNDICE DE PERCEPÇÃO DA CORRUPÇÃO (IPC) USA UMA ESCALA DE 0 A 100 — ALTAMENTE CORRUPTO 0 / MUITO ÍNTEGRO 100

Os 10 mais íntegros

Posição	País	IPC
1º	DINAMARCA	90
2º	FINLÂNDIA	87
3º	NOVA ZELÂNDIA	87
4º	NORUEGA	84
5º	CINGAPURA	83
6º	SUÉCIA	83
7º	SUÍÇA	82
8º	HOLANDA	80
9º	ALEMANHA	79
10º	IRLANDA	77
94º	**BRASIL**	38

MESMA PONTUAÇÃO DO BRASIL: ARGENTINA, ETIÓPIA, MARROCOS, TANZÂNIA

Os 10 mais corruptos

Posição	País	IPC
171º	BURUNDI	17
172º	GUINÉ EQUATORIAL	17
173º	HAITI	17
174º	COREIA DO NORTE	17
175º	LÍBIA	17
176º	IÊMEN	16
177º	VENEZUELA	14
178º	SUDÃO DO SUL	13
179º	SÍRIA	13
180º	SOMÁLIA	12

FONTE: TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Investigação

Novo procurador assume caso de plano do PCC contra Moro

RAYSSA MOTTA
FAUSTO MACEDO

Um novo procurador da República assumiu a investigação sobre o plano do Primeiro Comando da Capital (PCC) para sequestrar o senador Sérgio Moro (União Brasil-PR).

Depois de pedir o arquivamento do inquérito na esfera federal e sugerir a transferência do caso para o Ministério Público de São Paulo, o procurador José Soares foi substituído pelo colega Adrian Pereira Ziemba.

A primeira manifestação do novo procurador foi pela conversão da prisão temporária de Reginaldo Oliveira de Sousa, o Re, em preventiva – o que foi deferido pela juíza Gabriela Hardt, substituta na 9.ª Vara Federal Criminal de Curitiba. A prisão preventiva não tem prazo para acabar.

A investigação começou no início de fevereiro, depois que um ex-integrante da facção jurado de morte delatou o plano. Este foi frustrado pela Polícia Federal na Operação Sequaz, deflagrada no mês passado. Nove pessoas ligadas ao PCC foram presas.

Os próximos passos incluem a tomada de depoimento dos suspeitos presos e a perícia nos celulares, computadores e documentos apreendidos pela PF. A Operação Sequaz apontou que a facção planejava atentados contra autoridades – além de sequestrar e matar Moro, também estava na mira o promotor paulista Lincoln Gakyia.

O procurador responsável inicialmente pelo inquérito defendeu que o caso deveria ser remetido para São Paulo porque o plano foi descoberto pelo Ministério Público estadual. ●

Ex-presidente

TSE encerra coleta de provas em ação que mira Jair Bolsonaro

GUSTAVO QUEIROZ

O Tribunal Superior Eleitoral encerrou a fase de coleta de provas em uma ação que acusa o ex-presidente Jair Bolsonaro de abuso de poder e uso indevido dos meios de comunicação por convocar, em julho de 2022, uma reunião com embaixadores estrangeiros para disseminar suspeitas infundadas sobre a urna eletrônica e atacar o Supremo Tribunal Federal (STF).

Se condenado, Bolsonaro pode perder seus direitos políticos por oito anos e ficar fora de eleições no período. Movido pelo PDT, este é o processo mais avançado que pode tornar o ex-presidente inelegível. Com o fim da fase de instrução, as partes têm um prazo para fazer suas alegações finais. O julgamento em plenário da ação deve ocorrer após o Ministério Público Eleitoral emitir seu parecer final, mas ainda não há data prevista para o início.

Nesta ação está anexada a minuta de um decreto golpista apreendido pela Polícia Federal na casa do ex-ministro da Justiça Anderson Torres em investigação sobre os atos extremistas nas sedes dos Três Poderes, no dia 8 de janeiro. Inquéritos que correm no STF sobre ataques de Bolsonaro ao sistema eleitoral também foram incluídos.

O ex-chanceler Carlos Alberto França, o ex-ministro da Casa Civil Ciro Nogueira Lima Filho, Anderson Torres e o ex-secretário Especial de Assuntos Estratégicos Flávio Augusto Viana Rocha estão entre as testemunhas de defesa já ouvidas.

Uma das testemunhas apresentadas pela defesa não chegou a prestar depoimento, o coronel de Artilharia da reserva do Exército Eduardo Gomes da Silva. Apresentado por Bolsonaro como "analista de inteligência", ele foi peça-chave em uma live em que o ex-presidente também atacou as urnas eletrônicas.

Na reunião com 70 diplomatas no Palácio da Alvorada, Bolsonaro alegou, sem provas, que o TSE teria admitido à Polícia Federal que hackers poderiam alterar nomes de candidatos e migrar votos de um postulante para outro. ●

● A Guerra de Putin

Explosão na Rússia mata blogueiro defensor de invasão da Ucrânia

Vladlen Tatarski estava em um café em São Petersburgo para falar em um evento sobre sua experiência como repórter militar; outras 19 pessoas ficaram feridas e causas não foram informadas

SÃO PETERSBURGO

Um popular blogueiro militar russo, que era uma das vozes mais influentes de apoio à invasão da Ucrânia por Moscou, morreu ontem em uma explosão em um café no centro de São Petersburgo, disse o Ministério do Interior da Rússia. O governo russo não informou as causas do episódio ou o conectou imediatamente à guerra.

O blogueiro, conhecido como Vladlen Tatarski, estava no Café Street Food Bar Nº1 para um evento na segunda maior cidade da Rússia, para falar sobre sua experiência como repórter militar, informou a mídia estatal. Pelo menos 19 outras pessoas ficaram feridas. Vídeos postados nas redes sociais mostraram vidros quebrados e móveis espalhados pelo café. Segundo o jornal local *Fontanka*, o bar já pertenceu ao empresário Yevgueni Prigozhin, chefe do Grupo Wagner de mercenários.

Não ficou imediatamente claro o que provocou a explosão, mas relatos na imprensa russa citando outros blogueiros presentes no evento dizem que uma mulher presenteou Tatarski com uma caixa contendo uma pequena estátua que aparentemente explodiu. Um grupo patriótico russo que organizou o evento disse ter tomado precauções de segurança, mas elas foram insuficientes. O evento era organizado pela Frente Cibernética Z, que seria associada a Prigozhin e, segundo o Instituto para Estudos Estratégicos, é uma fábrica de trolls usada para promover a propaganda russa nas redes sociais.

Desde o início da invasão à Ucrânia, em 24 de fevereiro de 2022, vários incêndios e explosões ocorreram na Rússia sem nenhuma conexão clara com o conflito.

Tatarski, de 40 anos, cujo nome verdadeiro era Maksim Fomin, emergiu como uma das principais vozes pró-guerra no aplicativo de mensagens Telegram, que tem sido amplamente usado na Rússia, em meio às restrições à imprensa, para disseminar notícias, opinião e propaganda pró-guerra.

Ele acumulou mais de 550 mil seguidores no aplicativo, publicando vídeos diários nos quais descrevia a situação na linha de frente, os problemas enfrentados pelo Exército russo e as possíveis perspectivas da guerra.

CRÍTICAS. Em novembro, quando um comandante russo anunciou que as tropas de Moscou seriam retiradas da estrategicamente importante cidade de Kherson, na Ucrânia, Tatarski estava entre os blogueiros e comentaristas militares russos que se mostraram contrariados. Tatarski reagiu à notícia dizendo em um post que o plano geral da Rússia para a guerra era "idiota" e "baseado em desinformação".

Natural de Makiivka, perto de Donetsk, na Ucrânia, Tatarski se considerava russo. Ele argumentava que a Rússia deveria vencer a guerra contra a Ucrânia a todo custo e pedia a eliminação do Estado ucraniano. "Precisamos acabar com esse Estado mais cedo ou mais tarde", disse Tatarski no sábado, em seu último vídeo. "Esta deve ser a nossa política."

Ele também denunciou ativistas russos e figuras culturais que se opunham à guerra.

Tatarski frequentemente criticava a forma como o Exército russo estava conduzindo a guerra, incluindo a má coordenação entre as unidades e a falta de armas avançadas como drones. Em outro vídeo recente, ele argumentou que o Exército de Moscou falhava e sugeriu que nada mudaria se fosse substituído o ministro da Defesa ou o chefe do Estado-Maior. "Precisamos mudar o sistema", disse ele.

Após a anexação ilegal de quatro regiões da Ucrânia pelo Kremlin no ano passado, Tatarski postou um vídeo no qual jurava: "É isso. Vamos derrotar todo mundo, matar todo mundo, roubar todo mundo que precisarmos. Vai ser tudo do jeito que a gente gosta. Deus esteja com vocês".

Um funcionário de alto escalão do governo ucraniano especulou que russos opositores contrários à invasão estariam por trás da explosão. "As aranhas estão comendo umas às outras em uma jarra", escreveu o conselheiro presidencial ucraniano Mikhailo Podoliak em inglês no Twitter. "A questão de quando o terrorismo doméstico se tornaria um instrumento de luta política interna era uma questão de tempo."

ANTECEDENTE. Em agosto, Daria Dugina, uma comentarista de 29 anos de um canal nacionalista de TV russo, morreu quando um dispositivo explosivo controlado remotamente colocado em seu SUV explodiu enquanto ela dirigia nos arredores de Moscou. Ela e seu pai – um filósofo, escritor e teórico político pró-Kremlin – apoiaram fortemente a decisão do presidente russo, Vladimir Putin, de enviar tropas para a Ucrânia. As autoridades russas culparam a Ucrânia pelo ataque, mas Kiev negou envolvimento. ● AP e NYT

INVESTIGATIVE COMMITTEE OF RUSSI

Bar em São Petersburgo foi de Prigozhin, chefe do Grupo Wagner

EUA pedem a chanceler russo libertação imediata de jornalista

WASHINGTON

O secretário de Estado americano, Antony Blinken, telefonou ontem para o chanceler russo, Serguei Lavrov, e pediu a libertação imediata de Evan Gershkovich, jornalista americano detido na semana passada acusado de espionagem.

"Blinken expressou a grave preocupação dos EUA com a detenção inaceitável de um jornalista americano pela Rússia", disse um porta-voz do Departamento de Estado, Vedant Patel. Segundo ele, o secretário de Estado também exigiu a soltura de Paul Whelan, outro americano encarcerado no país.

Whelan, um executivo de segurança corporativa de Michigan, está preso na Rússia desde dezembro de 2018 por acusações de espionagem que sua família e o governo dos EUA disseram ser infundadas. Ele está cumprindo uma sentença de 16 anos de prisão.

Gershkovich é jornalista do *Wall Street Journal* e foi detido por agentes de segurança na Rússia na quarta-feira. Esta foi a primeira vez que um correspondente americano é detido por acusações de espionagem desde a Guerra Fria.

O serviço de segurança da Rússia, FSB, herdeira da KGB, disse que ele estava coletando informações sobre uma empresa do complexo militar-industrial. O jornal rejeitou as acusações.

De acordo com um comunicado do Ministério das Relações Exteriores da Rússia, Lavrov respondeu que era um absurdo os EUA politizarem a prisão e lembrou "a necessidade de respeitar as decisões das autoridades russas, tomadas de acordo com a lei e as obrigações internacionais da Federação Russa".

"Foi enfatizado que é inaceitável que as autoridades em Washington e a mídia ocidental criem uma agitação com a clara intenção de dar a este caso um teor político", acrescentou o ministério.

O tribunal de Lefortovo, em Moscou, determinou na quinta-feira dois meses de detenção preventiva para Gershkovich por suposta espionagem. Segundo fonte dos serviços de segurança citada pela agência Tass, o repórter, que pode ser condenado a 20 anos de prisão, declarou-se inocente perante o juiz.

Risco

Evan Gershkovich, do 'Wall Street Journal', pode ser condenado a até 20 anos de prisão por espionagem

Emma Tucker, editora-chefe do *Wall Street Journal*, disse que não conseguiu enviar mensagens ao repórter ou obter qualquer informação. Funcionários consulares dos EUA solicitaram uma visita a Gershkovich, mas não houve resposta. ● AFP, AP e EFE

artplan
Patrocinador Master
Heineken
PRONTOS PARA ENTRAR PARA A HISTÓRIA
Entrar para a história é viver um momento que vai ser lembrado por gerações. Quem esteve no primeiro Rock in Rio, até hoje diz "Eu Fui" com o maior orgulho. Agora, essa emoção vai se repetir com The Town.
Thiago Amaral e Gabriel Sampaio serão lembrados por promoverem, com seu trabalho, um festival para todos. Lua, fã dos festivais, por pisar pela primeira vez na Cidade da Música. Tasha e Tracie, por levarem a arte da periferia para o festival. Desirré Andrade, por registrar seus melhores momentos. E Ney Matogrosso, que abriu o primeiro Rock in Rio, por brilhar na abertura do primeiro The Town.
Vem aí a 1ª edição do maior festival de música, cultura e arte de São Paulo. Entre também para a história.
DOS MESMOS CRIADORES DO ROCK IN RIO
THE TOWN
SÃO PAULO
16
VENDAS: 18 DE ABRIL ÀS 19H
2, 3, 7, 9 E 10 DE SETEMBRO | THETOWN.COM.BR
Menores de 16 anos só acompanhados dos responsáveis legais, classificação sujeita a alteração.
Apoio Institucional
CIDADE DE SÃO PAULO
Content Partner
TikTok
Media Partners
tvglobo
MULTI SHOW
MIX
ESTADÃO
Patrocinadores
Itaú
Porto Seguro
vivo
RIACHUELO
KitKat
Seara
Coca-Cola

América Latina

Cuba enfrenta alta repentina da inflação, que surpreende população

Presidente participa amanhã de reunião com colegas de Brasil, México, Argentina e Colômbia para adotar estratégias contra crise

HAVANA

Cuba é hoje um dos países latino-americanos que enfrentam uma forte escalada inflacionária, mas o aumento repentino tomou os cubanos de surpresa. Para fazer frente à crise, o presidente Miguel Díaz-Canel participará amanhã de uma teleconferência com seus homólogos de Brasil, México, Colômbia e Argentina, também afetados pela alta da inflação e cujos governos de esquerda tentam adotar estratégias comuns para reduzir os preços ao consumidor.

REFORMA. A aposentada cubana Xiomara Castellanos, de 80 anos, ficou feliz quando o governo aumentou salários e pensões em 2021 em uma reforma monetária, mas em nenhum momento pensou que os preços atingiriam níveis sem precedentes na ilha. Em janeiro de 2021, as autoridades colocaram em prática uma reforma para acabar com a aplicação da taxa de um dólar por um peso cubano que vigorava há décadas e causava distorções na economia nacional.

Isso levou a uma desvalorização do peso cubano. A moeda subiu de 24 para 120 pesos por dólar à taxa oficial. No mercado negro está agora em 180.

Ainda que o salário tenha aumentado em média 450% com a reforma, os preços não acompanharam. Xiomara recebe uma pensão mensal de 1.528 pesos cubanos, ou US$ 13,80 pela taxa oficial, quase o mesmo valor de uma caixa de 30 ovos (US$ 14).

Segundo dados oficiais, a inflação aumentou 70% em 2021 e 39% em 2022. Para Pavel Vidal, acadêmico da Pontifícia Universidade Javeriana de Cali, na Colômbia, as estatísticas oficiais "subestimaram a inflação efetiva em 5 a 6 vezes". "A inflação real em 2022 ultrapassou os 200%, uma das mais altas do planeta."

A aposentada cubana fica indignada quando vai comprar os produtos do "caderno de abastecimento", criado em 1963 por Fidel Castro para combater a escassez de alimentos e um símbolo de segurança alimentar na ilha. Cada vez, Xiomara coloca menos produtos na lista.

ADALBERTO ROQUE / AFP-31/3/2023

Cubanos compram banana em Havana; salário médio é de US$ 33

Pelo preço quase simbólico de US$ 1,42, Xiomara compra com o caderno em mãos na mercearia perto de sua casa o que o Estado lhe destina de modo subsidiado por mês: sete quilos de arroz, meio litro de óleo, sete ovos, três quilos de feijão, seis quilos de frango e um pacote de café. "Compro o que eles me dão e sempre como frango", diz, enquanto cozinha, chateada por não gostar do alimento.

COTIDIANO. O economista cubano Omar Everleny Pérez afirma que um casal precisa de cerca de US$ 113 por mês para comprar comida. Além disso, esse mesmo casal precisa de US$ 233 para cobrir os gastos com transporte, roupas, recreação, serviços públicos e internet.

Xiomara parou de beber leite porque o quilo do leite em pó custa US$ 14 nas pequenas lojas particulares que começaram a fervilhar com a autorização do governo em 2021 e agora vendem até produtos importados.

As práticas de livre mercado se aprofundaram em Cuba graças à abertura ao setor privado, promovida por Raúl Castro durante seu mandato (2008-2018). Na ilha, com 11,1 milhões de habitantes e onde o salário médio é de US$ 33, uma parte da população recebe remessas e outra, grupo menor, bônus ou outros lucros em empresas estatais.

O economista Pérez explicou que as famílias que recebem remessas têm renda maior quando trocam suas moedas por pesos cubanos.

"O que me preocupa é que o mundo se tornou mais desigual para os cubanos", disse.

O país vive a pior crise econômica em três décadas. "Antes (2021) não havia IPC (Índice de Preços ao Consumidor) em Cuba", explicou Pavel Vidal, mas com base nas informações geradas com o PIB "pode-se dizer que é a maior inflação registrada na ilha", mesmo acima da crise do chamado Período Especial na década de 1990, iniciado após o fim da União Soviética. ● AFP

RADAR GLOBAL

HAARETZ

AVISHAG SHAAR-YASHUV/THE NEW YORK TIMES

Israel

Governo aprova criação de Guarda comandada por ministro radical

O governo do premiê israelense, Binyamin Netanyahu, aprovou ontem de forma preliminar a criação de uma Guarda Nacional que será supervisionada pelo ministro de Segurança, Itamar Ben-Gvir, conhecido por suas declarações e ações contra os árabes. Os críticos dizem que a nova guarda será uma milícia privada de Ben-Gvir, um ex-ativista de direita que foi várias vezes condenado de incitação por apoiar um grupo extremista judaico. ●

EL UNIVERSAL

PDVSA

Venezuela

Operação contra corrupção já deteve 42 empresários e funcionários

Já são 47 os detidos na Venezuela desde o dia 17 em uma operação anticorrupção dentro da estatal petroleira PDVSA e de outras empresas governamentais. Entre eles, estão funcionários de alto escalão e empresários, informou ontem o Ministério Público. O presidente da estatal Corporação Venezuelana de Guayana e os responsáveis pela Siderúrgica do Orinoco (Sidor) foram os detidos mais recentes. ●

BBC

BBC.COM

Suíça

Bloco de granito em cemitério de Chur é monumento nazista, diz estudo

Por décadas, o enorme bloco de granito no cemitério da cidade suíça de Chur foi ignorado. Mas agora o monumento está causando constrangimento. Pesquisa de um jornalista local revelou que ele tem ligações com a Alemanha nazista e seria uma homenagem aos mortos na guerra. Durante o conflito, alemães na Suíça continuaram ativos no partido nazista. E os suíços, esperando ficar fora da luta, fizeram concessões a Berlim. ●

THE NEW YORK TIMES

SPUTNIK

Rússia

Defensora russa dos direitos das crianças é acusada de sequestro

Maria Lvova-Belova, comissária russa para os direitos da criança, levou para a Rússia várias crianças ucranianas de áreas ocupadas por Moscou na Ucrânia. Agora, é acusada de sequestro pelo Tribunal Penal Internacional. Ela usou sua autoridade para transferir para a Rússia o que a Ucrânia diz serem 16 mil crianças. Algumas delas descreveram um doloroso processo de coerção e engano, com muitas colocadas em casas para se tornarem cidadãs russas. ●

DEUTSCHE WELLE

KIMMO BRANDT/EFE

Finlândia

Oposição de direita vence eleição, desbancando primeira-ministra

A centro-direita venceu a eleição finlandesa de ontem, com 48 das 200 cadeiras do Parlamento, desbancando os social-democratas, liderados pela premiê Sanna Marin, de centro-direita. Com esse resultado, a centro-direita pode entrar no governo, se conseguir formar uma aliança com a esquerda ou com o Partido dos Finlandeses, de extrema direita, que conseguiu 43 assentos. Em 2019, Marin se tornou a premiê mais jovem do mundo, com 34 anos. ●

Educação

Medo e impotência afetam escolas estaduais de SP após ataque

 Docentes relatam dificuldade em lidar com o tema após morte em sala de aula. Alunos de perfil agressivo ou isolado passam a ser mapeados

TABA BENEDICTO / ESTADÃO

A professora Elisabete Tenreiro, de 71 anos, foi morta após ser esfaqueada por aluno em escola de SP

RENATA CAFARDO

Medo, frustração e sensação de impotência. A semana que começou com a morte de uma professora por um aluno de 13 anos terminou para os docentes das escolas estaduais de São Paulo sem caminhos claros para evitar que a tragédia se repita. "A gente se sente de mãos atadas", diz uma professora de Biologia, que trabalha na zona norte e pediu para não ser identificada. "Tenho muita frustração por não conseguir educar, ensinar nossos alunos a serem pessoas melhores, a viver em sociedade."

Medidas
Governo iniciou o processo para contratação de 150 mil horas de atendimentos presenciais de psicólogos

Outra coordenadora de uma escola na zona leste fala da dificuldade para tratar o tema. "Falta alguém para direcionar o que temos que fazer, que tipo de dinâmica? E se eu abro uma roda de conversa e isso vira um gatilho?" Com medo, depois do ataque à Escola Thomazia Montoro, a profissional que trabalha há mais de 20 anos com adolescentes, diz que gostaria de voltar a ensinar apenas crianças. Colegas falam em adiantar a aposentadoria.

"Desde a pandemia, os problemas de saúde mental só pioram, todo dia tenho um aluno em crise, menino tremendo, taquicardia, aí você fala para procurar o SUS, não tem vaga" completa ela, que também pediu anonimato. Estudos do Instituto Ayrton Senna mostraram em 2022 que 69% dos alunos tinham sintomas de ansiedade ou depressão na rede estadual. Pesquisas internacionais indicam alto índice de doenças psiquiátricas entre estudantes.

Na semana passada, após o caso da escola na Vila Sônia, muitas escolas ouvidas pelo **Estadão** disseram que passaram a mapear alunos com perfil agressivo ou isolado, numa tentativa de prevenção. "A gente levantou o nome de crianças que se isolam, que ficam no canto, com blusa no calor, criou um olhar para detectar problemas", conta a professora de História Janaína de Paula, que dá aulas em São Mateus, zona leste. "Em reunião, eu falei para focar nesses alunos mais apáticos, que se excluem de tudo e todos. Fica esse clima de medo, como se todo mundo fosse suspeito", completa a coordenadora.

Em outra escola, pais foram chamados com urgência para discutir a situação do filho. Mas profissionais relatam que muitas vezes têm dificuldades com famílias que não levam crianças e adolescentes para tratamento e, quando o fazem, o sistema é lento. "O professor virou psicólogo, psiquiatra, conselheiro tutelar", diz o coordenador de uma escola de Mauá, na Grande São Paulo, André Sapanos. "É muita apreensão, você sente que cada vez chega mais perto", diz, sobre o ataque à escola.

ATENÇÃO. Segundo a polícia, o adolescente que matou a professora Elisabeth Tenreiro, de 71 anos, havia sido encaminhado para um Centro de Atenção Psicossocial (Caps), mas não houve continuidade do tratamento. Procurada, a secretaria municipal de Saúde disse que o "tempo e a proposta de atendimento podem variar de acordo com a especificidade do caso". E que "as equipes fazem busca ativa dos pacientes faltosos".

Durante a pandemia, o governo estadual contratou uma empresa que fornecia sessões com psicólogos online. Professores reclamam que os atendimentos eram feitos com a sala toda, sem frequência definida e pouco efetivos. A gestão atual encerrou o serviço em fevereiro e iniciou o processo para contratar 150 mil horas de psicólogos que atenderão de forma presencial. A previsão é para início em maio. Em nota, também afirmou que vai aumentar de 500 para 5 mil educadores no programa Conviva, de convivência escolar, com "formação para identificar vulnerabilidades".

A gerente de projetos do Edulab 21, do Instituto Ayrton Senna, Ana Carla Crispim, diz que a situação requer trabalho intersetorial. "Não existe uma solução única, é preciso ter ações preventivas, remediativas, na saúde e na educação."

"O professor é quem mais entende da pessoa daquela idade, estão muito perto. Ao dar informações corretas para que ele possa agir, você o empodera", diz o psiquiatra e presidente do Instituto Ame a Sua Mente, Rodrigo Bressan. A ONG faz formação com professores de escolas públicas sobre saúde mental.

A diretora da Escola Estadual Olga Benatti, na Vila Prudente, Marcia Guerrise, também viu pais e professores apreensivos nesta semana. Mas a experiência que equipe já tinha em lidar com saúde mental, adquirida em formações feitas por parceiros desde 2018, deu mais segurança. "Paramos a primeira aula, os professores se reuniram com grupos de alunos e discutimos a importância de falar, de ver o adulto e o colega como seu apoio." ●

Covid-19

Reforço da vacina só para grupo de risco é acerto, dizem médicos

Recomendação foi feita pela OMS na semana passada. Especialistas pontuam necessidade de olhar contexto local

RENATA OKUMURA

TIAGO QUEIROZ / ESTADÃO

Aplicações de doses no Brasil seguem previsões especificadas pelo Programa Nacional de Imunizações

A recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS) para aplicar doses de reforço da vacina contra a covid-19 somente nos grupos de alto risco suscitou debate entre especialistas da área. A avaliação entre médicos brasileiros é que no País uma nova vacinação em massa realmente não seria necessária, enquanto outros pontuam que as especificidades locais devem ser levadas em consideração.

No comunicado, a OMS justifica a recomendação "dado o alto nível de imunização alcançado pelas populações em vários países", mas afirma que as autoridades locais devem analisar contextos específicos. "É um reflexo de que grande parte da população já está vacinada, foi infectada com a covid-19, ou as duas coisas ao mesmo tempo", afirmou Hanna Nohynek, presidente do Grupo Assessor Estratégico de Especialistas em Vacinas (SAGE) da OMS.

Representante do Brasil no comitê da OMS, o pediatra e infectologista Renato Kfouri destaca que a nova recomendação vale especialmente para as doses de reforço. "A questão é reforço, levando em consideração principalmente que todos precisam ter tomado três doses no esquema básico", afirmou ele. Segundo Kfouri, a discussão no grupo de especialistas foi bastante intensa porque levava em conta muitas realidades diferentes.

"Estabelecer uma recomendação única para os países não é uma tarefa fácil, então, acho que o que foi decidido é o que já imaginávamos e defendemos. Não há evidências suficientes hoje para reforçar a vacina na população inteira (*no mundo todo*)", afirmou.

"A doença está ficando com caráter endêmico. A pandemia está acabando e vamos migrar para um modelo de vacinação, como vacinamos as pessoas contra a gripe, entendendo quais são os grupos mais vulneráveis e fazendo recomendações em saúde pública, focadas no público que tem maior risco de mortalidade", disse ainda Kfouri, também presidente do Departamento de Imunizações da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP).

> ***"A doença está ficando com caráter endêmico. A pandemia está acabando e vamos migrar para um modelo de vacinação, como vacinamos as pessoas contra a gripe, entendendo quais são os grupos mais vulneráveis e fazendo recomendações em saúde pública."***
> **Renato Kfouri**
> **Infectologista e representante do Brasil no comitê da OMS**

Lauro Ferreira Pinto Neto, infectologista da Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI) e professor da Escola de Medicina da Santa Casa de Vitória, concorda com a decisão anunciada pela OMS, que leva em conta, segundo ele, a realidade atual. "O painel é dinâmico e mudanças podem ocorrer", afirma o especialista.

DECISÃO. Já Giovanna Marssola Nascimento, infectologista do Hospital Leforte da unidade Morumbi, lembra que o próprio consenso dos especialistas da OMS orientou que os países embasassem suas decisões em fatores contextuais (carga da doença, custo-efetividade e outras prioridades programáticas ou de saúde e custos de oportunidade). "O cenário brasileiro é de baixa cobertura vacinal de várias doenças por falta de políticas de incentivo nos últimos anos. Estamos em um momento de resgatar a importância da cobertura vacinal no País. Desencorajar este processo seria, a meu ver, um retrocesso", afirma a especialista.

Cláudia França Cavalcante Valente, coordenadora do Departamento Científico de Imunização da Associação Brasileira de Alergia e Imunologia (Asbai), afirma que as reavaliações acontecem em todos os programas de imunizações para todas as doenças.

Com a covid-19 em novo momento epidemiológico, é indicada uma reavaliação sobre a aplicação da vacina de reforço, mas no caso do Brasil, segundo ela, devem ser seguidas as indicações do Programa Nacional de Imunizações (PNI). ●

Natureza

Plantas estressadas emitem sons, diz estudo

Quando as plantas são submetidas a algum tipo de estresse, elas emitem sons em uma frequência que os humanos não conseguem ouvir, mas são semelhantes ao estouro de plástico bolha. Ele pode ser detectado a mais de um metro de distância e seu volume é semelhante ao de uma conversa normal. Um estudo da Universidade de Tel Aviv publicado na revista *Cell* estudou esses sons em plantas de tomate e tabaco "estressadas", seja devido à falta de água ou porque um caule foi cortado.

A frequência desses sons é muito alta para nossos ouvidos captarem, mas existem animais e plantas que "podem ouvi-los, então há uma chance de haver muita interação acústica acontecendo", disse o coordenador do estudo Lilach Hadany, da Universidade de Tel Aviv, em Israel.

Embora vibrações ultrassônicas já tenham sido registradas em plantas, esta é a primeira evidência de que elas são transmitidas pelo ar, fato que as torna mais relevantes para outros organismos do ambiente, explica a publicação. As plantas interagem com insetos e outros animais, muitos dos quais usam o som para se comunicar, "então seria altamente inadequado para as plantas não usar som algum", disse Hadany.

A equipe agora está estudando as respostas de outros organismos, tanto animais quanto vegetais, a esses sons, e a capacidade de identificar e interpretar sons em ambientes naturais. ● /COM AGÊNCIAS INTERNACIONAIS

NOTAS E INFORMAÇÕES

Sofrimento sem água e esgoto

Relatório da ONU alerta para a gravidade de um problema que o Brasil tem como resolver

A ONU lançou há alguns dias um relatório que estima que 26% da população mundial sofre com a falta de acesso à água potável – o impressionante número de 2 bilhões de pessoas. A situação é ainda pior no que diz respeito a saneamento básico, com 46% dos habitantes, ou 3,6 bilhões de pessoas, sem dispor desse tipo de serviço em condições adequadas. Os dados são referentes a 2020 e dão a exata dimensão do tipo de desafio que a humanidade precisa superar para garantir direitos básicos em escala global.

A escassez de água potável é ameaça direta à sobrevivência. Somada à falta de esgoto, gera efeitos perversos sobre o desenvolvimento econômico e social, com graves reflexos na saúde da população, notadamente na das crianças. A propósito, estima-se que a falta de higiene provoque 1,4 milhão de mortes por ano. Não à toa, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) número 6 da ONU estipulou a meta de garantir água potável e saneamento para todos os habitantes do planeta até 2030. Algo que, no atual ritmo, não será atingido.

Ciente do atraso, a ONU promoveu recentemente, em Nova York, a maior conferência internacional sobre o tema desde 1977. O encontro serviu de palco para o lançamento do *Relatório de Desenvolvimento Mundial da Água 2023*, que mostra que o consumo global vem crescendo no ritmo de 1% ao ano há quatro décadas. A previsão é que a tendência se mantenha até 2050, puxada pelos países em desenvolvimento, que são os que mais sofrem com a falta de tecnologia e de capacidade de investimento.

O documento chama a atenção também para a poluição dos rios e para as mudanças climáticas, fatores que deverão acentuar o problema. O aquecimento global, segundo o relatório, levará partes da América do Sul, do Leste Asiático e da África Central a enfrentar escassez sazonal de água. Vale notar que a América Latina e o Caribe são citados como a região onde mais se agravou o estresse hídrico no período 2008-2018.

De fato, o Brasil tem motivos para se preocupar. Na mesma semana da reunião da ONU em Nova York, o Instituto Trata Brasil divulgou a 15.ª edição do *Ranking do Saneamento*, que mostrou que quase 35 milhões de pessoas sofrem com a falta de acesso à água potável no País, enquanto cerca de 100 milhões vivem em áreas sem rede de esgoto. Um desastre. Como se não bastasse, a perda média de água tratada nas cem cidades mais populosas chega a 36%, um desperdício inaceitável.

O histórico déficit de serviços de água e esgoto já penalizou demais a população brasileira. Foi o que levou o Congresso a aprovar, em 2020, o marco legal do saneamento – iniciativa alinhada às melhores práticas internacionais, capaz de atrair investimentos privados e de livrar o Brasil de um atraso inaceitável. Já passou da hora de o País fazer o dever de casa e contribuir decisivamente para reduzir as estatísticas de desabastecimento e falta de saneamento básico. O governo federal ajudará muito se não mexer no marco. Não é com retrocessos que se vai garantir água encanada e rede de esgoto.●

Escravidão

PF resgata quatro argentinos de fazenda no RS

A Polícia Federal resgatou na noite do sábado quatro trabalhadores argentinos em condição análoga à de escravo no município de Nova Petrópolis, no Rio Grande do Sul. Entre os trabalhadores, que atuavam no corte de lenha em uma propriedade rural, havia um menor de idade.

A Polícia Federal, policiais militares e fiscais do Ministério do Trabalho se deslocaram até a propriedade após receberem informações de que trabalhadores haviam sido abandonados pelos empregadores e estavam sem recurso para alimentação e estadia.

Na propriedade, os trabalhadores estavam acampados na mata, em condições insalubres, sem água potável, sem banheiros e sem energia elétrica e totalmente desassistidos.

Um homem, que estava responsável pelas atividades, foi preso em flagrante por redução à condição análoga à de escravo, previsto no artigo 149 do Código Penal. A reportagem não conseguiu obter contato com a defesa do suspeito. ●

PREVISÃO DO TEMPO

HOJE: MANHÃ 15° | TARDE 27° | NOITE 18° | VOLUME DE CHUVA 0MM | UMIDADE RELATIVA 63%

TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
17°/ 29°	17°/ 27°	18°/ 26°	19°/ 24°

SOL
NASCENTE: 6H15
POENTE: 18H04

LUA: **CRESCENTE**

CRESCENTE	28/3	23H32
CHEIA	6/4	1H34
MINGUANTE	13/4	6H11
NOVA	20/4	1H37

Estado de SP

● Muita variação de nuvens pela manhã, mas o sol aparece bem mais. Não há previsão de chuva.

Tábuas das marés: Porto de Santos

SO ↗ 18 nós — 3,0m

HOJE			TERÇA, 04		
1h01	↑	1,5	1h31	↑	1,5
6h58	↓	0,5	7h31	↓	0,4
12h28	↑	1,5	13h05	↑	1,6
19h16	↓	0,3	19h51	↓	0,3

QUARTA, 05			QUINTA, 06		
2h01	↑	1,4	2h34	↑	1,3
8h05	↓	0,4	8h40	↓	0,4
13h44	↑	1,6	14h25	↑	1,5
20h26	↓	0,3	21h04	↓	0,4

Capitais	MÍN./MÁX.		MÍN./MÁX.
ARACAJU	24°/30°	MACEIÓ	24°/30°
BELÉM	24°/29°	MANAUS	22°/31°
BELO HORIZONTE	17°/26°	NATAL	24°/31°
BOA VISTA	24°/36°	PALMAS	21°/31°
BRASÍLIA	17°/26°	PORTO ALEGRE	15°/30°
CAMPO GRANDE	21°/30°	PORTO VELHO	20°/31°
CUIABÁ	23°/32°	RECIFE	23°/31°
CURITIBA	13°/26°	RIO BRANCO	21°/30°
FLORIANÓPOLIS	19°/28°	RIO DE JANEIRO	19°/28°
FORTALEZA	24°/28°	SALVADOR	24°/30°
GOIÂNIA	19°/29°	SÃO LUÍS	23°/30°
JOÃO PESSOA	23°/31°	TERESINA	22°/31°
MACAPÁ	23°/31°	VITÓRIA	22°/27°

Confira a previsão para os próximos dias: **www.estadao.com.br/clima-e-tempo/sp-sao-paulo**

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.		FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0	18°/34°	MÉXICO	-3	18°/29°
ATENAS	5	13°/17°	MIAMI	-1	22°/33°
BARCELONA	4	9°/16°	MONTEVIDÉU	0	18°/23°
BERLIM	4	0°/7°	MOSCOU	5	3°/13°
BRUXELAS	4	2°/9°	NOVA YORK	-1	4°/18°
BUENOS AIRES	0	20°/23°	PARIS	5	2°/11°
CARACAS	-1	20°/27°	ROMA	5	9°/18°
CHICAGO	-3	5°/9°	SANTIAGO	0	15°/26°
ESTOCOLMO	4	-4°/3°	SYDNEY	14	16°/23°
GENEBRA	4	-4°/1°	TEL-AVIV	6	13°/27°
JOHANNESBURGO	3	15°/25°	TÓQUIO	12	10°/16°
LIMA	-2	23°/23°	TORONTO	-1	2°/12°
LISBOA	3	8°/22°	WASHINGTON	-1	6°/20°
LONDRES	3	3°/11°			
LOS ANGELES	-5	12°/19°			
MADRID	4	3°/18°			

CLIMATEMPO
A StormGeo Company

Semana Santa

Recuperado, papa Francisco celebra missa de Domingo de Ramos

Pontífice presidiu celebração na Praça São Pedro após passar três dias internado. Rouco, ele leu discurso por 15 minutos

Usando um casaco comprido e com a voz rouca, o papa Francisco, de 86 anos, celebrou a missa no Domingo de Ramos, na Praça São Pedro do Vaticano, neste domingo diante de dezenas de milhares de fiéis, um dia depois de receber alta após internação por bronquite infecciosa.

O sol apareceu por entre as nuvens durante a missa, uma das mais longas do calendário da Igreja, enquanto o papa Francisco, vestindo túnica vermelha sobre o casaco, sentava-se em uma cadeira com dossel na praça. Durante a celebração, o pontífice agradeceu pelas orações realizadas por sua saúde.

O papa assumiu seu lugar depois de continuar no papamóvel, com a palma da mão trançada, na longa e solene procissão de cardeais, prelados e fiéis. Cada participante carregava ramos de oliveira ou palmeira.

INTERNAÇÃO. Durante a internação de três dias, Francisco recebeu antibióticos intravenosos, que ajudaram na sua recuperação. Ele apareceu pela última vez na Praça de São Pedro para sua audiência semanal na quarta-feira passada, antes de ser levado para o Hospital Agostino Gemelli, em Roma, mais tarde naquele mesmo dia por indisposição, com dores no peito. Exames confirmaram o diagnóstico.

No início da cerimônia deste domingo, sua voz soou firme. Apesar da rouquidão, Francisco leu um discurso de 15 minutos, às vezes acrescentando comentários improvisados para enfatizar algo ou pontuando suas palavras com gestos manuais.

A homilia se concentrou nos momentos em que as pessoas sentem “uma dor extrema, um amor que falha ou se sentem rejeitadas ou traídas”. Ele citou “crianças que são rejeitadas ou abortadas, casamentos fracassados e formas de exclusão social, injustiça e opressão e a solidão da doença.”

Partindo do discurso preparado, Francisco falou sobre um sem-teto alemão que morreu “sozinho, abandonado” sob uma das colunas que cerca a Praça de São Pedro, onde os sem-teto costumam dormir. “Eu também preciso que Jesus me acaricie”, disse Francisco.

SEMANA SANTA. A missa de Domingo de Ramos comemora a entrada de Jesus em Jerusalém antes de sua crucificação, que os cristãos celebram na Sexta-Feira Santa. O Domingo de Ramos deu início à agenda lotada do pontífice na Páscoa.

O Vaticano disse no sábado do passado que Francisco presidirá as cerimônias da Semana Santa, que culminarão na missa de Domingo de Páscoa, no dia 9, na Praça São Pedro. ● **/COM AGÊNCIAS INTERNACIONAIS**

Agenda
Domingo de Ramos dá início à agenda lotada do pontífice, que segue até a Páscoa, no dia 9

SÃO PAULO RECLAMA

Leitor questiona falta de funcionários em obra

Reclamação de Sérgio Cukier: “Eu sou morador da Rua Professor Basileu Garcia, na região de Pinheiros, na zona oeste de São Paulo, onde uma empresa de empreendimentos e engenharia estaria construindo um muro de arrimo. Há vários dias, percebo que ninguém aparece para trabalhar. Na segunda-feira da outra semana veio um funcionário para buscar equipamentos para outras obras. Aparentemente, eles têm mais obras do que a capacidade de profissionais para executar a quantidade de obras que lhes são encaminhadas. O prazo de término é dia 2 de março de 2023, mas estão na reforma desde dezembro e o valor desta obra é de quase R$500 mil. Um muro de arrimo por meio milhão de reais e ainda não vão trabalhar.”

Resposta da Secretaria Municipal das Subprefeituras: “A obra localizada na Rua Professor Basileu Garcia, em Pinheiros, é referente a construção de um novo muro de contenção e recuperação estrutural do muro de concreto. Devido às fortes chuvas, a entrega foi postergada para o fim de abril.”

Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ UM SÉCULO

Ladrões assaltantes

O delegado de policia communicou ao sr. delegado geral que no bairro do Japava três individuos assaltaram a casa do japones Tahata Kanikata que foi por elles muito maltratado bem como sua mulher. Os ladrões só abandonaram as suas victimas depois de se terem apropriado do dinheiro que havia na casa. Com as dilligencias feitas, um dos ladrões já foi descoberto e preso, prosseguindo a policia nas suas pesquizas para a prisão dos demais, que ainda se encontram refugiados naquella localidade.

Casa Allemã

ACOLCHOADOS DE SEDA

com enchimento de lan ou palha de seda feitos inteiramente a mão, com superior seda de côres modernas.

EXPOSIÇÃO NA VITRINA

CORREÇÕES

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias.estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2139 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11)99123-8351. ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

Irmgard Amalie Roth – Aos 94 anos. Filha de Hans Spanjer Herford e Ilse Spanjer Herford. Deixa os filhos Eliane Roth, Thomas Roth, parentes e amigo. O enterro foi realizado no Cemitério Israelita do Butantã.

Magdalena Catharina Weinberger – Aos 87 anos. Filha de Victor Sulzbeck e Rosa Sulzbeck. Deixa os filhos Pedro Eduardo Weinberger, Paulo Eugenio Weinberger, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério do Butantã.

José Barriento Campano – Aos 86 anos. Filho de Antonio Barriento e Annita Campano. Era casado com Julia das Dores dos Santos Campano. Deixa parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério da Paz.

Enio Saravalli – Aos 82 anos. Filho de Francisco Saravalli e Izabel Peres Domingues. Deixa os filhos Rogerio, Eneide, Paula, Roberta, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério da Paz.

Paulo Montrezor – Aos 70 anos. Filho de João Montrezor e Olivia Borjato. Era casado com Aparecida Sonia de Carvalho Montrezor. Deixa os filhos Briggida Germana e Cleber Renato. O enterro foi realizado no Cemitério Municipal de Bebedouro.

IN MEMORIAM

Nazira Simão Alexandre – Amanhã, às 18h30, na Paróquia São Gabriel Arcanjo, na Av. São Gabriel, 108, Jardim Paulista.

MISSA

Stella de Almeida Prado Bernardes de Oliveira – Amanhã, às 11 horas, na Paróquia São José, na R. Dinamarca, 32, Jardim Europa (7º dia).

Campeonato Paulista

Abel ‘aplaude’ Água Santa após derrota do Palmeiras em Barueri

Favorito, time da capital não joga bem e vê Mezenga brilhar na primeira partida da final do Estadual (2 a 1): rival se mostra organizado, valente e com qualidade

MARCOS ANTOMIL

Está encerrada a invencibilidade do Palmeiras na temporada. Ontem, na Arena Barueri, a equipe de Abel Ferreira sucumbiu diante do Água Santa e perdeu por 2 a 1 o jogo de ida da final do Campeonato Paulista. Bruno Mezenga marcou os dois gols do time de Diadema e ofuscou Endrick, que voltou a balançar as redes após longo jejum no ano. Ele saiu do banco de reservas com sua qualidade técnica colocada em dúvida. E fez o único gol do time, o seu primeiro na temporada.

“Ou vamos passar vergonha no próximo jogo, ou fazer a nossa parte. Não estivemos no nosso normal. A única coisa boa da partida foi saber que há um segundo jogo. Passado vive no museu. O que ganhamos é passado. Repito: se tivesse um jogo só, estaríamos aqui a lamentar e a aplaudir o rival”, disse Abel após perder a primeira partida da decisão.

Enquanto o Água Santa descansa para a partida de volta na casa alviverde, o Palmeiras terá de viajar para La Paz e encarar a altitude de 3.600 metros no primeiro desafio da fase de grupos da Libertadores, diante do Bolívar, na quarta-feira, às 21h30.

Na final do Estadual, no próximo domingo, às 16h no Allianz Parque, o Palmeiras precisará vencer por dois gols de diferença. Caso vença pelo placar mínimo, a decisão vai para os pênaltis. O empate é do Água Santa. Se isso acontecer, o time que nasceu na várzea de Diadema vai festejar o seu primeiro título. Abel Ferreira disse que viu muita vontade do seu adversário.

WERTHER SANTANA/ESTADÃO

Bruno Mezenga marca os dois gols do Água Santa em Barueri

Não só a presença de público majoritariamente alviverde como a imposição técnica dos primeiros minutos fizeram do Palmeiras o mandante do duelo. As criações do Água Santa eram mínimas, enquanto os comandados de Abel não deixavam o rival respirar, com uma blitz no campo de ataque. Raphael Veiga apareceu com liberdade em alguns lances e armou bons ataques pela esquerda. Dudu e Breno Lopes tiveram oportunidades de marcar.

O estilo de jogo do Palmeiras não permite ao oponente aflorar suas qualidades individuais. O Água Santa tem muita força física e é bem organizado em campo. O contra-ataque foi sua arma mais perigosa. As brechas dadas pelo time de Diadema eram poucas, mas apareceram. O goleiro Ygor Vinhas teve de trabalhar para impedir que sua meta fosse vazada.

Apesar do controle do jogo, o Palmeiras tinha dificuldades para encontrar o caminho do gol. Com isso, o Água Santa começou a se sentir mais à vontade e deixou o encontro mais morno. Luan Dias assustou Weverton em chute de longa distância. No fim do primeiro tempo, Lucas Tocantins liderou um contragolpe, ficou de frente para o goleiro do Palmeiras, mas perdeu o gol graças à intervenção de Marcos Rocha. O lance gerou escanteio. Na cobrança, Bruno Mezenga desviou e balançou as redes, aos 43 minutos: 1 a 0.

JOGO DE IDA – FINAL DO PAULISTÃO

ÁGUA SANTA	PALMEIRAS
2	1

GOLS: Mezenga, aos 43 do 1º; Endrick, aos 7, Mezenga, aos 46 do 2º
ÁGUA SANTA: Ygor Vinhas; Reginaldo, Marcondes, Didi e Gabriel Inocêncio; Thiaguinho (L.Kadí), Igor Henrique (Cristiano) e Luan Dias (Patrick Allan); Lucas Tocantins (D. Kaiki), Mezenga e Júnior Todinho (B. Xavier). **Técnico:** Thiago Carpini.
PALMEIRAS: Weverton; Marcos Rocha, Gómez, Murilo e Piquerez (Vanderlan); Zé Rafael (Jailson), Menino (Fabinho) e R.Veiga; Dudu (Giovani), Breno Lopes (Endrick) e Rony. **Técnico:** Abel Ferreira.
Cartões amarelos: Marcondes, Didi, Igor Henrique, Bruno Mezenga, Gabriel Menino e Reginaldo.
Árbitra: Edina Alves Batista.
Público: 22.896 torcedores.
Renda: R$ 2.180.550,00.
Local: Arena Barueri.

O gol do Água Santa redesenhou a estratégia do Palmeiras e foi um duro golpe ao time que comandou as ações ofensivas do primeiro tempo. Era tudo que o time de Thiago Carpini precisava. Para a etapa complementar, Abel colocou Endrick no lugar de Breno Lopes, abrindo Rony na ponta e deixando o jovem de 16 anos como centroavante.

Endrick perdeu as duas primeiras chances, mas a terceira não desperdiçou e anotou seu primeiro gol no ano, encerrando longo jejum e igualando o marcador aos 7 minutos. O gol saiu após escanteio de Veiga. Zé Rafael desviou a bola e o jovem apareceu na pequena área para completar.

Com o placar empatado, o Palmeiras baixou suas linhas, com o objetivo de atrair o Água Santa e ter mais espaço. Não deu certo. Weverton se tornou o jogador alviverde mais acionado e ainda viu um chute de Bruno Xavier acertar a trave.

CASTIGO MERECIDO. O Palmeiras conseguiu reequilibrar o jogo, mas seguiu com o mesmo problema da etapa inicial: não encontrar a jogada certa para o gol. A falta de repertório foi penalizada nos acréscimos. Marcos Rocha errou na saída de bola e Mezenga fez o segundo.

“Acho que foi um jogo equilibrado”, disse Gustavo Gómez. “Foi um bom primeiro tempo, mas o futebol se define nos detalhes. Penso que no nosso campo nós podemos mudar a história, já mostramos isso antes. Vai ser difícil, mas podemos”, disse o zagueiro. ●

Da várzea na década de 80 para bem perto do inédito título do Paulistão

LUIS NASCIMENTO
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

“Bora seus ‘remela’, vamos jogar bola!” A frase foi lembrada por Claudio Mendes, ex-diretor de patrimônio da torcida do Água Santa. Era dita todos os dias quando o motorista Reinaldo passava com uma Kombi por volta das 9 horas para buscar a molecada, a fim de levá-la para os treinos nos campos de barro de Diadema.

As memórias de infância dos treinos, dos churrascos na laje e da galera levando os uniformes para lavar em casa enchem os olhos de Cláudio de lágrimas. “Eu vi o Água Santa ser fundado em 1981 para disputar os torneios de várzea. Ninguém imaginava que o Água Santa chegaria onde está. Mas a gente acreditava”, diz.

Cláudio foi lateral-direito do time na década de 80, na várzea. Na época, dividia a paixão pelo clube que estava nascendo na cidade da Grande São Paulo com o amor que sentia pelo Palmeiras. “Eu vi o Água Santa crescer e o Palmeiras ganhar muitos títulos. E o melhor de tudo foi acompanhar a história desses dois clubes e ver meu filho jogar na base do sub 15 do Água Santa.”

Torcedores do time e do Palmeiras, pai e filho (Claudio e Bruno Mendes) assistem à decisão em lugares separados. “O meu pai vai assistir ao jogo na torcida do Água. Desta vez, vou ficar em casa torcendo para o time do Abel. Meu pai sempre foi mais Água do que Palmeiras”, brinca Bruno. Após o jogo de ontem, Claudio ficou mais otimista com o ‘milagre’.

PRAÇA CENTRAL. Francisco Alves, morador de Diadema há mais de 30 anos, resolveu assistir ao jogo na praça central. Para ele, a festa estava garantida qualquer que fosse o vencedor. “Imagina só um time que foi fundado para disputar campeonatos de várzea ganhando título em cima de um clube centenário como o Palmeiras? Eu ficaria feliz.” Havia um telão na praça ontem. Teve festa, música e até a exibição do documentário do penta. ●

Havia cambistas, mas entrada de torcedor na arena foi tranquila

A organização da primeira partida da final do Campeonato Paulista ficou marcada pela demora pela definição de data, horário e local do duelo, além de problemas na comercialização de ingressos. Apesar das dificuldades, a Arena Barueri não registrou problemas significativos na entrada dos torcedores. Nos arredores das bilheterias, uma dezena de cambistas tentava repassar os ingressos por até R$ 400 (valia **R$ 130**). ●

Robson Morelli *E-mail: robson.morelli@estadao.com*

Ancelotti tem de saber a verdade

A CBF namora um treinador estrangeiro para a seleção. O italiano Carlo Ancelotti é o mais querido. Contratado pelo Real Madrid até junho de 2024, ele nunca disse "sim", mas também nunca disse "não", o que faz a entidade sonhar. Semana passada, o jornal francês *L'Equipe* deu o salário de Ancelotti na Espanha: R$ 60 milhões por ano. Daria R$ 5 milhões por mês – três vezes mais o que Tite ganhava. Vale lembrar que esse montante é só para ele. Com a comissão técnica, o valor dobraria. A CBF tem de onde tirar o dinheiro até a Copa de 2026.

Mas, para mim, esse não é o principal problema. A CBF precisa falar para Ancelotti, ou para qualquer outro na mira, as verdades sobre o que é ser técnico do Brasil. Abro um parênteses aqui para dizer que ninguém me tira da cabeça que José Mourinho está mais perto do que o colega italiano. Sua condição é mesma, ele tem contrato com a Roma até junho do ano que vem, mas já esteve por aqui, tem o idioma como ponto positivo (é português) e acumula boas experiências em clubes. Seu nome ainda não saiu na lista dos sugeridos para o cargo. Ele já teve seu auge em times europeus e nunca escondeu a ideia de comandar uma seleção nacional.

Mas quais são as verdades de ser técnico do Brasil? A primeira delas é a dificuldade de calendário, de marcar amistosos contra rivais europeus e de maior qualidade. Há mais. Os clubes brasileiros criam caso para ceder seus jogadores. O torcedor, em muitos momentos, prefere o atleta no time do que na seleção. O Brasil não tem prestígio interno. O treinador, por vezes, é chamado de "burro" por pouca coisa. A seleção é 'obrigada' a vencer todas as partidas. A logística das Eliminatórias na América do Sul é desgastante. Os rivais são babas, o que faz o time sofrer pressão para os três pontos.

> ***CBF precisa contar ao seu escolhido o que é ser técnico da seleção brasileira antes de assinar***

Mas não é somente isso. O técnico estrangeiro, se contratado, precisa saber de alguns detalhes. Derrotas, por exemplo, fazem desmoronar qualquer castelo. No Brasil, perder é o fim do mundo, como atestou a sueca Pia Sundhage, técnica da seleção feminina ao **Estadão**. É o 'fim para todos', da CBF ao torcedor, passando pelos jogadores. Tem sido assim já faz algum tempo.

É preciso saber ainda como lidar com os atletas. Cada um tem suas manias. Falta instrução tática na maioria das vezes. Quando a coisa aperta, o time aposta no seu craque, que é Neymar. Ocorre que ele anda meio sem rumo, nem se sabe se quer jogar mais na seleção. O emocional pesa quando é preciso ser 'gelado'. É possível haver intervenções. O presidente da CBF, Ednaldo Rodrigues, gosta de aprovar tudo antes de deliberar. Até as tabelas.

A única seleção pentacampeão não ganha Copa desde 2002. Portanto, quando se sentar à mesa com algum treinador de fora, além de mostrar os valores, a CBF terá de contar tudo isso ao novo escolhido. ●

EDITOR GERAL DE ESPORTES DO ESTADÃO E COMENTARISTA DA RÁDIO ELDORADO

INSTAGRAM: @ROBSONMORELLI7;
TWITTER: @ROBSONMORELLI;
FACEBOOK: @ROBSONMORELLI

Fórmula 1

Hamilton ressurge na Austrália e volta a sorrir após segundo lugar

Piloto da Mercedes acaba corrida atrás de Verstappen, fica animado, mas sabe que as Red Bull ainda estão muito à frente

MELBOURNE

Bastou um segundo lugar no GP da Austrália e a reaproximação com o pódio para que o heptacampeão mundial Lewis Hamilton voltasse a sorrir. Por trás desse contentamento existe uma aposta em dias melhores no comando da Mercedes. A boa largada, tanto dele quanto de George Russell, que deixaram para trás o holandês Max Verstappen – que no fim acabou vencendo a corrida –, pode ser um sinal de que o inglês esteja certo sobre a melhora do carro. Mas Lewis é o primeiro a admitir que muita coisa precisa ser feita para que ele possa fazer frente à Red Bull.

"Estou pilotando da melhor maneira que posso, mas não estou em conexão com o carro ainda. Estamos claramente num ritmo inferior à Red Bull. Mas o fato de estar aqui brigando pelas primeiras posições e lutando com a Aston Martin é muito bom. Ainda mais nesta fase da temporada", comentou Hamilton.

Ele fez questão de agradecer a dedicação dos engenheiros. Apto a fazer a sua parte na pista, Hamilton reconhece que ainda existe um caminho a percorrer. "É um longo projeto. Vamos continuar nos esforçando bastante. Quero agradecer a todos na fábrica por trabalharem para melhorar o nosso carro. Sei que podemos preencher essa lacuna."

Apesar do otimismo de Lewis, parece que as Red Bull não serão batidas nesta temporada. Nas três primeiras corridas do ano, seus pilotos cruzaram a linha de chegada na frente. Na Austrália, na madrugada de ontem, Max Verstappen ganhou de novo, confirmando toda a superioridade dele e das máquinas da escuderia.

O piloto holandês largou na primeira posição no Circuito Albert Park, em Melbourne, e conseguiu manter a ponta na bandeirada. No pódio, teve a companhia de Lewis e também de Fernando Alonso, da Aston Martin – por ora, a maior surpresa da competição. Desta vez, o companheiro de Max, Sergio Pérez, que largou do fim da fila, conseguiu apenas a 5.ª colocação.

Mundial de Pilotos
Após três etapas da temporada, atual campeão, Max, soma 69 pontos e lidera disputa

ACIDENTES. A corrida foi marcada por alguns acidentes. Logo na primeira volta, o piloto da Ferrari Charles Leclerc rodou e teve de deixar a prova. Ele era a cara da frustração na Austrália. Em seguida, na volta número 7, Alexander Albon, da Williams, bateu forte no muro de proteção e também teve de sair mais cedo. Na volta 18, o motor da Mercedes de George Russell, que largou em 2.º, pegou fogo e o britânico foi obrigado a também abandonar. Os acidentes não pararam por aí. Oito pilotos não completaram a corrida.

A duas voltas do fim, já quando o pódio se desenhava com Verstappen, Lewis e Alonso, a corrida foi interrompida em razão de uma batida de Kevin Magnussen, da Haas. Na relargada, vários carros se envolveram em novo acidente.

Mesmo com os imprevistos, a corrida teve boa dose de emoção. O espanhol Fernando Alonso comprovou sua boa fase e também da Aston Martin – ele largou em quarto e saltou para terceiro logo nas primeiras voltas na Austrália. Max Verstappen e Hamilton se revezaram na liderança da corrida por vários momentos. Depois de enfrentar uma classificatória difícil, tendo de largar em último, Sergio Pérez fez uma disputa de recuperação e ainda terminou na quinta colocação.

Verstappen vibrou com a vitória na Austrália. "Foi uma confusão, mas sobrevivemos a tudo. Vencemos, o que é o mais importante", disse.

Lewis Hamilton também comentou sobre o resultado e o pódio. "Eu não esperava ser o segundo, então estou muito grato a todos do time por isso. Estarmos lutando com a Aston é incrível neste ponto da temporada."

Na classificação geral, Verstappen lidera o Mundial de Pilotos com 69 pontos, 15 a mais que Pérez, segundo colocado, que tem 54. Fernando Alonso (45), Hamilton (38) e Carlos Sainz (20) completam os cinco primeiros após três provas. A próxima etapa será dia 30, no Azerbaijão. ●

CLASSIFICAÇÃO DA PROVA

	POSIÇÃO/PILOTO	TEMPO
1º	Max Verstappen / Red Bull	2h32min38s371
2º	Lewis Hamilton / Mercedes	+ 0.178s
3º	F. Alonso / Aston Martin	+ 0.769s
4º	Lance Stroll / Aston Martin	+ 3.082s
5º	Sergio Pérez / Red Bull	+3.320s
6º	L. Norris / McLaren	+3.701s
7º	N. Hulkenberg / Haas	+4.939s
8º	O. Piastri / McLaren	+5.382s
9º	G. Zhou / Alfa Romeo	+ 5.713s
10º	Y. Tsunoda / AlphaTauri	+6.052s
11º	V. Bottas / Alfa Romeo	+6.594s

NÃO TERMINARAM A PROVA:
P. Gasly (Alpine), Esteban Occon (Alpine), N. de Vries (AlphaTauri), L. Sargeant (Williams). K. Magnussen (Haas), G. Russel (Mercedes), A. Albon (Williams). C. Leclerc (Ferrari)

MUNDIAL DE PILOTOS

	POSIÇÃO	PONTUAÇÃO
1º	Max Verstappen / Red Bull	69
2º	Sergio Pérez / Red Bull	54
3º	Fernando Alonso / Aston Martin	45
4º	Lewis Hamilton / Mercedes	38
5º	Carlos Sainz / Ferrari	20
	Lance Stroll / Aston Martin	20
7º	George Russell / Mercedes	18
8º	Lando Norris / McLaren	8
9º	Nico Hulkenberg /Haas	6
	Charles Leclerc / Ferrari	6

Flamengo

Gabigol pede para voltar a ser 'centroavante'

RIO

Aproveitando o clima festivo do Flamengo após a vitória por 2 a 0 em cima do Fluminense na primeira partida da decisão do Cariocão, sábado, Gabigol revelou conversa franca com o técnico Vítor Pereira sobre seu posicionamento. Ele quer voltar a ser centroavante.

"Eu aproveitei para esclarecer com o Vítor uma situação em relação à maneira de eu jogar. No ano passado, joguei de modo diferente (mais recuado para a entrada do Pedro) e agora deixei claro que quero jogar na minha posição de origem", disse o atacante, que pretende atuar como verdadeiro centroavante, lá na frente, sem voltar para armar o jogo como fez na época em que o Fla era dirigido por Dorival Júnior.

Ele explicou que, nesta primeira partida, ficou na reserva por estar se recuperando, mas que depois vai querer sua vaga de volta. "Ele saiu com o Pedro. Mas vamos ver como será na próxima", disse. Há quem diga que VP tenta achar uma forma de montar o time com dois atacantes de área. Gabigol entrou aos 19 do segundo tempo no lugar de Cebolinha. Ele sabe que não vinha bem. Pediu para treinar mais. ●

Stock Car

Serra e Camilo abrem temporada no pódio nas provas 1 e 2 de Goiás

Nenhum deles saiu na pole das duas corridas no Autódromo Ayrton Senna, mas fizeram por merecer na pista a bandeirada

GOIÂNIA

A Stock Car 2023 começou intensa. O Autódromo Ayrton Senna, em Goiânia, viu carros rodarem logo no início da corrida de abertura. Na ponta da frente, pouco mudou. Daniel Serra foi estratégico para sair da quinta posição e vencer a corrida 1 da categoria, em Goiânia, confirmando a boa fase da competição do ano passado. Mas ainda é cedo para qualquer previsão da temporada 2023.

Bruno Baptista, da RCM, defendeu a pole o quanto pôde, mas não resistiu até a bandeirada. Ele perdeu a posição para Serra e terminou em segundo, o que não foi um mau resultado. Ricardo Zonta foi terceiro.

Logo na saída, o argentino Matías Rossi, que curtia seu aniversário fazendo o que mais gosta, recebeu um péssimo presente: sofreu uma batida e girou na pista. O incidente não o tirou da prova, mas prejudicou o seu desempenho, caindo lá para trás no pelotão.

Situação semelhante aconteceu com Cacá Bueno, filho de Galvão. O piloto bateu o recorde de mais largadas na modalidade. Como ele participou das duas provas do dia, chegou à marca de 334. Longe da muvuca, Bruno Baptista segurou a ponta. Ricardo Zonta encostou no primeiro colocado e Daniel Serra seguia em terceiro.

A vantagem se deu nos boxes também. Com limitação de pneus, cada piloto podia fazer uma troca apenas. Daniel Serra parou antes dos adversários que estavam a sua frente. Quando Zonta e Baptista fizeram suas paradas, Serra fez bom uso do push e os ultrapassou. Fez a parada 0,5 segundo mais rápida que os rivais que fecharam do Top-3.

Foi a 22.ª vitória de Daniel Serra na Stock Car. O piloto tricampeão disputou o título ano passado, mas não completou a última etapa no Autódromo de Interlagos.

Na segunda corrida da abertura da temporada, deu Thiago Camilo, da Ipiranga Racing. Ele largou em quinto, fez das suas na pista e assumiu a ponta até o final. Com o resultado, Camilo se tornou o piloto com mais vitórias entre os integrantes do grid, agora com 38.

RAFAEL GAGLIANO/HYSET

Thiago Camilo festeja vitória: ele passou 2022 sem ganhar nada

A corrida foi marcada ainda por uma boa disputa entre Ricardo Maurício, que foi vice, Rubens Barrichello, Cesar Ramos e Felipe Fraga. Melhor para o atual campeão, que aproveitou do push e garantiu o pódio. A vitória de Camilo tem um simbolismo forte para o piloto. Ele passou a temporada 2022 sem ganhar nada. A última vez que havia vencido uma etapa foi em 12 de dezembro de 2021, na corrida 1 da última etapa daquela temporada, no Autódromo de Interlagos. Além disso, deixou o número 21, tradicional em 21 temporadas, para assumir o 16. É uma homenagem a Sérgio Ruas Camilo, tio, padrinho e incentivador de Thiago. O ex-piloto morreu em 18 de março, após um acidente de moto na BR-265, em Lavras, Minas Gerais.

Thiago Camilo foi inteligente na parada nos boxes e conseguiu assumir a ponta. A partir de então, só fez acelerar e manteve a vantagem para os adversários até confirmar a vitória.

'PEGAS'. Houve boas disputas para completar o pódio no Ayrton Senna. Ricardo Maurício, que foi vice, foi seguido por Rubens Barrichello. Marcos Gomes e Felipe Fraga chegaram a brigar por posição. Apesar da proximidade dos carros, Ricardinho conseguiu escapar e Rubinho foi estratégico com o push para deixar Ramos e Maurício para trás.

Felipe Massa
O piloto da Lubrax Podium teve problemas na estreia, correu com o capô do carro levantado e não pontuou

Felipe Massa, da Lubrax Podium, teve problemas. Chegou a pilotar com o capô levantado antes de parar. O estreante Enzo Elias, da Crown Racing, também saiu. O campeão de 2021, Gabriel Casagrande, teve o pneu furado e não completou.

Serra, que venceu a corrida 1, foi eleito Man of The Race. Ele fez a volta mais rápida e lidera o campeonato com 43 pontos. Camilo tem 39. "É difícil sair de quinto, mas consegui vencer. O carro estava muito bom. A equipe fez um trabalho excepcional", disse Serra.

Há uma coincidência na vitória de Serra. Em 2017, quando ele foi campeão, a etapa de Goiânia foi em 2 de abril, assim como ontem, e também foi vencida por ele. ●

Tênis

Medvedev 'fura' bloqueio e festeja Masters 1000

MIAMI

Daniil Medvedev conquistou o seu 19.º título da carreira ao derrotar ontem o italiano Jannik Sinner por 2 sets a 0, parciais de 7/5 e 6/3, confirmando sua superioridade. O russo se tornou campeão do Masters 1000 de Miami pela primeira vez – o torneio não impôs proibição para tenistas russos.

Eles se enfrentaram pela sexta vez, todas vencidas por Medvedev, que conquistou o seu 4.º torneio no ano: ganhou em Roterdã, Doha e Dubai.

Medvedev tem 29 vitórias e três derrotas na temporada, garantindo a liderança da ATP. Ele é o tenista que mais pontuou no ano: 3.030. É o primeiro desde Djokovic, em 2020, a chegar a duas finais consecutivas de Masters 1000.

O primeiro set da competição de Miami foi acirrado, com os atletas brigando ponto a ponto. Favorito, Medvedev chegou a fechar o primeiro game sem sofrer ponto. O jogo ficou empatado por 5 a 5, mas o russo se aproveitou das falhas do rival para fechar o set em 7/5. No segundo set, foi mais firme no saque, acertou aces e conseguiu abrir 2 a 0. Confirmou o título em seu primeiro match point. ●

Futebol feminino

Sem Nycole, Pia chama Andressa

A seleção brasileira feminina de futebol teve mais uma baixa, a de Nycole, atacante do Benfica. Ela foi cortada da Finalíssima por causa de a uma lesão. O clube português informou a CBF que a jogadora machucou o joelho esquerdo. Andressa Alves, meia-atacante da Roma, foi convocada por Pia para seu lugar. ●

O MELHOR DA TV

FUTEBOL
● Campeonato Inglês
Everton x Tottenham
16h – ESPN
● Campeonato Espanhol
Valência x Rayo Vallecano
16h – ESPN 4
● Sul-Americano Sub-17
Chile x Uruguai
18h – SPORTV
Brasil x Colômbia
20h30 – SPORTV
SURFE
● Circuito Mundial
Etapa de Bells
18h30 – SPORTV 3
BEISEBOL

Literatura

'Live' estimula leitura em casas de acolhimento

Idealizado por juíza, projeto alcança 35 abrigos e tem 130 voluntários que narram fábulas e histórias para crianças

DIVULGAÇÃO

Crianças durante leitura de livros; iniciativa nasceu na pandemia

ANA LUIZA ANTUNES
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Ao observar os impactos da pandemia, a juíza Marina Freire, da Comarca de Bauru, ligada ao Tribunal de Justiça de São Paulo, questionou de que maneira os efeitos do isolamento social poderiam estar prejudicando as crianças que vivem em casas de acolhimento. Com mais de sete anos de atuação na Vara da Infância e Juventude, a reflexão partiu de uma experiência pessoal, quando percebeu que seus próprios filhos estavam chateados diante do contexto imposto pela covid.

"Eu pensei, 'se meus filhos estão sofrendo com o pai e a mãe dentro de casa, imagina essas crianças que não têm ninguém'", afirma. Apaixonada por livros infantis e incomodada com a situação, Marina desenvolveu o projeto 'Leitura Amiga', que promove a leitura de livros para crianças e adolescentes de 3 a 17 anos de forma virtual e visa levar afeto e segurança psíquica aos jovens por meio da literatura.

O mundo estava vivendo o "boom" das lives nas redes sociais, e a juíza procurou os abrigos para aproveitar a tendência e buscar espaço às leituras. "Comecei a ler todos os dias para essas crianças, inclusive aos sábados e domingos, e virou um hábito essa doação do tempo", diz. Após criar um perfil nas redes sociais para o projeto, o interesse pela iniciativa cresceu e novos voluntários se apresentaram à missão.

INTERAÇÃO. Segundo Marina, além de incentivar a interação com as histórias, o projeto abre uma perspectiva diferente sobre o mundo e auxilia no processo de socialização das crianças. "Comecei a perceber que o ganho não era só ler uma história, mas o fato de haver essa troca, esse carinho."

A iniciativa recebeu apoio da Corregedoria-Geral de Justiça no final de 2022, e conta com a CGJ para divulgar as lives. Atualmente, são mais de 130 voluntários e 35 abrigos cadastrados para participar das leituras coletivas. Para acompanhar as histórias, há todo um ritual: após o banho, as crianças se arrumam e se reúnem em frente ao computador para ouvir de fábulas tradicionais a bibliografias de personalidades relevantes para os jovens.

Por ser online, o projeto atrai voluntários de todo o Brasil; as crianças têm contato com diferentes pessoas e sotaques. Os próprios adolescentes já se oferecem a ler para as crianças mais novas.

"Foram muitos benefícios colaterais que a gente alcançou." Marina diz que a interação é bastante positiva para o desenvolvimento dos jovens e para a forma como olham para a própria magistratura. "É uma corrente do bem. As crianças também aprendem a desmistificar a figura do juiz, porque, para eles, foi o juiz quem afastou seus pais."

Em geral, os abrigos acolhem crianças que sofrem maus tratos dentro de casa ou estão longe dos pais que se encontram presos. Marina se emociona ao lembrar de muitas dessas histórias e vê o projeto capaz de ofertar momentos lúdicos de qualidade que as crianças tanto sentem falta. ●

DESTAQUE O CADERNO E&N (B1 A B12)

Empréstimos Cenário adverso

Crédito seca para empresas e renegociação de dívida dispara

Americanas, crise bancária internacional e juros altos pioram as condições do mercado; em fevereiro concessões caíram quase 9%

LUCAS AGRELA
LUCIANA DYNIEWICZ

Diante de um cenário de juro alto, desaceleração econômica, dificuldades no mercado internacional e crise na Lojas Americanas, o crédito corporativo no Brasil secou. Endividadas, empresas têm recorrido a renegociação de débitos, além de recuperação judicial e extrajudicial, para tentar sobreviver.

A tendência, segundo analistas, é que as condições de crédito continuem duras pelo menos até o fim do ano, dificultando a operação das companhias brasileiras.

Na semana passada, o Banco Central divulgou que a concessão de crédito para pessoas jurídicas foi de R$ 166 bilhões em fevereiro, valor 8,6% inferior ao de janeiro. Para o Goldman Sachs, é provável que esse cenário piore. "Esperamos que as condições de crédito se tornem mais exigentes nos próximos meses devido ao alto nível de endividamento do consumidor, taxas elevadas, perspectiva de abrandamento da atividade real e o surgimento recente de várias situações de dificuldade de crédito corporativo", afirma relatório do banco.

Sem fôlego

195 empresas pediram recuperação judicial no primeiro bimestre deste ano, aumento de 60% na comparação com o mesmo período de 2022; é o maior número desde 2017

Na análise de Douglas Bassi, sócio da área de reestruturação de dívida da Virtus BR Partners, a situação deve se manter assim no mínimo até dezembro, dado que, após o Banco Central reduzir a taxa básica de juros, a Selic, serão necessários de quatro a nove meses para haver efeitos na economia real.

Com o acesso ao crédito restrito, companhias têm tido dificuldade de rolar dívidas. As que conseguem estão pagando juros pesados. A Gol, por exemplo, trocou em fevereiro título de dívidas que venciam entre 2024 e 2026 por papéis que vencem em 2028, mas assumiu uma taxa de juros de 18% – antes, variava entre 3,75% e 8%.

Para as que não estão tendo essa opção, as recuperações judicial e extrajudicial têm sido a saída. Na última semana, o Grupo Petrópolis, dono da cerveja Itaipava, e a varejista de moda Amaro recorreram, respectivamente, a esses expedientes.

Apenas no primeiro bimestre deste ano, 195 empresas no País já pediram proteção na Justiça, um aumento de 60% na comparação com o mesmo período de 2022. É o número mais alto desde 2017, quando foram feitos 197 pedidos nos dois primeiros meses do ano, segundo dados da Serasa Experian.

O economista Luiz Rabi, da Serasa, diz que o crédito ficou mais caro devido ao aumento da inadimplência e ao juro alto. Uma melhoria só seria possível com uma perspectiva de queda na inadimplência, o que não está no horizonte. ●

DÍVIDAS ADIADAS NA PANDEMIA VENCEM AGORA COM JURO MAIOR. PÁG, B2

Regras fiscais: sinalização é positiva, mas restam dúvidas

ARTIGO

Claudio Adilson Gonçalez
Economista, diretor-presidente da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda

As linhas gerais da proposta para o novo arcabouço fiscal são razoáveis, embora seja possível listar pontos positivos e negativos. Além disso, como o diabo mora nos detalhes, a avaliação mais criteriosa das novas regras só pode ser feita depois da divulgação do texto do projeto de lei complementar que deve ser encaminhado ao Congresso daqui a uma ou duas semanas.

O primeiro ponto positivo é que as metas de resultados primários anunciadas para os quatro anos do atual governo podem ser consideradas ousadas, dado que são bem melhores do que as previstas atualmente pelo mercado financeiro. De acordo com o *Relatório Focus*, pesquisa realizada pelo Banco Central, as projeções medianas dos analistas em 24/3 eram de déficits primários (como proporção do PIB) de 1,02%, 0,8%, 0,5% e 0,27% para os exercícios de 2023, 2024, 2025 e 2026, respectivamente. A meta do governo é de zerar o déficit em 2024 e de gerar superávit primário de 0,5% do PIB, em 2025, e de 1%, em 2026.

As estimativas do superávit

> *Não foram indicados os instrumentos de aumento de receitas e/ou corte de gastos que serão utilizados*

primário necessário para estabilizar a dívida pública em relação ao PIB variam muito entre os analistas, pois dependem de várias hipóteses com certa arbitrariedade, desde a métrica de dívida utilizada até a projeção de variáveis como a taxa real de crescimento do PIB, a diferença entre o deflator do PIB e a inflação (IPCA) e a taxa real de juros de equilíbrio, entre outras. Em meu cenário básico seria necessário gerar superávit primário da ordem de 1% a 1,5% do PIB, ou seja, a meta para 2026 está no limite inferior desse intervalo.

Outro ponto positivo é a combinação de metas de superávit primário com limites de despesas, dentro de intervalos, o que dá mais flexibilidade e previsibilidade para as regras fiscais. Metas muito ousadas, excessivamente rígidas e politicamente inviáveis, não são sustentáveis e acabam sendo alteradas ou excepcionalizadas, como ocorreu com o teto de gastos, o que destrói a sua credibilidade.

Apesar desses méritos, há pontos negativos. Destaco os principais.

O primeiro é que atrelar os limites de despesas às receitas gera o risco de que uma alta atípica da arrecadação provoque aumento de gastos permanentes, difíceis de serem revertidos, apesar de a Lei de Responsabilidade Fiscal dificultar tal prática. Outro ponto é que as novas regras não são anticíclicas, o que reduz a eficácia da política monetária. Há mecanismos de atenuação, mas não de eliminação da prociclicidade. Além disso, a estabilização e posterior redução da relação dívida pública/PIB não é assegurada pelo novo mecanismo.

Finalmente, não foram indicados os instrumentos de aumento de receitas e/ou corte de gastos que serão utilizados para o cumprimento das metas. Dado que o Brasil precisa de um ajuste fiscal expressivo, de cerca de 2,5% do PIB, esse é o maior ponto de incerteza do novo arcabouço. ●

Empréstimo Cenário adverso

Dívidas adiadas na pandemia vencem agora com juro maior

Nesse cenário, de restrição de crédito e custo elevado, pedidos de recuperação judicial devem crescer 50% em 2023

LUCAS AGRELA
LUCIANA DYNIEWICZ

Os pedidos de recuperação judicial devem crescer 50% neste ano, de acordo com o sócio-diretor da Alvarez & Marsal (empresa que coordena a RJ da Americanas), Eduardo Seixas. Esse aumento anual significaria uma desaceleração em relação ao ritmo de solicitações registradas no primeiro bimestre, quando a alta chegou a 60%.

Se o incremento projetado por Seixas se confirmar, 2023 terminará com cerca de 1.250 pedidos. Seria o maior número desde 2019, quando 1.417 companhias pediram RJ. O volume, no entanto, seria 33% inferior a de 2016, quando a crise econômica e o colapso de empresas envolvidas na Lava Jato fizeram com que 1.863 companhias pedissem recuperação na Justiça.

"A pandemia asfixiou as companhias. Elas conseguiram respirar na época porque receberam ajuda, mas, agora, com o juro lá em cima, está muito pesado", diz o sócio da Alvarez & Marsal, que também está atuando na recuperação da Amaro e do Grupo Petrópolis, além da reestruturação da Tok&Stok.

Seixas acrescenta que parte das dívidas que foram roladas durante a pandemia estão vencendo agora, justamente em um momento em que os juros estão mais altos. As empresas, no entanto, ainda não estão gerando caixa suficiente para quitar os débitos.

Percebendo a falta de dinheiro nas companhias, bancos e gestoras elevaram também o spread (taxa referente à diferença entre o preço em que o banco capta recurso e o que cobra para emprestar esse recurso). De acordo com o Banco Central, o spread para pessoas jurídicas passou de 10,7 pontos porcentuais em fevereiro do ano passado para 11,8 pontos em fevereiro deste ano.

Para Douglas Bassi, sócio da área de reestruturação de dívida da Virtus BR Partners, o impacto da crise da Americanas no mercado de crédito foi grande e é um dos motivos que tem levado os bancos a dificultarem a concessão de crédito.

"A Americanas era 'triple A' (*nota dada pelas agências de classificação de risco para as dívidas com menor risco de calote*) e ficou insolvente de uma hora para outra. Isso está dificultando muito. Agora, todo mundo está olhando com mais afinco para as demonstrações financeiras. Aí é claro que o custo fica mais elevado."

SOBREVIVÊNCIA. Bassi acrescenta que o custo está mais alto para empresas que estão com dificuldade de gerar caixa e que querem recursos para novos investimentos.

Segundo Mickael Paolucci, sócio da butique de crédito Multiplica Crédito Investimento, o custo médio do dinheiro para o empresário está entre 20% e 25% ao ano. Quando a Selic (a taxa básica de juros) estava em torno de 2% e 4%, o custo de capital variava entre 10 % e 15%.

Paolucci afirma, porém, que o crédito não está caro apenas no Brasil, mas em todo o mundo. "Com o juro subindo fora do País, aumenta a competição pelo dinheiro do investidor", diz. "As grandes empresas estão em um dilema entre pagar a dívida ou continuar a faturar. É questão de sobrevivência."

O líder de contencioso empresarial cível, recuperação de empresas e arbitragem do escritório Donelli Abreu Sodré e Nicolai Advogados, Renato Leopoldo e Silva, acrescenta que as primeiras empresas que estão sendo afetadas pela crise de crédito são as que dependem do nível de consumo, como as varejistas. "É um efeito dominó. Uma dificuldade de acesso ao crédito faz o consumidor comprar menos."●

ENDIVIDADAS

Empresas brasileiras sofrem com a escassez de crédito e dificuldade de renegociar dívidas leva a recuperações judiciais, extrajudiciais e falências

Falências requeridas
TOTAL DE PEDIDOS POR ANO

Recuperações judiciais requeridas
TOTAL DE PEDIDOS POR ANO

2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1.256	1.863	1.420	1.408	1.387	1.179	891	833

Recuperações extrajudiciais requeridas
TOTAL DE PEDIDOS POR ANO

Recuperações judiciais requeridas
EM NÚMERO DE PEDIDOS, MÊS A MÊS

FONTE: SERASA EXPERIAN / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Habitasec Securitizadora S.A.

Habitasec securitizadora

CNPJ nº 09.304.427/0001-58

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em reais)

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: Em cumprimento às determinações legais, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Habitasec Securitizadora S.A, relativas ao exercício findo em 31/12/2022, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes sobre Demonstrações Financeiras. No exercício findo em 31/12/2022 a Companhia emitiu 71 (setenta e um) novas séries de CRI, totalizando as operações o montante de R$ 1.721.313.000. O resultado líquido obtido pela Companhia no exercício foi um lucro de R$ 7.449.892 (lucro de 4.867.240 em 31 de dezembro 2021) e o seu patrimônio líquido atingiu o montante de R$ 4.950.776 (R$ 3.355.884 em 2021). Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia adota como procedimento consultar os auditores independentes Moore MSLL Lima Lucchesi Auditores e Contadores Ltda. ("Moore MSLL") no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. A Companhia contratou a Moore MSLL para prestação de serviços técnicos especializados em auditoria contábil. Em 2022 e 2021, não houve a contratação de serviços não relacionados a auditoria externa. Declaração da Diretoria: Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 7/12/2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2022.

São Paulo, 13/03/2023. **A Administração**

Balanço Patrimonial	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Ativo/Circulante		**6.793.407**	**3.103.072**
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.356.066	1.534.452
Clientes	5	45.414	128.887
Impostos a recuperar	6	3.826.284	1.166.360
Outros valores a receber		559.748	265.873
Despesas antecipadas		2.917	4.690
Partes relacionadas	7	2.978	2.810
Não Circulante		**733.341**	**177.528**
Depósito judicial	8	111.855	–
Imobilizado	9	621.486	177.528
Total do Ativo		**7.526.748**	**3.280.600**

Balanço Patrimonial	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Passivo e Patrimônio Líquido/Circulante			
Impostos e contribuições a recolher	10	50.455	268.335
Obrigações trabalhistas	11	1.836.887	207.537
Outras obrigações		688.630	448.844
Total do Circulante		**2.575.972**	**924.716**
Patrimônio Líquido	13	**4.950.776**	**2.355.884**
Capital social		500.000	500.000
Reservas de lucros		4.450.776	1.855.884
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**7.526.748**	**3.280.600**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reservas de lucros: Reserva Legal	Reservas de lucros: Outras Reservas de lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**3.300.000**	**422.854**	**372.790**	**–**	**4.095.644**
Redução de capital	(2.800.000)	–	–	–	(2.800.000)
Lucro do exercício	–	–	–	4.867.240	4.867.240
Destinação do lucro					
• Dividendos pagos	–	–	(372.790)	(3.434.210)	(3.807.000)
• Reserva legal	–	(322.854)	322.854	–	–
• Reserva Estatutária	–		1.433.030	(1.433.030)	–
Saldo em 31 dezembro de 2021	**500.000**	**100.000**	**1.755.884**	**–**	**2.355.884**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**500.000**	**100.000**	**1.755.884**	**–**	**2.355.884**
Lucro do exercício	–	–	–	7.449.892	7.449.892
Dividendos pagos	–	–	(1.755.000)	(3.100.000)	(4.855.000)
Reserva Estatutária	–	–	4.349.892	(4.349.892)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**500.000**	**100.000**	**4.350.776**	**–**	**4.950.776**

Demonstração do Valor Adicionado	31/12/2022	31/12/2021
Receitas		
Prestação de serviços	5.866.808	8.345.287
Insumos Adquiridos de Terceiros		
Materiais, energia e outros	(879.827)	(530.836)
Serviços de terceiros	(1.560.246)	(992.249)
Valor Adicionado Bruto	**3.426.735**	**6.822.202**
Retenção		
Amortização e depreciação do imobilizado	(48.164)	(36.577)
Amortização do diferido	(90.246)	(91.848)
Valor Adicionado Líquido	**3.288.325**	**6.693.777**
Valor Adicionado Recebido em Transferência		
Receitas financeiras	16.119.864	6.687.823
Outras receitas	108.679	741.588
Valor Adicionado a Distribuir	**19.516.868**	**14.123.188**

Demonstração do Valor Adicionado	31/12/2022	31/12/2021
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal		
Honorários da diretoria e salários	5.208.766	4.061.579
Benefícios	817.592	642.057
FGTS	147.331	126.372
Impostos, Taxas e Contribuições		
Federal	5.211.591	3.755.830
Municipal	344.267	430.924
Remuneração de Capital de Terceiros		
Aluguéis	311.888	169.508
Juros	9.964	17.794
Despesas bancárias	15.577	51.884
Remuneração do Capital Próprio		
Dividendos pagos	3.100.000	3.434.210
Lucro Retido do Exercício	4.349.892	1.433.030
Valor Distribuído	**19.516.868**	**14.123.188**

Demonstrações do Resultado	Notas Explicativas	Acumulado do exercício 01/01/2022 a 31/12/2022	Acumulado do exercício 01/01/2021 a 31/12/2021
Receita Bruta			
Prestação de serviços		5.866.808	8.345.287
Deduções da Receita			
Impostos sobre serviços		(566.140)	(805.313)
Receita Operacional Líquida		**5.300.668**	**7.539.974**
Receitas (Despesas) Operacionais			
Honorários e encargos sociais da diretoria		(2.587.567)	(2.464.797)
Salários, encargos sociais e benefícios		(4.566.381)	(3.238.966)
Despesas tributárias		(207.999)	(36.683)
Despesas gerais e administrativas	14	(2.751.962)	(1.692.593)
Amortização e depreciação	9a	(138.410)	(128.424)
Outras receitas (Despesas) operacionais		108.679	741.588
		(10.143.640)	(6.819.875)
Resultado Antes do Resultado Financeiro		**(4.842.972)**	**720.099**
Resultado Financeiro Líquido	15	16.094.323	6.618.144
Resultado Antes dos Impostos		**11.251.351**	**7.338.243**
IR e CS sobre o lucro	12	(3.801.459)	(2.471.003)
Lucro Líquido do Exercício		**7.449.892**	**4.867.240**
Lucro por ação - R$		8,28	5,41

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	31/12/2022	31/12/2021
Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	7.449.892	4.867.240
Ajuste que não Afetam o Caixa		
Amortização e depreciação	138.410	128.425
	7.588.302	4.995.665
Variações dos Ativos e Passivos		
Clientes	83.473	(35.770)
Impostos a recuperar	(2.659.924)	(263.789)
Outros valores a receber	(405.898)	(7.833)
Despesas antecipadas	1.773	(1.302)
Impostos e contribuições a recolher	(217.879)	98.580
Obrigações trabalhistas	1.629.350	75.010
Outras obrigações	239.816	337.479
	(1.329.289)	202.374
Fluxo de Caixa Gerado nas Atividades Operacionais	**6.259.013**	**5.198.038**
Atividades de Investimentos: Aquisição de imobilizado	(109.130)	(41.413)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(473.239)	–
Fluxo de Caixa Consumido nas Atividades de Investimentos	**(582.369)**	**(41.413)**
Atividades de Financiamento: Pagamento de dividendos	(4.855.000)	(3.807.000)
Redução de capital	–	(2.800.000)
Empréstimo	(30)	30
Fluxo de Caixa Consumido nas Atividades de Financiamento	**(4.855.030)**	**(6.606.970)**
Aumento/Diminuição de Caixa e Equivalentes de Caixa	**821.614**	**(1.450.345)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.534.452	2.984.797
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.356.066	1.534.452

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Relacionamento com os Auditores Independentes - Informamos que a Companhia não contraiu outros serviços junto ao auditor independente responsável pelo exame das demonstrações financeiras que não sejam relativos a trabalhos de auditoria. Em cumprimento à instrução CVM nº 480 de 7/12/2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referentes ao exercício findo em 31/12/2022. São Paulo, 27/03/2022. **A Administração**

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras - Em cumprimento à instrução CVM nº 480, de 7/12/2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2022. São Paulo, 27/03/2022. **A Administração**

A Diretoria

Contador: Paulo Sergio Marques Burato - CRC nº 1SP122455/O-0

"As demonstrações financeiras completas com as notas explicativas e o parecer dos auditores independentes estão disponíveis no website www.habitasec.com.br e https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/"

DIGIMAIS SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.

CNPJ/ME nº 45.437.527/0001-16 - NIRE nº 35300587472

EXTRATO DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAODINÁRIA REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 2023

Data, Hora, Local: 07.03.2023 às 17 horas, na sede, Rua Cubatão, nº 320, 6º andar – Sala Alemanha, São Paulo/SP. **Presença**: Totalidade do Capital Social. **Mesa**: Presidente: **Cristiano Duarte Fraga,** Secretário: **João Alves de Campos**. **Deliberações Aprovadas**: **5.1.** O aumento do Capital Social da Companhia em **R$ 14.000.000,00**, mediante a emissão de **140.000** novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão total de **R$ 14.000.000,00**, fixado de acordo com o disposto no inciso ii do §1º do Artigo. 170 da Lei das S.A., passando o Capital Social da Companhia de **R$ 1.000.000,00**, dividido em **10.000** ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para **R$ 15.000.000,00**, dividido em **150.000** ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **5.2.** O acionista **João Luiz Urbaneja**, neste ato, expressamente renúncia, em caráter irrevogável e irretratável, aos seus respectivos direitos de preferência na subscrição das ações emitidas em decorrência do aumento do capital social da Companhia acima deliberado, dispensando-se, por conseguinte, a fixação do prazo para o exercício do direito de preferência. **5.3.** As novas ações são, neste ato, totalmente subscritas e integralizadas pela acionista **Banco Digimais S.A.**, com sede em São Paulo/SP, CNPJ/ME nº 92.874.270/0001-40, JUCESP-NIRE 35.300.561.619, nos termos do Boletim de Subscrição: **Subscritora Banco Digimais S.A.**, CNPJ/ME nº 92.874.270/0001-40. **Número de Ações Emitidas 140.000** ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Preço Total de Emissão R$14.000.000,00**, estabelecido de acordo com o disposto no inciso II do §1º do Artigo 170 da Lei 6.404/1976. **Destinação do Preço de Emissão** Valor integral do preço total de emissão será destinado à composição e integralização do Capital Social. **Prazo e Forma de Integralização:** Na presente data, em moeda corrente nacional. **5.4.** Alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social: *"Art. 5º. O Capital Social, totalmente subscrito, é R$ 15.000.000,00,, representado por 150.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal."* **5.5.** A reforma e consolidação do Estatuto Social. **5.6.** Autorizar os diretores da Companhia a praticarem todas as providências que forem necessárias à efetivação das matérias ora aprovadas. **Encerramento**: Nada mais. São Paulo/SP, 07.03.2023. Acionistas: Banco Digimais S.A. e João Luiz Urbaneja. Mesa: **Cristiano Duarte Fraga -** Presidente, **João Alves de Campos -** Secretário. JUCESP nº 120.789/23-1 em 23/03/2023, Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Estatuto Social - **Capítulo I - Denominação, Objeto, Sede e Duração: Artigo 1º.** A Digimais Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.("Companhia") é regida por este Estatuto Social e pela Lei n.º 6.404/76, bem como pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis, em especial pela Resolução nº 2.686 do Conselho Monetário Nacional, de 26.01.2000. **Artigo 2º.** A Companhia tem por objeto: (**a**) a aquisição e a securitização de créditos financeiros oriundos de operações ativas praticadas por instituições financeiras e pelas demais entidades que compõem seu grupo econômico; (**b**) a distribuição, a recompra, a revenda, a amortização e o resgate de qualquer título e valor mobiliário, nos termos da legislação aplicável, junto aos mercados financeiros e de capitais; (**c**) a emissão e a colocação privada ou junto aos mercados financeiros e de capitais de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites legais da legislação aplicável; (**d**) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos financeiros e emissões de títulos lastreados em aludidos créditos; (**e**) a gestão e administração dos créditos financeiros acima mencionados; (**f**) a realização de operações nos mercados de derivativos visando à cobertura de riscos; e (**g**) a prestação de garantias para os títulos e valores mobiliários por ela emitidos. **§ 1º** - Até o pagamento integral dosa valores representados pelos títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia, fica vedada a prática dos seguintes atos, observados os termos previstos na documentação dos títulos e valores mobiliários a serem emitidos e na Resolução nº 2.686/00, do Conselho Monetário Nacional: (**a**) transferência do controle da Companhia; (**b**) redução do Capital Social, incorporação, fusão, cisão ou dissolução da Companhia; e (**c**) cessão dos créditos financeiros objeto de suas operações de securitização, ou atribuição de qualquer direito sobre os mesmos, ao(s) controlador(es) da Companhia, ou a qualquer pessoa a ele(s) ligada(s), em condições distintas das previstas na documentação relativa à emissão dos títulos e valores mobiliários pela Companhia. **§ 2º** - O disposto no parágrafo 1º acima não se aplicará caso haja prévia autorização dos detentores de 50% ou mais do valor nominal dos referidos títulos e valores mobiliários, excluídos de tal cômputo aqueles eventualmente detidos pelo(s) controlador(es), sociedade(s) coligada(s) ou submetida(s) a controle comum da Companhia, em assembleia geral especificamente convocada e realzi8ada segundo as normas legais e regulamentares aplicáveis. **§ 3º** - Independentemente do disposto no parágrafo 2º acima, a cessão de créditos de que trata o parágrafo 1º, poderá ocorrer se realizada por valor igual ou superior ao valor nominal dos créditos, deduzidos os juros ainda não incorridos e os encargos financeiros incorporados em seu valor nominal sob a forma desconto, calculados proporcionalmente ao número de dias a decorrer até a data de vencimento de tais créditos. **§ 4º** - No âmbito das securitizações e emissões de valores mobiliários realizadas pela Companhia, será permitida a recompra dos créditos financeiros pelos seus cedentes originais, desde que a recompra seja efetuada à vista. No mesmo sentido, será permitida a substituição dos créditos financeiros. **Artigo 3º.** A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo/SP, na Rua Cubatão, nº 320 - 6º andar – Sala Alemanha – Bairro Paraíso – CEP. 04012-911 e, por deliberação da Diretoria, poderá abrir, transferir e extinguir filiais ou outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional e no exterior. **Artigo 4º** - A Companhia terá prazo indeterminado de duração. **Capítulo II - Do Capital e Ações: Artigo 5º** - O Capital Social, totalmente subscrito, é de R$ 15.000.000,00, representado por 150.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **§ 1º** - Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **§ 2º** - As ações são indivisíveis em relação à Companhia, não sendo reconhecido mais de um proprietário por ação. **§ 3º** - A Companhia, por deliberação da Assembleia Geral, poderá criar outras classes e espécies de ações. **Artigo 6º** - Por deliberação da Assembleia Geral, o capital da Companhia poderá ser aumentado pela capitalização de lucros acumulados ou de reservas anteriores a isto destinados pela Assembleia Geral. **§ único** – A capitalização poderá ser feita sem a modificação no número de ações. **Artigo 7º** - A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registros de Ações Nominativas". **Capítulo III - Assembléia Geral: Artigo 8º** - A Assembleia Geral é o órgão deliberativo da Companhia, que poderá ser ordinária ou extraordinária, com poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao seu objeto e deliberar sobre matérias de interesse da Companhia. **Artigo 9º** - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente dentro dos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social, e extraordinariamente, nos casos legais, ou previstos neste Estatuto, sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigirem. **§ 1°** - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação será considerada regular a Assembleia Geral que comparecerem todos os acionistas. **§ 2º** - Todas as convocações deverão indicar local da realização da Assembleia Geral e a ordem do dia, explicitando, ainda, no caso de reforma estatutária, a matéria objeto da alteração. **§ 3º** - A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, por quem a Assembleia Geral indicar entre os presentes. O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretariar os trabalhos. **§ 4º** - Caso os créditos financeiros (inclusive bens e direito deles decorrentes) de titularidade da Companhia não sejam suficientes para liquidar integralmente as obrigações por ela assumidas no âmbito da securitização dos créditos financeiros, a Companhia não será responsável perante os respectivos credores por qualquer pagamento adicional a qualquer título que não puderem ser liquidado por meio dos referidos créditos financeiros (inclusive bens e direitos deles decorrentes) de sua titularidade, estando qualquer ato de cobrança ou de execução contra a Companhia limitado a tais créditos financeiros (inclusive bens e direitos deles decorrentes) de sua titularidade. **§ 5º** - Tendo em vista o disposto nos §§ 1º, 2º, 3º e 4º do artigo 2º acima, os acionistas declaram estar cientes e de acordo com as vedações previstas, sendo que qualquer operação realizada em desacordo com o disposto neste Estatuto será considerada nula de pleno direito. **Artigo 10** – As seguintes matérias exigem voto favorável de pelo menos ¾ do capital votante para serem aprovadas: (**a**) qualquer alteração ao presente Estatuto Social; (**b**) a incorporação, a fusão, a cisão e a dissolução da Companhia, ou a cessação do seu estado de liquidação; (**c**) a nomeação ou a destituição dos Diretores; (**d**) a aprovação da proposta da administração de destinação do lucro da Companhia, a declaração e a fixação das condições de pagamento de quaisquer proventos aos acionistas pela Companhia, incluindo dividendos e juros sobre capital próprio; (**e**) a aprovação das contas da administração; e (**f**) a nomeação e a destituição dos liquidantes e o julgamento de suas contas. **Capítulo IV - Administração: Artigo 11** - A administração da Companhia compete à Diretoria, que tem atribuições conferidas pela lei e pelo presente Estatuto Social, estando os Diretores dispensados, observando as disposições legais inerentes, de prestar caução em garantia de sua gestão. Os Diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de Ata lavrada no Livro de Reuniões de Diretoria. **§ 1º** - Os Diretores eleitos serão investidos em seus cargos mediante assinatura do termo de posse e desimpedimento, lavrados no livro próprio, e permanecerão no exercício de suas funções até a posse de seus sucessores. **Artigo 12** – A Assembleia Geral deverá fixar, se aplicável, a remuneração dos Diretores da Companhia. A remuneração, se houver, pode ser fixada de forma individual para cada Diretor ou de forma global. **Capítulo V - Diretoria: Artigo 13** - A Diretoria é o órgão de representação da Companhia, competindo-lhe praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais, zelar pelo cumprimento e execução das normas estatutárias e as deliberações adotadas na Assembleia Geral. **Artigo 14** – A Diretoria é composta por, no mínimo, 2 e, no máximo, 5 membros, sendo 1 Diretor Presidente, que deverá ser acionista e, os demais, Diretores sem designação específica, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato de 2 anos, sendo permitida a reeleição. **§ 1º** - Ocorrendo vaga no cargo de Diretor, deverá ser convocada Assembleia Geral para nova eleição. **§ 2º** - Na ausência ou impedimento temporário de qualquer Diretor, suas funções serão exercidas temporariamente e cumulativamente por qualquer outro Diretor. **Artigo 15** – As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro de ata de Reuniões de Diretoria. **Artigo 16** – Os Diretores possuem plenos poderes para representar, administrar e gerenciar os negócios sociais, e podem, conforme estabelecido no presente Estatuto Social, observado o disposto no Artigo 17 abaixo, validamente obrigar a Companhia, e praticar todos e quaisquer atos e operações necessários para cumprir o objeto social da Companhia, e devem ainda deliberar sobre todas as matérias que não foram descritas neste Estatuto Social e nem estão sob a competência exclusiva da Assembleia Geral. A Diretoria também é competente para conduzir as seguintes matérias: (**a**) garantir o cumprimento da lei, desse Estatuto Social e das decisões dos acionistas; e (**b**) submeter para a Assembleia Geral as demonstrações financeiras requeridas pela lei em cada ano fiscal. **Artigo 17** – Observado o disposto no parágrafo segundo deste artigo, a Companhia será representada e somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura: (**a**) de qualquer Diretor, isoladamente; (**b**) de dois procuradores devidamente nomeados para representar a Companhia, quando assim for determinado nas respectivas procurações e apenas na extensão dos poderes ali concedidos. **§ 1º** - As procurações devem sempre ser outorgadas por, no mínimo, 2 Diretores, agindo em conjunto, e devem estabelecer os poderes do procurador e, exceção feita às procurações concedidas com poderes "*ad judicia*", não devem possuir prazo de vigência superior a 2 anos. **§ 2º** - A representação da Companhia para a prática dos atos abaixo relacionados deverá ser feita, obrigatoriamente, por 2 Diretores, agindo em conjunto: (**a**) a alienação, a compra, a venda, a locação, o arrendamento, a permissão, a cessão da propriedade, do uso ou de qualquer outro benefício, e a criação de quaisquer ônus ou gravames, sobre os bens imóveis, móveis, direitos e instalações da Companhia; (**b**) a tomada ou a concessão de empréstimos em valor superior a R$ 30.000,00, com a exceção da tomada de empréstimos sob uma linha de crédito previamente concedida à Companhia por instituição financeira; (**c**) a celebração de contratos de cooperação direta ou indireta a longo prazo com outra sociedade ou a rescisão, de qualquer forma, de um contrato de cooperação; (**d**) a aquisição, a alienação, o comodato ou a oneração de bens imóveis; (**e**) a assinatura de contratos de locação de bens imóveis; (**f**) a celebração de contratos através dos quais a Companhia se comprometa como fiadora, avalista, co-devedora solidária, ou de alguma outra forma preste garantias ou comprometa-se a garantir dívidas de um terceiro; (**g**) a celebração de qualquer contrato tendo como valor total uma importância superior a R$ 30.000,00 ou com validade superior a 12 meses; e (**h**) a emissão e a colocação privada ou junto aos mercados financeiro e de capitais de qualquer título ou valor mobiliário. **Capítulo VI - Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Lucros: Artigo 18** - O exercício social terá início em IP de janeiro e término em 31 de dezembro. Ao término de cada exercício social, serão elaborados o balanço geral e demais demonstrações financeiras previstas em lei. O balanço será auditado por auditores independentes registrados junto à Comissão de Valores Mobiliários. **Artigo 19** - Do lucro líquido apurado no exercício será deduzida a reserva legal e o remanescente, depois de atendidas todas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral. **Artigo 20** - A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia, por deliberação da Assembleia Geral, poderá, ainda, declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **Artigo 21** - A Companhia poderá remunerar os acionistas mediante pagamento de juros sobre capital próprio, na forma e dentro dos limites estabelecidos em lei. **Capítulo VII - Liquidação: Artigo 22** – A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger o liquidante, ou liquidantes, e o Conselho Fiscal, que deverão funcionar no período de liquidação fixando os poderes e remuneração. **Capítulo VIII - Disposições Finais: Artigo 23** - Todos os valores expressos em reais e indicados no presente Estatuto Social serão corrigidos pela variação positiva do índice Geral de Preços do Mercado publicado pela Fundação Getúlio Vargas. **Artigo 24** - Este Estatuto Social é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil e fica eleito o foro da Comarca de São Paulo/SP, para resolver todas e quaisquer questões decorrentes do presente Estatuto Social, sendo elas relativa às relações entre os acionistas ou entre os acionistas e a Companhia. **Artigo 25** - Em tudo o que for omisso o presente Estatuto Social, serão aplicadas as disposições da Lei nº 6.404/76, bem como de outras normas legais pertinentes. São Paulo/SP, 07 de março de 2023. Cristiano Duarte Fraga - Secretário, João Alves de Campos - Presidente

José Graziano

‘Acabar com a fome no Brasil hoje é mais difícil’

Para ex-diretor da FAO, ao contrário do passado, problema agora está espalhado por grandes cidades

EDUARDO SOTERAS/FAO

ENTREVISTA

Ex-diretor da FAO, ex-ministro de Segurança Alimentar e responsável pelo Programa Fome Zero, do governo Lula

MÁRCIA DE CHIARA

Os desafios políticos e econômicos hoje são muito maiores para tirar o Brasil do mapa da fome em relação a 20 anos atrás. A constatação é de José Graziano, ex-diretor da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), ex-ministro extraordinário de Segurança Alimentar e responsável pela implementação do Programa Fome Zero no primeiro governo Lula (2003). Atualmente, ele dirige o Instituto Fome Zero.

Antes eram 40 milhões de brasileiros passando fome, concentrados em cidades do interior do Nordeste e da Amazônia. Hoje são cerca de 65 milhões distribuídos pelas grandes metrópoles, diz ele. Confira a entrevista:

Como o sr. vê o desafio do governo Lula de ter de equacionar novamente o problema da fome?

A volta do Brasil ao mapa da fome e a sua saída, como esperamos, tem muitos elementos novos. Um dos grandes problemas que tivemos lá atrás, era encontrar as pessoas que passavam fome. Hoje isso está infinitamente mais fácil. Se tem novas ferramentas, como o uso da informática, junto com a fome temos uma epidemia de obesidade, que é assustadora. Há um tema que se acentuou muito na pandemia e no pós-pandemia: a mudança de hábito de consumo. O Brasil caminhava para uma alimentação mais saudável. Mas a pandemia interrompeu esse movimento e aumentou a demanda por produtos processados e ultraprocessados. Embutidos de carne, como salsicha substituindo carne, principalmente porque é mais barato.

Então, temos hoje dois problemas: de quem não come e de quem come mal?

Exatamente. As duas questões são urgentes, afetam a saúde. Agora, não comer tem a prioridade absoluta. Mas eu queria agregar mais um elemento. Vinte anos atrás, nossa meta era 40 milhões de pessoas que passavam fome. Não tínhamos nenhum estudo como temos agora sobre a escala brasileira de insegurança alimentar. Não havia informação, era um apagão de números. Então estimamos a partir da renda das PNADs (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE) que eram 40 milhões de pessoas. Hoje esse número é muito maior. Entre situação de insegurança alimentar grave, que é quem não come nada, e insegurança alimentar moderada, que é quem não faz as três refeições diárias, temos 65 milhões de pessoas. Antes, essas pessoas estavam concentradas nas pequenas e médias cidades do interior, principalmente no Nordeste e na Amazônia. Hoje essa população está nas grande metrópoles.

Está mais difícil resolver o problema da fome comparado a 20 anos atrás?

Tem esses novos problemas. Não é apenas fornecer alimentos. A gente consegue identificar as pessoas, mas os programas são mais complexos. No abastecimento, o grande tema é a disparada dos preços dos alimentos e os ultraprocessados estão mais baratos. O varejo passou por uma revolução nos últimos 20 anos, vendendo online, os supermercados reduziram o desperdício. Uma coisa é a disponibilidade de alimento que, no Brasil, é grande. Outra coisa é o acesso. As pessoas não tem acesso aos alimentos e isso é possível fazer de duas formas: elevando a renda ou por meio de programas públicos, como banco de alimentos, restaurante popular. Todas essas políticas de segurança alimentar são complementares, coadjuvantes.●

NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A.
EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL
CNPJ nº 85.031.334/0001-85
AVISO

Nobre Seguradora do Brasil S.A. - Em Liquidação Extrajudicial, inscrita no CNPJ sob o nº 85.031.334/0001-85, por intermédio de sua Liquidante Extrajudicial, informa aos interessados que o Quadro Geral de Credores (QGC), atualizado para a data-base de 31 de dezembro de 2022, se encontra disponível no site www.nobre.com.br, para conhecimento geral, podendo qualquer interessado, no prazo de dez dias, impugnar a legitimidade, o valor e a classificação dos créditos inseridos, alterados ou excluídos em relação ao QGC disponibilizado em 30 de novembro de 2022. Por fim, informa-se que o Quadro Geral de Credores também consta no Processo SEI nº 15414.605404/2020-51. MARISTELA IPARRAGUIRRE DE OLIVEIRA BRAVO - Liquidante.

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PARA O ITEM 04

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 055/2023**.
ORIGEM: INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA - IJF - NÚCLEO DE FARMÁCIA - NUFAR
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL (ALFENTANILA, CISATRACURIO E OUTROS), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA – IJF, DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES E INTEGRANTES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS (FMS), DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES
DO TIPO: MENOR PREÇO.
FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que a licitação referente ao PE 055/2023 – IJF foi declarada FRACASSADA PARA O ITEM 04 (cancelado no julgamento por ausência de licitantes classificados). Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477 |CLFOR.**

Fortaleza – CE, 31 de março de 2023.
ROMERO RAMONY HOLANDA LIMA MARINHO
Pregoeiro(a) da CLFOR

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PARA OS GRUPOS 07 E 08

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 492/2022**.
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SME.
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LIVROS LITERÁRIOS E PARADIDÁTICOS PARA ATENDIMENTO DAS TURMAS DO 6º AO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DAS UNIDADES ESCOLARES QUE SERÃO INAUGURADAS E DAS UNIDADES ESCOLARES EM FUNCIONAMENTO, QUE COMPÕEM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FORTALEZA DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL - PARTE 4.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA, nos termos do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, art. 3º - O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses: II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que a licitação referente ao PE 492/2022 – SME foi declarada FRACASSADA PARA OS GRUPOS 07 E 08 (cancelados no julgamento por ausência de licitantes classificados). Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477 |CLFOR.**

Fortaleza – CE, 31 de março de 2023.
JOSÉ OSVALDO SOARES BEZERRA JÚNIOR
Pregoeiro(a) da CLFOR

ABANDONO DE EMPREGO

MR MONTAGEM E REMANEJAMENTO DE ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA, CNPJ Nº 97.525.577/0001-59, situada na Rua Diogénes Ribeiro de Lima , 519 - Jardim Belval - CEP 06420-250 - Barueri-SP. Solicita o comparecimento de seu funcionário Elias da Silva Oliveira (Aux. montagem), portador da CTPS nº 85569 - Série 00214 -SP, no prazo de 03 (três) dias a contar da data desta primeira publicação 03-04-05 /04/2023. E o seu não comparecimento ou falta de justificativas implicará em rescisão contratual por **Abandono de Emprego**, conforme o art 482 Letra I da CLT. Sem mais. MR Montagem. Barueri, 29 de Março de 2.023.

Instituto Social Hospital Alemão Oswaldo Cruz
CNPJ N.º 22.315.713/0001-87
Edital de Convocação

São convocados, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 20 do seu Estatuto Social, os associados do **Instituto Social Hospital Alemão Oswaldo Cruz**, para a **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**, a realizar-se às **20:00 horas em primeira convocação** e às **20:30 horas em segunda convocação**, no dia **17 de abril de 2023**, de modo híbrido, na sede da Associação, na Rua João Julião, 331, no Anfiteatro localizado no Bloco E, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Assembleia Geral Ordinária:** 1) Exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; 2) Eleição de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; 3) Demais assuntos de interesse da Associação. **Assembleia Geral Extraordinária:** 1) Aprovação do ingresso de novos associados. Para participar da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária remotamente, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 22 do seu Estatuto Social, acesse o link de vídeo conferência a seguir: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MDI5MzUxZmQtZGFmNi00OTQ4LTliOWQtNTk2NTg4ODFjZTVi%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22e1528242-6dcb-48ef-a210-0f97bb45a559%22%2c%22Oid%22%3a%22b70fda8c-0907-48cc-82b0-ea1b15e0fa69%22%7d. São Paulo, 28 de março de 2023. **Mario Probst -** Presidente do Conselho de Administração.

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PARA O ITEM 1

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 066/2023**.
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE – SMS.
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE MEDICAMENTOS (ANTI-HIPERTENSIVOS, GRANDE VOLUME E OUTROS) PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA - SMS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que o ITEM 1 foi declarado DESERTO. Maiores informações através do email licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br ou pelo telefone **(85) 3452-3477.**

Fortaleza – CE, 31 de março de 2023.
JOSÉ JESUS LÉDIO DE ALENCAR
Pregoeiro(a) da CLFOR

Henrique Meirelles

A ajuda do Banco Central ao Brasil

Na próxima coluna vou analisar o arcabouço fiscal proposto pelo governo. Até lá já teremos às primeiras reações do Congresso e uma visão do que deve de fato ser aprovado.

****

Eu sempre digo que as políticas monetária e fiscal têm de caminhar na mesma direção. É óbvio: quanto mais o governo gasta, mais o Banco Central precisa elevar juros para conter a inflação; se o governo controla os gastos, a política monetária pode ter juros mais baixos. Infelizmente, no Brasil, há anos elas vão em direções opostas. Na semana passada, após a divulgação da ata da última reunião do Copom, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que o BC precisa ajudar o Brasil a crescer com inflação baixa. Para fazer isto, porém, o BC precisa trabalhar com juros mais altos. Falta a concordância num ponto: como o BC pode ajudar o Brasil baixando a inflação.

O BC deve ser independente de influências políticas para praticar uma política monetária que produza o melhor para o País. Na década de 1970, o presidente do Federal Reserve, Arthur Burns, era submisso ao presidente Richard Nixon e manteve os juros abaixo do necessário. A inflação disparou e o país mergulhou numa crise. Foi preciso que o presidente seguinte, Paul Volker, elevasse os juros a estratosféricos 21% ao ano para controlar a inflação. Depois, os EUA viveram 20 anos de prosperidade.

Juros menores e mais inflação para gastar agora não ajudam, semeiam uma crise futura

O BC ajuda o Brasil cumprindo o papel de manter a inflação na meta. De acordo com os dados técnicos, o Copom decidiu manter a Selic em 13,75% ao ano para trazer a inflação à meta em 2024. Para a tomada de decisão bastam dados técnicos; não importa o falatório da política. Os juros estão altos agora porque foi rompido o teto de gastos, com excesso de despesas públicas.

O BC tem feito sua parte. O governo pode fazer a sua: controlar os gastos e ter compromisso de reduzir a dívida. O governo tem mais instrumentos para ajudar o Brasil do que o BC, que tem apenas a política monetária. Quando faz política monetária contracionista, o BC protege o País da inflação. Juros menores e mais inflação para gastar agora não ajudam o Brasil, semeiam uma crise futura. Isso foi feito no governo Dilma e o País teve a pior recessão da história recente, com queda do PIB de 5,2% entre junho de 2015 e maio de 2016.

O Brasil tem alta demanda por gastos sociais. Para atender a isso, é mais eficaz eleger prioridades, cortar gastos em outras áreas e buscar investimentos. Algumas coisas que parecem novidade no Brasil são mera repetição – e seu resultado é previsível. ●

EX-PRESIDENTE DO BC E EX-MINISTRO DA FAZENDA

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** ● **TER.** Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Adriana Fernandes ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** e Pedro Doria ● **SAB.** Adriana Fernandes ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)** e Affonso Celso Pastore **(quinzenalmente)**; Paulo Leme **(1º domingo do mês)**, Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Legislação Mais tempo

Adaptação à nova Lei de Licitações é prorrogada

O governo federal prorrogou o prazo para os órgãos da administração pública se adaptarem às novas regras para licitações públicas até dezembro deste ano. O novo prazo, que atende a pleitos de prefeitos, está previsto em Medida Provisória (MP) publicada em edição extra do *Diário Oficial* da União (DOU), na sexta-feira.

A nova Lei de Licitações foi sancionada em 2021 e passaria a valer por completo a partir de 1º de abril, após dois anos de transição. As mudanças, que incluem União, Estados e municípios, foram formuladas para aumentar a eficiência da gestão pública e evitar casos de corrupção. Com o adiamento, os órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal ainda poderão publicar editais nos formatos antigos de contratação até o dia 29 de dezembro de 2023. ● MARLLA SABINO

Investimento Meia volta

Jovens ‘fogem’ da Bolsa em cenário de juros altos

A idade média do investidor na B3 vinha em queda até 2021, mas voltou a subir em 2022 e 2023 com atratividade da renda fixa

LUCAS AGRELA
WESLEY GONSALVES

Para realizar alguns sonhos – como viagens, ou comprar um imóvel próprio – a produtora audiovisual Lívia Silva, de 28 anos, prefere manter seu dinheiro em um ambiente “mais seguro”. A jovem usa apenas investimentos de alta liquidez e lastreados pela Selic. Assim, ela mantém suas economias no CDB de um banco digital. Para ela, mesmo guardando dinheiro para realizar projetos de longo prazo, no futuro, investir na Bolsa de Valores está fora de cogitação. “Eu gosto de saber que posso usar meu dinheiro a qualquer momento. Além de não ter medo de que o preço caia e eu vá ‘perder’ nada do dia para a noite”, diz.

A visão de Lívia é compartilhada por milhares de jovens no País, que no último ano têm deixado de diversificar seus investimentos na Bolsa diante de um cenário não muito “convidativo” no mercado de capitais.

Um levantamento feito pela B3, a pedido do **Estadão**, mostra que a idade média do investidor na Bolsa de valores vinha em trajetória de queda, recuando quase 11 anos desde 2016 até 2021, passando de 49,66 anos, para 37,93 anos, mostrando um rejuvenescimento na Bolsa. No ano passado, no entanto, esse indicador voltou a subir. Ao analisar o número total de investidores pessoa física, em 2022, a B3 registrou uma idade média de 39,68 anos de idade. Na comparação entre os anos, em 2021, a B3 tinha pouco mais de 5 milhões de brasileiros com contas cadastradas na B3, dos quais 62% dos investidores tinham menos de 40 anos de idade. Já em 2023, conforme os últimos dados da B3, o porcentual de contas de pessoa física cadastradas para a mesma faixa etária é de 59% do total de contas.

> **Investidor ‘mais velho’**
>
> **37 anos** era a idade média do investidor da B3 em 2021, em tendência que vinha desde 2016
>
> **40 anos** era a idade média do investidor em fevereiro deste ano

Apesar do curto espaço de tempo, esse “envelhecimento” do perfil na B3 também se mantém quando analisados os dados preliminares para 2023. Nos dois primeiros meses deste ano, a idade média do público subiu para 40,48.

CENÁRIO RUÍM. Cauê Mançanares, CEO da gestora de investimentos Investo, diz que 2022 foi um ano atípico que afastou investidores. “O ano passado foi o pior ano desde 1971 para rendimentos em renda variável e renda fixa. Para muita gente, é difícil de ‘engolir’ uma performance muito ruim depois de 14 anos de alta nos mercados globais. Todos os investidores têm se afastado da Bolsa por medo, não só os jovens.”

Para Jayme Carvalho, da Planejar, não só o jovem, mas o público em geral têm olhado mais para a renda fixa em 2023. O planejador afirma ainda que, independentemente da idade, o investidor precisa ter clareza em relação aos motivos que o levam a investir para obter os melhores resultados no prazo desejado.

Marília Fontes, da Nord Research, ressalta que a fuga de jovens da Bolsa tem ligação com o aumento do desemprego entre as pessoas com menos de 40 anos. “O que mais percebo é gente querendo complementar a renda na aposentadoria. A bolsa não ficou tão bem e muitas pessoas foram para títulos de longo prazo e de aposentadoria”, diz.

Já Marco Noernberg, da Manchester, diz que os ciclos de alta e queda da Bolsa pode “assustar” os jovens investidores. “Neste momento, nada favorece a bolsa de valores,”●

CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES:

www.FREITASLEILOEIRO.com.br

CENTRAL DE INFORMAÇÕES: (11) 3117.1000

VEÍCULOS | IMÓVEIS | MATERIAIS

YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL

LEILÕES DE VEÍCULOS

230 VEÍCULOS — DIA: 04.04.2023 - 3ª FEIRA - 10h00
AV. DOS ESTADOS, 584 - PORTÃO 2 - UTINGA - SANTO ANDRÉ/SP
VISITAÇÃO: 04.04.2023, a partir das 08h00 verificar informações no site
PRESENCIAL ON-LINE
• DIVERSOS MODELOS • CAMINHÕES • MOTOS • SEMI-NOVOS • SINISTRADOS • SUCATAS

BMW X5 4.8I | NIVUS HL TSI | BMW X3 XDRIVE35I | FIAT PULSE AUDACE

370 VEÍCULOS — DIA: 05.04.2023 - 4ª FEIRA - 10h00
AV. JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1360 SANTA BÁRBARA D'OESTE/SP
VISITAÇÃO: 05.04.2023, a partir das 08h00 verificar informações no site
PRESENCIAL ON-LINE
• DIVERSOS MODELOS • CAMINHÕES • MOTOS • SEMI-NOVOS • SINISTRADOS • SUCATAS

350 VEÍCULOS — DIA: 06.04.2023 - 5ª FEIRA - 10h00
AV. DOS ESTADOS, 584 - PORTÃO 2 - UTINGA - SANTO ANDRÉ/SP
VISITAÇÃO: 06.04.2023, a partir das 08h00 verificar informações no site
PRESENCIAL ON-LINE
• DIVERSOS MODELOS • CAMINHÕES • MOTOS • SEMI-NOVOS • SINISTRADOS • SUCATAS

25.360 CTC 6X2 | M.B C300 AMG LINE | EVOQUE DYNAMIC | 25.420 CTC 6X2

Condições de venda e pagamento: Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316 — CENTRAL DE INFORMAÇÕES: 11 3117.1000 — www.FREITASLEILOEIRO.com.br

azul seguros | Votorantim | Porto | bradesco | Allianz | TOKIO MARINE SEGURADORA

LEILÕES DE BENS DIVERSOS

Dia 06.04.2023 - 5ª feira 09h00 - SOMENTE "ON-LINE"
VISITAÇÃO: VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE
BIKE MAZZARON QUADRO ALUMÍNIO - ZKIDS BALANCE

Dia 10.04.2023 - 2ª feira 17h00 - SOMENTE "ON-LINE"
VISITAÇÃO: VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE
JAQUETA IRA DESIGN IMPERMEÁVEL " P-M-G-GG "

Dia 13.04.2023 - 5ª feira 17h00 - SOMENTE "ON-LINE"
VISITAÇÃO: VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE
ELETROPORTÁTEIS - EQUIPs. & ACESSÓRIOS - OUTROS

Dia 17.04.2023 - 2ª feira 09h00 - SOMENTE "ON-LINE"
VISITAÇÃO: VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE
CADEIRAS GAMER PCTOP

Dia 17.04.2023 - 2ª feira 17h00 - SOMENTE "ON-LINE"
VISITAÇÃO: VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE
SMARTPHONE - FONES ACTION / SHARP EASY MOBILE

LANCES, CONDIÇÕES DE VENDA E PAGAMENTO, FOTOS E OUTRAS INFORMAÇÕES, CONSULTE NOSSO SITE: www.FREITASLEILOEIRO.com.br

LEILÕES DE IMÓVEIS

LEILÃO EXTRAJUDICIAL — 13 IMÓVEIS
1º LEILÃO - 10/04/2023, a partir das 10h00
2º LEILÃO - 13/04/2023, a partir das 10h00
LOCALIDADES: GO MG MS MT PB RJ RS SP
APARTAMENTOS • CASAS
IMÓVEL COMERCIAL • IMÓVEIS RURAIS
ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
SOMENTE "ON-LINE"
Lances "on-line", edital completo, condições de venda e pagamento, fotos, consulte:
www.freitasleiloeiro.com.br
Mais informações consulte: (11) 3117.1001
https://VITRINEBRADESCO.com.br/ imoveis@freitasleiloeiro.com.br
SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316

LEILÃO SOMENTE "ON-LINE" — 14 IMÓVEIS
FECHAMENTO: 13/04/2023, a partir das 15h00
LOCALIDADES: AL AM CE MG MT PA RJ SP
APARTAMENTOS • CASAS • GALPÕES
IMÓVEL COMERCIAL - TERRENOS
AMPLAS FACILIDADES DE PAGAMENTO:
✓ À vista com 10% de desconto ✓ Parcelamento em 12x sem juros/correção
✓ Parcelamento 24, 36 ou 48 vezes com juros/correção
*FAÇA SUA PROPOSTA! | *proposta sujeita a aprovação
O edital deste leilão encontra-se registrado no 7º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo/SP, sob nº 2.076.511 e no 1º Oficial de Registro Civil de Títulos e Documentos de Osasco/SP, sob nº 228.187.
Lances "on-line", edital completo, condições de venda e pagamento, fotos, consulte:
www.freitasleiloeiro.com.br
Mais informações consulte: (11) 3117.1001
https://VITRINEBRADESCO.com.br/ imoveis@freitasleiloeiro.com.br
SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316

Porto
LEILÃO SOMENTE ONLINE — 08 IMÓVEIS
FECHAMENTO: 17/04/2023, a partir das 10h00
APARTAMENTOS, CASAS E TERRENOS LOCALIZADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO E EM UBERLÂNDIA/MG
FORMA DE PAGAMENTO:
• À VISTA, SEM DESCONTO • SEM USO DO FGTS
Edital completo, lances "on-line", fotos, consulte: www.freitasleiloeiro.com.br
imoveis@freitasleiloeiro.com.br (11) 3117.1001
ANTONIO CARLOS VILLA NOVA DE FREITAS - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP Nº 749

bradesco
LEILÃO EXTRAJUDICIAL — IMÓVEIS
1º LEILÃO - 24/04/2023, a partir das 10h00
2º LEILÃO - 27/04/2023, a partir das 10h00
DIVERSOS IMÓVEIS
EM LOTEAMENTO
ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
SOMENTE "ON-LINE"
Lances "on-line", edital completo, condições de venda e pagamento, fotos, consulte:
www.freitasleiloeiro.com.br
Mais informações consulte: (11) 3117.1001
https://VITRINEBRADESCO.com.br/ imoveis@freitasleiloeiro.com.br
SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316

bradesco
LEILÃO SOMENTE "ON-LINE" — 35 IMÓVEIS
FECHAMENTO: 27/04/2023, a partir das 15h00
LOCALIDADES: AL BA CE GO MA MG MS RN SP
APARTAMENTOS • CASAS
IMÓVEIS COMERCIAIS • TERRENOS
AMPLAS FACILIDADES DE PAGAMENTO:
✓ À vista com 10% de desconto
✓ Parcelamento em 12x sem juros/correção
✓ Parcelamento 24, 36 ou 48 vezes com juros/correção
Lances "on-line", edital completo, condições de venda e pagamento, fotos, consulte:
www.freitasleiloeiro.com.br
Mais informações consulte: (11) 3117.1001
https://VITRINEBRADESCO.com.br/ imoveis@freitasleiloeiro.com.br
SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316

LEILÃO EXTRAJUDICIAL — IMÓVEIS
1º LEILÃO - 15/05/2023, a partir das 10h00
2º LEILÃO - 18/05/2023, a partir das 10h00
DIVERSOS IMÓVEIS
EM LOTEAMENTO
ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
SOMENTE "ON-LINE"
Lances "on-line", edital completo, condições de venda e pagamento, fotos, consulte:
www.freitasleiloeiro.com.br
Mais informações consulte: (11) 3117.1001
https://VITRINEBRADESCO.com.br/ imoveis@freitasleiloeiro.com.br
SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316

GABRIELA BRUMATTI,
TÂNIA RABELLO e
SANDY OLIVEIRA
EMAIL:
COLUNA.BROADCASTAGRO@ESTADAO.COM

Coluna do Broadcast Agro

Após acessar mercado dos EUA, Agrotools quer virar unicórnio em até dois anos

A brasileira Agrotools, plataforma digital de análise de propriedades rurais lançada há 16 anos, começa a atuar também nos Estados Unidos. Com as operações em dólar, considera "bastante realista" a chance de se tornar, em dois anos, um unicórnio (startup avaliada em mais de US$ 1 bilhão). A agtech, hoje cotada em R$ 500 mil, é responsável por detectar desmatamento e trabalho escravo, entre outras informações utilizadas por cooperativas, varejistas, tradings, bancos e seguradoras. Em 2022, movimentou R$ 100 bilhões em operações do agronegócio e avançou 84% em receita recorrente ante os R$ 130 milhões de 2021. Com a criação de uma estrutura local para a atuação nos Estados Unidos, Sergio Rocha, o CEO, prevê crescer acima desse porcentual em 2023.

LUPA

TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO-13/10/2015

Agrotools se especializou em detectar áreas desmatadas e trabalho análogo à escravidão nas propriedades rurais, entre outros dados

Baixa concorrência deve dar impulso

A Agrotools já fornecia soluções para clientes brasileiros com unidades no exterior, mas agora pretende criar produtos específicos para as agendas socioambientais e de descarbonização dos EUA. O portfólio abrangente é o diferencial ante empresas locais, garante o CEO.

Aquisições também estão no radar

Rafael Quintella, diretor responsável pela operação norte-americana da Agrotools, diz que a ideia é não ter pressa, mas prevê ainda este ano fechar os primeiros negócios nos EUA. Empresas locais estão no radar para eventuais aquisições. "Vimos oportunidades nas áreas de dados e de sensores remotos", acrescenta Rocha.

● **ONLINE NA CHINA.** A visita da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) à China na semana passada foi mais um passo para introduzir produtos agropecuários do Brasil no gigante comércio eletrônico do país asiático, conta João José Prieto, coordenador do Ramo Agro da OCB, que representou a instituição por lá. Ele diz que a correlata chinesa, a All China Federation of Supply and Food Cooperatives, tem uma robusta plataforma de vendas online de produtos de seus cooperados e ficou interessada no que os brasileiros podem oferecer.

● **ARTIGOS DE NICHO.** Entre as oportunidades, Prieto cita a comercialização de mel e cafés especiais. "De forma genérica, chegamos a esses dois produtos, mas a pauta ficou bem aberta, pois a China tem uma demanda gigantesca para qualquer tipo de alimento", afirma. Catálogos em mandarim elaborados pela OCB foram deixados nos encontros, "para eles avaliarem internamente".

● **POTÊNCIA MINEIRA.** A Nextron, que conecta usinas solares a consumidores para oferecer energia renovável por assinatura, quer atender a 50 mil propriedades rurais de Minas Gerais até o fim de 2024. A meta deriva de uma parceria com a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado para oferecer o serviço às quase 600 mil filiadas a preços mais acessíveis. Ivo Pitanguy, CEO da Nextron, diz que a expectativa da startup paulista é chegar a 14 Estados este ano, ante os 7 nos quais atua hoje, e movimentar R$ 300 milhões nas plataformas.

● **OLHO NO AGRO.** A fintech de meios de pagamento p2xPay, ex-Ciacard, com escritórios em São Paulo e Porto Alegre, quer aumentar sua base de clientes do agronegócio de 5% para 15% em 2023. Felipe Andrade, COO da empresa, diz que o agro ajudará a elevar o faturamento neste ano em 60%. "Realizamos transações na China e na Europa para grandes empresas do setor, mas neste ano queremos expandir para pequenas e médias", afirma. A companhia tem uma carteira com mais de 500 clientes, de diferentes segmentos.

● **MAIS PERTO.** Para ter esse aumento na carteira de clientes agro, a fintech abrirá, no fim de abril, um escritório em Pederneiras, no interior paulista, com o objetivo de se aproximar do agro. "A cidade está perto do norte do Paraná e de lá acessaremos também Mato Grosso do Sul e Mato Grosso", diz Andrade. Ele garante que, entre as metas da companhia, está atuar para atender ao setor e se aproximar de possíveis clientes. A p2xPay não divulgou o faturamento que teve em 2022.

GIRO

Marfrig quer aumentar rastreabilidade de bovinos

PAULO LIEBERT/ESTADÃO-6/1/2005

A Marfrig diz já ter conseguido rastrear 71% da cadeia de fornecedores indiretos de gado à empresa na Amazônia e 72% no Cerrado. Paulo Pianez, diretor de Sustentabilidade, acredita que, até 2025, 100% dos criadores de bezerros e bois magros estarão mapeados e regularizados no quesito socioambiental no bioma Amazônia.

VEM AÍ

Suspensão da China ainda deve pesar em exportações

JASON LEE/REUTERS-29/6/2007

A China já voltou a comprar carne bovina do Brasil após o embargo de 29 dias devido ao caso atípico de vaca louca no Pará. Os embarques, porém, provavelmente ainda não deslancharam. É o que devem mostrar os dados de março que a Secretaria de Comércio Exterior divulgará hoje. A expectativa do mercado é de queda nas exportações, em receita e volume.

BROADCAST MERCADOS

VALORES DE MERCADO REFERENTES AO PREGÃO DE 31/03/2023

Ibovespa: 101.882,20 PTS. | Dia 1,77% | Mês -2,91% | Ano -7,16%

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
CCR SA ON	12,77	2,57	18.763
ULTRAPAR ON NM	13,96	2,35	17.690
VIBRA ON NM	14,49	2,11	27.787

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
GRUPO SOMA ON	8,00	-8,26	35.240
MRV ON NM	6,39	-6,99	24.018
HAPVIDA ON NM	2,61	-6,79	58.303

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

	TR	TBF	Poupança	Poupança Selic
28/3 A 28/4	0,1733	0,9947	0,6742	0,5000
29/3 A 29/4	0,1743	0,9957	0,6742	0,5000
30/3 A 30/4	0,1466	0,9478	0,6742	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	33.274,15	1,26	1,89	0,38
FRANKFURT - DAX	15.628,84	0,69	1,72	12,25
LONDRES - FTSE	7.631,74	1,34	-3,10	2,42
TÓQUIO - NIKKEI	28.041,48	29,56	2,17	7,46

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/5/2029	5,90	2.880,72
	15/5/2035	6,15	1.986,82
JUROS SEMESTRAIS	15/8/2032	6,01	4.116,81
PREFIXADO	1º/1/2026	12,03	731,69
	1º/1/2029	12,65	505,56
SELIC	1º/3/2026	0,09	13.002,57

(*)TÍTULOS A VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Fevereiro	Março	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,77	-	1,23	5,47
IGP-M (FGV)	-0,06	0,05	0,20	0,17
IGP-DI (FGV)	0,04	-	0,09	1,53
IPC (FIPE)	0,43	-	1,06	6,70
IPCA (IBGE)	0,84	-	1,37	5,60
CUB (Sinduscon)	0,00	-	-0,06	8,31
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,34	-	0,62	4,82

Índices de reajuste do aluguel (Abril)

IGP-M (FGV)	1,0017	IPCA (IBGE)	-
IGP-DI (FGV)	-	INPC (IBGE)	-
IPC-FIPE	-	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (MARÇO)

Trabalhador assalariado e doméstica*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.302,00	7,5%
DE R$ 1.302,01 ATÉ R$ 2.571,29	9%
DE R$ 2.571,30 ATÉ R$ 3.856,94	12%
DE R$ 3.856,95 ATÉ R$ 7.507,49	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.302,00 A 7.507,49	20%	DE 260,40 A 1.501,49

VENCIMENTO 7/4. O PORCENTUAL DE MULTA A SER APLICADO FICA LIMITADO A 20%, MAIS TAXA SELIC.

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/31)	13,66	0,07	0,07	0,07
CDI	13,65	0,00	0,00	0,00

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.	C. Abe.	Min.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR NY*	MAI/23	22,25	324.852	21,78	22,36	1,32
CAFÉ NY*	JUL/23	169,70	52.587	165,55	170,75	0,41
SOJA CBOT**	MAI/23	15,055	271.238	14,680	15,138	2,10
MILHO CBOT**	JUL/23	6,360	379.360	6,258	6,388	1,39

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	Ult.	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	147,50	0,13	-19,10
BOI Cepea/esalq, R$/@	295,95	0,29	-8,45
MILHO Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	82,60	-0,36	-11,27
CAFÉ Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	1.044,94	-2,24	-15,98

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,0686	-0,57	-2,99	-4,00
DÓLAR TURISMO	5,2730	-0,55	-2,77	-3,81
EURO	5,4970	-1,17	-0,63	-2,48
OURO	317,000	-0,94	4,28	4,97
WTI US$/BARRIL	75,72	1,80	-1,48	-5,93
IBRENTUS$/BARRIL	79,73	1,20	-4,01	-7,24

	US$ 1/NY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERICANO	1,000	1,0903	1,2390	0,1964
EURO	0,917	1,0000	1,1363	0,1802
FRANCO SUÍÇO	0,914	0,9966	1,1325	0,1796
LIBRA ESTERLINA	0,807	0,8801	1,0000	0,1586
IENE	132,656	144,6390	164,3520	26,058

AS MOEDAS NA VERTICAL:VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: IDC

Hospital Alemão Oswaldo Cruz

CNPJ N.º 60.726.502/0001-26

Edital de Convocação

São convocados, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 20 do seu Estatuto Social, os Associados do **Hospital Alemão Oswaldo Cruz**, para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se às 18:00 horas em primeira convocação e às 18:30 horas em segunda convocação, no dia 17 de abril de 2023, de modo hibrido na sede social da Associação, localizada na Rua João Julião, 331, no Anfiteatro localizado no primeiro subsolo do Bloco E, São Paulo/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Assembleia Geral Ordinária:** 1) Exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; 2) Eleição de membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal; e 3) Demais assuntos de interesse da Associação. **Assembleia Geral Extraordinária:** 1) Oneração do terreno de propriedade da Associação, localizado na Avenida Vereador José Diniz, nº 3505, São Paulo/SP, em operação de captação de recursos financeiros pela Associação. Para participar da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária remotamente, acesse o *link* de vídeo conferência a seguir: (https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MDI5MzUxZmQtZGFmNi00OTQ4LTliOWQtNTk2NTg4ODFjZTVi%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22e1528242-6dcb-48ef-a210-0f97bb45a559%22%2c%22Oid%22%3a%22b70fda8c-0907-48cc-82b0-ea1b15e0fa69%22%7d). São Paulo, 28 de março de 2023. **Weber Ferreira Porto -** Presidente do Conselho Deliberativo.

AVISO DE RETOMADA

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 477/2022**.
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DOS DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SDHDS
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE MATERIAL DE HIGIENE PESSOAL PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DOS EQUIPAMENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DOS DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SDHDS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NESTE TERMO.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados que, em virtude da Revogação parcial da homologação, no dia 04 de abril de 2023, às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, haverá a RETOMADA do processo em epígrafe no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. Maiores pelo email licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br ou pelo telefone **(85)3452-3477.**

Fortaleza – CE, 31 de março de 2023.
CARLOS HENRIQUE ROCHA ALMEIDA
Pregoeiro(a) da CLFOR

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: RDC PRESENCIAL **Nº. 018/2023.**
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA - SEINF
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO DA ENTRADA DO BOM JARDIM, NO BAIRRO BOM JARDIM, MUNICÍPIO DE FORTALEZA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR DESCONTO.
MODO DE DISPUTA: ABERTO.
REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.
INFORMAÇÕES IMPORTANTES:
- **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** 04/05/2023 às 09h00min.
- **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 04/05/2023 às 09h15min.
- **INÍCIO DA DISPUTA:** 04/05/2023 às 09h30min.
- FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS (informando o nº da licitação): Até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das propostas.
• e-mail: cpl@clfor.fortaleza.ce.gov.br
• fone: (085) 3452-3483
- **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário local (Fortaleza – CE).
- **ENDEREÇO PARA ENTREGA (PROTOCOLO) DE DOCUMENTOS:** Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - CLFOR – Avenida Heráclito Graça, n° 750, Centro, Fortaleza/CE, CEP. 60.140-060.
- **HOME PAGE:** compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br
A presente licitação reger-se-á pela Lei nº 12.462, de 04 de agosto de 2011, pelo Decreto nº 7.581, de 11 de outubro de 2011, pela Lei Federal nº 8.666/93, subsidiariamente, nas hipóteses expressamente admitidas, e pelos Decretos Municipais nº 13.512, de 30 de dezembro de 2014 e nº 15.126, de 28 de setembro de 2021, e pela Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais). O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, Centro, Fortaleza - CE – Fortaleza- CE, no e-compras:https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/.

Fortaleza – CE, 31 de março de 2023.
OTÁVIO CÉSAR LIMA DE MELO
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Westwing Comércio Varejista S.A.

CNPJ/MF nº 14.776.142/0001-50 - NIRE 35.3.0056296-8
Companhia Aberta

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária a ser Realizada em 30 de Abril de 2023

Convocamos os senhores acionistas da **Westwing Comércio Varejista S.A.,** companhia aberta, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Queiroz Filho, nº 1.700, Torre A (salas 407, 501, 502, 507 e 508); Torre B (salas 305 e 306) e casas 23 e 24, Edifício Villa Lobos Office Park, Vila Hamburguesa, CEP 05319-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.3.0056296-8 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 14.776.142/0001-50, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") como companhia aberta categoria "A" sob o código 2551-8 ("**Companhia**"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e dos artigos 4º e 6º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), a se reunirem, **de modo exclusivamente à distância e digital,** em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2023, às 14:00 horas ("**AGO**"), a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) tomada das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, incluindo as respectivas notas explicativas, o relatório da administração e o parecer dos auditores independentes; (ii) a proposta de destinação do resultado relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022; e (iii) fixação da remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023. **Instruções e Informações Gerais:** A AGO será realizada de modo exclusivamente à distância e digital, podendo os senhores acionistas participar e votar por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia ou exercer o direito de voto mediante uso do Boletim de Voto (conforme abaixo definido), em ambos os casos nos termos previstos na Resolução CVM 81. O sistema de participação à distância adotado pela Companhia permitirá que seus acionistas participem da AGO ao acessarem a plataforma digital, desde que observadas as condições abaixo resumidas. As informações detalhadas relativas à participação na AGO por meio do sistema eletrônico estão disponíveis na proposta da administração para a AGO, divulgada em 31 de março de 2023 ("Proposta da Administração") que poderá ser acessada por meio dos *websites* da Companhia (https://ri.westwing.com.br/), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br). Para participarem, os acionistas deverão enviar solicitação por e-mail à Companhia para o endereço ri@westwing.com.br, até as 14h do dia 28 de abril de 2023, o qual deverá conter toda a documentação necessária (conforme indicada na Proposta da Administração) para permitir a participação do acionista na AGO. Os acionistas que não enviarem a solicitação de cadastramento no prazo acima referido não poderão participar da AGO, nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81. Tendo em vista a necessidade de adoção medidas de segurança na participação a distância, a Companhia enviará, por e-mail, as instruções, o *link* e a senha necessários para participação do acionista por meio da plataforma digital somente àqueles acionistas que tenham apresentado corretamente sua solicitação no prazo e nas condições apresentadas na Proposta da Administração, e após ter verificado, de forma satisfatória, os documentos de sua identificação e representação (conforme indicados na Proposta da Administração). **O link e senha recebidos serão pessoais e não poderão ser compartilhados sob pena de responsabilização.** Ainda, o acionista que optar por exercer seu direito de voto à distância poderá: (i) transmitir as instruções de voto diretamente pelas instituições e/ou corretoras que mantém suas posições em custódia, conforme instruções estabelecidas na Proposta da Administração; (ii) transmitir as instruções de voto diretamente ao escriturador das ações da Companhia, qual seja o Itaú Corretora de Valores S.A., conforme instruções estabelecidas na Proposta da Administração; ou (iii) preencher o boletim de voto a distância disponível nos endereços indicados abaixo ("Boletim de Voto") e enviá-lo diretamente à Companhia, conforme instruções contidas na Proposta da Administração. Para mais informações, observar as regras previstas na Resolução CVM 81, na Proposta da Administração e no Boletim de Voto. Sem prejuízo da possibilidade de participar e votar na AGO, conforme instruções contidas neste Edital de Convocação e na Proposta da Administração, a Companhia recomenda aos seus acionistas que utilizem e seja dada preferência ao Boletim de Voto para fins de participação na AGO, evitando que problemas decorrentes de equipamentos de informática ou de conexão à rede mundial de computadores dos acionistas prejudiquem o exercício do seu direito de voto na AGO. Estarão à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia e nos *websites* da Companhia (https://ri.westwing.com.br/), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br), nos termos da Resolução CVM 81, a Proposta da Administração e cópia dos demais documentos relacionados às matérias constantes da ordem do dia da AGO.

São Paulo, 31 de março de 2023
Marcello Eduardo Guimarães Adrião Rodrigues
Presidente do Conselho de Administração

AVISO DE RESULTADO FINAL

PROCESSO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA **Nº. 001/2023.**
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DE FORTALEZA – HABITAFOR.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE LEVANTAMENTO, ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO E EXECUÇÃO DE REFORMAS E MELHORIAS HABITACIONAIS PARA CASAS EM ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS INSERIDOS NO PLANALTO AYRTON SENNA, SITUADO NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA – CE.
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO.
REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.
A Vice-Presidente da **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA - CE | CEL** torna público, para conhecimento dos licitantes e demais interessados, o RESULTADO DE FINAL referente à CP nº 001/2023 – HABITAFOR, divulgado em Sessão de Prosseguimento ocorrida no dia 30/03/2023, nos seguintes termos: VENCEDORA a empresa PHD CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, com uma proposta de preço no valor de R$ 2.585.556,63 (dois milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e seis e sessenta e três centavos). Ato contínuo, informa que a única participante do certame manifestou expressamente que não possuía interesse em apresentar recurso, não sendo necessária a abertura do prazo de recursal em face de tal resultado. Informações adicionais encontram-se à disposição na Avenida Heráclito Graça, nº 750, Centro, CEP: 60.140-060, Fortaleza, Ceará ou por meio do endereço eletrônico: licita.cel@clfor.fortaleza.ce.gov.br.

Fortaleza-CE, 31 de março de 2023.
NANCY LAPROVITERA DINIZ BORGES
VICE-**PRESIDENTE DA CEL**

INFORMATIVO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 356/2022**.
ORIGEM: INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA /IJF - SERVIÇO DE ALMOXARIFADO
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE PROPOSTAS PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE KIT CIRÚRGICO ESTÉRIL, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que no AVISO DE RETOMADA publicado no dia 30 de março de 2023, no Diário Oficial do Município – DOM, jornal local e jornal de circulação nacional, ocorreu uma atecnia, sendo necessario INFORMATIVO, dispondo que:
ONDE SE LÊ:
PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 356/2023**.
LEIA-SE:
PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 356/2022**.
Maiores pelo email licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br ou pelo telefone (85)3452-3477.

Fortaleza – CE, 31 de março de 2023.
JOÃO MATHEUS CARNEIRO BEZERRA
Pregoeiro(a) da CLFOR

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 081/2023-CSL/EMSERH

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 213.859/2022- EMSERH

OBJETO: Contratação de serviços continuados de **limpeza, conservação e higienização das áreas médico-hospitalares**, externas e esquadrias com fornecimento de mão de obra qualificada, materiais, produtos saneantes, equipamentos e utensílios, para atender às necessidades da unidade de saúde **CASA TEA 12+**, administrado pela empresa maranhense de serviços hospitalares – **EMSERH.**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

DATA DA ABERTURA: **ADIADO ATÉ ULTERIOR DELIBERAÇÃO.**

MOTIVO: Em virtude do que determina o Decreto nº 38.192 de 2023 datada e publicada no Diário Oficial do Estado do Maranhão no dia 27 de março de 2023.

LOCAL DE REALIZAÇÃO: Sistema Licitações-e **www.licitacoes-e.com.br**.

Edital e demais informações estão disponíveis no site da EMSERH (**www.emserh.ma.gov.br**).

Informações adicionais serão prestadas na CSL/EMSERH localizada, na Av. Borborema, Qd-16, n° 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA, pelos e-mails **csl.emserh.ma@gmail.com** e/ou **maianeemserh@gmail.com**, ou pelo **Telefone (98) 3235-7333**.

São Luís (MA), 29 de março de 2023

Maiane Rodrigues Corrêa Lobão
Agente de Licitação/EMSERH
Mat. 7.325

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: RDC PRESENCIAL **Nº. 019/2023.**
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA - SEINF
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE MOBILIDADE E URBANIZAÇÃO DO PONTA MAR - PRAIA DO TITANZINHO, NO BAIRRO CAIS DO PORTO, MUNICÍPIO DE FORTALEZA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR DESCONTO.
MODO DE DISPUTA: ABERTO.
REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.
INFORMAÇÕES IMPORTANTES:
- **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** 02/05/2023 às 09h00min.
- **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 02/05/2023 às 09h15min.
- **INÍCIO DA DISPUTA:** 02/05/2023 às 09h30min.
- FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS (informando o nº da licitação): Até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das propostas.
• e-mail: cpl@clfor.fortaleza.ce.gov.br
• fone: (085) 3452-3483
- **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário local (Fortaleza – CE).
- **ENDEREÇO PARA ENTREGA (PROTOCOLO) DE DOCUMENTOS:** Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - CLFOR – Avenida Heráclito Graça, n° 750, Centro, Fortaleza/CE, CEP. 60.140-060.
- **HOME PAGE:** compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br
A presente licitação reger-se-á pela Lei n° 12.462, de 04 de agosto de 2011, pelo Decreto n° 7.581, de 11 de outubro de 2011, pela Lei Federal n° 8.666/93, subsidiariamente, nas hipóteses expressamente admitidas, e pelos Decretos Municipais n° 13.512, de 30 de dezembro de 2014 e n° 15.126, de 28 de setembro de 2021, e pela Lei Federal n° 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais). O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, Centro, Fortaleza - CE – Fortaleza- CE, no e-compras:https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/.

Fortaleza – CE, 31 de março de 2023.
OTÁVIO CÉSAR LIMA DE MELO
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Balanço Em queda

Com Selic nas alturas, empresas da Bolsa amargam prejuízo em 2022

Levantamento feito pelo TradeMap mostra que a taxa de juros de dois dígitos elevou em 50% as despesas das companhias abertas e reduziu o lucro alcançado no ano

LUÍZA LANZA

O fim da temporada de balanços financeiros referentes ao quarto trimestre do ano passado mostrou que o lucro das empresas de capital aberto listadas na B3 derreteu em 2022. Um levantamento feito pelo TradeMap para o E-Investidor mostra que o lucro líquido de 295 companhias caiu mais de 17% na comparação com 2021, enquanto as despesas financeiras saltaram quase 50%.

O culpado é a taxa de juros de dois dígitos. Enquanto os juros altos cumprem a sua função na economia de desestimular o consumo e ajudar na queda da inflação, as empresas brasileiras pagam o preço.

Pagando o preço
Muitas empresas aproveitaram a Taxa Selic baixa em 2021 para se capitalizar

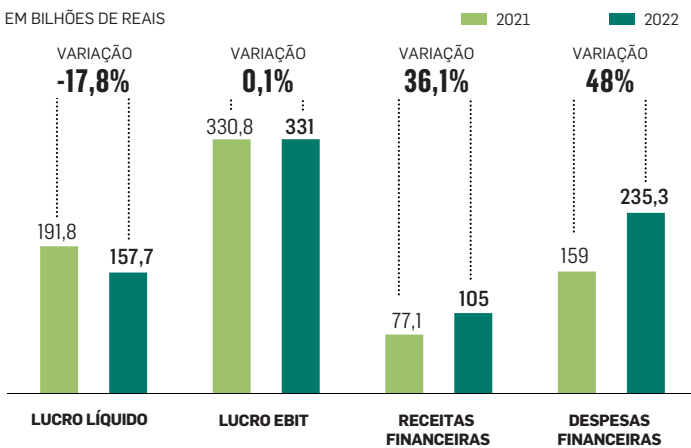
O levantamento mostra que, ao comparar o balanço geral das companhias não financeiras listadas na B3, com exceção de Petrobras, Vale, Braskem, CSN e Suzano, as despesas saltaram 48% de 2021 para 2022. Por sua vez, o lucro líquido em 12 meses caiu 17,8% no comparativo anual.

Paulo Weickert, sócio-fundador e cogestor da Apex Capital, explica que muitas das empresas da Bolsa aproveitaram o momento da Selic a 2% em 2021 para se capitalizar, adquirindo dívidas com base no CDI (Certificados de Depósitos Interbancários). O problema foi que, com a escalada da taxa de juros, as dívidas pulsaram.

O levantamento soma os balanços referentes a 2021 e 2022 das empresas listadas na B3. O recorte deixa de fora bancos e seguradoras, e as gigantes Petrobras, Vale, Braskem, CSN e Suzano. Se essas 5 empresas fossem consideradas, o lucro líquido em 2022 ante 2021 subiria 2,6%. Uma alta pequena, mas relevante em comparação à redução de 17,8% no balanço que não as inclui. "Neste caso, poderíamos dizer que as empresas não financeiras da Bolsa tiveram crescimento de lucro em 2022. Não está errado, mas seria um desvio", diz Einar Rivero, head comercial do TradeMap.

Analisando apenas as 295 empresas incluídas no levantamento, outros dados chamam a atenção – e confirmam a deterioração dos resultados das companhias da B3 em 2022.

Enquanto as vendas aumentaram 19,1%, o custo de produtos vendidos cresceu 21,7%. Isso fez com que o lucro bruto subisse apenas 11%, um porcentual menor do que o do aumento das vendas. Olhando para o lucro Ebit, métrica que mostra o nível de lucratividade de uma empresa antes de despesas com impostos e juros, o avanço é de 0,01%.

E é aí que a taxa Selic nas alturas começa a pesar. Se, antes de impostos e juros, o lucro das empresas já estava no zero a zero em comparação a 2021, quando as despesas financeiras entram na conta com um salto anual de 48%, o lucro líquido se torna um prejuízo. "Houve um crescimento muito forte na despesa financeira de 21 para 22, que inclui indiretamente a Selic, que fez com que as empresas com dívidas em real tivessem de pagar juros maiores, penalizando o resultado final", explica Rivero.

Com os juros da dívida maiores, o caixa das empresas diminuiu, a margem foi reduzida e a remuneração de dividendos também. O ROE, indicador que mostra quanto lucro é gerado em relação ao capital investido, caiu 5,3% e terminou 2022 em 12,83% – um sinal de que as companhias brasileiras estão tendo rentabilidade abaixo do próprio CDI.

O levantamento traz ainda uma análise dos lucros líquidos consolidados por setores. Energia elétrica, alimentos processados, siderurgia e metalurgia, telecomunicações, mineração e agropecuária foram os que tiveram a maior variação negativa, em reais, no período. Setores que têm um Capex – a necessidade de investimento para modernização ou expansão da empresa – elevado ou margens mais apertadas por causa das características de seus negócios.

"São os dois tipos de setores que apanham mais com os juros altos", afirma Felipe Cima, operador de renda variável da Manchester Investimentos. "O setor de energia, por exemplo, tem a necessidade de um Capex de manutenção elevado para não perder eficiência. Já os frigoríficos costumam ter margem mais apertada, já que algumas coisas não tem a ver com o juros, mas com o ciclo bovino", explica.

INVESTIMENTOS. Com os juros ainda elevados, é cedo para cravar se o investidor deve se preocupar com mais um ano de prejuízos nos resultados das empresas.

O arcabouço fiscal apresentado na última quinta-feira, agradou o mercado. O novo pacote é importante porque pode abrir espaço para que o Banco Central inicie os cortes na Selic no segundo semestre do ano. Um cenário que já é precificado por muitas casas.

No entanto, como as decisões de políticas monetárias levam tempo para produzirem efeitos na economia, pode ser que o alívio para as empresas demore a ser sentido.

Com essa perspectiva no radar, a orientação é evitar setores dependentes do ciclo de juros e olhar para empresas geradoras de caixa e com baixo nível de endividamento – características que podem "blindar" os resultados no caso de um 2023 ainda negativo para as companhias da Bolsa. ●

Fabio Kanczuk

‘Arcabouço não ajuda na redução de juros’

Ex-diretor do Banco Central diz que as expectativas para a inflação não vão ceder e que instituição não cortará juros

ENTREVISTA

Diretor de Política do Banco Central entre 2019 e 2021; atualmente é head de macroeconomia da ASA Investments

JENNE ANDRADE

Fabio Kanczuk foi secretário de política econômica durante o governo Michel Temer, entre 2016 e 2018. Na época, atuou como braço direito do então ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, criador da Emenda Constitucional n.º 95, o “Teto de Gastos”, regra que limitava o crescimento das despesas públicas.

Depois, foi diretor de política econômica do Banco Central, entre 2019 e 2021. Atualmente, ocupa a posição de head de macroeconomia da gestora ASA Investments. Com esse background, Kanczuk olhou com desconfiança para a reação do mercado ao novo arcabouço fiscal, que deve substituir o Teto de Gastos.

“As reações ao arcabouço foram curiosas. De um lado, o mercado reagiu bem e com entusiasmo. Do outro, os economistas reagiram mal porque viram que esse projeto não resolverá os problemas”, afirma Kanczuk. A proposta do governo Lula é limitar o crescimento das despesas para o ano seguinte a 70% do crescimento das receitas relativas ao ano anterior. Entretanto, há um piso e um teto para avanço real dos gastos, que vai de 0,6% a 2,5% ao ano.

Na avaliação de Kanczuk, o arcabouço não deve melhorar as expectativas de inflação e, por consequência, não deve ajudar na redução dos juros.

O novo arcabouço fiscal pode ser o caminho para a redução dos juros no Brasil?
Eu acho improvável. Não dá para resolver problemas apresentando uma carta de intenções; e mesmo as intenções apresentadas não são suficientes. As reações ao arcabouço foram curiosas. De um lado, o mercado reagiu bem e com entusiasmo. Do outro, os economistas reagiram mal porque viram que esse projeto não resolverá os problemas. A minha impressão é de que o próprio mercado vai voltar atrás. Quando fizerem as contas, perceberão que foi uma alegria curta.

LEO MARTINS / ASA INVESTMENTS

“Meu cenário para o Brasil é pessimista. Imagino que haverá uma desaceleração da economia”

Por que esse arcabouço não vai melhorar as expectativas de inflação?
O arcabouço tem problemas tanto na ideia geral quanto em fatores super específicos de curto prazo, que ainda podem ser alterados. O problema de longo prazo, que não dá muito para mudar, é o plano de governo de não cortar gastos de verdade e, em vez disso, aumentar impostos. É necessário aumentar muito os impostos para chegar ao nível necessário para equilibrar as contas. O Congresso e a sociedade não estão dispostos. Há coisas escondidas no modelo apresentado. Uma delas é que vai precisar aumentar bastante o imposto. A outra é que mesmo que isso aconteça, a dívida do Brasil vai subir bastante. Esse é um desafio imenso do ministro Haddad, equilibrar as contas e aumentar o imposto. Não vai dar certo, ninguém está disposto a aumentar tanto o imposto, mas se não fizer isso, a dívida cresce. Esse é o problema do arcabouço, que não resolve esse dilema.

Mas na entrevista coletiva, o ministro Haddad fez questão de falar que não teria aumento de carga tributária. Entretanto, as empresas que hoje têm benefícios fiscais ou setores não regulamentados, como o de apostas, passariam a ser tributados. Essa não é uma ideia crível?
Não é crível e eu diria que o ministro Haddad está brincando com a semântica. Cobrar as empresas que hoje são isentas aumenta a carga tributária. Carga tributária não é algo sobre Justiça, é um número, é quanto o governo ganhou de impostos e quanto foi o tamanho da economia. A verdade é que ele está querendo, sim, aumentar a carga tributária. Pode até vender de um jeito diferente, mas isso é carga tributária. Acho difícil chegar no Congresso e pedir aumento de carga tributária, não vai conseguir.

O Banco Central vai poder cortar a Selic no segundo semestre, como previsto pelo mercado?
A minha impressão é que a ficha do mercado vai cair, as expectativas para inflação não vão ceder e o Banco Central não vai poder reduzir juros este ano.

Quais são os cenários que você traça para o Brasil?
O meu cenário para Brasil é super pessimista. Imagino que haverá uma desaceleração da economia, não agora no primeiro trimestre, por conta da agricultura, mas no resto do ano. A ficha vai cair de que o fiscal não está resolvido e, com isso, o Banco Central não reduzirá juros, tornando a vida ainda mais difícil para a economia e para o fiscal. Estamos indo para um caminho muito reminiscente ao do segundo governo Dilma Rousseff. Em agosto de 2011, o BC reduziu os juros e esse foi um dos casos em que os economistas falaram “não era para reduzir juros agora, a inflação vai subir”, mas o mercado embarcou em um otimismo. Depois de uns meses, o mercado percebeu que estava tudo errado. Da mesma forma, o otimismo de agora com o arcabouço deve ter vida curta. ●

Antonio Penteado Mendonça

Seguros: seria interessante mudar o foco

Ao longo das décadas, o setor de seguros se habituou a informar os dados diretamente ligados às seguradoras. O primeiro grande número é o faturamento anual, que, curiosamente, costuma ser apresentado fatiado, primeiro seguro, depois previdência complementar e, por fim, os planos de saúde privados.

Isso dá uma ideia equivocada do tamanho da atividade, já que seguro diretamente não chega a R$ 200 bilhões, planos de saúde privados faturam mais do que R$ 200 bilhões e, invariavelmente, nos planos de previdência complementar se informa o investimento nos produtos, que é diferente do faturamento das empresas.

O grande dado da indústria automobilística é a quantidade de veículos fabricados e comercializados durante o ano e não qual o faturamento das montadoras. Também é relevante a quantidade de empregos direta e indiretamente gerados e o tamanho da cadeia econômica, com todas as atividades dependentes do setor automotivo ocupando o seu lugar.

Para o setor automotivo a informação importante é a quantidade de itens fabricados, importados e comercializados, novos e usados, peças, oficinas mecânicas, concessionárias, lojas de carros etc. Quanto cada montadora faturou é muito menos importante do que a quantidade de veículos produzidos.

Para o setor de seguros, ao longo dos anos, o dado importante tem sido o faturamento das seguradoras, que é um dado parcial, já que temos também o faturamento dos corretores de seguros e de todos os prestadores de serviços, que deveriam ser computados na conta.

Além disso, quem sabe por conta de um antigo complexo de inferioridade, de quando o setor representava menos de 1% do PIB, também é relevante informar qual a participação do faturamento das empresas sob o manto da CNseg (Confederação Nacional das Seguradoras) no PIB brasileiro.

Será que este é o dado relevante para a sociedade entender o que é e qual a importância do setor para a população e para a economia? Me parece que não.

Muito mais relevante do que informar que, entre secos e molhados, o setor faturou perto de meio trilhão de reais em 2022 é mostrar que o setor devolveu para a sociedade perto de R$ 300 bilhões em indenizações de seguros, procedimentos cobertos por planos de saúde privados e resgates dos planos de previdência privada e capitalização.

Mais importante que mostrar que o setor faturou perto de meio trilhão de reais é quanto indenizou

Para o dia a dia do cidadão e mesmo para a rotina da sociedade é indiferente se a seguradora A cresceu 10% e a B cresceu 12,5%.

Mas não é indiferente saber que mais de não sei quantos mil veículos atingidos pelas chuvas de verão foram indenizados ou que milhares de indenizações por mortes por covid 19, que não estariam cobertas, foram pagas pelas seguradoras ou que milhões de pessoas são anualmente atendidas pelos planos de saúde privados.

A SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) começou a divulgar os números referentes às indenizações pagas. Se o setor focar nessas informações terá outro reconhecimento da sociedade. ●

SÓCIO DE PENTEADO MENDONÇA E CHAR ADVOCACIA E PRESIDENTE DA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS

Cannes lions Início da trajetória

Young Lions vira 'porta' para jovens criativos na alta chefia

Neste ano, programa do Festival de Cannes Lions será realizado pelo 'Estadão' em parceria com as empresas Ambev e Burger King

WESLEY GONSALVES

Participar do Festival Internacional de Criatividade de Cannes Lions, do qual o **Estadão** é o representante oficial, pode representar uma guinada na carreira de jovens publicitários em todo o mundo. Uma prova disso são os incontáveis casos de ex-participantes do Young Lions Brasil, que anos depois de participar do programa, ocupam os cargos mais altos nas principais agências do País e no mundo.

Este ano, o **Estadão** será o responsável por realizar o concurso "Young Lions Brazil". Os interessados poderão se inscrever em duplas para as duas categorias disponíveis: Digital e Film. Os participantes irão receber um briefing para o qual devem apresentar uma solução no prazo do regulamento. O processo é realizado online e 100% anônimo para os jurados.

A edição terá o patrocínio de nomes como Ambev e do Burger King. Para o diretor de conteúdo da Ambev, o projeto é uma forma de abrir as portas dentro do festival de criatividade e conhecer novos talentos. Já Juliana Cury, executiva de marketing da ZAMP – dona do Burger King no Brasil – diz que o objetivo em participar do Young Lions Brazil para a marca é trazer novos desafios para os participantes. As duplas vencedoras da etapa nacional são inscritas no Young Lions Competition, realizado em Cannes durante o Cannes Lions Festival, de 19 a 23 de junho de 2023. Os vencedores da fase internacional recebem uma medalha e um registro de delegado para participar da edição 2024 do Festival, além de hospedagem.

CANNES LIONS/REPRODUÇÃO

Neste ano, 'Estadão' será responsável por realizar o concurso

FUTUROS CHEFES. Hoje vice-presidente de criação na DM9, Laura Esteves tinha acabado de chegar em São Paulo quando foi, aos 21 anos, selecionada para participar do Young Lions em 2000. A executiva conta que os resultados da sua participação no programa foram instantâneos, isso porque logo após o festival de Cannes Lions, ela e os outros jovens publicitários foram todos contratados para fazer parte do time de criativos da BETC, atual BETC Havas. "O Ehr Ray contratou todos os ex-Young Lions da minha edição, porque ele queria ter na equipe todos aqueles jovens talentos. Esse programa muda a carreira de quem está começando no mercado", afirma.

Quem também viu a carreira decolar depois do programa para jovens criativos foi o vice-presidente de criação da BBDO nos EUA e Canadá, Luís Sanches. Em 1996, aos 22 anos, estreou em Cannes como um membro do Young Lions. De lá para cá, ele já retornou diversas vezes ao festival e se consolidou como um dos brasileiros mais premiados no festival de criatividade. "Foi um momento especial para mim, porque era meu primeiro ano na agência, minha primeira vez em Cannes, já como Young Lions, e nós ainda ganhamos seis leões, dos quais três eram meus", relembra Sanches.

CONSELHOS. Para André Kassu, diretor de criação da Cp+B, participar do Young Lions ajuda não só na formação dos jovens, mas também a se conectar com grandes nomes do setor, sejam eles do Brasil ou do mundo. "Você tem oportunidade de ver muitas palestras, peças, então, além de expandir o olhar criativo, você também conhece muita gente na viagem", lembra o executivo, que participou do programa em 1998. "Aproveite todas as oportunidades, seja cara de pau, vença sua timidez por achar que ainda é muito jovem e fale com todas as pessoas que você tem vontade de conhecer", recomenda Kassu aos futuros selecionados.

Foi em 2007 que Rafael Pitanguy, vice-presidente global da VLMY&R, chegou a Cannes pela primeira vez como Young Lions. De lá para cá, ele voltou à Riviera Francesa algumas vezes, mas ter sido selecionado como uma das principais apostas da publicidade segue no topo das suas memórias. "Eu já voltei como jurado e como vencedor em outras, mas nada se compara à alegria e a realização que eu senti como Young Lions", afirma. "Ter participado desse programa foi um momento importante de transição e transformação que marcou toda a minha trajetória pessoal, criativa e, porque não, existencial", acrescenta.●

Campanha Dando a letra

Cantor Thiaguinho será novo 'Youtuber' de seguro da Azos

WESLEY GONSALVES

O cantor Thiaguinho vai ter de se dividir entre os shows e um novo palco na sua carreira. O artista é o novo "garoto propaganda" da startup de seguros Azos, empresa da qual ele adquiriu uma fatia societária recentemente. Na nova campanha da marca, ele terá a tarefa de aproximar e informar o público de classes C e D sobre o universo dos seguros e a importância de se prevenir para as dificuldades do futuro.

Intitulado "Dando a Letra", o projeto da "insurtech" tem o objetivo de debater temas como seguro de vida em situações como falecimento de pessoas próximas, casos de invalidez que afetem a vida profissional, ou acidentes graves.

AZOS

Artista fará nova campanha de empresa da qual ele é sócio

APRESENTADOR. Nos vídeos que serão publicados em quatro partes no canal de Youtube da Azos, Thiaguinho vai entrevistar executivos do mercado de seguros para tirar as dúvidas mais comuns entre o público que ainda não usa esse tipo de serviço, como mostrar a diferença de apólices de seguro, entre outros.

Ao Estadão, o cantor contou, por e-mail, que sua decisão de investir na companhia ocorreu devido ao foco da companhia de buscar clientes que não costumam ser atendidos pelas seguradoras tradicionais. "E estou aqui para dizer que seguros de vida podem ser produtos possíveis e apoiar famílias quando for necessário", diz o artista.

A diretora de marketing da Azos, Marília Lacerda, explica que a nova campanha com o cantor ajuda a tratar do mercado de seguridade de uma maneira mais leve e que se conecte com os consumidores. "É difícil abrir essa conversa com as pessoas, porque é um assunto espinhoso, porque o brasileiro gosta de falar de coisas mais alegres. Mas nós queremos mudar isso", diz.

PUBLICIDADE. Antônio Mendonça Penteado, sócio da Penteado Mendonça e Char e colunista sobre seguros do Estadão, avalia que trazer personalidades como o cantor Thiaguinho pode ser uma boa forma de desmistificar o tema de seguros para a população. "Atingir o público de mais baixa renda é difícil por questões de conhecimento e de educação sobre o tema", diz.

Desmistificar
Com a ajuda do cantor, objetivo é tratar do mercado de seguridade de uma maneira mais leve

Mendonça afirma que, no passado, outras empresas já utilizavam a imagem de artistas para conversar com o público e vender seguros. O especialista lembra uma campanha do banco Itaú sobre seu serviço de seguro de vida estrelado por Jô Soares.

Na ação, o apresentador chama a morte pelo apelido de Jaime, em uma alusão ao fundador da sua concorrente Porto Seguros, fundada por Jaime Brasil Garfinkel.●

Música **Lançamento**

Álbum traz canção inédita e show de João Gilberto em 1998

Apresentação realizada no Sesc Vila Mariana era parte de uma turnê feita pelo artista para marcar os 40 anos da Bossa Nova

JULIO MARIA

O Selo Sesc vai lançar nesta quarta, 5, um álbum que traz 36 músicas cantadas ao vivo em um show que João Gilberto (1931-2019) fez no Sesc Vila Mariana em 1998. O disco será o primeiro da série *Relicário*, uma nova aposta do Selo, com a divulgação de material inédito gravado durante shows que passaram pelas unidades da instituição.

Além das faixas que estarão dispostas com exclusividade, e gratuitamente, na plataforma Sesc Digital, sairá, no dia 26 de abril, o álbum duplo com a íntegra do show.

> *“João chegou direitinho e fez um número incrível de músicas. Ele estava muito envolvente, deixando todo mundo cantar, e tudo isso foi gravado. Fizemos um tratamento dessa gravação. Ele estava muito bem humorado e cantou de forma diferente”*
> **Danilo Santos Miranda**
> **Diretor Regional do Sesc São Paulo**

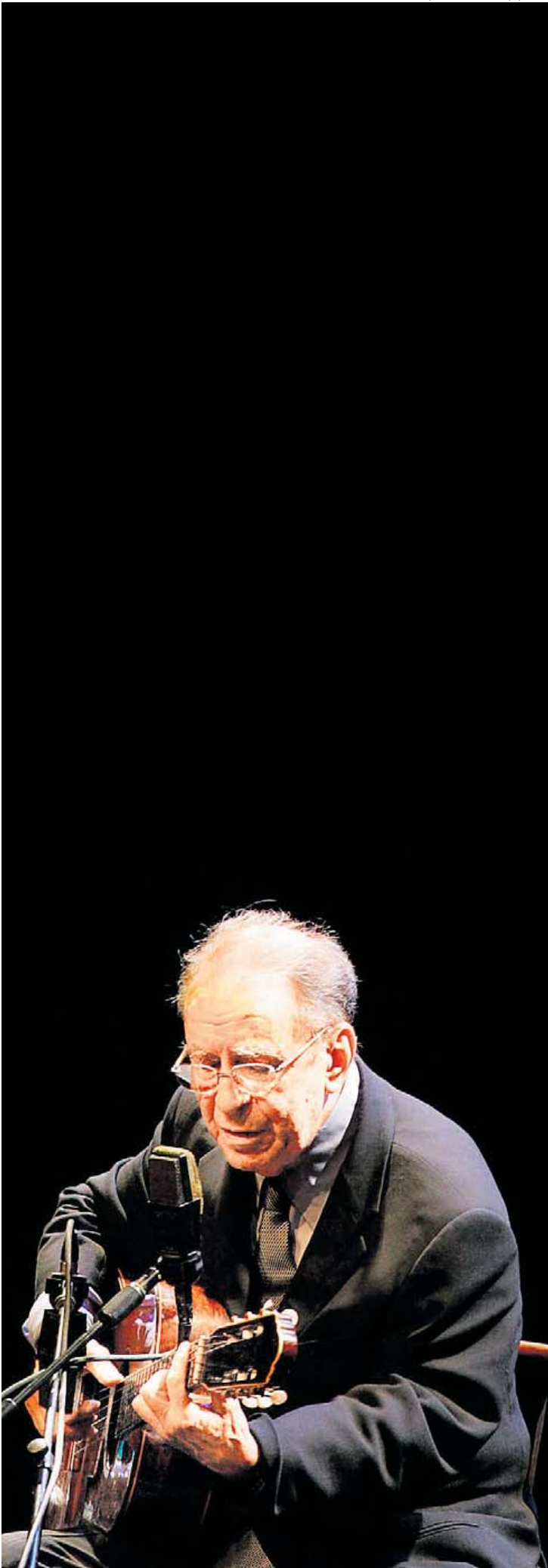
A novidade do repertório é a canção inédita *Rei Sem Coroa* que, apesar de compor o repertório de alguns shows, segundo o Sesc, “nunca foi registrada em estúdio ou gravada oficialmente pelo artista”. A canção é uma parceria dos compositores Herivelto Martins e Waldemar Ressurreição e foi inspirada na história do Rei Carlos II, da Romênia, que se hospedou no Copacabana Palace como residente após ser forçado a abdicar de seu trono durante a Segunda Guerra Mundial.

Dentre as outras muitas canções, aparecem no primeiro CD *Violão Amigo* (Bide e Armando Marçal), *Isto Aqui o Que é?* (Ary Barroso), *Curare* (Bororó), *Doralice* (Dorival Caymmi e Antônio Almeida), *Aos Pés da Cruz* (Zé da Zilda e Marino Pinto) e *Saudade da Bahia* (de Dorival). O segundo álbum, com outras 15 faixas, traz *Carinhoso* (Pixinguinha e Braguinha), *O Amor em Paz* (Tom Jobim e Vinicius de Moraes), *Samba de Uma Nota só* (Jobim e Newton Mendonça), *Um Abraço no Bonfá* (João Gilberto) e *A Valsa de Quem Não Tem Amor* (Custódio Mesquita, Ewaldo Ruy, João e Bebel Gilberto).

TESTEMUNHA. O pesquisador Carlos Rennó esteve em dois dos shows que João fez naquele temporada do Sesc de 1998. Por isso, foi convidado a escrever um texto para o encarte do disco. Ele diz que observou atentamente algumas mudanças nas letras feitas por João. “São pequenas alterações nas letras que valeriam um estudo”, diz. “Isso faz parte do projeto de aplicação de uma limpidez que caracterizava o estilo de João.” O texto do encarte indica os trechos que foram suprimidos ou modificados. Assim como nunca tocava uma harmonia ou fazia a divisão rítmica de uma melodia da mesma forma, João brincava também com as letras, algo menos falado por estudiosos de sua obra.

Diretor regional do Sesc, Danilo Santos Miranda falou sobre a inauguração do projeto *Relicário*. “O lançamento do álbum reforça o compromisso institucional com a valorização do patrimônio imaterial do País e com a democratização do acesso aos bens culturais. Convido a todos a ouvir, de uma só vez, essas 36 canções na voz e no violão do bruxo de Juazeiro, apelido cunhado por Caetano Veloso”, diz, em um texto distribuído à imprensa.

O lançamento do álbum coincide com os 25 anos desde a apresentação de João no Sesc Vila Mariana. A unidade havia sido inaugurada em dezembro de 1997, e João seria um dos primeiros grandes da música brasileira a usar o palco. Ao mesmo tempo, havia uma turnê em curso por parte de João Gilberto, pensada para celebrar os 40 anos da bossa nova. Ele iria rodar o País, com shows por Salvador, Rio de Janeiro, Brasília, Recife e Maceió. Em São Paulo seriam três dias de apresentações. A gravação, que acabou se tornando o álbum que sai agora, ocorreu na última delas, dia 5 de abril de 1998. Seus pedidos para realizar os shows se resumiram a um banco para piano, um tapete persa, uma mesa para violão e a “acústica perfeita”. “Esse último foi colocado à prova durante a apresentação, mas o bom humor do músico e a qualidade da gravação confirmaram o sucesso do novo espaço para apresentações”, diz um texto do projeto.

EDUARDO NICOLAU / ESTADÃO – 14/8/2008

João em show realizado no Auditório do Ibirapuera, em 2008

BEBEL NA SUPERVISÃO. A origem dos trabalhos para transformar o registro em álbum se deu em 2018, quando começaram as movimentações no setor do Acervo Audiovisual do Sesc para o resgate da gravação original da apresentação em fita DAT. Ela foi localizada no acervo do estúdio da unidade Vila Mariana. Foi a partir daí que começou o trabalho de remasterização.

A presença de Bebel pode ser lida também como uma segurança moral para que o trabalho viesse à tona. Herdeiros nem sempre conduzem esses projetos com tranquilidade e famílias desunidas podem simbolizar travamentos que fazem perder, no final das contas, os fãs e a memória do artista. Muito bom não ser o caso do espólio de João, como aponta o lançamento do Sesc, o primeiro depois da morte do artista.

Danilo Santos falou ao **Estadão** sobre a iniciativa: “João chegou direitinho e fez um número incrível de músicas. Ele estava muito envolvente, deixando todo mundo cantar, e tudo isso foi gravado. Fizemos um tratamento dessa gravação. Ele estava muito bem humorado e cantou de forma diferente”.

Para Danilo, o lançamento tem um peso não só nacional, mas também para um público de todo o mundo que busca novidades sobre o artista. “Trata-se de algum inédito em caráter nacional e mundial, já que existe uma força de João também fora do Brasil.” O Sesc, ele diz, tem por praxe gravar tudo o que passa por suas unidades. “Gravamos e registramos tudo o que fazemos, e temos muito material. Coisas desde os anos 70 e 80 até atualmente. Há uma série de burocracias ligadas a direitos autorais para os lançamentos, mas pretendemos agora termos esse verdadeiro conjunto de preciosidades que constitui em um relicário.” ●

J. GILBERTO AO VIVO NO SESC VILA MARIANA
SELO SESC

Direto da Fonte
Gilberto Amendola

gilberto.amendola@estadao.com
MARCELA PAES | MARCELA.PAES@ESTADAO.COM
PAULA BONELLI | PAULA.BONELLI@ESTADAO.COM
SOFIA PATSCH | SOFIA.PATSCH@ESTADAO.COM

No Café. *Ricardo Krause*

‘O adolescente está perdido e é presa fácil de extremismo na web’

Trabalhando com a infância e a adolescência há 20 anos, o psiquiatra Ricardo Krause diz que o ataque à escola Thomazia Montoro, na Vila Sônia, em São Paulo, em que um estudante de 13 anos matou uma professora de 71 e feriu colegas, tem causas múltiplas que se associam e interagem. Ele lembra que nesta fase da vida “o adolescente está perdido, não tem parâmetro identitário e é presa fácil de grupos extremistas na internet”.

Avalia também os problemas da parentalidade nos tempos atuais: “Hoje em dia os pais têm medo dos filhos terem raiva ou não gostarem deles”. Presidente da Associação Brasileira de Neurologia e Psiquiatria Infantil, Krause atuou na ressocialização dos alunos após o massacre da Escola Tasso da Silveira, em Realengo, no Rio, em 2011. Também esteve em Brumadinho organizando atendimento de jovens na área de prevenção de suicídio, após o rompimento da barragem. Confira abaixo a entrevista que o médico concedeu à repórter **Paula Bonelli**:

O que leva um adolescente a pegar uma faca, matar e ferir pessoas na escola?
Existe uma preocupação com a saúde mental da infância e adolescência, que já vinha existindo por outros fatores e foi muito afetada com a questão da pandemia. Quando uma situação dessas aparece, ficamos muito assustados. Imediatamente tentamos patologizar o agressor, na tentativa de buscar um perfil que seja identificável. Quando se tentou avaliar psiquiatricamente pessoas que perpetraram ataques com vítimas nas escolas não se identificou esse tipo de quadro ligado à psicopatia. Elas têm um quadro emocional e comportamental alterado, sem dúvida nenhuma, mas não um diagnóstico psiquiátrico fechado. É um conjunto de condições.

Quais são as condições?
Há muitas questões e causalidades associadas: a esfera emocional, as dinâmicas familiar e social, as situações na escola, o fator transgeracional.

O autor do crime na escola Thomazia Montoro tinha histórico de violência e comportamento suspeito na rede social.
Era um menino de 13 anos que já tinha um histórico de agressões dentro da própria casa. Frequentava grupos fechados em que a violência era exaltada e os perpetradores de violência tratados como heróis. Esses grupos extremistas que estão na chamada “deep web”, mas que depois sobem para os perfis também na internet, alguns fechados, outros abertos, vão encontrar entre os adolescentes presas fáceis.

PEDRO KIRILOS/ESTADÃO

Krause esteve em Brumadinho atendendo adolescentes

> *“A adolescência é um período extremamente solitário, em que o desafio é encontrar amigos, pares para fazer sua travessia para a vida adulta sem a proteção suposta do mundo da infância”*

> *“A Hanna Arendt já falava que a violência começa onde termina a palavra. Na internet há muitas páginas e perfis de incitação de ódio, de incitação à intolerância, em diversos níveis”*

Por que os adolescentes são cooptados?
O adolescente está perdido, não tem parâmetro identitário claro. Ele quer se afirmar, quer ter algum modelo de comportamento que dê sentido à vida dele. A adolescência é um período extremamente solitário, em que o desafio é encontrar amigos, pares para fazer sua travessia para vida adulta sem a proteção suposta do mundo da infância. Só que muitas coisas interferem. A internet entra de diversas maneiras, modificando e atrapalhando essa dinâmica. Na pandemia isso aconteceu muito, o tempo de uso foi enorme.

Como vê o impacto da internet nesta fase da vida?
Ela estimula e prioriza as relações online. Priva as crianças das interações presenciais, sendo que é na convivência com pessoas da mesma idade que se aprende a se relacionar de forma saudável. Então, tem o ditado, “quem não desce pro play não aprende a brincar”. Outro elemento são os jogos em primeira pessoa, onde há atiradores. Ali a divergência com alguém, com o oponente é resolvida pela sumária eliminação dele, a morte. A Hanna Arendt já falava que a violência começa onde termina a palavra. Na internet há muitas páginas e perfis de incitação de ódio, à intolerância, em diversos níveis, contra grupos raciais, sociais e de orientação sexual, ou até de gênero diferente. Temos agora casos de Red Pills, que são os misóginos atacando e ameaçando mulheres.

Como cortar essa rede de influências e modelos negativos nesses jovens?
Sendo um modelo para os filhos, estando presente no exercício da parentalidade. Autorizar os professores, restituir figuras e modelos de autoridade. Não ter medo de frustrar, de impor limites, estabelecer regras de convivência, estimular conduta pró-social, valorizar o diálogo. Um outro exemplo universalmente e logicamente aceito: não ter arma à disposição de criança, de adolescente.

Qual é a forma adequada de pôr limites?
Não é a proibição pela proibição. É preciso explicar por que não pode. Não estou dizendo que seja fácil dar limites, porque o narcisismo é querer ser gostado. Hoje os pais têm medo dos filhos terem raiva ou de não gostarem deles, então não contraria, para ele não deixar de gostar de mim.

Literatura ***Lançamento***

A nova missão de James Bond: salvar a coroação de Charles III

Esta é a trama do livro encomendado a Charlie Higson, que criou nova aventura para o personagem de Ian Fleming

CHRIS JACKSON/REUTERS 20/6/2019

Charles e Daniel Craig, ator que viveu o agente secreto em 5 filmes

O lendário agente britânico James Bond está correndo para salvar a coroação de Charles III, na trama de um novo romance a ser publicado pouco antes da cerimônia de 6 de maio – anunciaram seus editores na sexta-feira, 31.

O autor e ator Charlie Higson foi contratado para escrever o livro, no qual Bond deve desmantelar os planos do excêntrico Athelstan de Wessex para sabotar a luxuosa cerimônia de coroação na Abadia de Westminster, informa a Ian Fleming Publications.

Higson, de 64 anos, já escreveu cinco romances da série *Young Bond*, que conta as aventuras adolescentes do mítico agente ficcional criado por Ian Fleming (1908-1964).

Este novo livro, que começará a ser vendido em 4 de maio, dois dias antes da coroação de Charles III, terá como título *On His Majesty's Secret Service* (*A Serviço Secreto de Sua Majestade*, em tradução literal), versão no masculino do título que Fleming deu ao seu décimo romance, publicado em 1.º de abril de 1963, *On Her Majesty's Secret Service*, em referência à rainha Elizabeth II.

"Quando a Ian Fleming Publications me propôs a ideia de escrever uma história de Bond para adultos há pouco mais de um mês, me emocionei, até que me dei conta de que tinha de estar pronta para a coroação em maio", lembrou Higson.

CONTRA O TEMPO. "Tê-lo escrito e entregue em tão pouco tempo seria tão tenso e emocionante quanto qualquer missão de Bond", acrescentou, brincando que pelo menos não terá de se esquivar de nenhuma bala.

Higson prometeu o coquetel usual de "sexo, violência, carros, um vilão excêntrico com um capanga desagradável e, claro, o próprio Bond".

A renda obtida com as vendas do livro será destinada à instituição beneficente National Literacy Trust, que contribui para a alfabetização de crianças carentes. ● / AFP

Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Prática da retidão

Data estelar: Mercúrio ingressa em Touro

A retidão não parece compensar, porque te torna alvo da maioria que enxerga nela uma fragilidade que serve ao distorcido propósito de ganhar vantagens e corromper qualquer tipo de processo em benefício próprio, mesmo que a expensas do malefício alheio.

Entretanto, a vantagem obtida através da corrupção da retidão não poderá nunca ser desfrutada verdadeiramente, porque as pessoas que assim agem não conseguem ter paz no coração, e quem não tem pelo menos uma semente de serenidade no coração, a qual só pode ser conquistada pela prática da retidão, dissemina maldades pequenas e grandes através de todos os relacionamentos em que se envolve, amplificando as perturbações das quais não poderá se esconder nem tampouco resolver enquanto continuar no mesmo caminho. Só a prática da retidão protege e ampara. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4

Seus planos estão sujeitos ao que acontecer no mundo e ao quanto as coisas se estabilizarem ou não na estrutura da civilização. Considere isso com cuidado, porque não se pode ter tudo sob controle absoluto. Isso não existe.

GÊMEOS 21-5 a 20-6

As informações que caíram em seu colo batem fundo na alma e provocam comoções íntimas, mas por enquanto não se pode fazer nada com isso além de refletir em silêncio a mudança de visão da realidade. Isso é suficiente.

LEÃO 22-7 a 22-8

Neste momento, seria melhor não ceder a nenhum tipo de pressão, mas se isso for inevitável, então tente manter a cabeça no lugar, ciente de que apesar das limitações e pressões, algo bom pode ser feito por você.

LIBRA 23-9 a 22-10

Há desejos que são satisfatórios na imaginação, mas que quando realizados são decepcionantes, ou pior, se assemelham a tiros saindo pela culatra. Por isso é sempre bom investigar a natureza dos lindos desejos.

SAGITÁRIO 22-11 a 21-12

É importante calcular direito todo o esforço que será necessário investir para fazer acontecer suas pretensões, e mais ainda, também é preciso calcular direito a melhor forma de dividir o peso das tarefas.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2

As coisas que você vai sabendo mudam completamente sua visão da realidade, mas é preciso ter coragem para que o coração não se endureça nem tampouco seque diante dos acontecimentos. A comoção vai passar, e o coração fica.

TOURO 21-4 a 20-5

Evite cair na tentação de pegar atalhos para acelerar o usufruto de suas pretensões, porque este momento é cheio de armadilhas, nas quais é muito fácil cair se a alma se deixa orientar pela ambição cega. Melhor isso não.

CÂNCER 21-6 a 21-7

A maioria nem sempre tem a razão, mas por enquanto é essa a matemática que rege os relacionamentos sociais de grandes grupos de pessoas. Portanto, nem adianta tentar reinventar a roda, as coisas são como são.

VIRGEM 23-8 a 22-9

Pequenas contrariedades se transformam em enorme tormentas emocionais quando a alma está fora do eixo, com a cabeça imaginando cenários irreais. Cuide para isso não acontecer a você, seria perda de tempo.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11

As pessoas tomam atitudes estranhas, e isso deixa sua alma alarmada e à espreita de novos sinais de contrariedades. Porém, se você acalmar seu coração, provavelmente comprove que não há nada demais em marcha.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1

A força dos desejos nunca será suficiente para fazer acontecer a satisfação. A força dos desejos é apenas a motivação que sua alma há de utilizar para se lançar atrevidamente a todas as ações necessárias.

PEIXES 20-2 a 20-3

Muitas coisas não deveriam acontecer, muitas palavras nunca deveriam ser ditas, mas as coisas são como são e não como nós gostaríamos que fossem. Aceite a realidade, lide com ela com a maior sabedoria possível.

Streaming **Estreia**

Adam Sandler volta a contracenar com a amiga Jennifer Aniston

Produção que chega à Netflix, 'Mistério em Paris' foi feita após o ator fazer uma cirurgia de prótese no quadril

Astro da comédia *Mistério em Paris*, que vai estrear na programação da Netflix, o ator e comediante Adam Sandler contou, à revista *Variety*, que precisou passar por uma cirurgia para colocar uma prótese no quadril, em setembro do ano passado.

"Precisei de uma cirurgia depois do término das filmagens", disse. "Você nunca sabe qual porcaria vai acontecer com você. Eu estou velho, cara. O meu corpo inteiro dói."

Aos 56 anos, Sandler repete a parceria com Jennifer Aniston na sequência do filme *Mistério no Mediterrâneo*.

E, durante a filmagem, ele enfrentou limitações físicas. "Jennifer Aniston fez mais cenas sem dublês, e eu só algumas", disse o ator, que fez longas caminhadas durante a rodagem na França.

"Essa foi a minha ruína. Eu costumava contar para Jennifer que comecei a ficar animado sobre quantos passos eu dava em Paris. E então todo dia eu dizia: 'Ontem andei 23 mil passos'. E então comecei a ficar tão viciado nisso que, entre as cenas, eu ficava andando em círculos", completou o ator, que já vinha sentindo algo estranho em seu corpo, mas as dores se intensificaram durante as filmagens.

TRABALHO INTENSO. Segundo ele, muitos filmes rodados em sequência prejudicaram ainda mais sua saúde. "Eu ficava repetindo, 'tem algo de errado com o meu quadril, estou com algum problema'. Aí, entre meus dois últimos filmes, decidi: 'tá certo, vou fazer um raio X'. Foi aí que vi os estragos." ●

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz

Recruta Zero Mort Walker

Turma da Mônica Maurício de Sousa

O melhor de Calvin Bill Watterson

Frank & Ernest Bob Thaves

BEM PENSADO *"Só quem tem alma bonita aprecia o sucesso de um amigo"* **Oscar Wilde**

Cinema *Acidente*

Sai primeira condenação por tiro de Baldwin que matou Halyna Hutchins

Assistente de direção se declarou culpado e foi condenado a seis meses de liberdade condicional no caso de arma disparada no set

O primeiro assistente de direção do filme *Rust*, protagonizado por Alec Baldwin, cuja diretora de fotografia morreu vítima de um disparo no set de filmagem, foi condenado a seis meses de liberdade condicional, após um acordo judicial. A recente condenação, na sexta, 31, por manuseio inseguro de arma de fogo, foi a primeira neste caso, que comoveu Hollywood e que deve ganhar novos desdobramentos em breve.

Foi o assistente Dave Halls que entregou a Baldwin, em 21 de outubro de 2021, a arma supostamente carregada que o ator acionou, matando Halyna Hutchins e ferindo o diretor do filme, Joel Souza.

Halls, de 63 anos, deu a arma a Baldwin informando ao ator que ela não era perigosa. Assim como a armeira do filme, Hannah Gutierrez-Reed, Baldwin foi acusado de homicídio culposo. Se condenados, eles podem pegar até 18 meses de prisão e multa de US$ 5 mil.

JAE C. HONG/AP

Disparo ocorreu durante filmagens no Novo México, em outubro

A investigação policial busca apurar por que havia munição real no set, o que é estritamente proibido, justamente para evitar acidentes. A polícia concluiu que Hannah colocou a munição na arma usada por Baldwin, em vez de uma bala falsa.

Na audiência, em um tribunal do Novo México, onde ocorria a filmagem, a promotora Kari Morrissey considerou que Halls, que também era o coordenador de segurança da filmagem, constituindo, portanto, "a última linha de defesa", não havia "revisado cada cartucho" da arma para confirmar que se tratava de munição falsa, ou seja, que não continha pólvora. Baldwin sempre disse ter certeza de que a arma que usou no set era inofensiva.

Ao se declarar culpado, Halls concordou em depor no futuro sobre o assunto. ● / AFP

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas **http://bit.ly/3M9AE1A**

- Categoria de grandes répteis extintos
- Instituição cristã cujo chefe é o Papa
- São expostos no zoológico
- Ou, em inglês
- Local da casa para visitas
- Mistu-rada
- A que lugar?
- Pequeno marsupial australianno
- Local de feiras e convenções, no RJ
- A porta de entrada de alguns bancos
- Estado da Região Nordeste
- (?) house: dá acesso à internet — L A N
- Não funda
- Sem nenhum arranhão
- Sugestão útil
- Creme de batatas
- Espécie de rã (bras.)
- O Rei do Futebol
- Classe de números
- (?) certo: tem bom resultado
- Endereço (abrev.)
- Criadouro de abelhas
- Deixou para trás
- A "pilha palito"
- Puxa pelo chão
- Lição escolar
- Declarar perante o juiz
- Imitar a "voz" do sapo
- Uma das línguas dos indígenas brasileiros
- (?) além: exceder o limite de
- Otaviano Costa, ator
- Coberturas de circos
- Buchada de (?), prato nordestino
- Estilo de casas de praia
- O nome do sinal @
- A, em espanhol
- "(?) Você", sucesso do Barão Vermelho
- Aço inoxidável (red.)
- O melhor amigo do homem (dito)
- Confusão; barulheira
- A primeira letra
- Blocos de sabão
- O (?) humano: o homem

BANCO 2/la. 4/tupi. 5/coala — mista — zoada. 8/colonial.

www.coquetel.com.br

CRIPTOGRAMA E CAÇA-PALAVRAS *Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você*

Para letras iguais, números iguais. Nas casas em destaque, a prestadora de serviços telefônicos móveis.

A de Da Vinci foi "Mona Lisa".		1	2	3	4	2	5	6	3
Habitação comum nas periferias de Recife (PE).		3	7	3	8	5	9	3	10
Capital da Escócia.		11	5	6	1	12	2	13	14
Um dos três juízes dos Infernos (Mit. grega).		3	11	3	6	3	15	9	14
Aeródromo.		16	2	14	4	14	2	9	14
Expressão jurídica.		3	9	3	17	16	15	5	3
A Europa mais rica.		18	5	11	16	15	9	3	7
Dança popular comum no Rio Grande do Sul (bras.).		3	15	18	19	16	5	2	3
Adaptável.		20	12	10	9	3	17	16	7
(?) noturno, remuneração extra do trabalho após as 22 horas.	3		5	18	5	14	15	3	7
Thomas (?), estadista norte-americano.	20		8	8	16	2	10	14	15
Profissão de Betinho.	10	14		5	14	7	14	13	14
Mulher que narrava "As Mil e Uma Noites" (Lit.).	10	19		2	3	21	3	11	16
Pintor espanhol do século XVII.	17	16		3	10	22	12	16	21
Ter o mesmo valor.	16	22		5	17	3	7	16	2
Lustro; brilho.	4	14		5	6	16	15	9	14
Ato de extorsões.	18	19		15	9	3	13	16	6
Antiga melodia.	1	3		18	3	2	14	7	3

SUDOKU

NA WEB | Jogue o sudoku **http://bit.ly/3M9nBNj**

Nível Fácil

	3	8	2		7	9	5	
6								8
2			6		4			3
7		5				8		4
8		6				1		7
5			7		2			1
9								5
	4	7	3		6	2	8	

SOLUÇÕES

ARTIGO The Economist

Direitos autorais vão resistir à IA?

Toneladas de dados já foram extraídos, em toda parte, pelos bots. E os processos começam a aparecer

Beatles: sons de 'Revolver' foram obtidos via inteligência artificial pela própria produção

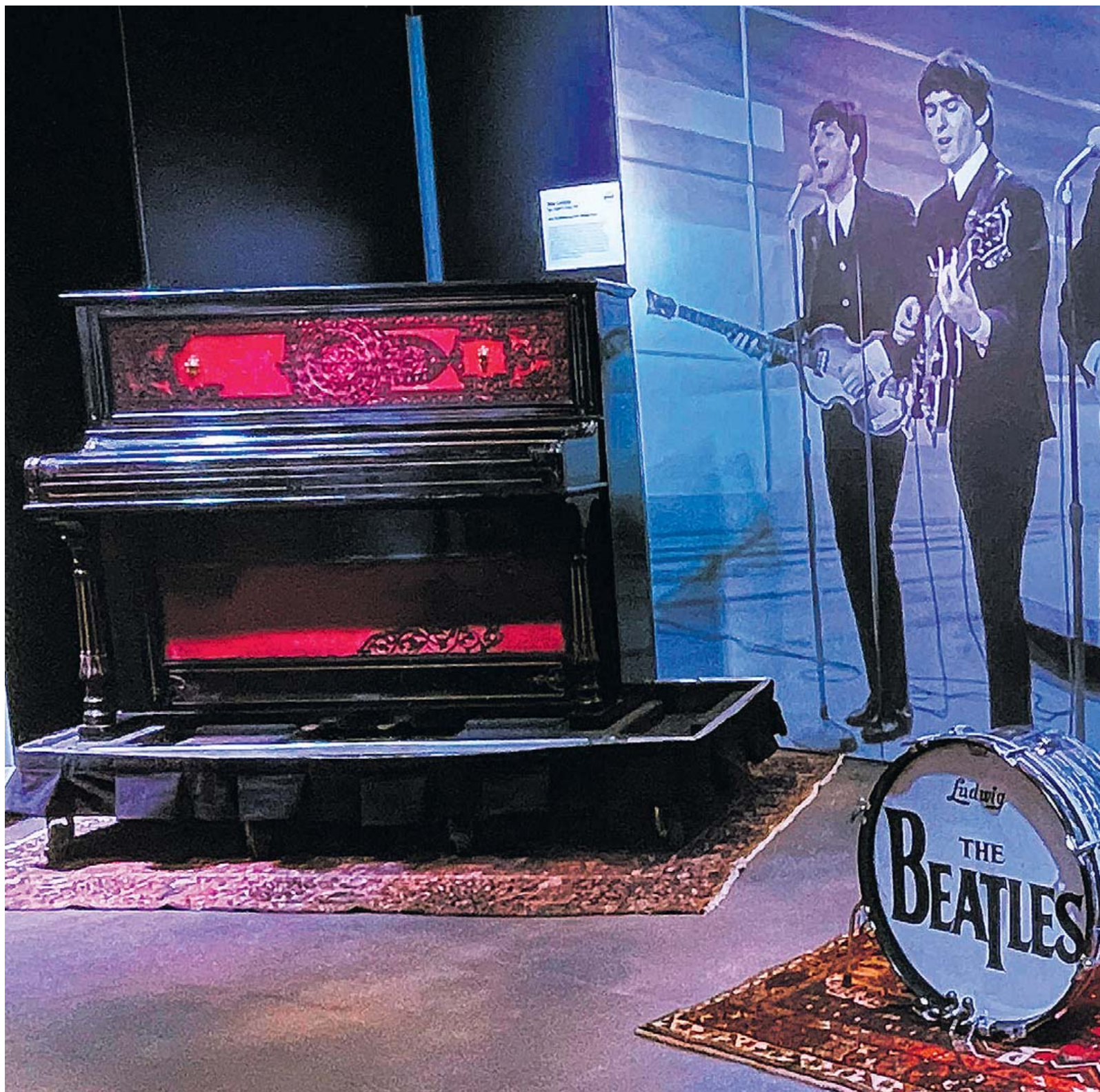
Vejamos duas abordagens da indústria da música para a inteligência artificial (IA). Uma delas é a de Giles Martin, filho de sir George Martin, produtor dos Beatles. No ano passado, para remixar o álbum *Revolver*, do Fab Four, de 1966, ele usou inteligência artificial para apreender os sons dos instrumentos de cada integrante da banda (por exemplo, a guitarra de John Lennon) a partir de uma fita master mono para poder, depois, separá-los e fazer engenharia reversa em estéreo.

O resultado é glorioso. A outra abordagem também não é ruim. Trata-se da resposta de Nick Cave, um temperamental cantor e compositor australiano, ao ler letras escritas em seu estilo pelo ChatGPT, a ferramenta de inteligência artificial desenvolvida pela startup OpenAI. "Essa música é um lixo", escreveu ele. "Compor uma música boa não é mímica, nem replicação, nem pastiche, é o contrário. Isso é um ato de assassinato de si que destrói tudo o que alguém se esforçou para produzir no passado."

Dois lados
Novas ferramentas podem, sim, ajudar no processo criativo. Também podem destruí-lo ou usurpá-lo

É improvável que Cave se impressione com a versão mais recente do algoritmo por trás do ChatGPT, apelidado de GPT-4, que a OpenAI revelou em 14 de março. Martin talvez ache útil. Michael Nash, diretor digital da Universal Music Group, a maior gravadora do mundo, cita seus exemplos como evidência de temor e entusiasmo a respeito da IA por trás de aplicativos de criação de conteúdo, como ChatGPT (para texto) ou Stable Diffusion (para imagens).

Essas ferramentas podem ajudar no processo criativo. Também podem destruí-lo ou usurpá-lo. No entanto, para a música em geral, a chegada dos bots traz à mente um evento sísmico de sua história: a rápida ascensão e queda do Napster, uma plataforma para compartilhamento sobretudo de músicas piratas na virada do milênio. O Napster acabou sendo derrubado pela lei de direitos autorais.

Para provedores de bots agressivos, acusados de passar por cima da propriedade intelectual, Nash tem uma mensagem simples que, vinda de um veterano da indústria musical da era Napster, soa como ameaça. "Não se posicione no mercado e im- →

HUSSEIN WAAILE/REUTERS

plore por perdão. Essa é a abordagem do Napster."

A questão principal aqui não são as paródias de Cave feitas por IA nem os falsos sonetos de Shakespeare. São os oceanos de dados protegidos por direitos autorais que os bots extraíram enquanto eram treinados para criar conteúdo semelhante ao humano. Essas informações vêm de todos os lugares: feeds de redes sociais, pesquisas na internet, bibliotecas digitais, televisão, rádio, bancos de estatísticas e assim por diante. Muitas vezes, alega-se, os modelos de IA saqueiam os bancos de dados sem permissão. Os responsáveis pelo material de origem reclamam que seu trabalho é usado sem consentimento, crédito ou compensação. Em suma, algumas plataformas de inteligência artificial podem estar fazendo com outras mídias o que o Napster fez com as músicas: ignorando totalmente os direitos autorais. E os processos começaram a aparecer.

É um campo minado jurídico, com implicações que se estendem para além das indústrias criativas, rumo a qualquer negócio em que o aprendizado de máquina tenha algum papel – como carros autônomos, diagnósticos médicos, robótica de fábrica e gerenciamento de riscos de seguros. A União Europeia, fiel à burocracia, tem uma diretiva sobre direitos autorais que se refere à mineração de dados (escrita antes do recente boom dos bots).

Campo minado
Para os envolvidos, há um "campo minado jurídico" que vai além da indústria criativa

Especialistas dizem que os EUA não têm casos específicos para a IA generativa. Em vez disso, têm teorias conflitantes sobre se a mineração de dados sem licença é permitida ou não sob a doutrina do fair use (uso razoável ou aceitável, na tradução para o português). O Napster também tentou emplacar o fair use como defesa nos EUA – e fracassou. Isso não quer dizer que o resultado será o mesmo desta vez.

Os principais argumentos em torno do fair use são fascinantes. Segundo uma palestra de Mark Lemley e Bryan Casey sobre o assunto, publicada no periódico acadêmico *Texas Law Review*, o uso de obras protegidas por direitos autorais é considerado razoável ou aceitável quando serve a um propósito social valioso – ou seja, o material de origem é transformado a partir do original e não há efeito sobre o mercado dos detentores de direitos autorais. Os críticos argumentam que as inteligências artificiais não transformam, apenas exploram a totalidade dos bancos de dados que mineram.

Eles alegam que as empresas por trás do aprendizado de máquina abusam do fair use ao "pegar carona" no trabalho de terceiros. E afirmam que isso ameaça os meios de subsistência dos criadores, bem como da sociedade em geral, visto que a IA pode promover vigilância em massa e disseminar desinformação. Os autores pesam esses argumentos contra o fato de que, quanto maior for o acesso aos dados para treinamento, melhor será a IA

ERNESTO RODRIGUES/ESTADÃO – 11/10/2018

Abaixo a mímica
Nick Cave, cantor australiano copiado pelo ChatGPT: "Compor uma música boa não é mímica, nem replicação"

– e de que, sem esse acesso, talvez nem exista Inteligência Artificial. Em outras palavras, a indústria pode morrer ainda na infância. Eles caracterizam este momento como uma das questões legais mais importantes do século: "A lei de direitos autorais permitirá que os robôs aprendam?".

Um processo inicial que chama a atenção é o da Getty Images. A agência de fotografia acusa a Stability AI, dona da Stable Diffusion, de infringir seus direitos autorais sobre milhões de fotos de sua coleção para construir um modelo de geração de imagens de IA que competirá com a Getty. Se o caso não for resolvido fora do tribunal, poderá abrir um precedente sobre o fair use. Um veredicto ainda mais importante pode vir em breve da Suprema Corte dos EUA em um caso envolvendo a transformação de imagens protegidas por direitos autorais de Prince, o ídolo pop, pelo falecido Andy Warhol. Daniel Gervais, especialista em propriedade intelectual da Vanderbilt Law School em Nashville, acredita que os juízes podem fornecer orientações há muito esperadas sobre o fair use em geral.

Proteger ou não
Fora dos tribunais, as maiores questões são políticas: a inteligência artificial deve merecer a mesma proteção?

A extração de dados protegidos por direitos autorais não é a única questão legal que a IA generativa enfrenta. Em muitas jurisdições, os direitos autorais se aplicam apenas ao trabalho criado por humanos. Portanto, ninguém sabe ao certo até que ponto os bots podem reivindicar proteção de propriedade intelectual para o material que geram. Fora dos tribunais, as maiores questões são políticas: a IA generativa deve ou não desfrutar das mesmas proteções de responsabilidade pelo conteúdo que exibe, como as plataformas de redes sociais? E até que ponto isso compromete a privacidade dos dados?

DIREITOS AUTORAIS CONTRA A PAREDE

Mas a batalha em torno da propriedade intelectual será grande. Nash diz que as indústrias criativas devem se posicionar rapidamente para garantir que a produção dos artistas seja licenciada e usada eticamente no treinamento de modelos de IA. Ele exorta as empresas de inteligência artificial a "documentar e divulgar" suas fontes. Mas reconhece que é um equilíbrio delicado. Caras criativos não querem soar como inimigos do progresso.

Muitas pessoas podem se beneficiar da IA no trabalho. A lição da "terapia da realidade" do Napster, como Nash a chama, é que é melhor se envolver com novas tecnologias do que torcer para que elas desapareçam. Talvez desta vez não sejam necessários 15 anos de receita desmoronando para que a indústria aprenda a lição. ●

TRADUÇÃO DE RENATO PRELORENTZOU

Radar do streaming

Por Simião Castro

TWITTER

FACEBOOK

APPLE TV+/AP

Nova comédia provoca reflexão com dose de mistério

Você é feliz? Ao fim e ao cabo é a esta questão que os personagens da nova comédia da Apple TV+ são forçados a chegar. Trata-se de *A Máquina do Destino*, ou *The Big Door Prize* no original. A série nos transporta para a pequena cidade de Deerfield, onde uma máquina misteriosa chamada Morpho aparece e começa a provocar transformações profundas nos moradores. Ela tem uma cara retrô, como um fliperama atualizado. E promete fazer o usuário descobrir 'o potencial da vida dele'. Para isso, coleta informações como o CPF e as impressões digitais das pessoas Para quê? Como essas informações serão usadas? E de onde veio essa máquina? Dúvidas em aberto nos três episódios já lançados, que saem sempre às quartas-feiras. ●

● MANADA
Como em muitas séries gringas, o título nem sempre corresponde muito bem. Em um dos episódios, um personagem desbanca o termo destino, dizendo que significa algo definitivo e predeterminado. Quando na realidade só o que a máquina faz é indicar uma habilidade da pessoa. O que poderia ser a sinalização de um novo caminho possível acaba virando uma obsessão para muitos – escolha de roteiro justificável, afinal, humanos! Assim, rapidamente a máquina vira uma espécie de moda na cidade. E gera um efeito manada. Cada vida é impactada de maneira diferente. Alguns são incentivados a buscar alternativas mais gratificantes para si, mudando hábitos, profissões ou adotando novas atividades. No entanto, outros têm a autoconfiança minada ou a síndrome do impostor reforçada.

● MISTÉRIO
O interessante é que, embora a produção seja uma comédia, os personagens têm profundidade e obscuridade interessantes. Que devem aflorar com o passar dos episódios. A trama também explora situações de luto, conflito e desgaste nas relações humanas, com um roteiro inteligente que equilibra bem esses elementos. A história segue o professor de história Dusty, que acaba de completar 40 anos e está enfrentando uma crise de identidade. Ele é um personagem interessante, um tanto antiquado e acomodado, e o fato do nome dele em inglês significar empoeirado é uma metáfora bem-humorada da situação. O aparecimento da máquina e a fascinação das pessoas por ela acabam provocando nele uma reflexão sobre sua vida e escolhas. Afeta também a família dele, com consequências para o casamento dos pais e para a relação com sua mulher Cass.

● QUALIDADE
A série tem 10 episódios no total, com cerca de 30 minutos cada um. E é baseada na obra do escritor M.O. Walsh. A abertura é linda e muda ligeiramente a cada episódio. Vale ver! *A Máquina do Destino* é uma comédia inteligente e bem dosada, que explora temas importantes de maneira leve e bem-humorada. A série tem um elenco forte e um roteiro bem escrito. A fotografia também é muito bonita, explorada com cuidado e qualidade. Esperado para uma produção da Apple TV+ que, a exemplo da HBO, escolhe a dedo no que apostar. É uma boa opção para quem quer uma comédia rápida e envolvente. Mas sem abrir mão de refletir sobre a metáfora da nossa própria busca por sentido e propósito na vida, e sobre o papel crescente de influência dos dispositivos e internet nessa tomada de decisão.

● RECEPÇÃO
A recepção está um tanto dividida. No IMDB, a avaliação não chega à nota 7 de 10 e no Metacritic fica próximo disso, com índice 71 – apesar de haver apenas 15 críticas até o momento. Já o Rotten Tomatoes oferece um julgamento mais generoso: 92% de aprovação entre os críticos e um score de 91% de agrado ao público geral.

Ryuichi Sakamoto 1952 - 2023

Um artista inovador, entre o pop e o erudito

OBITUÁRIO

O compositor japonês Ryuichi Sakamoto, pioneiro da música eletrônica e autor de várias trilhas sonoras de filmes, morreu na sexta-feira, 28, vítima de câncer, aos 71 anos. O anúncio foi feito ontem, 2.

Em 2014, o artista revelou que havia sido diagnosticado com câncer na garganta. Ele se afastou do trabalho para fazer o tratamento, mas depois voltou a ser apresentar – no Brasil, inclusive.

Sakamoto nasceu em 1952, em Tóquio, e cresceu imerso na arte – seu pai era editor de alguns dos mais importantes romancistas japoneses.

Ele despontou no final dos anos 1970 como tecladista do grupo de música eletrônica Yellow Magic Orchestra. Suas inovações serviram como base para vários gêneros da música eletrônica contemporânea como o synth-pop, o house e o hip-hop.

O conhecimento por parte do grande público veio por sua aproximação com o cinema. O compositor ficou famoso pela trilha sonora feita para o filme *Merry Christmas, Mr. Lawrence* (1983), no qual também atuou ao lado de David Bowie. A consagração veio em 1988, quando ele ganhou o Oscar pela trilha sonora de *O Último Imperador* (1987), de Bernardo Bertolucci.

Sakamoto também trabalhou com Brian de Palma, em *Olhos de Serpente* (1998) e *Femme Fatale* (2002), e com Pedro Almodóvar – sua trilha para *De Salto Alto* lhe rendeu, em 1992, um Kikito no Festival de Cinema de Gramado. Mais recentemente, ele trabalhou com Alejandro Iñárritu e compôs a trilha de *O Regresso* (2015).

O artista colaborou ainda com músicos como Iggy Pop, Cesaria Evora, Caetano Veloso e Youssou N'Dour.

JB NETO/ESTADÃO 12/5/2012

KYODO NEWS/AP

1. Ryuichi Sakamoto, em 2012, no Festival Sónar, em SP
2. Em 1988, ganhou o Oscar pela trilha de 'O Último Imperador'

TOM JOBIM. Sakamoto fez sua estreia em palco brasileiro em 2001. No ano seguinte, após ter transitado pelo tecnopop, música erudita e world music, ele lotou o Royal Albert Hall para apresentar um CD que gravou, com Jaques Morelenbaum e Paula Morelenbaum, na casa de Tom Jobim (1927-1994).

Em entrevista à BBC na época, ele contou o que o fascinou na música do brasileiro. "É uma música muito controlada. É calma, tem piano e a paixão está toda escondida. É como um oceano, quase sem ondas, mas com muita coisa acontecendo debaixo d´água. É como o canto de João Gilberto, você pode ouvir a paixão, mas ela está escondida dentro da música."

Nesta mesma entrevista, ele revelou ainda que seu primeiro contato com a música de Tom Jobim foi quando ele tinha entre 11 e 12 anos e estava tendo lições de piano. "A música de Jobim era diferente de tudo que eu conhecia, como Bach, Beethoven e até os Beatles. Foi também nessa época que conheci Debussy e Ravel. Desde então eles dois e Jobim são parte de uma mesma família para mim."

Ryuichi Sakamoto voltaria ao Brasil em outras ocasiões. Em 2012, ele se apresentou no Festival Sónar, em São Paulo, e em 2017 veio para a inauguração da Japan House.

A música esteve presente na vida de Sakamoto até o fim, disse a família no comunicado sobre sua morte. Recentemente, em 2020, no início da pandemia de covid-19, ele fez, online, um belo "concerto para os isolados", disponível no YouTube.

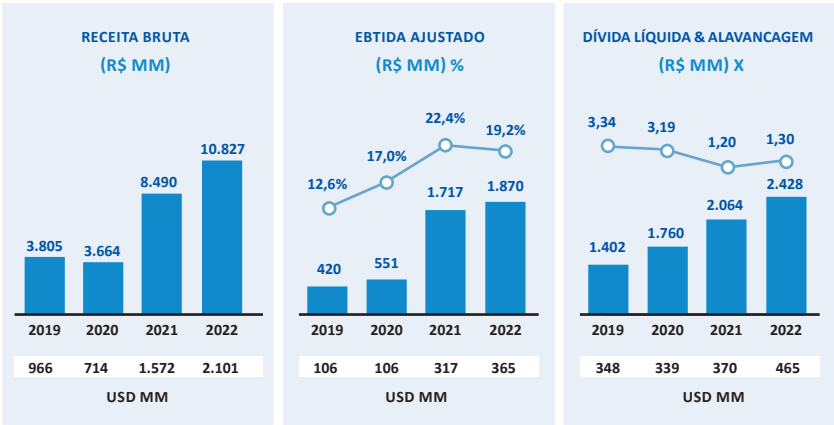
AMBIENTE. Além da música, o artista se engajou em causas ambientais e fez parte do movimento antinuclear japonês, especialmente após o acidente na usina de Fukushima, em 2011. Ele chegou a organizar um espetáculo com apresentações do YMO e do grupo alemão Kraftwerk, para protestar contra o uso de energia nuclear. Ele também fundou a ONG More Trees. ● / COM AFP

UNIGEL
Demonstrações
Financeiras
2022

1. UNIGEL ENCERRA ANO COM EBITDA AJUSTADO DE R$ 1.87 BILHÃO (US$ 365 MILHÕES), CRESCIMENTO DE 9% A/A

RECEITA ATINGE R$ 10,8 BI (+28% A.A.) E ALAVANCAGEM LÍQUIDA DE 1,3X

São Paulo, 03 de abril de 2023 – A Unigel Participações S.A. ("Companhia") anuncia hoje os resultados do exercício de 2022. As demonstrações financeiras a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas em reais, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS – International Financial Reporting Standards) e as práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, as informações operacionais e financeiras incluídas nesta divulgação de resultados estão sujeitas a arredondamentos e, como consequência, os valores totais apresentados nas tabelas e gráficos podem diferir da agregação numérica direta dos valores que as precedem. Além disso, os valores destacados em dólares foram convertidos utilizando as taxas médias de cada mês para as demonstrações de resultados e de fluxo de caixa e utilizando a taxa de fim do exercício para as informações do balanço patrimonial. As comparações realizadas neste relatório levam em consideração o acumulado dos anos de 2022 ("2022") e de 2021 ("2021").

DESTAQUES DE 2022

1. COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

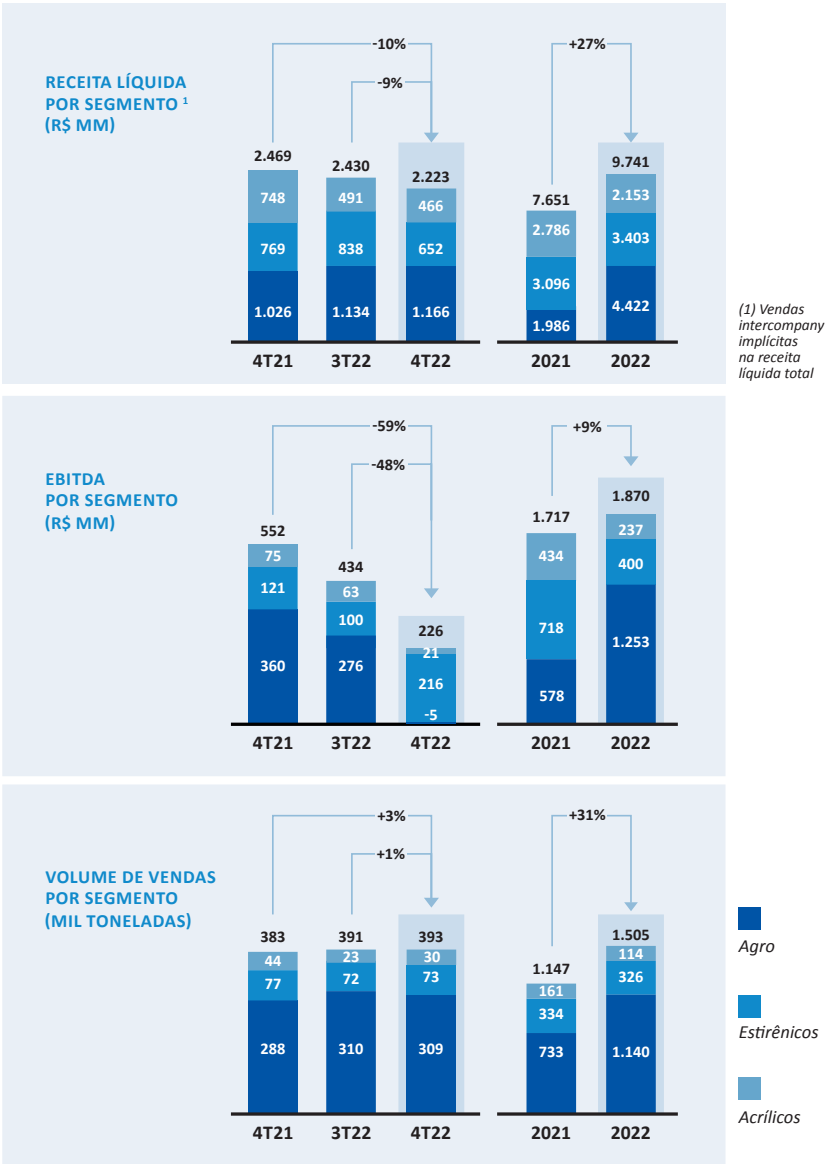
CONTEXTO OPERACIONAL

Em 2022, a Unigel atingiu resultados recordes em quase 60 anos de história. Com a consolidação do novo segmento Agro, a Unigel entregou no ano receita líquida de R$ 9,7 bilhões, alta de 27% a/a, e EBITDA ajustado consolidado de R$ 1,9 bilhão (+9% a/a). Essa forte geração operacional foi refletida na solidez de nossos índices de liquidez, com posição de caixa totalizando R$ 909 milhões (ou USD 174 milhões) e alavancagem líquida em 1,3x em dezembro de 2022.

No segmento Agro, os preços dos principais produtos (amônia e ureia) apresentaram crescimento desde o quarto trimestre de 2021, quando teve início uma crise energética na Europa e Ásia que elevou o preço internacional do gás natural, principal rota de produção desses produtos. No início de 2022, essa crise energética se agravou com o conflito entre Rússia e Ucrânia, elevando os preços dos produtos da Unigel Agro a máximas históricas, permitindo ao segmento entregar um EBITDA ajustado de R$ 762 milhões na primeira metade do ano. A partir do terceiro trimestre de 2022, com mudanças no cenário internacional e nas cadeias de suprimentos, iniciou-se um movimento de queda dos preços de fertilizantes, que se acentuou no 4T22, resultando em um EBITDA ajustado de R$ 491 milhões para o segmento no segundo semestre.

Em Químicos, nos segmentos de Acrílicos e Estirênicos, a disparidade entre a primeira e a segunda metade do ano também foi uma realidade, especialmente no segmento Estirênicos, que vinha apresentando margens consistentes desde o terceiro trimestre de 2020. O terceiro trimestre de 2022 representou um ponto de inflexão nessa dinâmica, com início da queda dos preços ao longo da cadeia. A introdução de políticas monetárias restritivas mundo afora, com o objetivo de conter a inflação global, e o crescimento chinês bem abaixo do que era visto nas últimas décadas, resultaram em deterioração de demanda por produtos químicos. A tendência de queda dos preços impacta a estratégia de vendas, uma vez que os clientes seguram compras tentando buscar o piso dos preços. Soma-se a esse efeito a diferença temporal entre a compra da matéria-prima e a venda do produto final, que faz com que o preço da matéria-prima seja muitas vezes desfavorável. Neste cenário, o EBITDA ajustado de em Químicos totalizou R$ 458 milhões na primeira metade de 2022 e R$ 179 milhões no segundo semestre.

Nossa expectativa é que esse ciclo mais desafiado ainda perdure no primeiro trimestre de 2023, com sinais de retomada a partir do segundo trimestre, impulsionada pela partida da planta de ácido sulfúrico, que está programada para entrar em operação no 2Q23, caminhando para mais um ano de geração de caixa positiva, mesmo que com um resultado operacional mais apertado se comparado ao recorde de 2022.

(1) Vendas intercompany implícitas na receita líquida total

GERAÇÃO DE CAIXA E CAPEX

O caixa gerado pelas atividades operacionais da Unigel totalizou R$ 1,21 bilhão em 2022, puxado principalmente pelos fortes resultados operacionais. Importante ressaltar a flexibilidade na gestão de capital de giro, com um forte investimento no primeiro semestre, explicados pela alta de preços de matérias-primas e produtos, aliado a iniciativas para reduções e estratégia comercial na gestão de estoques. Por outro lado, no segundo semestre fomos eficientes na administração quanto a necessidade de capital de giro, praticamente reduzindo posições de novos investimentos.

Em Capex, aproveitamos os fortes resultados operacionais para investir R$ 813 milhões em projetos estratégicos para a Companhia. A nova planta de ácido sulfúrico vai integrar ainda mais nossa cadeia produtiva ao longo dos três segmentos de negócio, garantindo maior segurança de fornecimento e ampliando a eficiência energética das plantas.

Além disso, iniciamos os investimentos para uma nova planta de hidrogênio e amônia verde, com a compra de eletrolisadores da ThyssenKrupp. Esta primeira fase do projeto deve exigir um investimento de USD 120 milhões para produção de 10 mil toneladas/ano de hidrogênio verde, que serão convertidos em 60 mil toneladas/ano de amônia verde, mirando uma diversificação ainda maior do nosso portfólio para liderar a revolução energética no Brasil.

Por fim, mantemos a disciplina financeira focada em índices de liquidez saudáveis, refletidos na sólida posição de caixa ao final de 2022, totalizando R$ 909 milhões (ou USD 174 milhões), e alavancagem, medida pela relação dívida líquida/EBITDA, no patamar de 1,3x, reforçando o compromisso da Unigel em manter uma política de gestão financeira conservadora, ao mesmo tempo em que realiza projetos estratégicos de crescimento.

AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA (ESG)

Durante 2022, intensificamos esforços rumo a nossa jornada sustentável por meio de importantes iniciativas que reafirmam nosso compromisso em garantir um crescimento sustentável aos negócios bem como sua continuidade a longo prazo em conjunto com à preservação do meio ambiente e colaboração com as comunidades localizadas nas regiões que mantemos nossas operações.

Na frente climática, nos posicionamos como um player estratégico na promoção da descarbonização de diversas indústrias e da frota marítima global, ao anunciarmos a construção da primeira fábrica do Brasil de Hidrogênio Verde e Amônia Verde no Polo Industrial de Camaçari. Com investimento inicial de US$ 120 milhões, a nova fábrica, em sua primeira fase, terá capacidade de produção de 10 mil toneladas/ano de hidrogênio verde e de 60 mil toneladas/ano de amônia verde. E esse projeto já nasce com uma visão de expansão para chegar até 600 mil toneladas/ano de amônia verde em alguns anos, aproveitando o potencial do Brasil na geração de energia renovável.

Ainda no âmbito ambiental, desenvolvemos inventários de emissões de carbono para todas as operações industriais da Unigel, visando melhor o controle e monitoramento, que permitirão definirmos metas de redução a médio e longo prazos. Todas essas iniciativas, e muitas outras, estarão presentes em nosso relatório de sustentabilidade 2022, onde também apresentaremos uma Agenda ESG, com objetivos e metas que reforçam nosso comprometimento com uma atuação responsável no setor químico brasileiro.

2. RESULTADO CONSOLIDADO

Resultado consolidado	Acumulado		
R$ milhões	2022	2021	Δ (%) a/a
Receita bruta	**10.827**	**8.490**	**28%**
Receita líquida	**9.741**	**7.651**	**27%**
Custo do produto vendido	(7.999)	(5.969)	34%
Lucro bruto	**1.742**	**1.682**	**4%**
Margem Bruta	17,9%	22,0%	-4,1p.p.
Despesas com vendas, gerais e adm. (SG&A)	(243)	(201)	21%
Outras receitas (despesas) operacionais	(7)	215	-103%
Lucro operacional	**1.491**	**1.696**	**-12%**
Resultado financeiro	(1.124)	(452)	149%
Imposto de renda e contribuição social	21	(361)	106%
Resultado líquido	**389**	**882**	**-56%**

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida totalizou R$ 9,74 bilhões em 2022, alta de 27% na comparação com 2021 em função de uma operação mais madura do segmento Agro que refletiu em consistente entrega de resultados durante o ano.

CUSTO DO PRODUTO VENDIDO (CPV) E MARGEM BRUTA

O CPV da Unigel totalizou R$ 8,00 bilhões em 2022, crescimento de 34% na comparação com 2021. Na mesma comparação, o lucro bruto consolidado totalizou R$ 1,74 bilhões, representando crescimento de 4%. Ambos os crescimentos são explicados pela consolidação do segmento Agro, que começou a operar durante 2021.

DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS ("SG&A")

As despesas com vendas, gerais e administrativas (SG&A) totalizaram R$ 243 milhões em 2022, aumento de 21% na comparação com 2021 decorrente principalmente pelo aumento da estrutura administrativa e de vendas em função do segmento Agro, que passou a operar a plena capacidade em agosto de 2021.

EBITDA AJUSTADO

Cálculo do EBITDA	Acumulado		
R$ milhões	2022	2021	Δ (%) a/a
Resultado líquido	**389**	**882**	**-56%**
Imposto de renda e contribuição social	(21)	361	-106%
Resultado financeiro	1.124	452	149%
Depreciação e amortização	276	219	26%
EBITDA	**1.767**	**1.915**	**-8%**
Margem EBITDA	**18,1%**	**25,0%**	**-6,9p.p.**
(Perda) ganho na venda de ativos	8	38	-79%
Recuperação de ICMS na Base de PIS/ COFINS	-	(240)	-100%
Parada de planta e despesas não operacionais	77	4	1825%
Baixa de custos de transação	18	-	100%
EBITDA Ajustado	**1.870**	**1.717**	**9%**
Margem EBITDA Ajustado	19,2%	22,4%	-3,2p.p.

O EBITDA ajustado consolidado da Companhia totalizou R$ 1,87 bilhão em 2022, crescimento de 9% comparado a 2021, impulsionado pela consolidação do segmento Agro, que aproveitou condições de mercado favoráveis em 2022.

ROIC

Cálculo do ROIC	Acumulado		
R$ milhões	2022	2021	Δ (%) a/a
Resultado Operacional (12 meses)	**1.491**	**1.696**	**-12%**
IR + CSLL teórico (34%)	(507)	(577)	-12%
Retorno (NOPAT)	**984**	**1.119**	**-12%**
Dívida líquida	2.428	2.064	18%
Patrimônio líquido	911	660	38%
Capital Investido	**3.339**	**2.724**	**23%**
ROIC (NOPAT/Capital Investido)	**29,5%**	**41,1%**	**-11,6p.p.**

O ROIC consolidado da Companhia totalizou 29,5% em 2022, representando uma queda de 11,6 p.p. na comparação com 2021, explicado por (i) queda no resultado operacional pressionado por uma redução de margem dos segmentos e (ii) forte base de comparação de 2021, período impulsionado pela conjuntura favorável e início da operação agro.

RESULTADO FINANCEIRO

Resultado consolidado	Acumulado		
R$ milhões	2022	2021	Δ (%) a/a
Receitas Financeiras	**68**	**29**	**134%**
Aplicações financeiras	63	16	294%
Juros Ativos	5	11	-55%
Descontos Obtidos	-	2	-100%
Outras Receitas Financeiras	-	-	0%
Despesas financeiras	**(499)**	**(443)**	**13%**
Despesas de juros sobre financiamentos	(378)	(352)	7%
Juros sobre passivos de arrendamento	(42)	(33)	27%
Despesas com impostos e comissões	(15)	(14)	7%
Juros passivos	(29)	(18)	61%
Outras despesas	(35)	(26)	35%
Resultado financeiro antes da variação cambial e derivativos	**(431)**	**(414)**	**4%**
Variação cambial e derivativos	(693)	(38)	1724%
Resultado Financeiro Líquido	**(1.124)**	**(452)**	**149%**

O resultado financeiro antes da variação cambial e resultado de derivativos totalizou uma despesa de R$ 430 milhões em 2022, aumento de 4% em relação a 2021, explicado principalmente pelo aumento nos juros adicionais relacionados às debêntures emitidas em abril deste ano, em conjunto com aumento da taxa de juros no Brasil, com impacto direto nos juros sobre nossos financiamentos indexados ao CDI.

3. FLUXO DE CAIXA

Fluxo de Caixa Operacional - Gerencial	Acumulado		
R$ milhões	2022	2021	Δ (%) a/a
EBITDA Ajustado	**1.870**	**1.717**	**9%**
Itens Não-Recorrentes e/ou Não-caixa	(53)	10	-630%
EBITDA "Caixa"	**1.817**	**1.727**	**5%**
Variação de capital de giro (1)	(103)	(567)	-82%
Resultado financeiro (caixa) (2)	(507)	(31)	1535%
Geração de caixa operacional	**1.208**	**1.129**	**7%**
Juros pagos por empréstimos	(380)	(317)	20%
Imposto de renda pago	(54)	(106)	-49%
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**774**	**706**	**10%**

(1) Variação de capital de giro inclui resultado do imposto de renda e contribuição social do período
(2) Resultado financeiro ajustado por efeitos não caixa

Demonstrativo de Fluxo de Caixa	Acumulado		
R$ milhões	2022	2021	Δ (%) a/a
Fluxo de caixa das atividades operacionais	774	706	10%
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(771)	(745)	3%
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	67	265	-75%
Ajuste de conversão (CTA)	(10)	(1)	900%
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	**59**	**225**	**-74%**

CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

A geração de caixa operacional consolidada totalizou R$ 1,21 bilhão em 2022, crescimento de 7% na comparação com 2021, explicado principalmente pela forte geração operacional, mitigado por investimentos em capital de giro relacionado principalmente a pagamento de impostos em função da maior atividade da Companhia. Cabe ressaltar a eficiência da estratégia de desmobilização do capital de giro ao longo do segundo semestre do ano, que garantiu uma geração de caixa bastante positiva no 4T22, mesmo com a redução dos resultados operacionais.

CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

O fluxo de caixa das atividades de investimentos totalizou um desembolso de R$ 771 milhões, crescimento de 3% a/a, sendo tal investimento impulsionado pelo projeto de ácido sulfúrico, esperado para entrar em operação no 2Q23. Além disso, aproveitamos o bom momento operacional para iniciar investimentos numa primeira fase do projeto de hidrogênio e amônia verdes, além de outros projetos menores de manutenção e desgargalamento, focados em eficiência e/ou aumento de margem.

CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento totalizou uma entrada de R$ 67 milhões em 2022, principalmente explicada pela emissão de debêntures no mercado local em abril de 2022, no total de R$ 500 milhões, reduzida de amortizações de linha de capital de giro realizadas ao longo do ano. Além disso, impactam essa linha, pagamento dividendos mínimos obrigatórios (25% sobre o lucro líquido após reserva legal, previsto em lei) referentes ao exercício de 2021.

AJUSTES DE CONVERSÃO

Efeito gerado pela conversão cambial das informações financeiras das subsidiárias do México e de Luxemburgo.

4. ENDIVIDAMENTO E ALAVANCAGEM

Dívida líquida e Alavancagem	Em milhões de Reais			Em milhões de Dólares		
R$ milhões	dez-22	dez-21	Δ (%) a/a	dez-22	dez-21	Δ (%) a/a
Circulante	274	333	-18%	53	60	-12%
Não Circulante	3.266	2.992	9%	626	536	17%
Dívida Bruta	**3.541**	**3.324**	**7%**	**679**	**596**	**14%**
(-) Swap Accrual	(205)	(411)	-50%	(39)	(74)	-47%
(-) Caixa e Equivalentes	(909)	(849)	7%	(174)	(152)	14%
Dívida Líquida	**2.428**	**2.064**	**18%**	**465**	**370**	**26%**
(÷) EBITDA Ajustado (LTM)	1.870	1.717	9%	365	317	15%
(=) Alavancagem financeira	**1,30x**	**1,20x**	**0,10x**	**1,27x**	**1,17x**	**0,11x**

A dívida líquida da Companhia totalizou R$ 2,43 bilhões em 31 de dezembro 2022, crescimento de 18% na comparação com saldo apresentado em 31 de dezembro de 2021, explicado pela emissão dos R$ 500 milhões em debêntures concluída em 12 de abril de 2022, com utilização de parte dos recursos para investimentos. Com isso, a alavancagem líquida da Companhia sofreu leve aumento, para 1,3x, comparado a 1,2x no final de 2021.

Em relação à estratégia de proteção cambial, mantemos nossa estratégia conservadora de manter 100% do valor do Bond 2026 (USD 530 milhões) *Hedge*ado para Reais, através do instrumento de swaps com barreiras. Para mais detalhes favor ver nota explicativa 27.2 (iv) das nossas demonstrações financeiras auditadas.

5. AUDITORES INDEPENDENTES

Informamos que, durante o ano de 2022, a Companhia e suas investidas no Brasil não contrataram seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

A política da Companhia junto aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria independente, está fundamentada nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios se baseiam no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais ou ainda advogar para seu cliente.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (EM MILHARES DE REAIS)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	12.068	473	908.564	849.338
Contas a receber de clientes	8	-	-	404.018	488.392
Estoques	9	-	-	1.075.456	950.014
Dividendos a receber	10	-	4.218	-	-
Ativo fiscal corrente	11	13.578	96	402.201	221.741
Adiantamentos a fornecedores	-	48	63	33.482	123.777
Operações com derivativos	31	-	-	23.280	26.621
Outros ativos	-	155	994	28.740	30.103
Total do ativo circulante		**25.849**	**5.844**	**2.875.741**	**2.689.986**
Não circulante					
Conta corrente com partes relacionadas	10	868	3.049	-	-
Ativo fiscal corrente	11	-	-	242.199	233.710
Impostos diferidos	12	-	-	691.118	645.464
Depósitos judiciais	20	-	-	15.933	16.209
Operações com derivativos	31	-	-	50.438	129.398
Créditos contratuais	-	-	-	3.359	3.359
Outros ativos	-	1.280	13.519	23.504	33.765
Total do realizável a longo prazo		**2.148**	**16.568**	**1.026.551**	**1.061.905**
Investimentos	13	2.815.797	2.412.179	-	-
Imobilizado	14	4.451	3.938	2.576.765	1.915.744
Direito de uso	15	15.925	17.379	422.006	409.249
Intangível	-	4.467	5.579	17.768	16.349
Total do ativo não circulante		**2.842.788**	**2.455.643**	**4.043.090**	**3.403.247**
Total do ativo		**2.868.637**	**2.461.487**	**6.918.831**	**6.093.233**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(EM MILHARES DE REAIS)

		Controladora		Consolidado	
Passivo	Nota	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	16.064	190	274.498	332.623
Fornecedores	17	3.005	2.717	959.076	766.135
Passivo de arrendamento	15	6.581	4.869	101.476	96.387
Dividendos a pagar	10	81.053	182.349	81.053	182.349
Conta corrente com partes relacionadas	10	53	79	-	-
Passivo fiscal corrente	18	2.056	110	61.288	69.427
Salários e encargos	-	-	-	82.157	74.440
Adiantamentos de clientes	-	-	-	48.219	84.129
Operações com derivativos	31	-	-	210.750	149.095
Provisões diversas	-	151	135	83.099	102.747
Outros passivos	-	-	470	15.344	8.041
Total do passivo circulante		**108.963**	**190.919**	**1.916.960**	**1.865.373**
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	495.994	385	3.266.474	2.991.511
Passivo de arrendamento	15	10.218	13.975	357.087	358.582
Conta corrente com partes relacionadas	10	1.225.222	1.460.745	46	144
Passivo fiscal corrente	18	-	-	35.948	51.142
Impostos diferidos	12	117.137	117.137	131.564	117.137
Benefícios pós-emprego	19	-	-	39.190	38.670
Operações com derivativos	31	-	-	218.195	-
Provisão para contingências	20	-	-	22.344	9.748
Provisão para perda nos investimentos	13	-	18.819	-	-
Outros passivos	-	-	-	19.920	1.419
Total do passivo não circulante		**1.848.571**	**1.611.061**	**4.090.768**	**3.568.353**
Patrimônio líquido	**21**				
Capital social	-	920.963	276.185	920.963	276.185
Reservas de lucros	-	354.503	693.115	354.503	693.115
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(364.363)	(309.793)	(364.363)	(309.793)
Total do patrimônio líquido		**911.103**	**659.507**	**911.103**	**659.507**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.868.637**	**2.461.487**	**6.918.831**	**6.093.233**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM MILHARES DE REAIS)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Receita líquida	22	-	-	9.740.800	7.650.867
Custo dos produtos vendidos	23	-	-	(7.999.251)	(5.968.949)
Lucro bruto		**-**	**-**	**1.741.549**	**1.681.918**
Despesas de vendas	23	-	-	(63.045)	(53.823)
Despesas administrativas	23	(15.565)	(6.882)	(183.884)	(143.735)
(Provisão) Reversão de perdas de créditos estimada	8	-	-	3.553	(3.596)
Outras (despesas) receitas operacionais	24	(18.452)	1.373	(7.214)	215.175
Receitas (despesas) operacionais		**(34.017)**	**(5.509)**	**(250.590)**	**14.021**
Equivalência patrimonial	13	478.755	888.376	-	-
Resultado antes dos resultados financeiros e impostos		**444.738**	**882.867**	**1.490.959**	**1.695.939**
Receitas financeiras		3.517	-	67.660	28.738
Despesas financeiras		(59.495)	(694)	(1.152.624)	(460.099)
Variações cambiais líquidas		(43)	-	(38.580)	(20.928)
Resultado financeiro líquido	**25**	**(56.021)**	**(694)**	**(1.123.544)**	**(452.289)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**388.717**	**882.173**	**367.415**	**1.243.650**
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	(24.279)	(156.964)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	45.581	(204.513)
Imposto de renda e contribuição social	**12**	**-**	**-**	**21.302**	**(361.477)**
Lucro líquido do exercício		**388.717**	**882.173**	**388.717**	**882.173**
Lucro líquido por ação básico e diluído - R$	**30**	**0,46468**	**2,12932**	**0,46468**	**2,12932**
Quantidade ponderada média de ações ao longo do exercício		**836.518.520**	**414.297.488**	**836.518.520**	**414.297.488**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM MILHARES DE REAIS)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	**388.717**	**882.173**	**388.717**	**882.173**
Itens que podem ser posteriormente reclassificados para o resultado				
Operações no exterior - ajustes de conversão	(67.415)	55.513	(67.415)	55.513
Ganhos (perdas) não realizadas de *Hedge* de fluxo de caixa	26.239	(106.055)	26.239	(106.055)
Ajuste a valor justo de propriedades para investimento	-	(6.136)	-	(6.136)
Ganhos (perdas) atuariais dos planos de benefício definido	(585)	492	(585)	492
Resultados abrangentes totais	**346.956**	**825.987**	**346.956**	**825.987**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (EM MILHARES DE REAIS)

		Reserva de lucros					
	Capital Social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Dividendos adicionais propostos	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	**276.185**	**48.340**	**644.778**	**-**	**(309.793)**	**-**	**659.510**
Aumento de capital social (Nota 21.1)	644.778	-	(644.778)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	388.717	388.717
Realização de avaliação patrimonial por depreciação e baixa de imobilizado líquida de efeitos tributários	-	-	-	-	(12.809)	12.809	-
Outros resultados abrangentes							
Operações no exterior - ajustes de conversão	-	-	-	-	(67.415)	-	(67.415)
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	26.239	-	26.239
Ganhos atuariais dos planos de benefício definido (líquido de impostos)	-	-	-	-	(585)	-	(585)
Destinações							
Reserva legal	-	20.076	-	-	-	(20.076)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 21.4)	-	-	-	-	-	(95.363)	(95.363)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	286.087	-	(286.087)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**920.963**	**68.416**	**-**	**286.087**	**(364.363)**	**-**	**911.103**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (EM MILHARES DE REAIS)

		Reserva de lucros				
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	**276.185**	**3.092**	**9.038**	**(230.832)**	**-**	**57.483**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	882.173	882.173
Realização de avaliação patrimonial por depreciação e baixa de imobilizado líquida de efeitos tributários	-	-	-	(22.775)	22.775	-
Outros resultados abrangentes						
Operações no exterior - ajustes de conversão	-	-	-	55.513	-	55.513
Ajuste a valor justo de propriedades para investimento	-	-	-	(6.136)	-	(6.136)
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	(106.055)	-	(106.055)
Ganhos atuariais dos planos de benefício definido (líquido de impostos)	-	-	-	492	-	492
Destinações						
Reserva legal	-	45.248	-	-	(45.248)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(214.925)	(214.925)
Dividendos adicionais aprovados	-	-	(9.038)	-	-	(9.038)
Proposta de capitalização dos lucros excedentes aos dividendos mínimos obrigatórios (nota 21)	-	-	644.775	-	(644.775)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**276.185**	**48.340**	**644.775**	**(309.793)**	**-**	**659.507**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM MILHARES DE REAIS)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		**388.717**	**882.173**	**388.717**	**882.173**
Ajustes para:					
Depreciação e amortização	23	7.472	6.765	275.742	219.207
Juros de arrendamentos	15	2.342	476	41.779	32.976
Provisão (reversão) para contingências	23	247	(16)	19.699	9.893
Provisão para perdas e obsolescência dos estoques	9	-	-	26.204	691
Impostos diferidos	12	-	-	(45.581)	204.513
Provisão (reversão) para perdas de créditos estimada	8	-	-	(3.553)	3.596
Resultado das operações com derivativos	-	-	-	(8.032)	(81.837)
Juros provisionados e variação cambial	-	53.991	4	554.652	452.593
Juros sobre impostos parcelados	-	-	-	9.409	1.570
Resultado na venda de ativos imobilizados	24	-	-	15.119	1.180
Resultado de equivalência patrimonial	13	(478.755)	(888.376)	-	-
Reconhecimento de ICMS na base do PIS/COFINS	24	-	-	-	(240.325)
Provisão (Reversão) de *impairment* e inventário de ativo imobilizado	24	-	72	(6.820)	36.813
Atualização sobre crédito de PIS/COFINS	25	-	-	(3.520)	(10.741)
Encargos sobre duplicatas descontadas	-	-	-	19.126	24.160
Juros de fornecedores	-	-	-	3.219	2.075
		(25.986)	1.098	1.286.160	1.538.537
Variações em:					
Contas a receber de clientes	8	-	-	52.938	(310.360)
Estoques	9	-	-	(174.421)	(562.541)
Impostos e contribuições a recuperar	11	-	132	(185.212)	(182.693)
Créditos contratuais	-	-	-	(268)	(934)
Demais ativos de curto e longo prazo	-	(1.968)	(15.985)	99.676	(99.979)
Fornecedores	17	(505)	314	148.483	391.830
Impostos e contribuições a pagar	18	3.527	157	(65.745)	160.317
Demais passivos de curto e longo prazo	-	(701)	233	46.212	194.689
Caixa gerado pelas (utilizado) nas atividades operacionais		**(25.633)**	**(14.051)**	**1.207.823**	**1.128.866**
Juros pagos de empréstimos, financiamentos e debêntures	16	(36.885)	(4)	(379.743)	(316.725)
Impostos de renda e contribuição social pagos	-	-	-	(53.754)	(105.868)
Fluxo de caixa líquido provenientes das (utilizados) nas atividades operacionais		**(62.518)**	**(14.055)**	**774.326**	**706.273**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	14	(698)	(762)	(812.871)	(755.089)
Recebimentos por vendas de ativo imobilizado	14	-	-	41.406	5.335
Adiantamentos de caixa realizados a partes relacionadas	10	-	(2.092)	-	4.308
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		**(698)**	**(2.854)**	**(771.465)**	**(745.446)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	16	494.377	-	626.369	1.329.448
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	16	-	(169)	(243.693)	(845.921)
Recebimentos (pagamentos) de derivativos	-	-	-	1.448	(51.187)
Pagamentos de arrendamento	15	(8.315)	(4.767)	(120.822)	(105.310)
Dividendos pagos	-	(196.658)	(61.552)	(196.658)	(61.552)
Adiantamentos de caixa (pagos) tomados de partes relacionadas	10	(214.593)	83.750	(98)	-
Caixa líquido provenientes das atividades de financiamento		**74.811**	**17.262**	**66.546**	**265.478**
Efeitos da variação das taxas de câmbio sobre o caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	(10.181)	(1.006)
Demonstrativo de mudanças de caixa e equivalentes de caixa					
Aumento em caixa e equivalentes de caixa no exercício		**11.595**	**353**	**59.226**	**225.299**
Caixa e equivalentes de caixa em 01 de janeiro	7	473	120	849.338	624.039
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	7	12.068	473	908.564	849.338

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM MILHARES DE REAIS)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas	**43**	**1.373**	**10.797.931**	**8.700.054**
Vendas de mercadoria e produtos	-	-	10.767.284	8.449.623
Outras receitas	43	1.373	27.094	254.027
(Provisão) Reversão de *Impairment* de ativos financeiros	-	-	3.553	(3.596)
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS, IPI, PIS e COFINS)	**(26.588)**	**(117)**	**(8.438.356)**	**(6.487.847)**
Custos das mercadorias	-	-	(7.383.686)	(5.903.179)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	-	(1.000.663)	(326.391)
Recuperação (perda) de valores ativos	-	-	(15.119)	(1.182)
Outros	(26.588)	(117)	(38.888)	(257.095)
Valor adicionado bruto	**(26.545)**	**1.256**	**2.359.575**	**2.212.207**
Depreciação e amortização	(5.382)	(2.050)	(194.459)	(146.939)
Depreciação de ativos de direito de uso	(2.090)	(4.715)	(81.283)	(72.268)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	**(34.017)**	**(5.509)**	**2.083.833**	**1.993.000**
Valor adicionado recebido em transferência	**482.272**	**888.376**	**67.660**	**28.738**
Resultado de equivalência patrimonial	478.755	888.376	-	-
Receitas financeiras	3.517	-	67.660	28.738
Valor adicionado total a distribuir	**448.255**	**882.867**	**2.151.493**	**2.021.738**
Distribuição do valor adicionado	**448.255**	**882.867**	**2.151.493**	**2.021.738**
Pessoal	**-**	**-**	**324.787**	**320.953**
Remuneração direta	-	-	218.272	185.169
Benefícios	-	-	104.890	54.514
Outros	-	-	1.625	81.270
Impostos, taxas e contribuições	2.298	189	263.940	361.251
Federais	2.298	189	111.920	243.053
Estaduais	-	-	151.939	118.130
Municipais	-	-	81	68
Remuneração de capitais de terceiros	**57.240**	**505**	**1.174.049**	**457.361**
Juros	57.240	505	1.174.049	457.361
Remuneração de capital próprio	**388.717**	**882.173**	**388.717**	**882.173**
Dividendos e dividendos adicionais propostos	95.363	214.925	95.363	214.925
Lucro líquido do exercício retidos	293.354	667.248	293.354	667.248

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

7. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Unigel Participações S.A., constituída em 24 de setembro de 2005, (a seguir denominada "Unigel" ou "Companhia") é uma sociedade anônima, de capital aberto, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 105, 11º andar, bairro Brooklin, na cidade e estado de São Paulo. Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, contemplam a Companhia e suas controladas (a seguir denominados como "Grupo"), que são sociedades anônimas de capital fechado, com exceção da Unigel Distribuidora que é uma empresa limitada.

A Companhia atua como empresa "*holding*" sendo controladora de sociedades que se dedicam a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos químicos, na cadeia de acrílicos e estirênicos, e de fertilizantes na cadeia de agronegócios ("Agro"). Também assessora suas controladas na gestão das áreas de controladoria, finanças, jurídica, planejamento, gestão de pessoas e tecnologia da informação. É integrante do Grupo Unigel o qual foi constituído em 1964.

A composição societária do Grupo em 31 de dezembro de 2022, em relação a 31 de dezembro de 2021, foi alterada somente em suas subsidiárias no México. Em setembro de 2022 a Unigel Holdings S.A. de C.V. fez uma cisão, criando a Metacril Holdings, que recebeu a totalidade de participação na Unigel Acrílicos, S.A. de C.V. Portanto, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía a seguinte composição societária:

		% Participação		
Empresas	País	31/12/22	31/12/21	Principais produtos
Proquigel Química S.A.	Brasil	99,9%	99,9%	Metil e etil metacrilatos, metil e etil acrilatos, cianeto de sódio, sulfato de amônia, ácido metacrílico glacial, amônia, ureia e ARLA.
Unigel Distribuidora Ltda.	Brasil	99,9%	99,9%	Distribuidora de produtos do Grupo.
Unigel Luxemburgo S.A.	Luxemburgo	99,9%	99,9%	Gestão de ativos financeiros em mercado de capitais.
Unigel Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	Brasil	99,9%	99,9%	Comercialização de energia elétrica.
Unigel Químicos S.A.[1]	Brasil	99,9%	99,9%	Placas de acrílicos e resinas acrílicas.
Companhia Brasileira de Estireno e subsidiárias:	Brasil	99,9%	99,9%	Estireno, poliestireno, etil benzeno, tolueno, látex, acrilonitrila, ácido cianídrico e acetona cianídrica.
Plastiglás de México, S.A. de C.V.	México	99,9%	99,9%	Placas de acrílicos, resinas acrílicas e revenda de placas de policarbonatos.
Metacril Holdings, S.A. de C.V. e subsidiárias:	México	99,9%	-	Holding intermediária.
Unigel Inc.	EUA	99,9%	99,9%	Distribuidora de produtos do Grupo
Unigel Acrílicos, S.A. de C.V.	México	99,9%	99,9%	Metil e etil metacrilatos, metil e etil acrilatos, cianeto de sódio e sulfato de amônia.

(1) Em 18 de agosto de 2022 a Companhia aprovou a alteração da denominação social da Unigel Plásticos S.A. para Unigel Químicos S.A.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas identificadas como "Controladora" e "Consolidado", respectivamente, foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), assim como as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pela Administração em 30 de março de 2023.

Todas as avaliações e informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão apresentadas em Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A Administração do Grupo definiu que sua moeda funcional é o Real, com exceção das suas subsidiárias no México, em Luxemburgo e nos Estados Unidos da América, cuja moeda funcional é o dólar americano.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

4.1 JULGAMENTOS

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 15 – Prazo do arrendamento: se o Grupo tem razoável certeza de exercer as opções de prorrogação previstas.

4.2 INCERTEZAS SOBRE PREMISSAS E ESTIMATIVAS

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas, em 31 de dezembro de 2022, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 8 – Contas a receber de clientes: mensuração da perda de crédito esperada com premissas de perda esperada.
- Nota explicativa nº 9 – Estoques: o Grupo avalia mensalmente o valor realizável dos estoques para identificar o *Impairment* através de uma análise do custo de produção versus o valor de realização.
- Nota explicativa nº 12 – Impostos diferidos: O Grupo avalia anualmente a disponibilidade de lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais a compensar e diferenças temporárias podem ser utilizados.
- Nota explicativa nº 14 – Imobilizado: o Grupo avalia anualmente a vida útil do ativo imobilizado por meio de pessoal técnico interno.
- Nota explicativa nº 19 – Benefícios pós-emprego: principal premissa atuarial.
- Nota explicativa nº 20 – Contingências: reconhecimento e mensuração de contingências, principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de uma saída de recursos.

4.3 MENSURAÇÃO DO VALOR JUSTO

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A equipe de avaliação revisa regularmente os dados significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação, se identificadas, são reportadas para o Comitê de Auditoria do Grupo.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs para ativos ou passivos que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs inobserváveis).

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo estiverem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a mensuração.

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 27 – Instrumentos financeiros.

5. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- O ativo ou passivo líquido de benefícios pós emprego definido é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido.

6. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhe abaixo foram aplicadas consistentemente a todos os exercício apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

6.1 BASE DE CONSOLIDAÇÃO

I. Subsidiárias

Subsidiárias são entidades controladas pelo Grupo. O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixar de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

II. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

III. Perda de Controle

Quando o Grupo perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

6.2 EFEITOS DAS MUDANÇAS NAS TAXAS DE CÂMBIO E CONVERSÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

I. Transações em moedas estrangeiras

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pela taxa histórica na moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

II. Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real, às taxas médias mensais.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

6.3 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

I. Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes, sem um componente significativo de financiamento, são mensuradas inicialmente ao preço da operação.

II. Classificação e mensuração subsequente

a. Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio do Resultado – VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas os pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (nota explicativa nº 31). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

b. Ativos financeiros – Avaliação por modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados a saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros, em transações que não se qualificam para o desreconhecimento, não são consideradas vendas de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

c. Ativos financeiros – avaliação se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo);
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Termos contratuais que possam ajustar a taxa de juros de um ativo.

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

d. Ativos financeiros – mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros ao VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *Impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *Impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

e. Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Veja a nota explicativa 27.3 sobre os passivos financeiros designados como instrumentos de *hedge*.

III. Desreconhecimento

a. Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

b. Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

IV. Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

V. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

O Grupo designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção de determinados passivos financeiros não derivativos.

No início das relações de *hedge* designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente.

VI. Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedge*s de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedge*s de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado.

VII. Derivativos embutidos

Derivativos embutidos são componentes de um contrato híbrido que inclui também um componente principal não derivativo fazendo com que a totalidade ou parte dos fluxos de caixa do contrato principal seja modificada. O Grupo avaliou a existência e a necessidade de separação de derivativos embutidos em todos os seus contratos e, quando necessária a separação, efetuou a mensuração destes derivativos utilizando as mesmas práticas adotas para outros derivativos que o Grupo possui.

6.4 ESTOQUES

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo ponderado médio. No caso dos estoques manufaturados, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação.

O valor realizável líquido é a estimativa entre o valor de venda usual no curso normal dos negócios, deduzido dos custos de fabricação e venda.

6.5 IMOBILIZADO

6.5.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os grupos de terrenos, edificações, equipamentos, instalações industriais e dependências, são demonstrados pelo custo de aquisição acrescido da mais valia resultado do custo atribuído (*deemed cost*), em conformidade com o Pronunciamento Técnico 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado emitidos pelo CPC, com base em avaliações efetuadas por avaliadores independentes, deduzida a subsequente depreciação, exceto para terrenos.

Os custos de ativos construídos pelo Grupo incluem materiais, matéria prima, mão de obra direta e outros, assim como quaisquer outros custos necessários para o transporte e operacionalização do ativo da maneira esperada pela administração.

Compras de software que são necessárias para a funcionalidade de um ativo imobilizado são capitalizadas como parte do ativo.Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

6.5.2 Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

6.5.3 Depreciação

Depreciação de um ativo imobilizado é iniciada quando o item está pronto para uso, ou seja, quando está no lugar e condições necessárias para ser capaz de operar da forma idealizada pela Administração.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As taxas de depreciação estimadas do ativo imobilizado do Grupo ao final do exercício são as seguintes:

Edifícios	5,23% a.a.
Máquinas e equipamentos	6,50% a.a.
Instalações, ferramentas e instrumentos	6,65% a.a.
Equipamentos de TI	14,58% a.a.
Veículos	20,00% a.a.
Móveis e utensílios	9,97% a.a.
Materiais de reposição (i)	6,50% a.a.
Benfeitorias em bens próprios	4,46% a.a.

(1) Este item refere-se a materiais específicos feitos sob medida que mantêm linhas produtivas específicas e, portanto, sua depreciação tem a mesma taxa que as máquinas relacionadas.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

6.5.4 Redução ao valor recuperável (Impairment)

a. Ativos financeiros não-derivativos

O Grupo reconhece provisões para perdas de crédito esperadas (PCE) sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

A perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento é aquela que resulta de todos os eventos de *default* que podem ocorrer em toda a vida do instrumento.

O período máximo considerado para estimar a perda de crédito esperada é o período contratual máximo sobre o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e avaliação de garantias.

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

O Grupo avalia as contas a receber de forma agregada considerando as características gerais do mercado interno e externo e segmento. Quando o ativo está vencido a mais de 90 dias, o Grupo avalia o título de forma individualizada, considerando garantias e a avaliação de crédito interna.

O Grupo considera o ativo financeiro como inadimplente quando: (i) é altamente provável que a contraparte não pague integralmente as obrigações para com o Grupo, sem o Grupo recorrer as garantias (se houver); ou (ii) o ativo financeiro estiver vencido a mais de 90 dias.

Mensuração das PCEs - As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação - Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados dos ativos financeiros.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa - O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. O Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

b. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro-rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado.

6.6 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

I. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

II. Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

III. Planos de benefício definido

A obrigação líquida do Grupo para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos servix dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. O Grupo determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do período a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

Os ganhos e perdas resultantes dos planos de benefício definido são reconhecidos como Outros Resultados Abrangentes (ORA) no Patrimônio líquido.

6.7 INCENTIVOS FISCAIS

Os incentivos fiscais são reconhecidos no resultado da Companhia no período que ocorrem e quando há suficiente segurança de que eles serão realizados.

O Grupo reconhece receitas de incentivos estaduais oriundos do DESENVOLVE (Bahia) e PSDI (Sergipe), e incentivos federais referentes ao REIQ, redução de imposto de renda (região da SUDENE) e REINTEGRA, ver nota explicativa nº 28.

6.8 RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

- As receitas financeiras abrangem juros sobre ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, receitas de juros sobre empréstimos concedidos e recebíveis, resultado de derivativos, descontos de fornecedores, variações cambiais ativas e outras receitas financeiras.
- As despesas financeiras incluem despesas com juros, descontos concedidos a clientes, impostos sobre receitas financeiras, juros de empréstimos e fornecedores, resultado de derivativos, variações cambiais passivas e outras despesas financeiras.

I. Reconhecimento das receitas financeiras

As receitas consideram-se realizadas:

- nas transações com terceiros, quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo, quer pela investidora na propriedade de bens anteriormente pertencentes à Companhia, quer pela fruição de serviços por esta prestados;
- quando da extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior;
- pela geração natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros;

II. Reconhecimento das despesas financeiras

Consideram-se incorridos os gastos:

- quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para terceiro;
- pela diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo;
- pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros são reportadas em uma base líquida na demonstração do resultado, como receitas ou despesas financeiras, dependendo se a variação cambial líquida é um ganho ou uma perda.

6.9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os tributos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto se estiverem relacionados à itens diretamente reconhecidos em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

I. Receitas (Despesas) de imposto de renda e contribuição social corrente

As despesas ou receitas de imposto corrente são os impostos a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e são registradas no resultado do exercício, respectivamente, contra passivos fiscais a pagar ou ativos fiscais a recuperar.

II. Receitas (Despesas) de imposto de renda e contribuição social diferido

As receitas e despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos no resultado do exercício contra ativos e passivos fiscais diferidos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos, em relação às diferenças temporárias, entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os autorizados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são reconhecidos com o objetivo de serem compensados com imposto de renda e contribuição social sobre lucros tributáveis futuros, limitado a 30% destes lucros em cada exercício.

Um ativo fiscal diferido somente é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais serão utilizados.

Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios acima forem atendidos.

6.10 PROVISÕES

Uma provisão é criada quando o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado, que pode ser estimado de forma confiável e é provável que uma saída de fundos seja necessária para liquidar a obrigação.

6.11 RECEITA DE CONTRATO COM CLIENTE

A receita é medida com base na contrapartida especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle de um bem para um cliente.

As informações a seguir fornecem entendimento sobre a natureza e o momento da satisfação das obrigações de desempenho no contrato com o cliente:

I. Natureza e momento de satisfação das obrigações de desempenho, incluindo prazos de pagamento significativos

Os clientes obtêm o controle dos produtos de Estirênicos, Acrílicos e Agro, conforme apresentado no item 6.11. (ii), "Reconhecimento de Receita". Os prazos de pagamento de faturas são determinados com base em uma análise de crédito realizada para cada cliente individualmente.

Desconto comercial pode ser concedido aos clientes com base na negociação, e eles representam uma redução do preço padrão. A nota fiscal é emitida pelo preço padrão menos a quantia de desconto comercial. Além disso, o Grupo pode conceder descontos aos clientes como incentivos para os clientes que anteciparem o pagamento.

Alguns contratos permitem que o cliente devolva o produto antes da aceitação.

II. Reconhecimento de Receita – CPC 47 / IFRS 15

A receita é reconhecida quando as mercadorias são aceitas pelo cliente em suas instalações com base nos seguintes tipos de frete:

Canal	Tipo de frete	Natureza e tempo de satisfação das obrigações de performance	Reconhecimento de receita
Rodoviário	Frete pago pelo vendedor	Os clientes obtêm o controle dos produtos quando as mercadorias são entregues e aceitas em suas instalações.	Reconhecido quando as mercadorias foram entregues e aceitas nas premissas do cliente.
Rodoviário	Frete pago pelo comprador	Os clientes obtêm o controle dos produtos quando as mercadorias são despachadas do depósito do Grupo.	Reconhecido no despacho da mercadoria.
Marítimo	Custo seguro e frete (cost insurance and freight)	Os clientes obtêm o controle dos produtos quando as mercadorias chegam ao porto de destino.	Reconhecido quando o navio de carga chega ao porto de destino.
Marítimo	Free on board	Os clientes obtêm o controle dos produtos quando as mercadorias são embarcadas no navio de carga.	Reconhecido quando as mercadorias são embarcadas no navio de carga.

6.12 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Um segmento operacional é um componente do Grupo que desenvolve atividades de negócio das quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos de negócios são revisados frequentemente junto com os seus gerentes e com reporte à diretoria. Da mesma forma, são apresentados nas reuniões do Conselho de Administração, para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, principalmente, ativos corporativos (primariamente a sede e administração da Companhia), resultados financeiros, e imposto de renda e contribuição social.

6.13 LUCRO OU PREJUÍZO POR AÇÃO

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e da média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, entretanto, o grupo não possuí nenhum efeito diluidor nos exercícios apresentados.

6.14 DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado ("DVA") individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira adicional.

6.15 CPC 06 (R2) / IFRS 16 – ARRENDAMENTOS

I. Definição de arrendamento

O Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento quando ele transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2) / IFRS 16.

No início ou na reavaliação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação do mesmo a cada componente de arrendamento e não arrendamento com base em seus preços individuais.

II. Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06 (R1) / IAS 17

Os arrendamentos são mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental do Grupo no momento da contratação.

A taxa de desconto foi calculada considerando o custo efetivo de empréstimos no nível do Grupo.

Os ativos de direito de uso são mensurados inicialmente por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados.

O Grupo não identificou indícios de perda por redução ao valor recuperável em seus ativos de direito de uso.

6.16 MUDANÇAS NAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

O Grupo adotou inicialmente as alterações CPC 25/ IAS 37 Contratos Onerosos sobre os Custos de Cumprimento de um Contrato, a partir de 1º de janeiro de 2022. Anteriormente, o Grupo incluía apenas custos incrementais para cumprir um contrato ao determinar se esse contrato era oneroso. A política revisada inclui tanto os custos incrementais quanto a alocação de outros custos diretos.

O Grupo aplicou as alterações de forma prospectiva a contratos existentes na data em que as alterações são aplicadas pela primeira vez. O Grupo analisou todos os contratos existentes em 1º de janeiro de 2022 e determinou que nenhum deles seria identificado como oneroso aplicando a política contábil revisada, ou seja, não há impacto nos saldos patrimoniais iniciais em 1º de janeiro de 2022 como resultado da alteração.

6.17 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

As emissões e alterações de normas IFRS, efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado a partir de 1º de janeiro de 2023, não tiveram impactos nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício de 2022.

I. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/ IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiantamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024.

Devido esta norma estar sujeita à desenvolvimentos futuros, o Grupo não pôde determinar o impacto dessa alteração nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período de aplicação inicial.

O Grupo está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.

II. Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alteração ao CPC 32/ IAS 12)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias – por exemplo, arrendamento e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custo de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio naquela data. O Grupo não identificou impactos dessa alteração nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período de aplicação inicial.

III. Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo:

- IFRS 17 – Contratos de Seguros;
- Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2);
- Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 23/IAS 8).

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa em bancos em Reais	393	473	45.180	78.245
Caixa em bancos em Dólares	-	-	388.135	354.023
Certificados de depósitos bancários[1]	11.675	-	469.019	366.801
Investimentos de curto prazo em moeda estrangeira[2]	-	-	6.230	50.269
	12.068	**473**	**908.564**	**849.338**

(1) Investimentos em certificados de depósitos bancários - CDB com liquidez diária e rentabilidade média de aproximadamente 100,1% a.a. (99,5% a.a. em 31 de dezembro de 2021) do CDI. Estes investimentos podem ser resgatados a qualquer momento sem prejuízo da remuneração já apropriada.
(2) Investimentos com liquidez diária em pesos mexicanos com taxa média de 3,6% a.a. (3,6% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

Os equivalentes de caixa do Grupo consistem em certificados de depósitos bancários (CDBs) para as empresas localizadas no Brasil e depósitos overnight para subsidiárias no México. Essas aplicações podem ser resgatadas a qualquer momento sem alteração significativa de valor.

A análise do risco de crédito e mercado dos bancos que mantêm o caixa e equivalentes de caixa do Grupo estão divulgados na nota explicativa nº 27.2 – Estrutura de gerenciamento de risco.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Mercado interno	313.281	330.172
Mercado externo	87.506	189.362
Partes relacionadas (Nota 10)	26.025	17.426
	426.812	**536.960**
(-) Perda de crédito esperada [1]	(22.794)	(48.568)
	404.018	**488.392**

O prazo médio de recebimento da Companhia é, em grande parte, inferior a 30 dias, razão pela qual o valor de seus títulos a receber é similar ao seu valor presente. A Companhia realiza parte de suas contas a receber de clientes por meio da alienação de títulos para fundos destinados à aquisição de recebíveis. Essas operações são realizadas, integralmente, sem direito de regresso e com transferência substancial dos riscos e benefícios dos recebíveis, razão pela qual os títulos são baixados no momento da operação. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou, em relação à esses contas a receber alienados, o montante de juros de R$ 19.126 (R$ 24.160 em 31 de dezembro de 2021), registrados na rubrica de despesas de juros sobre empréstimos, financiamentos bancários, debêntures e derivativos (Nota explicativa 25 – Resultado Financeiro).

(1) Perda de crédito esperada de contas a receber de clientes: referem-se a perdas estimadas para a vigência do contrato e, nos casos vencidos acima de 90 dias, para a totalidade do valor, exceto se houver garantia ou, se na visão do comitê de crédito do Grupo, houver expectativa de recuperação do valor. O título é baixado de forma definitiva quando não há qualquer expectativa de recuperação.

Os vencimentos dos títulos a receber estão distribuídos da seguinte forma:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	365.673	436.739
Vencidos:		
Entre 1 e 30 dias	16.473	43.852
Entre 31 e 60 dias	16.855	3.809
Entre 61 e 90 dias	1.760	2.053
Acima de 91 dias	26.051	50.507
	426.812	**536.960**

As movimentações da provisão para perda de crédito esperada estão descritas abaixo:

	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2021	**(43.091)**
Adições	(3.596)
Baixas	144
Variação cambial	(1.654)
Ajustes de conversão - controladas no exterior	(371)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(48.568)**
Adições	(701)
Reversões	4.254
Baixas	23.761
Variação cambial	(1.476)
Ajustes de conversão - controladas no exterior	(64)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(22.794)**

A análise do risco de crédito e mercado dos clientes estão divulgados na nota explicativa nº 27.2 – Estrutura de gerenciamento de risco.

9. ESTOQUES

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Produtos acabados	402.200	418.461
Produtos em processo	6.282	3.490
Matérias primas	186.390	212.132
Materiais secundários	88.628	61.906
Almoxarifado de materiais de manutenção	171.547	97.038
Estoques em trânsito	93.691	72.344
Estoques em poder de terceiros	126.718	84.643
	1.075.456	**950.014**

Os itens de estoques são apresentados ao custo ou pelo seu valor realizável líquido, dos dois, o menor. Em 31 de dezembro de 2022 o valor de R$ 28.906 (R$ 2.612 em 31 de dezembro de 2021), foi reconhecido como uma redução de estoques em contrapartida do resultado do exercício, em custo dos produtos vendidos.

A movimentação da provisão para perdas a valor realizável líquido de estoques está a seguir demonstrada:

	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2021	**(3.636)**
Adições e reversões	(691)
Baixas	1.728
Ajustes de conversão – subsidiárias no exterior	(13)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(2.612)**
Adições e reversões	(26.204)
Ajustes de conversão – subsidiárias no exterior	(90)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(28.906)**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não havia estoques dados em garantia para empréstimos e financiamentos.

10. PARTES RELACIONADAS

10.1 SALDOS PATRIMONIAIS

	Controladora 31/12/2022			
	Ativo	Passivo		
	Não circulante	Circulante		Não circulante
	Conta Corrente[2]	Dividendos[1]	Conta Corrente[2]	Conta Corrente[2]
Cigel Participações S.A.	-	(81.053)	-	-
Unigel Químicos S.A.	656	-	-	-
Companhia Brasileira de Estireno	-	-	-	(963.580)
Proquigel Química S.A.	4	-	-	(227.667)
Unigel Distribuidora Ltda.	-	-	-	(33.975)
Plastiglas de México S.A. de C.V.	208	-	-	-
Outras coligadas	-	-	(53)	-
	868	**(81.053)**	**(53)**	**(1.225.222)**

	Controladora 31/12/2022				
	Ativo		Passivo		
	Circulante	Não circulante	Circulante		Não circulante
	Dividendos[1]	Conta Corrente[2]	Dividendos	Conta Corrente[2]	Conta Corrente[2]
Cigel Participações S.A.	-	-	(182.349)	-	-
Unigel Químicos S.A.	4.218	2.483	-	-	-
Companhia Brasileira de Estireno	-	-	-	-	(1.083.123)
Proquigel Química S.A.	-	2	-	-	(342.479)
Unigel Distribuidora Ltda.	-	5	-	-	(35.143)
Plastiglas de México S.A. de C.V.	-	559	-	(27)	-
Outras coligadas	-	-	-	(52)	-
	4.218	**3.049**	**(182.349)**	**(79)**	**(1.460.745)**

	Consolidado 31/12/2022				
	Ativo		Passivo		
	Circulante		Circulante		Não circulante
	Contas a receber	Adiantamento a fornecedores	Dividendos[1]	Fornecedores	Conta corrente[2]
Cigel Participações S.A.	-	-	(81.053)	-	(46)
Quimivita Fertilizantes Ltda.	26.025	-	-	-	-
Transchemical Transportes e Logística Ltda. (Ergotrans)	-	2.861	-	(158)	-
	26.025	**2.861**	**(81.053)**	**(158)**	**(46)**

	Consolidado 31/12/2021				
	Ativo		Passivo		
	Circulante		Circulante		Não Circulante
	Contas a receber	Adiantamento a fornecedores	Dividendos[1]	Fornecedores	Conta corrente[2]
Cigel Participações S.A.	-	-	(182.349)	-	(144)
CPE - Compostos Plásticos de Engenharia Ltda.	17.426	-	-	-	-
Transchemical Transportes e Logística Ltda. (Ergotrans)	-	45.724	-	(209)	-
	17.426	**45.724**	**(182.349)**	**(209)**	**(144)**

(1) Dividendos a serem pagos ou recebidos em 12 meses de acordo com a disponibilidade de caixa.
(2) Os valores classificados como conta corrente são referentes a transações de caixa entre as empresas do Grupo suportados por contratos com prazo de validade indeterminado ou com renovação automática e são denominados como "Contratos de Conta Corrente". Nestes contratos, as partes estabeleceram que não haverá cobrança de juros nem prazo para devolução dos montantes. Desta forma, por tratar-se de operações entre partes relacionadas, sem previsão de restituição ou quitação, o Grupo classificou estes montantes no longo prazo.

Os saldos demonstrados em contas a receber referem-se a vendas de produtos a partes relacionadas e os saldos estão referenciados na nota explicativa nº 8 – Contas a receber, assim como, os montantes demonstrados em fornecedores são referentes a contratação de serviços, também com partes relacionadas, e estão destacados na nota explicativa nº 17.

10.2 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A seguir estão demonstradas as transações entre as empresas do Grupo Unigel. A totalidade destas transações foram eliminadas do resultado do exercício e do balanço patrimonial consolidado.

	Consolidado			
	Montante transacionado			
	Vendas		Compras	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Companhia Brasileira de Estireno	2.305.047	1.289.146	(2.311.336)	(1.194.315)
Unigel Acrílicos S.A. de C.V	-	7.224	(138.349)	-
Unigel Distribuidora Ltda.	2.040.213	1.116.081	(2.091.826)	(1.051.411)
Unigel Químicos S.A.	25.791	53.009	(32.424)	(28.856)
Proquigel Química S.A.	278.134	78.258	(75.250)	(269.136)
	4.649.185	**2.543.718**	**(4.649.185)**	**(2.543.718)**

A seguir estão demonstradas as transações comerciais com empresas consideradas ligadas ao Grupo Unigel. Estas transações foram realizadas com base em preços e prazos usuais de mercado.

	Consolidado			
	Montante transacionado			
	Vendas		Compras/ Serviços	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
CPE - Compostos Plásticos de Engenharia Ltda.	62.050	68.351	-	-
Quimivita Fertilizantes Ltda.	119.147	-	-	-
Transchemical Transportes e Logística Ltda. (Ergotrans)	-	-	(416.545)	(162.184)
	181.197	**68.351**	**(416.545)**	**(162.184)**

Adicionalmente, a Companhia apropriou despesas de juros com empréstimos de partes relacionadas no valor de R$ 244.304 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 242.999 em 31 de dezembro de 2021). Estes empréstimos de partes relacionadas são originários do repasse de valores para as companhias operacionais do Grupo referente à captação do Bond feito pela Unigel Luxemburgo e foram realizados em condições semelhantes às condições pactuadas na referida captação de mercado para juros e prazos. Os juros apropriados foram eliminados no processo de consolidação e foram alocados nas empresas, conforme abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Companhia Brasileira de Estireno	149.527	132.814
Proquigel Química S.A.	94.777	99.379
Unigel Químicos S.A.	-	5.403
Unigel Distribuidora Ltda.	-	5.403
	244.304	**242.999**

10.3 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

O valor agregado das transações com o pessoal-chave da administração está descrito abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Proventos e encargos sociais	28.352	15.487
Gratificações e encargos	1.423	1.178
Benefícios de curto prazo	**29.775**	**16.665**
Benefícios pós emprego	739	508
	30.514	**17.173**

O Grupo considerou como pessoal-chave da administração: (i) Diretores Estatutários e (ii) Membros do Conselho de Administração.

11. ATIVO FISCAL CORRENTE

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
PIS/COFINS - exclusão do ICMS da base de cálculo(1)	229.302	225.782
ICMS(2)	49.448	38.283
ICMS sobre ativo imobilizado(3)	21.815	11.866
PIS(4)	33.450	15.192
COFINS(4)	99.604	44.125
Programa REINTEGRA	13.308	13.313
INSS	13.409	4.641
IPI	2.826	3.766
IVA a recuperar	63.557	38.974
Imposto de renda (IRPJ)	88.073	29.920
Contribuição social (CSLL)	19.913	4.048
Outros	9.695	25.541
	644.400	**455.451**
Circulante(3)	**402.201**	**221.741**
Não circulante (1)(3)	**242.199**	**233.710**

(1) Em 14 de maio 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF), por meio do julgamento de embargos de declaração interposto pela União, fixou o entendimento de que o ICMS a ser excluído da Base de cálculo do PIS e da COFINS é o valor destacado na nota fiscal. Além disso, ficou decidido também a modulação dos efeitos desta decisão com repercussão geral a partir de 15 de março de 2017, ressalvadas as ações judiciais protocoladas até esta data. Em resumo, os contribuintes que não pleitearam a devolução dos valores terão direito a calcular e receber os créditos a partir da data da modulação, ou seja, 15 de março de 2017. Já os contribuintes que questionaram judicialmente a referida exclusão terão direito à devolução dos 5 últimos anos contados a partir da data de protocolo da ação. O Grupo ingressou com ação judicial em 07 de março de 2017, e obteve liminar autorizando a citada exclusão em de 05 de maio de 2017 com base no valor do ICMS destacado nas notas fiscais. A administração optou por exercer o seu direito de maneira prospectiva, ou seja, a partir da data da liminar concedida até o julgamento final dos pontos em discussão. Com a decisão do STF, ora estabelecida, a Companhia confirmou o entendimento adotado na exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS referentes aos valores destacados nas notas fiscais e que não há, portanto, nenhum ajuste a ser reconhecido nas demonstrações financeiras emitidas até então, porém ficou assegurado o direito à devolução dos valores referentes aos 5 anos anteriores ao protocolo da ação judicial, ou seja, créditos de abril de 2012 a março de 2017, que estão contabilizados na referida rubrica. Os valores reconhecidos como pagamentos indevidos ou a maior vêm sendo atualizados pela SELIC desde o momento do respectivo reconhecimento.

(2) Os créditos acumulados de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS são decorrentes da compra de matérias primas. O Grupo espera utilizar esses créditos considerando várias possibilidades, tais como: transações intercompany com base em diferentes alíquotas de ICMS (entre diferentes Estados da União), compra de matérias-primas com isenção por meio de drawback e monetização dos créditos através da negociação com terceiros.

(3) Os créditos de imobilizado são utilizados ao longo de um período que pode variar de 48 a 60 meses e, são classificados em circulante e não circulante conforme o caso.

(4) Os créditos de PIS e COFINS das empresas do Grupo advêm, basicamente, das operações de exportações, ou seja, a empresa adquire matérias-primas com impostos (crédito) e tem uma parcela relevante de suas vendas destinadas à exportação sem incidência desses impostos (débito), gerando desta forma saldos credores. Além disso, as subsidiárias da Companhia calculam créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base do PIS e COFINS sobre seus faturamentos desde 2017, o que contribuiu para o aumento dos saldos credores. Ainda no terceiro trimestre de 2022, a Companhia efetuou a revisão das apurações de PIS e COFINS, das suas subsidiárias, dos últimos 5 anos e identificou créditos extemporâneos que deixaram de ser reconhecidos à época no montante de R$ 33.145, devidamente reconhecido durante o quarto trimestre de 2022. Apesar do Grupo estar executando compensações integrais de impostos federais, a administração vem implementando ações judiciais e administrativas que permitem a monetização desses créditos, inclusive com contratação de consultorias e assessores jurídicos que tem por objetivo implementar diversas estratégias para a realização desses créditos com maior celeridade.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil e, também, os saldos acumulados de prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas da contribuição social.

A Administração avalia se o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro diferidos ativos podem ser realizados baseados em projeções de lucros futuros, que demonstrem o potencial de compensação de prejuízos fiscais, a reversão de diferenças temporárias tributáveis além de oportunidades de planejamento tributário. As projeções de lucros tributáveis futuros são fundamentadas em estratégias corporativas e em cenários macroeconômicos.

A movimentação do imposto de renda e a contribuição social diferidos é apresentada conforme segue:

	Consolidado						
	31/12/22	DRE	ORA	31/12/21	DRE	ORA	01/01/21
Ativo							
Valores reconhecidos em ORA							
Benefício pós-emprego	9.468	-	301	9.167	-	5.731	3.436
Hedge de fluxo de caixa	300.791	28.284	(13.517)	286.024	(28.549)	239.683	74.890
Valores reconhecidos no resultado							
Perda de crédito estimada	9.792	(1.675)	-	11.467	1.279	-	10.188
Provisão para contingências	6.507	3.911	-	2.596	(8.647)	-	11.243
Variação cambial não realizada	91.673	(56.517)	-	148.190	64.940	-	83.250
Prejuízos fiscais acumulados	376.920	6.680	-	370.240	(124.220)	-	494.460
PIS/COFINS - exclusão do ICMS da base de cálculo	(70.639)	5.409	-	(76.048)	(76.048)	-	-
Provisão Fretes	5.760	(3.737)	-	9.497	4.692	-	4.805
Derivativos	(70.097)	57.110	-	(127.207)	(83.010)	-	(44.197)
Operações no exterior	10.255	(10.220)	-	20.475	3.196	-	17.279
Impairment	-	(4.955)	-	4.955	4.955	-	-
Outras provisões	66.761	31.464	(1.138)	36.435	24.429	-	12.006
	737.191	**55.754**	**(14.354)**	**695.791**	**(216.983)**	**245.414**	**667.360**
Passivos							
Valores reconhecidos em ORA							
Custo atribuído	(44.275)	4.675	-	(48.950)	15.085	-	(64.035)
Valores reconhecidos em DRE							
PIS/COFINS - exclusão do ICMS da base de cálculo	(1.799)	(422)	-	(1.377)	(2.615)	(399)	1.637
Valor justo – propriedades para investimentos	-	-	-	-	-	2.087	(2.087)
Operações no exterior	(14.426)	(14.426)	-	-	-	-	-
Ganho em transações societárias	(117.137)	-	-	(117.137)	-	-	(117.137)
	(177.637)	**(10.173)**	**-**	**(167.464)**	**12.470**	**1.688**	**(181.622)**
Ativo diferido líquido	**559.554**	**45.581**	**(14.354)**	**528.327**	**(204.513)**	**247.102**	**485.738**
Ativo fiscal diferido	691.118			645.464			602.875
Passivo fiscal diferido	(131.564)			(117.137)			(117.137)
Ativo diferido líquido	**559.554**			**528.327**			**485.738**

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social contabilizadas no resultado é demonstrada como segue:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes dos impostos	**367.415**	**1.243.650**
Alíquota combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	**(124.921)**	**(422.841)**
Adições:		
Hedge accounting – realização da variação cambial	-	(15.509)
Juros não dedutíveis – subcapitalização	-	(31.777)
Preço de transferência	(17.233)	(11.528)
Tributação em bases universais – empresas no exterior (1)	(47.600)	(14.485)
Outras adições permanentes	(5.150)	(2.556)
Exclusões:		
Benefícios fiscais - Reintegra (Nota 28.4)	662	698
Benefícios fiscais – Desenvolve (Nota 28.1)	102.046	59.454
Benefícios fiscais – PSDI (Nota 28.2)	5.656	-
Outras exclusões permanentes	-	20
Total	**(86.540)**	**(438.524)**
Alíquota efetiva	**24%**	**35%**
Outros ajustes:		
Prejuízos fiscais não reconhecidos(2)	(7.959)	(12.611)
Prejuízos fiscais exercício anterior	200	(54.236)
Diferenças temporárias não reconhecidas	2.556	-
Diferenças temporárias exercícios anteriores	40.185	-
Impostos pagos no exterior	-	20.818
Incentivo fiscal - SUDENE (Nota 28.3)	72.860	123.076
Imposto de renda e contribuição social no resultado do ano	**21.302**	**(361.477)**
Corrente	(24.279)	(156.964)
Diferido	45.581	(204.513)

(1)Ajuste referente a diferença de alíquotas de nossas controladas no exterior. A alíquota para nossas controladas no México é cerca de 30% e em nossa controlada em Luxemburgo pode chegar a 25%.
(2)Esses saldos estão relacionados a prejuízos fiscais, base de cálculo negativa de contribuição social e diferenças temporárias de empresas do Grupo que, pelos históricos e pelas projeções atuais, no momento, não indicam geração de lucros tributáveis suficientes para compensar esses montantes em um horizonte de médio prazo. O saldo total de prejuízos fiscais, base de cálculo negativa de contribuição social e diferenças temporárias não reconhecido até 31 de dezembro de 2022 está apresentado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Unigel Químicos S.A.	68.829	65.427
Unigel Participações S.A.	13.945	12.012
Unigel Distribuidora Ltda.	-	263
	82.774	**77.702**

12.1 RECONHECIMENTO DE PREJUÍZOS FISCAIS

Abaixo demonstramos a expectativa de realização dos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais ano a ano, para a totalidade do período razoável de realização:

Realização de prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas	
2023	51.313
2024	42.850
2025	9.283
2026	32.916
2027	47.023
2028	57.119
Acima de 2028	136.416
	376.920

13. INVESTIMENTOS

13.1 MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS:

	Companhia Brasileira de Estireno	Proquigel Química S.A.	Unigel Luxemburgo S.A.	Unigel Distribuidora Ltda.	Unigel Químicos S.A.	Unigel Com. de Energia S.A.	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	**1.314.854**	**90.142**	**87.310**	**46.098**	**15.630**	**1.000**	**1.555.034**
Resultado de equivalência patrimonial	572.050	320.995	33.081	7.196	(44.945)	(1)	888.376
Hedge de fluxo de caixa	(35.179)	(90.227)	-	8.855	10.496	-	(106.055)
Benefício pós-emprego	492	-	-	-	-	-	492
Ajuste acumulado de conversão	45.071	-	10.442	-	-	-	55.513
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.897.288**	**320.910**	**130.833**	**62.149**	**(18.819)**	**999**	**2.393.360**
Ativo	**1.897.288**	**320.910**	**130.833**	**62.149**	**-**	**999**	**2.412.179**
Passivo	**-**	**-**	**-**	**-**	**(18.819)**	**-**	**(18.819)**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.897.288**	**320.910**	**130.833**	**62.149**	**(18.819)**	**999**	**2.393.360**
Aumento de capital social	-	-	-	-	100.000	-	100.000
Resultado de equivalência patrimonial	41.031	495.608	(57.818)	14.464	(14.518)	(12)	478.755
Hedge de fluxo de caixa	56.200	(33.689)	-	-	3.728	-	26.239
Benefício pós-emprego	(585)	-	-	-	-	-	(585)
Ajuste acumulado de conversão	(45.647)	-	(21.768)	-	-	-	(67.415)
Dividendos/ Juros sobre capital próprio (JSCP)	-	(113.391)	-	(1.166)	-	-	(114.557)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.948.287**	**669.438**	**51.247**	**75.447**	**70.391**	**987**	**2.815.797**
Ativo	**1.948.287**	**669.438**	**51.247**	**75.447**	**70.391**	**987**	**2.815.797**

13.2 COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

	Companhia Brasileira de Estireno		Proquigel Química S.A.		Unigel Luxemburgo S.A.		Unigel Distribuidora Ltda.		Unigel Químicos S.A.		Unigel Com. de Energia S.A.		Total	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Capital social	**629.291**	**629.291**	**459.636**	**459.636**	**127**	**127**	**62.372**	**62.372**	**52.299**	**98.831**	**1.000**	**1.000**	**1.204.725**	**1.251.257**
Patrimônio líquido	1.968.467	1.902.425	669.438	320.910	51.247	130.833	75.447	62.149	70.593	(18.643)	987	999	2.836.179	2.398.673
Participação no capital social, no final do exercício - %	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	-	-
Lucros nos estoques	(20.180)	(5.137)	-	-	-	-	-	-	(202)	(176)	-	-	(20.382)	(5.313)
Total do patrimônio líquido ajustado	**1.948.287**	**1.897.288**	**669.438**	**320.910**	**51.247**	**130.833**	**75.447**	**62.149**	**70.391**	**(18.819)**	**987**	**999**	**2.815.797**	**2.393.360**

	Companhia Brasileira de Estireno		Proquigel Química S.A.		Unigel Luxemburgo S.A.		Unigel Distribuidora Ltda.		Unigel Químicos S.A.		Unigel Com. de Energia S.A.		Total	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Lucros (prejuízos) nos estoques	(15.047)	(5.195)	-	-	-	-	-	-	76	(68)	-	-	(14.971)	(5.263)
Resultado do exercício	56.078	577.245	495.608	320.995	(57.818)	33.081	14.464	7.196	(14.594)	(44.877)	(12)	(1)	493.726	893.639
Participação no capital social, no final do exercício - %	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	**41.031**	**572.050**	**495.608**	**320.995**	**(57.818)**	**33.081**	**14.464**	**7.196**	**(14.518)**	**(44.945)**	**(12)**	**(1)**	**478.755**	**888.376**

14. IMOBILIZADO

Consolidado												
Custo	Edifícios	Máquinas e equipamentos	Instalações, ferramentas e instrumentos	Terrenos	Equipamentos de TI	Veículos	Móveis e utensílios	Benfeitorias	Materiais de reposição	Adiantamento a fornecedores de imobilizado[2]	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 01/01/2021	**224.547**	**1.421.326**	**864.657**	**114.308**	**30.825**	**2.614**	**16.678**	**34.608**	**2.491**	**4.001**	**269.900**	**2.985.955**
Adições	-	955	-	-	399	-	6	-	-	13.090	726.576	741.026
Baixas	(326)	(424)	(1.977)	-	(72)	(723)	-	-	-	-	(4.018)	(7.540)
Transferências[1]	12.461	162.973	622.305	2	8.639	(356)	18.543	3.535	-	-	(830.729)	(2.627)
Efeito de conversão	4.291	21.134	252	785	650	33	87	-	-	-	2.780	30.012
Saldo em 31/12/2021	**240.973**	**1.605.964**	**1.485.237**	**115.095**	**40.441**	**1.568**	**35.314**	**38.143**	**2.491**	**17.091**	**164.509**	**3.746.826**
Adições	-	28.215	-	-	373	385	89	112	-	224.587	651.326	905.087
Baixas	(13.214)	(42.662)	(82)	-	-	(2)	(2)	561	-	-	(25.260)	(80.661)
Baixas por inventário	(20.202)	(158.415)	(20.433)	-	(4.804)	(972)	(3.618)	(8)	(214)	-	-	(208.666)
Transferências[1]	849	108.869	138.683	-	4.143	-	(13.618)	18.982	(2)	(39.490)	(225.276)	(6.860)
Efeito de conversão	(4.081)	(19.734)	(244)	(742)	(650)	(10)	(78)	-	-	4.614	(2.462)	(23.387)
Saldo em 31/12/2022	**204.325**	**1.522.237**	**1.603.161**	**114.353**	**39.503**	**969**	**18.087**	**57.790**	**2.275**	**206.802**	**562.837**	**4.332.339**
Depreciação acumulada	Edifícios	Máquinas e equipamentos	Instalações, ferramentas e instrumentos	Terrenos	Equipamentos de TI	Veículos	Móveis e utensílios	Benfeitorias	Materiais de reposição	Adiantamento a fornecedores de imobilizado	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 01/01/2021	**(141.010)**	**(954.717)**	**(505.245)**	**-**	**(17.476)**	**(2.132)**	**(8.698)**	**(4.987)**	**(2.373)**	**-**	**-**	**(1.636.638)**
Adições	(8.914)	(73.644)	(58.512)	-	(1.385)	(1.395)	(1.495)	(1.224)	(47)	-	-	(146.616)
Baixas	299	-	40	-	-	686	-	-	-	-	-	1.025
Transferências	2	3.200	(4.632)	-	(61)	1.486	24	(19)	-	-	-	-
Efeito de conversão	(1.999)	(9.398)	(112)	-	(473)	(22)	(36)	-	-	-	-	(12.040)
Saldo em 31/12/2021	**(151.622)**	**(1.034.559)**	**(568.461)**	**-**	**(19.395)**	**(1.377)**	**(10.205)**	**(6.230)**	**(2.420)**	**-**	**-**	**(1.794.269)**
Adições	(8.275)	(59.158)	(101.574)	-	(4.761)	(64)	(1.004)	(2.781)	(68)	-	-	(177.685)
Baixas	3.882	22.544	1	-	-	-	-	-	-	-	-	26.427
Baixas por inventário	16.191	149.252	19.526	-	3.929	865	3.300	1	213	-	-	193.277
Transferências[1]	-	47	(51)	-	(46)	-	-	-	-	-	-	(50)
Efeito de conversão	1.852	8.883	105	-	441	14	35	-	-	-	-	11.330
Saldo em 31/12/2022	**(137.972)**	**(912.991)**	**(650.454)**	**-**	**(19.832)**	**(562)**	**(7.874)**	**(9.010)**	**(2.275)**	**-**	**-**	**(1.740.970)**
Provisão para Impairment em 31/12/2021	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(36.813)**
Provisão para Impairment em 31/12/2022	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(14.604)**
Imobilizado líquido em 01/01/2021	**83.537**	**466.609**	**359.412**	**114.308**	**13.349**	**482**	**7.980**	**29.621**	**118**	**4.001**	**269.900**	**1.349.317**
Imobilizado líquido em 31/12/2021	**89.351**	**571.405**	**916.776**	**115.095**	**21.046**	**191**	**25.109**	**31.913**	**71**	**17.091**	**164.509**	**1.915.744**
Imobilizado líquido em 31/12/2022	**66.353**	**609.246**	**952.707**	**114.353**	**19.671**	**407**	**10.213**	**48.780**	**-**	**206.802**	**562.837**	**2.576.765**

(1) O saldo remanescente está relacionado a transferência para intangíveis e a compensação de adiantamentos de fornecedores.

(2) Adiantamentos a fornecedores em 2022, substancialmente, constituídos para início da construção das produções de hidrogênio verde e planta de ácido sulfúrico, conforme descrito na nota 1 – contexto operacional.

Os custos dos empréstimos e financiamentos capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram de R$ 43.368, equivalentes a uma taxa média de juros de 15,80% a.a.

14.1 TESTE DE IMPAIRMENT

Em dezembro de 2021 o Grupo avaliou, baseado em fontes de informação internas e externas, se unidades geradoras de caixa dos ativos fixos poderiam ter perdas de *Impairment* e, baseado nessa avaliação, concluiu que existem indicativos de perda de valor, no montante de R$ 19.918. Este valor correspondia, principalmente, a planta de policarbonatos da controlada Unigel Químicos que se encontra hibernada. Em 2022, o laudo foi concluído e a provisão foi reduzida em R$ 1.621. Além disso, também em 2022, foram realizadas baixas no montante de R$ 3.693 relacionados a essa unidade geradora de caixa, restando, ainda, um saldo de provisão de perdas de R$ 14.604.

Ainda em 2021, o Grupo iniciou um inventário físico de ativos que, inicialmente, indicou uma possível perda de R$ 16.895, o qual foi provisionado como perda por *impairment*. Com a continuidade dos trabalhos, durante o primeiro semestre de 2022, esse valor foi reavaliado e indicou um valor de perda de R$ 11.284 que foi totalmente realizado no segundo trimestre de 2022.

Parte do imobilizado do Grupo está dado em garantia de operações de empréstimos. Para mais informações, veja a nota 29 – Garantias e Avais.

15. DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

15.1 DIREITO DE USO

	Consolidado			
	Plantas industriais	Tanques e armazéns	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	**272.476**	**65.985**	**17.532**	**355.993**
Adições	79.632	8.891	34.096	122.619
Transferências	337	(545)	208	-
Ajuste de conversão	-	-	2.905	2.905
Depreciação	(28.376)	(29.458)	(14.434)	(72.268)
Saldo em 31 de dezembro 2021	**324.069**	**44.873**	**40.307**	**409.249**
Adições	8.632	93.775	-	102.407
Baixas	-	-	(7.188)	(7.188)
Ajuste de conversão	-	-	(1.179)	(1.179)
Depreciação	(34.312)	(39.209)	(7.762)	(81.283)
Saldo em 31 de dezembro 2022	**298.389**	**99.439**	**24.178**	**422.006**

15.2 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

	Consolidado			
	Plantas industriais	Tanques e armazéns	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	**(293.042)**	**(76.785)**	**(18.699)**	**(388.526)**
Adições	(92.742)	(8.891)	(34.096)	(135.729)
Juros	(28.003)	(4.489)	(484)	(32.976)
Transferências	(1.516)	276	1.240	-
Ajuste de conversão	-	-	(3.048)	(3.048)
Pagamentos	51.061	37.566	16.683	105.310
Saldo em 31 de dezembro 2021	**(364.242)**	**(52.323)**	**(38.404)**	**(454.969)**
Adições	(8.632)	(93.775)	-	(102.407)
Baixas	-	-	7.188	7.188
Juros	(35.128)	(6.066)	(585)	(41.779)
Transferências[1]	13.014	-	(1.610)	11.404
Ajuste de conversão	-	-	1.178	1.178
Pagamentos	62.451	48.310	10.061	120.822
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(332.537)**	**(103.854)**	**(22.172)**	**(458.563)**
			31/12/2022	**31/12/2021**
Circulante			(101.476)	(96.387)
Não circulante			(357.087)	(358.582)
			(458.563)	**(454.969)**

(1) Valor referente aos estoques de peças de manutenção recebidos no arrendamento das plantas da Unigel Agro e que foram consumidos nas operações, os quais conforme estabelecido no contrato de arrendamento, deverão ser repostos e devolvidos ao arrendatário ao final do período contratado. O Grupo inicialmente classificou esses valores em conjunto com o passivo de arrendamento, mas, de acordo com a natureza e essência dos valores, foram transferidos para rubrica de Outros Passivos, não impactando sua apresentação entre os grupos circulante e não circulante.

15.3 CONTRAPRESTAÇÕES FUTURAS

A abertura das parcelas em seu valor futuro por faixa de vencimento está disposta a seguir:

	31/12/2022			
	Plantas industriais	Tanques e armazéns	Outros	Total
Até 1 ano	52.682	33.445	4.914	91.041
de 2 a 5 anos	250.726	39.019	4.356	294.101
Acima de 5 anos	157.226	-	-	157.226
	460.634	**72.464**	**9.270**	**542.368**

	31/12/2021			
	Plantas industriais	Tanques e armazéns	Outros	Total
Até 1 ano	51.384	40.885	7.380	99.649
de 2 a 5 anos	247.716	14.764	19.209	281.689
Acima de 5 anos	258.390	-	-	258.390
	557.490	**55.649**	**26.589**	**639.728**

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

			Controladora			
			31/12/2022		31/12/2021	
Moeda	Tipo	Taxa	Valor	Taxa média ao ano	Valor	Taxa média ao ano
BRL	Debêntures	CDI	511.672	15,77%	-	-
	Financiamento	Pré-fixado	386	11,55%	575	11,55%
Total			**512.058**	**13,66%**	**575**	**11,55%**
	Circulante		16.064		190	
	Não circulante		495.994		385	

			Consolidado			
			31/12/2022		31/12/2021	
Moeda	Tipo	Taxa	Valor	Taxa média ao ano	Valor	Taxa média ao ano
BRL	Debêntures	CDI	511.672	15,77%	-	-
BRL	Financiamento	IPCA	-	-	25.804	15,70%
		Pré-fixado	386	11,55%	575	11,55%
	Capital de giro	CDI	31.854	17,93%	97.147	13,43%
Total BRL			**543.912**		**123.526**	
USD	Bond	Pré-fixado	2.743.030	8,75%	2.910.465	8,75%
	Capital de giro	Pré-fixado	108.796	5,06%	124.101	4,82%
		Libor[1]	145.234	7,10%	166.042	3,03%
Total USD			**2.997.060**		**3.200.608**	
Total			**3.540.972**	**9,67%**	**3.324.134**	**8,51%**
	Circulante		274.498		332.623	
	Não circulante		3.266.474		2.991.511	

(1) em 2017, o Financial Conduct Authority ("FCA"), órgão regulador do Reino Unido, anunciou o fim da taxa Libor overnight para diversas moedas em dezembro de 2021, e o fim da Libor para dólar está previsto para 30 de junho de 2023.

16.1 MOVIMENTAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Controladora
1º de janeiro de 2021	**744**
Amortizações	(169)
Despesas de juros	4
Juros pagos	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**575**
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures[2]	494.377
Despesas de juros	53.991
Juros pagos	(36.885)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**512.058**

	Consolidado
1º de janeiro de 2021	**2.600.379**
Captação de empréstimos e financiamentos[1]	1.329.448
Despesas de juros	351.709
Ganho (perda) por variação cambial no DRE	222.240
Ganho (perda) por variação cambial no ORA	(28.395)
Pagamento de principal	(845.921)
Juros pagos	(316.725)
Ajustes de conversão - subsidiárias no exterior	11.399
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**3.324.134**
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures [2]	626.369
Despesas de juros	377.725
Ganho (perda) por variação cambial no DRE	(129.574)
Ganho (perda) por variação cambial no ORA	(72.178)
Pagamento de principal	(243.693)
Juros pagos	(379.743)
Juros capitalizados	43.367
Ajustes de conversão - subsidiárias no exterior	(5.435)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**3.540.972**

(1) No primeiro trimestre de 2021 o Grupo concluiu o retap do bond de 2026 no valor de U$ 110 milhões. O retap foi concluído por uma taxa de 7,329% a.a., e os valores captados foram utilizados para refinanciar dívidas de curto prazo e para fins corporativos gerais. O valor apresentado está líquido dos custos de transação.

(2)Em 12 de abril de 2022, a Companhia concluiu a emissão de R$ 500.000 em debêntures em sua primeira operação no mercado de capitais local. As debêntures têm prazo de cinco anos e taxa de 100% da CDI acrescida de 2,10% a.a. pré-fixada. A captação vai garantir capital adequado para investimentos na produção de ácido sulfúrico no polo petroquímico de Camaçari, no estado da Bahia. O valor apresentado está líquido dos custos de transação.

16.2 BONDS

Em outubro de 2019 o Grupo Unigel concluiu a sua segunda emissão de *bonds*, captando U$ 420 milhões com uma taxa de 8,75% a.a. e vencimento em outubro de 2026. No primeiro trimestre de 2021 o Grupo realizou um *retap* desta captação, adicionando U$ 110 milhões ao valor captado inicialmente, totalizando U$ 530 milhões captados.

Os bonds tem fluxo de caixa exclusivamente de pagamento de juros semestrais sobre o valor do principal em aberto. A amortização do principal é da modalidade *bullet*, ou seja, com apenas uma amortização no vencimento final, em primeiro de outubro de 2026.

Os bonds possuem opções de resgate antecipado nos seguintes prazos e valores:

Período	Preço de recompra
2022 a 2023	104,375%
2023 a 2024	102,188%
2024 a 2025	101,094%
2025 em diante	100,000%

Essas opções de resgate antecipado foram identificadas como derivativos embutidos conforme descrito na nota 31 – operações com derivativos.

16.3 DEBÊNTURES

Em 12 de abril de 2022 a Companhia concluiu a emissão de R$ 500.000, em debêntures em sua primeira operação no mercado de capitais local através da sua controladora Unigel Participações S.A. As debêntures têm prazo de vencimento de cinco anos com pagamentos de juros semestrais e taxa de 100% da CDI acrescida de 2,10% a.a. pré-fixada. A captação vai garantir capital adequado para investimentos na produção da nova planta de ácido sulfúrico no polo petroquímico de Camaçari, no estado da Bahia.

As debêntures foram emitidas conforme instrução CVM 476, ou seja, com esforços restritos de distribuição e foram registradas na Anbima. São do tipo simples, não conversíveis em ações da Companhia e não possuem atualização monetária.

As debêntures têm fluxo de caixa exclusivamente de pagamento de principal e juros semestrais sobre o valor do principal em aberto. A amortização de principal ocorre em três momentos distintos conforme tabela abaixo:

Parcela de amortização	Data da amortização	Percentual do saldo remanescente de principal a ser amortizado (%)
1	08/04/2025	33,33
2	08/04/2026	50,00
3	08/04/2027	100,00

A Companhia pode, a qualquer momento após 08 de novembro de 2024 realizar o resgate antecipado total das debêntures, sendo vedado o resgate parcial nessa modalidade, mediante o pagamento de um prêmio de 0,40% ao ano.

16.4 LINHAS DE CRÉDITO APROVADAS

Em 27 de dezembro de 2022 a subsidiária Proquigel Química S/A assinou contrato de abertura de crédito para financiamento no valor de R$ 294,4 milhões, a serem providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (“FNE”).

O Contrato de Financiamento tem prazo de 12 anos, com 3 anos de carência, ao custo total de IPCA + 2,69% a.a., considerando o bônus de adimplência. O primeiro desembolso está previsto para o primeiro trimestre de 2023.

Os recursos serão utilizados para a construção da fábrica de ácido sulfúrico, localizada no Polo Industrial de Camaçari (Bahia), com capacidade de produção de 450 mil toneladas por ano de ácido sulfúrico e de 50 mil toneladas anuais de oleum. Além disso, a nova fábrica irá gerar energia na forma de vapor, que será usada nas plantas de estirênicos e fertilizantes da Unigel em Camaçari (BA).

16.5 CRONOGRAMA DE DESEMBOLSOS

	Consolidado					
	31/12/2022			31/12/2021		
Ano	Desembolsos	Custos de transação	Valor total	Desembolsos	Custos de transação	Valor total
2022	-	-	-	356.030	(23.407)	332.623
2023	297.176	(22.678)	274.498	107.493	(23.389)	84.104
2024	13.218	(22.740)	(9.522)	14.126	(23.454)	(9.328)
2025	219.470	(22.678)	196.792	-	(23.389)	(23.389)
2026	2.932.048	(19.098)	2.912.950	2.957.664	(17.540)	2.940.124
A partir de 2027	166.666	(412)	166.254	-	-	-
	3.628.578	**(87.606)**	**3.540.972**	**3.435.313**	**(111.179)**	**3.324.134**

16.6 GARANTIAS

Como forma de garantia para os empréstimos e financiamentos o Grupo disponibilizou parte de seu imobilizado, conforme divulgado na nota explicativa nº 29 – Garantias e avais.

16.7 COVENANTS

A Controladora e algumas controladas, durante a vigência dos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures deverão manter algumas métricas para os indicadores financeiros.

A Administração do Grupo acompanha periodicamente se as cláusulas de *covenants* estão sendo cumpridas e, o Grupo não identificou quebra nas métricas financeiras e não financeiras nos exercícios apresentados.

17. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Matérias primas e serviços	1.834	2.366	386.022	474.000
Matérias primas e serviços – Risco sacado	-	-	305.756	-
Imobilizado	32	351	59.896	11.900
Mercado interno	**1.866**	**2.717**	**751.674**	**485.900**
Matérias primas e serviços	-	-	206.299	279.934
Imobilizado	1.139	-	945	92
Mercado externo	**1.139**	**-**	**207.244**	**280.026**
Partes relacionadas (Nota 10)	-	-	158	209
	3.005	**2.717**	**959.076**	**766.135**

Em 16 de junho de 2022, algumas controladas da Companhia realizaram convênios com instituições financeiras. Esses convênios, denominados operações de risco sacado, consistem na antecipação do recebimento de títulos por parte do fornecedor, nos quais as instituições financeiras antecipam um determinado montante para o fornecedor e recebem, na data de vencimento, o montante devido pelas controladas da Companhia. A decisão de aderir a esse tipo de operação é única e exclusivamente do fornecedor. O convênio não altera as principais características das condições comerciais anteriormente estabelecidas com o fornecedor. Assim, essas operações são apresentadas na demonstração do fluxo de caixa como fluxo das atividades operacionais. Em 31 de dezembro de 2022, as operações de risco sacado totalizaram R$ 305.756.

18. PASSIVO FISCAL CORRENTE

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
ICMS	15.152	10.385
PIS e COFINS	11.008	7.794
REFIS - Lei nº. 11.941/09(1)	9.720	11.511
REFIS - Lei nº. 13.043/14(2)	5.478	9.379
Parcelamentos tributários - PRT e PERT(3)	21.606	26.711
Parcelamentos estaduais PEP(4)	6.171	11.536
Parcelamentos federais	3.493	4.413
Imposto de renda (IRPJ)	18.997	15.058
Contribuição social (CSLL)	72	19.412
Outros	5.539	4.370
	97.236	**120.569**
Circulante	**61.288**	**69.427**
Não circulante	**35.948**	**51.142**

(1) Em novembro de 2009, a Administração aprovou a adesão ao Programa de Regularização Tributária em conformidade com a Lei nº 11.941/09.
(2) Em novembro de 2014, o Grupo aderiu ao programa de redução e reparcelamento de débitos federais de acordo com a Lei n. 13.043/14 (Refis da Copa).
(3) Em 2017, o Grupo aderiu ao Programa de Regularização Tributária - PRT e ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT. Estes programas foram criados conforme Medidas Provisórias 766, 780 e 783 de 2017, respectivamente, que possibilitaram a liquidação parcial de determinados débitos tributários federais, tanto no âmbito administrativos quanto judicial, através da utilização de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social.
(4) Em abril de 2017, o Grupo aderiu ao Programa de Regularização Tributária Estadual do Estado de São Paulo (“PEP”). O PEP foi um programa criado por lei que permitiu o parcelamento dos impostos (ICMS) em discussão ou atrasados com redução de multa e juros.

Os vencimentos dos impostos a pagar de longo prazo estão distribuídos da seguinte forma:

	Consolidado
	31/12/2022
2024	7.773
2025	7.671
2026	7.515
2027	6.764
Após 2027	6.225
	35.948

19. BENEFÍCIO PÓS EMPREGO

I. Benefício pós emprego

A Companhia Brasileira de Estireno reconhece provisão para benefício pós-emprego relacionada ao pagamento de 100% do plano de assistência médica concedidas a aposentados até o ano de 2010 com custo direto. Além disso também possui plano de assistência médica de custo indireto que atende participantes ingressos até o ano de 2011 conforme Lei 9.656/98.

Os valores relacionados a esses benefícios, inclusive as despesas líquidas geradas, foram apurados em avaliações conduzidas por atuários independentes conforme demostrado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em 1º de janeiro	**38.670**	**39.285**
Custo corrente do plano	-	6.984
Juros sobre a obrigação atuarial	2.518	2.371
Benefícios pagos no ano	(1.708)	(1.481)
Perda nas obrigações atuariais	(290)	(8.489)
	39.190	**38.670**

19.1 PREMISSAS ATUARIAIS

As premissas atuariais usadas na avaliação dos benefícios no ano de 2022 e 2021 estão descritas abaixo:

Premissas atuariais econômicas		
	31/12/2022	31/12/2021
Inflação esperada – a.a.	4,01%	3,96%
Aumento dos custos médicos pela inflação – a.a.	4,75%	4,25%
Aumento dos custos médicos pela idade	De acordo com a idade: - abaixo de 24 anos: 1,25% a.a. - entre 25 e 54 anos: 2,75% a.a. - entre 55 e 79 anos: 4,75% a.a. - acima de 80 anos: 2,25% a.a.	De acordo com a idade: - abaixo de 24 anos: 1,25% a.a. - entre 25 e 54 anos: 2,75% a.a. - entre 55 e 79 anos: 4,75% a.a. - acima de 80 anos: 2,25% a.a.

Premissas atuariais biométricas		
	31/12/2022	31/12/2021
Mortalidade geral	AT- 2000	AT- 2000
Mortalidade de inválidos	RP-2000 inválido quando disponível	RP-2000 inválido quando disponível
Entrada de inválidos	Álvaro Vindas, quando disponível	Álvaro Vindas, quando disponível
Taxa de rotatividade	15% / (tempo de serviço + 1), para benefícios de assistência médica	15% / (tempo de serviço + 1), para benefícios de assistência médica
	0%, para os restantes dos benefícios avaliados	0%, para os restantes dos benefícios avaliados
Permanência no plano após a aposentadoria	25%, para os benefícios de subsídio indireto do plano	25%, para os benefícios de subsídio indireto do plano
Elegibilidade à aposentadoria	BD 55 anos de idade e 10 anos de beneficiário de plano	BD 55 anos de idade e 10 anos de beneficiário de plano
Custo direto – Acordo coletivo	55 anos de idade e 10 anos de benefício de plano	55 anos de idade e 10 anos de benefício de plano
Custo indireto	Ativo 100% casado com esposa 2 anos mais jovem	Ativo 100% casado com esposa 2 anos mais jovem
Composição familiar	Beneficiários - Composição real informada	Beneficiários - Composição real informada

19.2 SENSIBILIDADE DAS PREMISSAS ATUARIAIS

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Efeitos no passivo de obrigação atuarial		
Taxa de desconto - variação de -0,5% na taxa nominal	1.632	1.717
Taxa de desconto - variação de +0,5% na taxa nominal	(1.511)	(1.553)

20. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas são parte em processos administrativos e judiciais, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza trabalhista, tributária, ambiental e cível. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências no montante estimado do valor da obrigação e refletem a saída de recursos provável esperada.

20.1 DEPÓSITOS JUDICIAIS

O Grupo registrou um valor de R$ 15.933 (R$ 16.209 em 31 de dezembro de 2021) em depósitos judiciais substancialmente vinculados a processos tributários.

20.2 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Em 2022, as provisões para contingências prováveis estão reconhecidas no montante de R$ 22.344 (R$ 9.748 em 31 de dezembro 2021) e, estão detalhadas abaixo:

	Consolidado			
	Processos trabalhistas (i)	Processos tributários (ii)	Processos cíveis (iii)	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	**3.876**	**8.112**	**-**	**11.988**
Adições de novos processos	3.585	6.308	-	9.893
Baixa por pagamentos	(4.142)	(7.991)	-	(12.133)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**3.319**	**6.429**	**-**	**9.748**
Adições de novos processos	2.323	15.159	2.217	19.699
Baixa por pagamentos	(2.912)	(4.191)	-	(7.103)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**2.730**	**17.397**	**2.217**	**22.344**

I. Processos trabalhistas

Os processos trabalhistas representam reclamatórias trabalhistas de diversas naturezas (pagamento de horas extras, insalubridade, periculosidade e verbas rescisórias) e que se encontram em fases processuais distintas.

II. Processos tributários

As provisões tributárias referem-se, substancialmente, às discussões relativas à ICMS, IPI, contribuições previdenciárias, compensação de créditos de PIS e COFINS e incidência de PIS e COFINS sobre outras receitas.

As adições referentes ao exercício findo 31 de dezembro de 2022, referem-se a:

- auto de infração sobre cobrança de PIS/COFINS e CSLL sobre descontos aplicados a clientes no valor de R$ 5.684;
- auto de infração referente a compensações com créditos de FINSOCIAL utilizados supostamente em duplicidade no valor de R$ 5.257;
- auto de infração lavrado pós procedimento de fiscalização realizado para análise dos pedidos de ressarcimento de créditos da contribuição ao PIS/COFINS, apurados em decorrência da sistemática da não-cumulatividade dos impostos no valor de R$ 2.737;
- auto de infração exigindo o ICMS do período de janeiro de 2014 a agosto de 2017 sobre a energia elétrica no mercado livre no valor de R$ 878;
- restituição e compensação de saldo negativo de IRPJ, referente ao ano calendário 1998, em virtude de imposto retido na fonte de aplicações financeiras no valor de R$ 603;

III. Processos cíveis

A Companhia é parte de um grupo de ações judiciais, arbitrais e/ou administrativas, de natureza cível, que envolvem pedidos diversos. As provisões decorrem de decisões desfavoráveis e/ou de probabilidade de perda provável no curso normal dos processos com expectativa de saída de recurso financeiro.

A adição realizada no exercício findo 31 de dezembro de 2022, trata-se de honorários de sucumbência a serem executados pela Procuradoria Geral da União (PGU) em decorrência da improcedência em todos os graus de recurso de ação declaratória ajuizada pelas empresas do Grupo no passado, visando a declaração de inexistência da relação jurídica que obrigasse as empresas a realizarem o recolhimento de empréstimo compulsório em favor da União, criada pela Lei 4.156/62 no valor R$ 2.217.

20.3 SALDOS AVALIADOS COM O RISCO DE PERDA POSSÍVEL

As empresas do Grupo são partes em diversos processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, internos e externos, avaliou os riscos de perdas como possíveis. As obrigações decorrentes desses processos são consideradas como passivos contingentes, uma vez que não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação. A natureza dos principais passivos contingentes são:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Processos trabalhistas (i)	21.809	19.470
Processos tributários (ii)	581.720	588.982
Processos ambientais (iii)	54.910	52.171
Processos cíveis (iv)	34.886	32.029
	693.325	**692.652**

I. Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo era réu em aproximadamente 228 (266 em 31 de dezembro de 2021) processos trabalhistas. O Grupo não registrou provisão para casos nos quais o risco de perda foi classificado como possível envolvendo um valor estimado de R$ 21.809 (R$ 19.470 em 31 de dezembro de 2021). Em termos gerais, as reclamações trabalhistas referem-se a disputas de horas extras, verbas rescisórias, passivos envolvendo prestadores de serviços terceirizados e determinadas disputas sindicais quanto à implementação das regras coletivas no local de trabalho, entre outras.

Entre esses processos, existem disputas trabalhistas envolvendo sindicatos e, neste caso, o processo sindical mais importante que envolve o Grupo, juntamente com outras empresas petroquímicas da Bahia, como intervenientes em uma disputa entre o SINDIQUÍMICA (um sindicato dos empregados do setor petroquímico) e o SINPEQ (uma associação de empresas petroquímicas).

II. Processos tributários

O Grupo faz parte de processos tributários classificados como possíveis pelos seus assessores jurídicos de acordo com julgamentos anteriores de tribunais de justiça, e entendem que os resultados serão favoráveis em decorrência da jurisprudência vigente, sendo que as ações mais relevantes envolvem:

- ICMS: (a) sobre transações de bens e serviços provenientes de operações interestaduais entre estabelecimentos do Grupo, porém, já regulamentados com a Lei Complementar 160/2017 e o Convênio ICMS 190/2017; (b) incidência sobre operações em drawback; (c) creditamentos indevidos que estão sendo discutidos judicialmente, entre outros. Desta forma, as contingências relacionadas a ICMS, totalizam R$ 235.814 (R$ 229.930 em 31 de dezembro de 2021).
- IRPJ/CSLL e PIS/Cofins: (a) benefícios fiscais considerados subsídios para investimentos; (b) cobrança de PIS/Cofins sobre descontos aplicados a clientes; (c) discussão de créditos fiscais utilizados na compensação de tributos, entre outros. Desta forma, as contingências relacionadas a IRPS/CSLL e PIS/Cofins, totalizam R$ 226.783 (R$ 246.939 em 31 de dezembro de 2021).
- Outras contingências: (a) créditos de REINTEGRA com compensações não homologadas; (b) outros de natureza tributária diversas, totalizam R$ 119.123 (R$ 112.113 em 31 de dezembro de 2021).

III. Processos ambientais

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo era réu em 28 (28 em 31 de dezembro de 2021) processos ambientais. O Grupo não constituiu provisões para os casos nos quais o risco de perda foi classificado como possível envolvendo R$ 54.910 (R$ 52.171 em 31 de dezembro de 2021). Os casos mais representativos são apresentados abaixo:

Juntamente com aproximadamente 200 outras empresas, o Grupo é corréu em uma ação coletiva movida pela Associação dos Moradores dos bairros Jardim Cristal e Jardim Marambaia. Os autores alegam que uma empresa chamada Recobem foi contratada para reciclar coprodutos da indústria de tintas e, em vez disso, descartou os materiais ilegalmente no Estado do Paraná. O Grupo foi nomeado corréu porque um dos barris que supostamente foram descartados ilegalmente tinha um dos seus logotipos. A Companhia vem contestando essa alegação, uma vez que o barril não tinha nenhum material que o Grupo utiliza ou produz. O Tribunal de Primeira Instância acolheu parcialmente a moção e ordenou que determinados réus, incluindo a Proquigel, indenizassem o autor no valor de R$ 2.805, tal que o valor envolvido para a Proquigel é de R$ 1.081 (R$ 974 em 31 de dezembro de 2021).

Além disso, o Grupo é réu em ações coletivas movidas pela Federação dos Pescadores da Bahia que reivindicam indenização devido à suposta liberação de produtos químicos nas águas do Estuário Rio São Paulo e na Baía de Todos os Santos, ocorrida em 2009, acima dos parâmetros permitidos pela legislação ambiental (Resolução Conama nº 357/2005) que resultou na interrupção das atividades pesqueiras daquela localidade. Com base nas opiniões de especialistas técnicos e assessores, a substância encontrada no Estuário Rio São Paulo não pertence ao portfólio de produtos do Grupo. O processo é considerado como possível de perda, no montante de R$ 52.300 (R$ 49.596 em 31 de dezembro de 2021).

Outras contingências de natureza ambiental diversas e valores pulverizados totalizam o valor de R$ 1.529 (R$ 1.601 em 31 de dezembro de 2021).

IV. Processos cíveis

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo era réu em aproximadamente 15 (16 em 31 de dezembro de 2021) processos cíveis, representando um total de perda estimada de R$ 34.886 (R$ 32.029 em 31 de dezembro de 2021).

No processo mais representativo, o Grupo é réu em ação movida pela N.C. S/C Ltda., um ex-acionista minoritário da Polo Ind. e Com. S/A ("Polo"), no valor de R$ 22.380. O autor pretende que, por retirar-se da Polo, deveria receber uma indenização devido ao fato de que os acionistas majoritários da empresa - incluindo a Unigel - alegadamente tentaram impor a mudança do seu tipo societário para se tornar uma corporação com capital autorizado e o destituíram da administração da Companhia, fatos estes que, de acordo com a N.C. S/C Ltda., incitou sua intenção de descontinuar seu investimento na empresa. O Grupo saiu parcialmente derrotado no tribunal de primeira instância, e o recurso ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo também foi parcialmente derrotado. O Grupo está sendo condenado a pagar danos ao autor, no entanto, está contestando o valor dos danos devidos.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1 CAPITAL SOCIAL

Em 16 de março de 2022 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) o aumento de capital social no montante de R$ 644.778, com parcela da reserva de lucros a realizar referente a parte não distribuída como dividendos do lucro líquido ajustado apurado no exercício findo de 31 de dezembro de 2021. O aumento ora deliberado resultou na emissão de 506.665.238 (quinhentos e seis milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil e duzentas e trinta e oito) novas ações, todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Desta forma, o capital social em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 920.963 (R$ 276.185 em 31 de dezembro de 2021), composto por 920.962.726 (414.297.488 em 31 de dezembro de 2021), ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

21.2 RESERVAS DE LUCROS

As reservas de lucros incluem as seguintes reservas:

- Reserva legal: constituída anualmente com 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social da Companhia.
- Reserva de lucros a realizar: o saldo em 31 de dezembro de 2021 referia-se à parte dos lucros apurados neste mesmo exercício que foi destinado ao aumento do capital social, conforme proposta da administração e, posteriormente, ratificada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) realizada em 16 de março de 2022, que aprovou as contas do exercício de 2021.

21.3 AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Os ajustes de avaliação patrimonial incluem:

- *Hedge* de fluxo de caixa: abrange a parcela efetiva da variação líquida acumulada do valor justo dos instrumentos de *Hedge* utilizados no *Hedge* de fluxo de caixa líquido de impostos cujo reconhecimento no resultado está pendente até que os fluxos de caixa ou itens protegidos afetem o resultado do exercício, no valor de R$ 641.349 (R$ 493.729 em 31 de dezembro de 2021);
- Remensurações de passivo/ativo de benefícios pós-emprego: compreendem os efeitos de ganhos e perdas atuariais líquido de impostos;
- Ajustes acumulados dos efeitos de conversão de operações no exterior: inclui todas as diferenças resultantes da conversão das demonstrações financeiras líquido de impostos de operações estrangeiras para a moeda funcional;
- Custo atribuído aos ativos imobilizados líquido de efeitos tributários: no contexto da adoção das IFRS pela primeira vez no Brasil, a partir de 1º de janeiro de 2010, o Grupo realizou a reavaliação de seus ativos imobilizados pelo valor justo (custo atribuído) na data de transição. A parcela apurada desta reavaliação foi contabilizada líquido de impostos como ajuste de avaliação patrimonial e vem sendo realizado contra lucros acumulados na proporção da depreciação, lançada no resultado do exercício, dos itens do imobilizado que deram base à citada reavaliação (realização do custo atribuído).

21.4 DIVIDENDOS

O estatuto social do Grupo determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Não ocorreu alteração na política de dividendos em virtude da adoção do custo atribuído.

Os dividendos de 31 de dezembro de 2022 foram calculados da seguinte forma:

Lucro do exercício em 31/12/2022	**388.717**
Realização de avaliação patrimonial por depreciação e baixa de imobilizado (reserva de custo atribuído)	12.809
Formação da reserva legal (5% do lucro do ano)	(20.076)
Lucro líquido ajustado do ano (base para dividendos mínimos obrigatórios)	**381.450**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(95.363)
Dividendos adicionais propostos	(286.087)
Saldo de lucro líquido ajustado a realizar	**-**

22. RECEITA LÍQUIDA

22.1 RECONCILIAÇÃO ENTRE RECEITA BRUTA E RECEITA LÍQUIDA

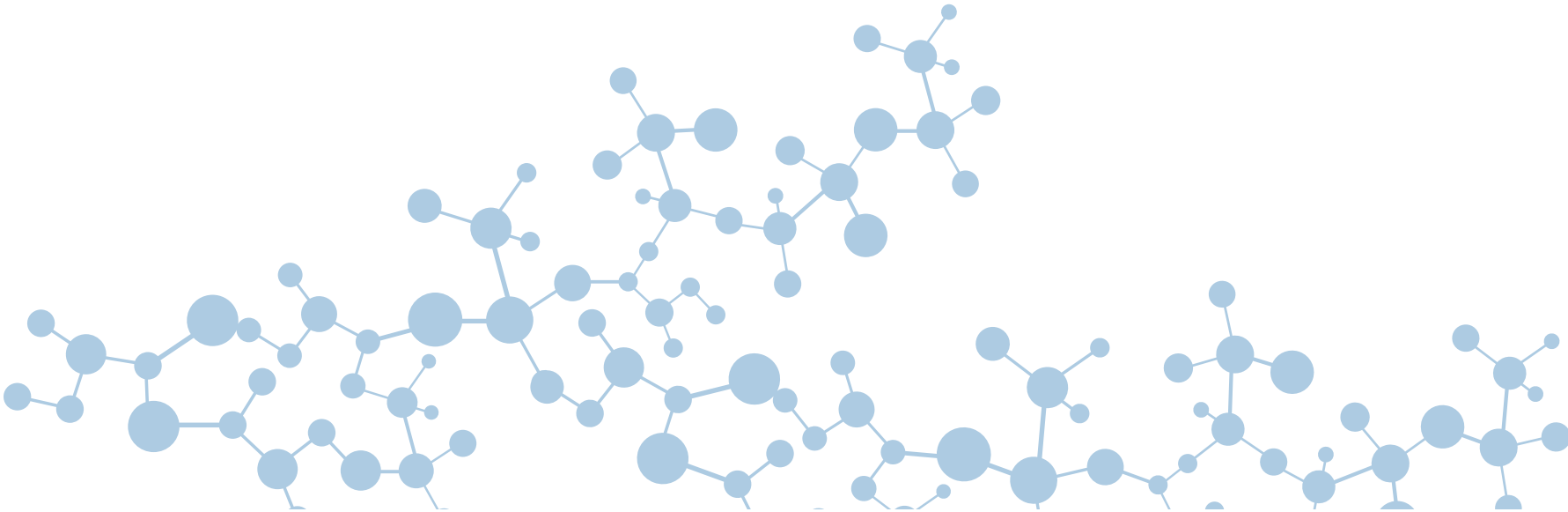
	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta		
Venda de produtos	8.425.286	6.128.173
Partes relacionadas (Nota 10)	181.197	68.351
Venda de produtos no mercado interno total	**8.606.483**	**6.196.524**
Venda de produtos	2.220.847	2.293.124
Venda de produtos no mercado externo total	**2.220.847**	**2.293.124**
Receita bruta total	10.827.330	8.489.648
Deduções sobre a receita bruta		
Impostos sobre vendas	(1.026.484)	(798.756)
Devoluções e descontos	(60.046)	(40.025)
	(1.086.530)	**(838.781)**
Receita líquida total	**9.740.800**	**7.650.867**

O Grupo não possui faturamento à clientes individualmente, que seja maior que 10% das vendas líquidas do ano.

22.2 DESAGREGAÇÃO DE RECEITA DE CONTRATOS COM CLIENTES

O Grupo gera receitas, primariamente, por vendas de produtos, nos segmentos de estirênicos, acrílicos e agro.

Na tabela a seguir, as receitas de contratos com clientes são desagregadas por mercado geográfico e por segmento de mercado (Nota explicativa nº 26.2 – Informações sobre segmentos reportados).

	Consolidado									
	Estirênicos		Acrílicos		Agro		Eliminações		Total	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Brasil	2.908.569	2.659.747	650.718	614.375	3.778.163	1.843.927	(236.639)	(217.376)	7.100.811	4.900.673
México	9.726	8.652	584.008	897.887	-	-	-	-	593.734	906.539
EUA e Canada	37.145	58.368	539.907	532.496	92.645	-	-	-	669.697	590.864
Asia	517	-	7.324	168.152	44.279	-	-	-	52.120	168.152
Europa	42.916	12.589	169.505	240.722	299.341	-	-	-	511.762	253.311
Oriente Médio	4.842	1.960	66.092	189.952	-	-	-	-	70.934	191.912
América Central e do Sul	323.986	287.398	113.312	118.674	53.902	141.907	-	-	491.200	547.979
África	74.951	67.392	22.148	24.045	153.443	-	-	-	250.542	91.437
Receita líquida total	**3.402.652**	**3.096.106**	**2.153.014**	**2.786.303**	**4.421.773**	**1.985.834**	**(236.639)**	**(217.376)**	**9.740.800**	**7.650.867**

23. DESPESAS POR NATUREZA E FUNÇÃO

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Classificados por função:		
Custo dos produtos vendidos[(1)(2)]	(7.999.251)	(5.968.949)
De vendas	(63.045)	(53.823)
Administrativas	(183.884)	(143.735)
	(8.246.180)	**(6.166.507)**
Classificados por natureza:		
Matérias-primas e materiais de uso e consumo[(1)(2)]	(6.506.717)	(5.017.109)
Despesa com pessoal	(426.962)	(364.077)
Serviços de terceiros	(284.323)	(156.182)
Reestruturação (indenizações)	-	(2.856)
Provisões para contingências	(19.699)	(9.893)
Depreciação ativo de direito de uso	(81.283)	(72.268)
Depreciação e amortização	(194.459)	(146.939)
Logística, fretes e *demurrage*	(716.340)	(376.885)
Outras despesas	(16.397)	(20.298)
	(8.246.180)	**(6.166.507)**

(1) O Grupo Unigel realizou uma parada não programada para restauração do motor de compressor e reatores, além de revisão de processos. A retomada das operações aconteceu no início de agosto. Os gastos decorrentes dessa parada, incorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram reconhecidos no custo do exercício e montam o valor de R$ 74.646.
(2) Em 2021 e 2022, as operações do Grupo continuaram sendo impactadas pela pandemia da COVID-19. Neste contexto, foram classificados como "Despesas relacionadas a pandemia" todos os gastos relacionados a modificações feitas nas plantas para prevenir contaminações. Esses gastos foram classificados como "Custo dos produtos vendidos" no valor de R$ 2.341 (R$ 4.093 em 31 de dezembro de 2021).

24. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Exclusão do ICMS da base do PIS/ COFINS[(1)]	-	240.325
Consolidação de parcelamentos[(2)]	5.214	-
Indenização de seguros[(3)]	14.016	2.222
Sucata	704	592
Excedente técnico previdência privada[(4)]	-	10.888
Reversão de provisão para inventário de ativo imobilizado (nota 14)	6.820	-
Recuperação de impostos	391	-
Total outras receitas operacionais	**27.145**	**254.027**
Provisão para inventário de ativo imobilizado (nota 14)	-	(36.813)
Ganho (perda) na venda de ativos	(15.119)	(1.180)
Baixa no custo de transação[(5)]	(18.260)	-
Parada de planta	-	(754)
Outras despesas operacionais	(980)	(105)
Total outras despesas operacionais	**(34.359)**	**(38.852)**
	(7.214)	**215.175**

(1) Em 14 de maio 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF), através do julgamento de embargos de declaração interposto pela União, fixou o entendimento de que o ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS é o valor destacado na nota fiscal. Além disso, ficou decidido também, quanto a modulação dos efeitos desta decisão com repercussão geral a partir de 15 de março de 2017, ressalvadas as ações judiciais ou administrativas protocoladas até esta data. Em resumo, os contribuintes que não pleitearam a devolução dos valores até o momento, terão direito a calcular e receber os créditos a partir da data da modulação, ou seja, 15 de março de 2017. Já os contribuintes que questionaram judicialmente a referida exclusão terão direito à devolução dos 5 últimos anos contados a partir da data de protocolo da ação. A Companhia ingressou com ação judicial em 15 de março de 2017, e obteve liminar autorizando a citada exclusão em 05 de maio de 2017 com base no valor do ICMS destacado nas notas fiscais. A administração optou por exercer o seu direito de maneira prospectiva, ou seja, a partir da data da liminar concedida até o julgamento final dos pontos em discussão. Com a decisão do STF, ora estabelecida, a Companhia confirmou o entendimento adotado na exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS referentes aos valores destacados nas notas fiscais.

(2) Em 2022 alguns parcelamentos de impostos federais anteriormente realizados pelas empresas do Grupo como o PRT e PERT foram consolidados pela receita federal de forma que se apurou uma redução dos passivos anteriormente compensados pelas empresas do Grupo. Esta redução resultou em um ganho para as empresas no valor de R$ 5.214.
(3) Valores de prêmios de seguros recebidos em 2022 e 2021 decorrentes de sinistros na planta da Proquigel ocorrido em 2021.

(4) Em 2021 o plano de previdência privada "Previnor" foi encerrado e apresentou um excedente técnico de R$ 10.888 que em comum acordo com os participantes do plano, foram revertidos em espécie para empresas do Grupo.

(5) Em 2021 a Unigel Participações fez um esforço para abertura de capital e negociação de suas ações na bolsa de valores B3. Todos os gastos realizados neste projeto foram ativados com o objetivo de realizá-los no mesmo momento da efetivação da operação. Apesar de ter obtido todos os registros necessários o Grupo entendeu que o momento ainda não era o mais oportuno e optou por postergar a operação até ter melhores condições de mercado. Em 2022 a Companhia entendeu que a operação não ocorreria em um intervalo de tempo razoável e decidiu reconhecer como despesa esses gastos no resultado do exercício.

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras sobre ativos mensurados a VJR	62.730	15.669
Receita de juros sobre recebíveis	1.001	593
Descontos obtidos de fornecedores	330	1.511
Atualização sobre crédito de PIS/COFINS	3.520	10.617
Outras receitas financeiras	79	348
Total das receitas financeiras	**67.660**	**28.738**
Despesas de juros sobre empréstimos, financiamento bancários, debêntures e derivativos	(377.725)	(351.709)
Custo do *Hedge*[(1)]	(593.161)	(98.737)
Despesas de juros sobre passivos de arrendamento	(41.779)	(32.976)
Despesas com impostos e comissões	(14.580)	(14.177)
Despesas bancárias	(29.090)	(18.087)
Ajuste a valor justo de derivativos[(1)]	(61.417)	81.836
Outras despesas financeiras	(34.872)	(26.249)
Total das despesas financeiras	**(1.152.624)**	**(460.099)**
Variações cambiais, líquidas	(38.580)	(20.928)
Resultado financeiro	**(1.123.544)**	**(452.289)**

(1) O resultado de derivativos é segregado entre: (i) variação cambial, apresentado na linha de variações cambiais e monetárias; (ii) atualização de juros e prêmios de opções, apresentados na linha de custo de hedge e (iii) ajuste ao valor justo, que corresponde à diferença entre o custo amortizado e o valor justo do derivativo, apresentado na rubrica "Ajuste a valor justo de derivativos".

26. INFORMAÇÃO SOBRE SEGMENTOS

26.1 BASE DE SEGMENTAÇÃO

O Grupo é, preponderantemente, um produtor de químicos intermediários atuando na 2ª geração da cadeia da indústria petroquímica. Em termos gerais, o Grupo adquire produtos petroquímicos básicos, processa-os e transforma-os em produtos químicos intermediários e finais os quais são fornecidos para produtores ou distribuidores. O negócio de produtos químicos intermediários e finais estão classificados em dois segmentos denominados acrílicos e estirênicos.

A partir de 2021, o Grupo passou a ser também um representativo produtor de fertilizantes nitrogenados no Brasil devido ao início da produção das plantas arrendadas da Petrobras (antigas FAFENs) em Sergipe e na Bahia. Este novo segmento foi denominado como "agro". Em resumo, neste novo segmento, o Grupo adquire determinadas matérias primas básicas, em especial, gás natural e converte-o em sulfato de amônio, amônia, ureia e ARLA.

A Diretoria Executiva (principal gestor das operações) avalia o desempenho dos negócios separadamente por suas divisões estratégicas (estirênicos, acrílicos e agro). Estes segmentos são gerenciados separadamente pois requerem diferentes tecnologias e diferentes estratégias mercadológicas.

O seguinte resumo descreve as operações de cada segmento:

- Estirênicos: o segmento de Estirênicos abrange, substancialmente, a produção e venda de estireno, poliestireno, látex e tolueno, que são utilizados, basicamente, na produção de eletrodomésticos, eletroeletrônicos, materiais de construção, embalagens e descartáveis plásticos. Os estirênicos também são vendidos a fabricantes e conversores de produtos químicos.
- Acrílicos: o negócio de Acrílicos consiste, principalmente, na produção e venda de acrilonitrila, metacrilatos (MMA, EMA e GMAA), chapas e resinas acrílicas e cianeto de sódio. Os acrílicos são vendidos a diversos setores da economia, com destaque para construção civil, automotivo, mineração, eletroeletrônicos, têxtil, entre outros. Estes produtos também são comercializados para fabricantes e conversores de produtos químicos.
- Agro: esse segmento compreende, essencialmente, a produção e venda de sulfato de amônio, amônia, ureia e ARLA, que são direcionados, preponderantemente ao mercado de agronegócios, e, em menor escala, para fabricantes e conversores de produtos químicos.

A Administração do Grupo revisa mensalmente os relatórios gerenciais de cada segmento. A matriz corporativa exerce funções de tesouraria, jurídico, controladoria, tecnologia da informação e recursos humanos. A atividade da matriz não é considerada um segmento por não ser um negócio gerador de receitas para o Grupo, porém, ele é incluso apenas para fins de divulgação.

A informação sobre segregação geográfica foi apresentada na nota explicativa nº 22 – Receita líquida.

26.2 INFORMAÇÕES SOBRE SEGMENTOS REPORTADOS

As informações relacionadas a cada segmento reportado são apresentadas abaixo. O lucro (prejuízo) do segmento antes de impostos é usado para medir o desempenho do negócio, uma vez que a administração acredita que essa informação é a mais relevante na avaliação dos resultados dos respectivos segmentos em relação a outras entidades que operam na mesma cadeia produtiva.

	Consolidado											
	Estirênicos		Acrílicos		Agro		Unidade corporativa		Eliminações		Total	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida	3.402.652	3.096.106	2.153.014	2.786.303	4.421.773	1.985.834	-	-	(236.639)	(217.376)	9.740.800	7.650.867
Custo dos produtos vendidos	(3.029.324)	(2.394.691)	(1.984.004)	(2.360.278)	(3.222.562)	(1.431.356)	-	-	236.639	217.376	(7.999.251)	(5.968.949)
Lucro bruto	**373.328**	**701.415**	**169.010**	**426.025**	**1.199.211**	**554.478**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.741.549**	**1.681.918**
Despesas com vendas, administrativas e gerais	(49.197)	(51.415)	(118.156)	(106.070)	(48.245)	(26.530)	(27.778)	(17.139)	-	-	(243.376)	(201.154)
Outras receitas (despesas) operacionais	16.012	171.897	(3.675)	42.998	(1.142)	(15)	(18.409)	295	-	-	(7.214)	215.175
Resultado antes do resultado financeiros e impostos	**340.143**	**821.897**	**47.179**	**362.953**	**1.149.824**	**527.933**	**(46.187)**	**(16.844)**	**-**	**-**	**1.490.959**	**1.695.939**
Resultado financeiro	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(1.123.544)**	**(452.289)**	**-**	**-**	**(1.123.544)**	**(452.289)**
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	**340.143**	**821.897**	**47.179**	**362.953**	**1.149.824**	**527.933**	**(1.169.731)**	**(469.133)**	**-**	**-**	**367.415**	**1.243.650**

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

		Controladora				Consolidado			
		31/12/2022		31/12/2021		31/12/2022		31/12/2021	
	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos									
Valor justo por meio do resultado (VJR)									
Aplicações financeiras de curto prazo(i)	7	11.675	11.675	-	-	475.249	475.249	417.070	417.070
Derivativos	31	-	-	-	-	23.280	23.280	26.621	26.621
Derivativos embutidos(ii)	31	-	-	-	-	50.438	50.438	129.398	129.398
Outros recebíveis	-	-	-	-	-	8.620	8.620	8.620	8.620
		11.675	**11.675**	**-**	**-**	**557.587**	**557.587**	**581.709**	**581.709**
Custo amortizado									
Contas a receber de clientes	8	-	-	-	-	404.018	404.018	488.392	488.392
Dividendos a receber	10	-	-	4.218	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	10	868	-	3.049	-	-	-	-	-
Créditos contratuais(iv)	-	-	-	-	-	6.297	-	6.029	-
		868	**-**	**7.267**	**-**	**410.315**	**404.018**	**494.421**	**488.392**
		12.543	**11.675**	**7.267**	**-**	**967.902**	**961.605**	**1.076.130**	**1.070.101**

		Controladora							
		31/12/2022		31/12/2021		31/12/2022		31/12/2021	
	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos									
Valor justo por meio do resultado (VJR)									
Derivativos	31	-	-	-	-	(428.945)	(428.945)	(149.095)	(149.095)
		-	**-**	**-**	**-**	**(428.945)**	**(428.945)**	**(149.095)**	**(149.095)**
Custo amortizado									
Fornecedores	17	(3.005)	-	(2.717)	-	(959.076)	-	(766.135)	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	(512.058)	(520.700)	(575)	(575)	(3.540.972)	(3.636.511)	(3.324.134)	(3.502.835)
Dividendos a pagar	10	(81.053)	-	(182.349)	-	(81.053)	-	(182.349)	-
Partes relacionadas	10	(1.225.275)	-	(1.460.824)	-	(46)	-	(144)	-
Outros passivos	-	-	-	(467)	-	(35.264)	-	(9.460)	-
		(1.821.391)	**(520.700)**	**(1.646.932)**	**(575)**	**(4.616.411)**	**(3.636.511)**	**(4.282.222)**	**(3.502.835)**
		(1.821.391)	**(520.700)**	**(1.646.932)**	**(575)**	**(5.045.356)**	**(4.065.456)**	**(4.431.317)**	**(3.651.930)**

27.1 CÁLCULO DO VALOR JUSTO

I. Aplicações financeiras de curto prazo

a. Hierarquia do valor justo

Nível 2: inputs, exceto preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

b. Técnica de valorização

As aplicações financeiras de curto prazo têm seu valor justo calculado pelos fluxos de caixa descontados. Os fluxos de caixa futuros são estimados utilizando taxas de juros contratuais para contratos pré-fixados e com a curva de juros livre de risco pela porcentagem contratual convertida pela última PTAX para as posições em dólar. Esses fluxos de caixa futuros estimados são descontados pelas respectivas curvas (cupom cambial para moeda estrangeira e CDI x Pré livre de risco para moeda local).

c. Inputs significativos não observáveis e sua relação com o valor justo

Não há inputs significativos não observáveis.

II. Derivativos e derivativos embutidos

a. Hierarquia do valor justo

Nível 2: inputs, exceto preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

b. Técnica de valorização

Os derivativos e derivativos embutidos tem seu valor justo calculado pelos fluxos de caixa descontados. Os fluxos de caixa futuros são estimados utilizando taxas de juros contratuais para contratos pré-fixados e com a curva de juros livre de risco pela porcentagem contratual convertida pela última PTAX para as posições em dólar. Esses fluxos de caixa futuros estimados são descontados pelas respectivas curvas (cupom cambial para moeda estrangeira e moeda brasileira sem risco para moeda local). O Grupo calcula o valor justo das opções embutidas em swaps (barreiras) e contratos de dívida baseado no modelo Black & Scholes, considerando o prazo de exercício da opção, taxa de atualização (cost of carry), preço de strike, preço atual e volatilidade de mercado para o preço. A quantia resultante do modelo é convertida de Dólares para Reais utilizando a PTAX de fechamento na data-base das demonstrações financeiras.

c. Inputs significativos não observáveis e sua relação com o valor justo

Não há inputs significativos não observáveis.

III. Empréstimos, financiamentos e debêntures

a. Hierarquia do valor justo

Nível 2: inputs, exceto preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

b. Técnica de valorização

Para a dívida que possui cotação em mercado ativo, como é o caso dos bonds emitidos pelo Grupo, obtém-se os preços base cotados e os preços ajustados para considerar o efeito dos juros (preço sujo). Para as demais dívidas utilizamos o método dos fluxos de caixa descontados. Os fluxos de caixa futuros são estimados utilizando taxas de juros contratuais para contratos pré-fixados e com a curva de juros livre de risco pela porcentagem contratual convertida pela última PTAX para as posições em dólar. Esses fluxos de caixa futuros estimados são descontados pelas respectivas curvas (cupom cambial para moeda estrangeira e moeda brasileira sem risco para moeda local).

c. Inputs significativos não observáveis e sua relação com o valor justo

Não há inputs significativos não observáveis.

IV. Créditos contratuais

a. Hierarquia do valor justo

Nível 2: inputs, exceto preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

b. Técnica de valorização

Os créditos contratuais têm seu valor justo calculado pelos fluxos de caixa descontados. Os fluxos de caixa futuros são estimados utilizando taxas de juros contratuais para contratos pré-fixados e com a curva de juros livre de risco pela porcentagem contratual convertida pela última PTAX para as posições em dólar. Esses fluxos de caixa futuros estimados são descontados pelas respectivas curvas (cupom cambial para moeda estrangeira e CDI x Pré livre de risco para moeda local).

c. Inputs significativos não observáveis e sua relação com o valor justo

O valor justo estimado aumenta (diminui) se a taxa de desconto ajustada ao risco for menor (maior).

V. Outros recebíveis

a. Hierarquia do valor justo

Nível 2: inputs, exceto preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

b. Técnica de valorização

Análise de terceiros sobre o valor recuperável da contraparte.

c. Inputs significativos não observáveis e sua relação com o valor justo

Quanto maior o valor recuperável maior o valor justo.

27.2 ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo. Este Conselho estabeleceu que o Comitê de Gerenciamento de Risco é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco das empresas do Grupo. O Comitê reporta suas atividades regularmente ao Conselho de Administração.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, com o objetivo de definir limites de riscos e controles apropriados, a fim de monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

I. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de perda financeira para o Grupo se um cliente ou contraparte de um instrumento financeiro não cumprir suas obrigações contratuais. Decorre principalmente dos recebíveis do Grupo e equivalentes de caixa.

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	7	11.675	-	475.249	417.070
Contas a receber de clientes	8	-	-	404.018	488.392
Operações com derivativos	31	-	-	73.718	156.019
Créditos contratuais	-	-	-	6.297	6.029
Outros ativos		-	-	8.620	8.620
		11.675	**-**	**967.902**	**1.076.130**

O valor registrado dos ativos financeiros representa o máximo da exposição de crédito.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Estes valores são mantidos em bancos e instituições financeiras que possuem rating entre BB- e A- em escala global, conforme as agências de rating Standard & Poors e Fitch (doravante denominadas agências de rating).

b. Derivativos

Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem rating AA+ das agências de rating.

c. Contas a receber

A exposição do Grupo ao risco de crédito de contas a receber é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. No entanto, a Administração também considera outros fatores que podem influenciar o risco de crédito de sua base de clientes, tais como, o risco padrão associado à indústria e ao país em que os clientes operam.

Ao monitorar o risco de crédito de clientes, eles são agrupados de acordo com suas características de crédito, inclusive se eles são um indivíduo ou uma entidade jurídica, fabricante ou cliente individual, sua localização geográfica, histórico comercial com o Grupo e existência de antecedentes de dificuldades financeiras.

Existem vendas sujeitas a garantias, de modo que, em caso de não pagamento, o Grupo pode ter um crédito garantido.

Exposição ao risco de crédito do contas a receber por segmento e mercado (Nota explicativa nº 8):

	Consolidado							
	Estirênicos		Acrílicos		Agro		Total	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Mercado interno	116.718	88.513	91.051	114.100	105.512	127.559	313.281	330.172
Mercado externo	25.348	93.305	62.158	96.057	-	-	87.506	189.362
Partes relacionadas (Nota 10)	9.192	17.426	-	-	16.833	-	26.025	17.426
	151.258	**199.244**	**153.209**	**210.157**	**122.345**	**127.559**	**426.812**	**536.960**

Abaixo está demonstrado o aging por segmento:

	Consolidado							
	Estirênicos		Acrílicos		Agro		Total	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
A vencer	135.681	146.577	113.192	166.346	116.800	123.816	365.673	436.739
Entre 1 e 30 dias	672	13.727	13.652	29.805	2.149	320	16.473	43.852
Entre 31 e 60 dias	277	301	16.578	3.508	-	-	16.855	3.809
Entre 61 e 90 dias	-	205	1.760	1.848	-	-	1.760	2.053
Acima de 91 dias	14.628	38.434	8.027	8.650	3.396	3.423	26.051	50.507
	151.258	**199.244**	**153.209**	**210.157**	**122.345**	**127.559**	**426.812**	**536.960**

II. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de o Grupo ter dificuldade em cumprir as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados mediante entrega de caixa ou outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo é garantir, na medida do possível, que terá liquidez suficiente para atender às suas responsabilidades quando devidas, em condições normais e estressadas, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou arriscar danos à reputação do Grupo.

O Grupo pretende manter o nível de caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos altamente líquidos por um montante que exceda as saídas de caixa esperadas em passivos financeiros atuais. O Grupo também monitora o nível de entradas de caixa esperadas nas contas a receber de clientes, juntamente com as saídas de caixa esperadas de contas a pagar e outros.

A seguir, os demais vencimentos contratuais dos passivos financeiros. Os valores são brutos e não descontados e incluem pagamentos de juros contratuais:

		Consolidado				
	Nota	31/12/2022				
Passivos financeiros não derivativos		01 a 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	Acima de 36 meses	Total valor futuro
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	545.298	332.671	525.985	3.391.730	4.795.684
Fornecedores	17	959.076	-	-	-	959.076
Outras contas a pagar		15.344	19.920	-	-	35.264
		1.519.718	**352.591**	**525.985**	**3.391.730**	**5.790.024**

		Consolidado				
	Nota	31/12/2021				
Passivos financeiros não derivativos		01 a 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	Acima de 36 meses	Total valor futuro
Empréstimos e financiamentos	16	572.788	369.172	273.066	3.475.256	4.690.282
Fornecedores	17	766.135	-	-	-	766.135
Outras contas a pagar		8.041	1.419	-	-	9.460
		1.346.964	**370.591**	**273.066**	**3.475.256**	**5.465.877**

Os pagamentos de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures incluídos no quadro acima, refletem as taxas de juros de mercado, que estavam em vigor naquela data. E esses valores podem mudar à medida que as taxas de juros de mercado mudem.

Conforme o divulgado na nota explicativa nº 16 – Empréstimos, financiamentos e debêntures, o Grupo está sujeito à covenants financeiros, cujo não cumprimento pode exigir o pagamento antecipado dos seus empréstimos, financiamentos e debêntures indicados na tabela acima. A Administração do Grupo monitora regularmente estes índices para garantir que os contratos estejam sendo cumpridos.

III. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que mudanças nos preços de mercado tais como, taxas de câmbio, taxas de juros e preços, afetarão o lucro do Grupo ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis ao mesmo tempo em que otimiza os retornos.

IV. Risco cambial

O Grupo está exposto ao risco cambial, na medida em que existe uma incompatibilidade entre as moedas nas quais as vendas, compras e empréstimos e financiamentos são denominadas em contrapartida às respectivas moedas funcionais das empresas do Grupo. A moeda funcional do Grupo é o Real.

Geralmente, os empréstimos e financiamentos são denominados em moedas que correspondam aos fluxos de caixa gerados pelas operações subjacentes do Grupo, principalmente dólares americanos e/ou reais. Além disso, os juros sobre empréstimos e financiamentos são denominados na moeda do empréstimo. Isso fornece uma cobertura econômica sem derivativos e contabilização de *Hedge* (Nota explicativa nº 27.4).

Para a operação de Bond, denominada em dólares americanos, o Grupo utiliza swaps de fluxo de caixa com barreiras para a proteção de parte do risco cambial.

Em relação a outros ativos e passivos monetários, denominados em moedas estrangeiras, a política do Grupo é assegurar que sua exposição líquida seja mantida em um nível aceitável, comprando ou vendendo moedas estrangeiras a taxas pontuais, quando necessário, para solucionar desequilíbrios de curto prazo.

Os dados quantitativos resumidos sobre a exposição do Grupo ao risco cambial, reportados à administração, estão convertidos pela última taxa de conversão do exercício reportada pelo Banco Central do Brasil (BACEN), como segue:

		Consolidado					
		31/12/2022			31/12/2021		
	Nota	BRL	USD	MXM	BRL	USD	MXM
Taxa de conversão		1,0000	5,2177	0,2666	1,0000	5,5805	0,2728
Aplicações financeiras – MXM	8	6.230	-	23.368	50.269	-	184.271
Caixa em bancos em dólares – USD	8	388.135	74.388	-	354.023	63.439	-
Contas a receber – USD	9	87.506	16.771	-	189.362	33.933	-
Empréstimos e financiamentos – USD	16	(2.997.060)	(574.403)	-	(3.324.134)	(595.670)	-
Derivativos – USD(1)	-	1.043.540	200.000	-	1.116.100	200.000	-
Derivativos – USD(2)	-	-	-	-	613.855	110.000	-
Derivativos – USD(3)	-	-	-	-	1.227.710	220.000	-
Derivativos – USD(4)	-	573.947	110.000	-	-	-	-
Derivativos – USD(5)	-	1.147.894	220.000	-	-	-	-
NDFs – USD(6)	-	(239.714)	(43.391)	-	252.652	45.274	
Fornecedores	17	(207.244)	(39.719)	-	(280.026)	(50.179)	-
Exposição líquida		**(196.766)**	**(36.354)**	**23.368**	**199.811**	**26.797**	**184.271**

(1)Swaps cambiais com valor nocional de U$ 200 milhões com barreiras entre R$ 4,1500 e R$ 5,6000;
(2)Swaps cambiais com valor nocional de U$ 110 milhões com barreiras entre R$ 5,3996 e R$ 8,0000;
(3)Swaps cambiais com valor nocional de U$ 220 milhões com barreiras entre R$ 5,0000 e R$ 7,5000;
(4)Swaps cambiais com valor nocional de U$ 110 milhões com barreiras entre R$ 5,1998 e R$ 6,7500;
(5)Swaps cambiais com valor nocional de U$ 220 milhões com barreiras entre R$ 5,0999 e R$ 6,7500.
(6)NDFs com diversos prazos e taxa média de R$ 5,5245.

a. Análise de sensibilidade

Uma apreciação (depreciação) razoável do dólar norte-americano e peso mexicano frente ao real em 31 de dezembro de 2022 teria afetado a mensuração de instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e, consequentemente, afetado o patrimônio e resultado do Grupo pelos valores abaixo. Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular, as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto das vendas e compras previstas.

	Consolidado 31/12/2022			
	Cenários em USD		Cenários em MXM	
	BRL	USD	BRL	MXM
Taxa de conversão	1,0000	5,2177	1,0000	0,2666
Exposição líquida	(202.996)	(36.354)	6.230	23.368
	BRL	BRL	BRL	BRL
Sensibilidade	Possível +25%	Remoto +50%	Possível -25%	Remoto -50%
Taxa de conversão	6,5221	7,8266	0,2000	0,1333
Exposição líquida (cenários)	(181.807)	(702.209)	4.672	3.115
Efeitos em R$ mil	21.189	(499.213)	(1.558)	(3.115)

	Consolidado 31/12/2021			
	Cenários em USD		Cenários em MXM	
	BRL	USD	BRL	MXM
Taxa de conversão	1,0000	5,5805	1,0000	0,2728
Exposição líquida	149.541	26.797	50.269	184.271
	BRL	BRL	BRL	BRL
Sensibilidade	Possível +25%	Remoto +50%	Possível -25%	Remoto -50%
Taxa de conversão	6,9756	8,3708	0,2046	0,1364
Exposição líquida (cenários)	186.921	(845.384)	37.706	25.135
Efeitos em R$ mil	37.380	(994.925)	(12.563)	(25.134)

V. Risco de taxa de juros

O Grupo adota uma política de garantir que parte de sua exposição ao risco de taxa de juros esteja em uma taxa fixa.

O perfil das taxas de juros dos instrumentos financeiros com juros do Grupo, conforme relatado pela administração, é o seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Instrumentos a taxa fixa		
Passivos financeiros (Nota 16)	(2.852.212)	(3.035.141)
Instrumentos a taxa variável		
Ativos financeiros (Nota 7)	475.249	417.070
Passivos financeiros (Nota 16)	(688.760)	(288.993)

a. Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros, inclusive não derivativos, estão expostos a mudanças no valor justo como resultado da flutuação das taxas de juros. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros às suas variáveis são apresentadas a seguir:

O Grupo selecionou dois riscos de mercado que podem afetar mais fortemente os valores dos instrumentos financeiros detidos, que seriam as mudanças na taxa Libor e CDI.

Os possíveis cenários consideram mudanças de 25% e 50%, respectivamente, relacionadas à variável de risco relevante em relação à taxa base.

Análise de sensibilidade das variações de taxa:

	Consolidado 31/12/2022				Consolidado 31/12/2021			
	Cenários em Libor		Cenários em CDI		Cenários em Libor		Cenários em CDI	
	Libor		CDI		Libor		CDI	
Taxa	4,0670%		13,6500%		0,0820%		9,1500%	
Passivos financeiros	(145.234)		(543.526)		(166.042)		(97.147)	
Efeitos na demonstração do resultado	(5.907)		(74.191)		(136)		(8.889)	
	Possível +25%	Remoto +50%	Possível +25%	Remoto +50%	Possível +25%	Remoto +50%	Possível +25%	Remoto +50%
Taxa	5,0838%	6,1005%	17,0625%	20,4850%	0,1025%	0,1230%	11,4375%	13,7250%
Passivos financeiros (efeitos no balanço patrimonial)	(152.617)	(154.094)	(636.265)	(654.867)	(166.212)	(166.246)	(108.258)	(110.480)
Efeitos na demonstração do resultado	(7.383)	(8.860)	(92.739)	(111.341)	(170)	(204)	(11.111)	(13.333)

VI. Risco de commodities

A Companhia está exposta às variações do preço do petróleo por ter contratos de compra de gás cujo instrumento formador de preço é a média aritmética mensal do preço de Brent. Com finalidade de administrar esse risco, o Grupo contrata opções de compra sobre o petróleo do tipo Brent conforme nota explicativa 27.4 (iii). Essas contratações visam reduzir o impacto das oscilações do preço contratual das compras de gás e à sua vez ajudar na previsibilidade do fluxo de caixa reduzindo a volatilidade das saídas futuras.

	Consolidado 31/12/2022		Consolidado 31/12/2021	
	+25%	+50%	+25%	+50%
Preço Brent (USD)	111,89	134,27	111,58	133,89
Opções de Brent	435.919	700.378	397.180	568.972
Compras projetadas protegidas	(435.919)	(700.378)	(397.180)	(568.972)
Efeitos na demonstração do resultado	-	-	-	-

27.3 ATIVOS E PASSIVOS DESIGNADOS A HEDGE DE FLUXO DE CAIXA

O Grupo optou por manter o modelo de *Hedge* accounting do CPC 48/ IFRS 9.

I. Hedge de fluxo de caixa - Variação cambial dos empréstimos em moeda estrangeira

A tabela seguinte indica os períodos nos quais o fluxo de caixa associado ao *Hedge* de fluxo de caixa deve ocorrer e os respectivos saldos dos instrumentos de *Hedge*.

	Consolidado			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Ativos - faturamento em dólar projetado	Passivos - empréstimos e financiamentos	Ativos - faturamento em dólar projetado	Passivos - empréstimos e financiamentos
Saldo contábil	**398.382**	**(398.382)**	**470.559**	**(470.559)**
1-12 meses	145.786	(145.786)	52.222	(52.222)
13-24 meses	-	-	58.672	(58.672)
25-35 meses	-	-	98.298	(98.298)
Acima de 36 meses	252.596	(252.596)	261.367	(261.367)
	398.382	**(398.382)**	**470.559**	**(470.559)**

II. Hedge de fluxo de caixa - Bond e Swaps

O Grupo contratou instrumentos financeiros derivativos para a proteção de juros pré-fixados e variação cambial sobre sua emissão de Bonds no exterior. Ambos os instrumentos possuem vencimento em 2026. A seguir demonstramos a reconciliação dos valores de accrual e o ajuste de marcação a mercado ("MtM") dos derivativos contratados registrados no balanço patrimonial do Grupo:

	Consolidado					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Accrual	Ajuste de MtM	Valor justo	Accrual	Ajuste de MtM	Valor justo
Swap	(40.845)	(47.949)	(88.794)	(26.999)	(113.303)	(140.302)
Total circulante	**(40.845)**	**(47.949)**	**(88.794)**	**(26.999)**	**(113.303)**	**(140.302)**
Swap	245.548	(463.743)	(218.195)	437.832	(437.832)	-
Total não circulante	**245.548**	**(463.743)**	**(218.195)**	**437.832**	**(437.832)**	**-**
Total das operações com derivativos	**204.703**	**(511.692)**	**(306.989)**	**410.833**	**(551.135)**	**(140.302)**

A relação em 31 de dezembro de 2022 do derivativo com o Bond é demonstrada abaixo:

Instrumento	Moeda	Barreiras	Principal/ Nocional (USD)	Principal/ Nocional (BRL)	Variação Cambial
Empréstimos	USD		(200.000)	(1.043.540)	(213.540)
Swaps	USD	4,1500 - 5,6000	200.000	1.043.540	213.540
Empréstimos	USD		(110.000)	(573.947)	(1.969)
Swaps	USD	5,1998 – 6,7500	110.000	573.947	1.969
Empréstimos	USD		(220.000)	(1.147.894)	(25.916)
Swaps	USD	5,0999 – 6,7500	220.000	1.147.894	25.916
Empréstimos e swaps correntes			-	-	-

Os fluxos de caixa de ambos os instrumentos financeiros possuem os mesmos vencimentos.

A Companhia designou um *Hedge* de fluxo de caixa para esta operação tendo como instrumento de *Hedge* os derivativos contratados e como objeto de *Hedge* o bond emitido pela Companhia. Esta relação de *Hedge* accounting estabelece a contabilização da parcela efetiva do ajuste de marcação a mercado não realizado do derivativo no resultado abrangente. Em 31 de dezembro de 2022, o valor contabilizado no patrimônio líquido era de R$ 337.717 (R$ 363.750 em 31 de dezembro de 2021) líquido dos efeitos de impostos.

III. Hedge de fluxo de caixa – Opções de Brent

O Grupo contratou instrumentos financeiros derivativos para a proteção das compras projetadas de Gás Natural, do segmento agro, que tem seu preço em dólares atrelado ao preço em dólares do barril de petróleo Brent. O objeto do *Hedge* são as transações altamente prováveis de compra de Gás Natural e o instrumento de *Hedge* são opções de compra de Brent mês a mês de acordo com a projeção de compras. Esta estratégia faz com que quase a totalidade das compras de Gás Natural esteja protegida de aumentos no preço do barril de Brent. Em virtude dos instrumentos de proteção serem opções, se houver queda do preço em dólares do barril de Brent o Grupo se beneficia da redução, se houver alta no preço o Grupo está protegido.

Os prêmios das opções contratadas são em reais e possuem vencimento próximo a data de exercício das opções e desta forma foram classificados na rubrica "Prêmios de opções a pagar". No entanto, o Grupo acredita que, para um maior equilíbrio das suas operações e exposições a moeda estrangeira, o prêmio deveria ser em dólares. Para ter o efeito equivalente de uma operação em dólares americanos o Grupo contratou derivativos de termo de moeda (Non-deliverable forward ou NDF) no mesmo volume dos prêmios a serem pagos.

As duas estruturas de *Hedge*, portanto, visam a proteção dos custos com Gás Natural e o equilíbrio das exposições cambiais do Grupo, no entanto, possuem uma fonte de assimetria contábil, uma vez que as projeções de transações altamente prováveis de compras só são contabilizadas quando ocorrem efetivamente e os prêmios de opções a pagar estão contabilizados pelo custo amortizado, enquanto os derivativos de instrumento de *Hedge* são contabilizados pelo valor justo. Desta forma, e para eliminar a assimetria contábil dos ajustes a valor justo dos derivativos de instrumento de *Hedge*, o Grupo optou por estabelecer uma estrutura de *Hedge* de fluxo de caixa para a estratégia. Sendo assim, os ajustes a valor justo dos derivativos, na medida em que há efetividade da estrutura de *Hedge*, são contabilizados nas contas patrimoniais em contrapartida de contas do patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

Mês	Volume Brent Protegido
Janeiro/2023	372.000
Fevereiro/2023	372.000
Março/2023	336.000
Abril/2023	369.000
Maio/2023	360.000
Junho/2023	372.000
Julho/2023	360.000

IV. Hedge de fluxo de caixa – Efeitos no resultado e em outros resultados abrangentes

a. Empréstimos e financiamentos – Variação cambial

	Consolidado			
	31/12/2022		31/12/2021	
	DRA	DRE	DRA	DRE
Variação cambial de empréstimos e financiamentos	(1.662)	(68.990)	28.395	2.129
Impostos diferidos sobre variação cambial	565	23.457	100.370	(724)
	(1.097)	**(45.533)**	**128.765**	**1.405**

b. Bond e swap

	Consolidado			
	31/12/2022		31/12/2021	
	DRA	DRE	DRA	DRE
Variação cambial de empréstimos e financiamentos	-	192.284	-	(224.369)
Variação cambial de *swap*	-	(192.284)	-	224.369
Juros de *swap*	-	(146.586)	-	(30.318)
Ajustes a valor justo de *swap*	(39.443)	39.443	(382.980)	32.602
Impostos diferidos sobre ajustes a valor justo	13.411	(13.411)	132.631	(11.085)
	(26.032)	**(120.554)**	**(250.349)**	**(8.801)**

c. Opções de Brent

	Consolidado			
	31/12/2022		31/12/2021	
	DRA	DRE	DRA	DRE
Variação cambial de NDF (USD)	-	32.369	-	5.893
Ajuste de valor justo NDF	4.467	11.444	2.970	(7.572)
Ajuste de valor justo opções	76.393	(15.411)	(22.626)	56.807
Impostos diferidos sobre ajustes a valor justo	(27.492)	1.349	6.683	(16.740)
	53.368	**29.751**	**(12.973)**	**38.388**

27.4 GERENCIAMENTO DE CAPITAL

A Companhia mantém uma política de gestão de capital visando o equilíbrio entre o capital próprio (transferências de capital e retenção de lucros) e o capital de terceiros que o Grupo capta para financiar suas operações. Para mitigar eventuais riscos de liquidez e manter o custo médio ponderado do capital em níveis adequados, o Grupo monitora, permanentemente, os resultados gerados por essa escolha através do seu grau de endividamento com base no cálculo de dívida líquida / EBITDA (Lucro antes dos impostos ajustado pelo resultado financeiro e pela depreciação).

28. SUBVENÇÕES E ASSISTÊNCIAS GOVERNAMENTAIS

28.1 INCENTIVO FISCAL ESTADUAL – DESENVOLVE/BAHIA

O Grupo recebe diversos benefícios fiscais no âmbito do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE, onde o incentivo mais longínquo permanecerá em vigor até abril de 2032. Estes incentivos fiscais estão associados à cadeia de produção de estirênicos, acrílicos e fertilizantes (segmento Agro). O Grupo se beneficia de um período de carência de até 72 (setenta e dois) meses para pagamento dos impostos. No caso de pagamentos antecipados, o Grupo é elegível a um desconto de até 81% (oitenta e um por cento) do saldo devedor mensal do ICMS.

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo obteve um benefício de R$ 300.135 (R$ 174.866 em 31 de dezembro de 2021), que foi lançado como redutor de impostos na rubrica "impostos sobre vendas" nas "demonstrações dos resultados".

28.2 INCENTIVO FISCAL ESTADUAL PSDI – PROGRAMA SERGIPANO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

A Proquigel tem direito ao benefício fiscal no âmbito do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial – PSDI até abril de 2030, associado à cadeia de produção de fertilizantes (agro). A Companhia se beneficia de diferimento nas importações de matérias-primas e bens para o ativo imobilizado, assim como, a isenção no recolhimento de diferencial de alíquota de ICMS em aquisições interestaduais de bens de capital novos. Além disso, o benefício possibilita que a Companhia recolha o percentual equivalente a 6,2% do ICMS devido no mês. Em 31 de dezembro de 2022 o Grupo obteve um benefício de R$ 16.635 (em 31 de dezembro de 2021 não apurou nenhum benefício), que está lançado como redutor de impostos na rubrica "impostos sobre vendas" nas "demonstrações dos resultados".

28.3 INCENTIVO FISCAL FEDERAL - LUCRO DA EXPLORAÇÃO

Conforme Laudos Constitutivos expedidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Grupo goza do direito de redução de 75% do imposto de renda sobre os resultados das operações da Companhia Brasileira de Estireno localizadas em Camaçari/BA e da Proquigel até o exercício fiscal de 2028. O benefício da Unigel Químicos S.A. está sendo renovado junto à SUDENE e, atualmente, o pedido de renovação encontra-se em fase de análise. Ao ser aprovado, o benefício terá vigência retroativa à 1º de janeiro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2022 o Grupo obteve um benefício de R$ 72.860 (R$ 123.076 em 31 de dezembro de 2021), que foi lançado como redutor de impostos na rubrica "imposto de renda corrente" nas "demonstrações dos resultados".

28.4 REINTEGRA - REINTEGRAÇÃO DE VALORES TRIBUTÁRIOS PARA EMPRESAS EXPORTADORAS

O Grupo está contemplado pela Lei 13.043/14 - Reintegra - a qual concede créditos tributários quando a Companhia realiza exportações de produtos fabricados internamente, que podem ser compensados com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos federais.

Em 31 de dezembro de 2022 o Grupo obteve um benefício de R$ 1.947 (R$ 2.054 em 31 de dezembro de 2021) através das empresas Proquigel, Companhia Brasileira de Estireno e Unigel Químicos, que foi lançado como redutor de custos na rubrica "custo dos produtos vendidos" nas "demonstrações dos resultados".

28.5 REIQ – REGIME ESPECIAL DA INDÚSTRIA QUÍMICA

O Regime Especial da Indústria Química ("REIQ") foi instituído a partir de 2013 pelo Governo Federal do Brasil e tem como objetivo a recuperação e a manutenção da competitividade das indústrias petroquímicas nacionais de 1ª e 2ª geração. Neste contexto, o Grupo está beneficiado, até dezembro de 2024, pela desoneração tributária de parte das alíquotas de PIS e COFINS na compra de determinadas matérias primas importadas ou fornecidas pela 1ª geração da indústria petroquímica brasileira. No dia 31 de dezembro de 2021, o Governo Federal editou a Medida Provisória 1.095 extinguindo o Regime Especial da Indústria Química (REIQ) a partir de 1º. de abril de 2022. As empresas químicas impetraram, através da Associação Brasileira das Indústrias Químicas – ABIQUIM, ação contra os efeitos desta Medida Provisória, conseguindo restabelecer o benefício até o julgamento final do pleito. No entanto, o Congresso Nacional, no momento da conversão da Medida Provisória na Lei 14.374/2022, modificou a redação original e, ao invés da extinção do benefício, determinou apenas a sua suspenção até dezembro/22, voltando a viger, a partir de janeiro/2023, as reduções e prazos de vigência do REIQ, previstas na Lei 14.183/2021, desde que as empresas beneficiadas firmem alguns termos de compromisso com determinadas exigências adicionais. O Grupo está aguardando a regulamentação desta nova legislação para estimar os eventuais impactos transitórios, em especial, as regras a serem seguidas diante dos termos de compromisso exigidos.

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo apurou um crédito de R$ 19.859 (R$ 76.098 em 31 de dezembro de 2021), que foi lançado como redutor de custos na rubrica "custo dos produtos vendidos" nas "demonstrações dos resultados".

29. GARANTIAS E AVAIS

O Grupo possui bens dados em garantia de operações de crédito com terceiros no valor de R$ 67.882, em 31 de dezembro de 2022 (R$ 151.215 em 31 de dezembro de 2021). Adicionalmente, a controladora é avalista de operações de outras empresas do Grupo. A controladora possui avais no valor de R$ 1.564.374 (R$ 291.815 em 31 de dezembro de 2021).

30. LUCRO POR AÇÃO

30.1 BÁSICO

O lucro por ação básico foi calculado com base no resultado acumulado dos exercícios e na respectiva quantidade média de ações em circulação nestes mesmos exercícios, conforme o quadro a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	388.717	882.173
Quantidade ponderada média de ações ao longo do exercício	836.518.520	414.297.488
Lucro por ação - R$	**0,46468**	**2,12932**

30.2 DILUÍDO

O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações supondo a conversão de todas as ações potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possuí nenhum fator diluidor do seu lucro básico.

31. OPERAÇÕES COM DERIVATIVOS

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira, preços de commodities e taxa de juros.

	Consolidado			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Swaps	17.406	(106.201)	26.621	(140.302)
NDFs	5.874	-	-	(8.793)
Opções commodity – prêmio diferido	-	(104.549)	-	-
Total circulante	**23.280**	**(210.750)**	**26.621**	**(149.095)**
Swaps	-	(218.195)	-	-
Derivativos embutidos – Opções	50.438	-	129.398	-
Total não circulante	**50.438**	**(218.195)**	**129.398**	**-**
	73.718	(428.945)	156.019	(149.095)

Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente, caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

31.1 DERIVATIVOS EMBUTIDOS

I. Opções de recompra antecipada dos Bonds

Os bonds do Grupo possuem opções de recompra antecipada. O Grupo pode recomprar os bonds em sua totalidade ou em parte em determinados intervalos de tempo, pelos preços de recompra a seguir (expressos como um percentual do principal), acrescidos de juros apropriados e não pagos:

Período	Preço de recompra
2022 a 2023	104,375%
2023 a 2024	102,188%
2024 a 2025	101,094%
2025 em diante	100,000%

Essas opções de recompra representam um direito de adquirir a dívida do Grupo por um preço pré-definido. São separáveis do contrato principal e considerados derivativos embutidos.

Uma vez que essas opções são válidas pelo período acima descrito, o Grupo calculou o valor justo dessas opções como opções americanas tendo o preço de recompra como o preço de strike.

O valor justo desses derivativos embutidos é de R$ 50.438 (R$ 129.398 em 31 de dezembro de 2021).

32. SEGUROS

As empresas do Grupo mantem contratos de seguros com cobertura determinada por especialistas internos, levando em consideração a natureza e o grau de riscos. As coberturas contratadas são as seguintes:

Modalidade	31/12/2022	31/12/2021	Descrição
Riscos operacionais/Lucros cessantes	11.398.542	9.718.425	Cobertura para danos ao patrimônio em decorrência de incêndio, raio, explosão e etc., reposição financeira face a necessidade de parada de planta em decorrência de sinistro
Transporte	216.900	2.256.000	Cobertura em decorrência de danos/perdas ocorridas durante o processo de transporte
Responsabilidade civil	153.000	100.000	Cobertura a terceiros em decorrência de danos causados por meio de atividade fim
Garantias	109.086	126.213	Cobertura em caso de não cumprimento de contrato ou ação judicial
Crédito	50.000	50.000	Ressarcimento face ao não cumprimento de obrigação de pagamento de clientes
Ambiental	45.000	45.000	Indenização a terceiros em decorrência de danos ambientais relacionados à atividade fim
Cyber	25.000	25.000	Indenização em decorrência de ataques cibernéticos que prejudiquem a operação
	11.997.528	12.320.638	

33. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 de dezembro de 2022, as principais transações que não envolveram caixa no Fluxo de Caixa Consolidado foram:

(i) Variações de fornecedores de imobilizado no valor de R$ 48.849 (R$ 560 em 31 de dezembro de 2021);

(ii) Adições de ativo de direito de uso em contrapartida ao passivo de arrendamento no valor de R$ 95.219 (R$ 122.619 em 31 de dezembro de 2021);

(iii) Capitalização de juros de empréstimos e financiamentos em contrapartida ao imobilizado no valor de R$ 22.509 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2021)..

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

34.1 RECEBIMENTO LINHA DE CRÉDITO BNB

No dia 3 de março de 2023 a controlada Proquigel Química S/A recebeu a primeira parcela referente à linha de crédito, informada na nota explicativa 16 – Empréstimos, financiamentos e debêntures com o BNB. Os R$ 150.000 recebidos corresponde à aproximadamente metade do valor total da linha.

34.2 UNIGEL E THYSSENKRUPP NUCERA ASSINAM ACORDO PARA AUMENTAR CAPACIDADE DA PLANTA DE HIDROGÊNIO VERDE

A Thyssenkrupp Nucera e a Unigel assinaram um memorando de entendimento para aumentar a capacidade da unidade de hidrogênio verde em construção na planta de Camaçari, Bahia. O planejamento é visa ampliar a planta de eletrólise da água de 60 MW para 240 MW. A fábrica deve ser a primeira em escala industrial no Brasil e deve entrar em operação até o fim deste ano com capacidade inicial de 10 mil toneladas/ano de H2V e 60 mil t/ano de amônia verde. Este investimento estratégico proporcionará a utilização do hidrogênio verde em setores de difícil descarbonização e para produzir fertilizantes e acrílicos.

34.3 ADIANTAMENTO SOBRE CONTRATO DE CÂMBIO

No mês de março de 2023, a Unigel captou o valor de R$ 78.600, através de um adiantamento sobre contrato de câmbio (ACC), visando otimizar a gestão de caixa para financiamento de suas atividades operacionais.

ADMINISTRAÇÃO

Roberto Noronha Santos
Diretor Presidente

Daniel Zilberknop
Diretor Presidente Adjunto

Daniel Scarmeloti da Fonseca
Diretor de Controladoria - CRC 1SP 219.079/O-4

Marcio Scatigno
Gerente Executivo de Controladoria - CRC 1SP 218.247/O-7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos acionistas, conselheiros e diretores

Unigel Participações S.A.

São Paulo – SP

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Unigel Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Unigel Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

REALIZAÇÃO DE IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS – CONSOLIDADO

Veja as Notas 6.9 e 12 das demonstrações financeiras consolidadas

PRINCIPAL ASSUNTO DE AUDITORIA

- Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras consolidadas ativos fiscais diferidos das subsidiárias Proquigel Química S.A. e Companhia Brasileira de Estireno, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social.
- Tais saldos devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuro contra os quais as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais acumulados e a base negativa da contribuição social possam ser utilizados.
- As estimativas de lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia e fundamentadas em estudo técnico de viabilidade que contemplam premissas que são afetadas por estratégias corporativas e pelo cenário macroeconômico.
- Consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria, devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações financeiras consolidadas.

COMO AUDITORIA ENDEREÇOU ESSE ASSUNTO

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação se o estudo técnico de viabilidade preparado pela Administração da Companhia foi elaborado de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas;
- Análise se as premissas utilizadas no estudo técnico de viabilidade preparado pela Companhia são fundamentados em dados históricos e/ou de mercado e são condizente com o orçamento elaborado pela Administração da Companhia;
- Discussões com profissionais que detém conhecimento técnico especializado necessário para entendimento adequado da aplicação da política contábil.
- Recálculo matemático da apuração do imposto de renda e contribuição social diferidos.
- Com o auxílio de nossos especialistas de impostos diretos, foram avaliadas se as adições, exclusões e alíquotas utilizadas na determinação das bases de cálculo do imposto de renda e contribuição social estão de acordo com a legislação tributária.
- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas, estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram as informações relevantes.
- No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetaram a mensuração e a divulgação dos impostos diferidos ativos, os quais foram registrados e divulgados pela administração.Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a determinação do lucro tributável futuro e o valor dos impostos diferidos ativos, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

OUTROS ASSUNTOS – DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E O RELATÓRIO DOS AUDITORES

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DOS AUDITORES PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda. | CRC 2SP-014428/O-6

Wagner Bottino | Contador CRC 1SP196907/O-7